

# ATIVIDADES



**DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E EMPREGO,  
COMUNICAÇÃO E  
PROJETOS ESTRATÉGICO**





## DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E EMPREGO, COMUNICAÇÃO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

### Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial

No ano de 2021 assistiu-se ao reforço e consolidação das medidas de controlo da pandemia, bem como a um conjunto de apoios socioeconómicos com vista a apoiar a reabertura de uma economia que esteve fechada e que viveu durante algum tempo períodos conturbados.

O foco do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial (GDEE) pautou-se por manter a proximidade às pequenas e médias empresas, bem como a eventuais investidores, sempre numa ótica de facilitar o processo de instalação das empresas, bem como promover o contacto com outras entidades externas de cariz público ou privado, numa perspetiva de incrementar o desenvolvimento económico da comunidade empresarial.

No decurso deste ano, o gabinete foi promovendo algumas iniciativas com o foco em diferentes setores da economia, que estiveram sujeitos a diferentes vulnerabilidades, facultando-lhes o conhecimento de ferramentas, que o Estado e a autarquia disponibilizaram para enfrentar esta difícil batalha.

Assim, no ano de 2021, o gabinete promoveu as seguintes iniciativas:

- O webinar “Covid 19 – Prevenção nas empresas, o Certo e o Errado” realizou-se em parceria com as diferentes associações que representam os setores económicos com maior representatividade no concelho, nomeadamente, cortiça, calçado, metalomecânica e papel. Esta sessão de sensibilização dirigida a empresários, pretendeu esclarecer todos os intervenientes sobre as medidas preventivas, com vista a minimizar os riscos em contexto laboral, bem como as atitudes e procedimentos a ter no quotidiano laboral, numa altura em que o vírus se encontra bastante disseminado.

Esta iniciativa contou com a participação do ACES Entre Douro e Vouga, com a intervenção de um médico de saúde pública com bastante experiência nesta área, tendo havido recurso aos canais digitais para a sua transmissão.

- A reabertura da economia e o alívio das medidas de confinamento, possibilitou a realização do Fórum Bizfeira, limitado a 200 participantes, entre empresários, associações empresariais, empreendedores, estudantes, cumprindo todas as medidas de higiene sanitárias aplicadas no âmbito desta pandemia. No formato híbrido, para além da participação de forma presencial de alguns participantes, a transmissão do mesmo foi facultada via streaming.



“Triunfar depois da pandemia” foi o tema central da conferência anual sobre economia que contou com a participação de conceituados oradores que analisaram e partilharam conceitos, experiências e novas abordagens possíveis para singrar, após um contexto de incertezas gerado pela pandemia.

José Gomes Ferreira, diretor-adjunto de informação da SIC e comentador fez uma análise crítica sobre as políticas implementadas no país nos últimos tempos. Álvaro Santos Pereira, diretor de estudos do Departamento de Economia da OCDE centrou a sua intervenção numa análise de evidências das políticas socioeconómicas, transmitindo a sua opinião de como pode Portugal reentrar na 1.ª carruagem da União Europeia e que mudanças se impõem para que Portugal mude de rumo. Por sua vez, os empresários Alexandre Fonseca, CEO da Altice, Hélder Loureiro, CEO da Nexxpro, e Tiago Marques, BDM da Balanças Marques, analisaram o papel do Estado junto das empresas e as medidas para “não atrapalhar” o funcionamento das mesmas, ou seja o que pode o Estado deixar de fazer para que as empresas possam crescer e ter sucesso.

O papel dos apoios comunitários na recuperação e reconfiguração da economia nacional foram um dos temas em análise a cargo da consultora Deloitte.

A moderação dos painéis foi da responsabilidade do jornalista de economia, Camilo Lourenço.

- No Fórum Bizfeira foi ainda apresentado o novo layout, responsive da plataforma Bizfeira. A nova “roupagem” da Plataforma Bizfeira pretendeu mostrar a informação disponível com outra organização e distribuída pelos diferentes menus, ou seja, houve uma necessidade de redefinir a arquitetura de informação da plataforma Bizfeira (menus e submenus) e respetiva programação, assumindo uma imagem única e coerente com toda a navegação. Um dos principais upgrades prendeu-se com a adoção da funcionalidade responsive, permitindo assim a visualização de conteúdos em todos os dispositivos, computador, tablet e telemóvel.
- Lançamento da Plataforma Vai-me à Loja, que visa a promoção do comércio local, alojamento e restauração, promovendo a visibilidade das empresas desta área, de forma a potenciar o negócio dos setores mais fustigados pelos efeitos da pandemia, cujas restrições tiveram um forte impacto no pequeno comércio e colocando em risco a sobrevivência de muitos negócios.

O comércio local é por todos reconhecido como fundamental para o desenvolvimento económico e social, sendo um elemento central nas nossas comunidades e da vivência da nossa cidade e concelho. É uma atividade de proximidade, de afetos e de contactos que importa apoiar e promover, sobretudo num contexto difícil como o que vivemos, que resultou da pandemia Covid 19.



A designação desta iniciativa “Vai-me à loja” visa precisamente chamar a atenção de forma criativa, positiva e bem-humorada, procurando criar empatia, evocar as memórias e demonstrar as diferenças no tratamento dos clientes deste comércio comparativamente ao das grandes superfícies comerciais e, assim, mobilizar mais consumidores para comprarem no comércio local. Já no mês de dezembro o gabinete deu início a uma campanha de promoção do comércio local que passou pela afixação em outdoors e mupies de um conjunto de frases icónicas que nos remontam à tradicionalidade do comércio e de visitas/entrevistas, partilhadas nas redes sociais. As visitas aos comércios privilegiaram o contacto de proximidade, numa ótica de divulgação desta nova atividade e de perceção da realidade deste tipo de negócio, da sua história e das dificuldades que eventualmente possam enfrentar no atual contexto.

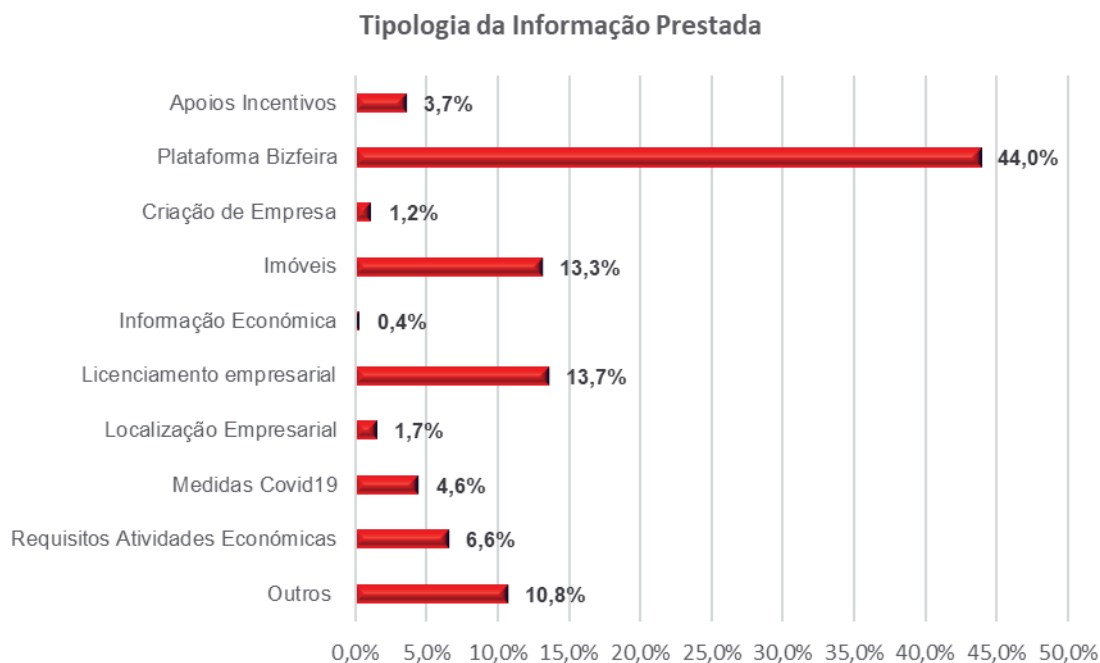
Neste âmbito, foi também elaborado um documento que visou a partilha de alguns indicadores, ideias e ferramentas para manter a competitividade do pequeno comércio num mundo cada vez mais digital. O documento designado por “Um olhar sobre o comércio”, faz referência ao comportamento do consumo em Santa Maria da Feira que se traduziu em algo mais positivo do que a média nacional, bem como deu a conhecer o testemunho de dois negócios de Santa Maria da Feira – moda e restauração – que deram a volta à crise pandémica graças a uma presença constante nos canais digitais e à capacidade de surpreender os seus clientes com experiências únicas.

- Uma das principais atividades que o gabinete desenvolve, prende-se com os atendimentos que prestamos aos agentes económicos e potenciais empreendedores. No decurso do ano 2021, o gabinete deu continuidade à prestação de informação diversificada, incluindo também as medidas socioeconómicas a aplicar em contexto da pandemia.

Neste ano, o gabinete concretizou mais de duzentos e trinta atendimentos, provenientes dos diversos setores que representam a atividade económica, nomeadamente, indústria, comércio, serviços, restauração e bebidas, bem como de potenciais investidores que pretendiam instalar a sua atividade em Santa Maria da Feira, pelo que recorreram ao gabinete, com intuito de obter auxílio na procura desse espaço, terrenos ou espaços já edificados.

A informação prestada é sempre bastante diversificada, desde requisitos para o licenciamento da atividade e para a sua instalação, apoios e incentivos, imóveis, entre outros, o que exige da parte dos técnicos do gabinete, uma constante atualização da informação, até porque a maioria das vezes a informação encontra-se

espartilhada, sendo a nossa função agrega-la para que quem nos procura possa receber a mesma de forma clara e detalhada.



- **Elaboração de dossiês de teor económico e tratamento de informação estatística** O gabinete deu continuidade ao trabalho de atualização de conteúdos, uns por força da pandemia, outros decorrentes dos temas que foram surgindo aquando dos atendimentos. Esta é sempre uma área que exige da equipa deste gabinete uma constante atualização da informação que vai sendo publicada nas mais diversas áreas. Numa ótica de agregar a mesma para posterior divulgação junto do público alvo deste gabinete, procuramos disponibilizar o máximo de conteúdos, que resultou na elaboração dos seguintes documentos, divulgados na plataforma Bizfeira:

- Notícia: Medidas de Apoio às Empresas - Covid 19;
- Notícia: Estado de Emergência - Saiba quais os Est. Encerrados e Abertos;
- Notícia: Nota - Novas Medidas de Apoio à Cultura;
- notícia: Nota Programa Apoiar - Conheça as Medidas (atualização);
- Notícia: Programa de Apoio à Produção Nacional - até 26 fevereiro;
- Notícia: Estabelecimentos Abertos e Encerrados até 14 de fevereiro;
- Newsletter/Guião - Medidas de Apoio ao Setor do Turismo;





- Nota Informativa - Linha de Apoio à Economia COVID-19: Agências de Viagens e Operadores Turísticos;
  - Dossiê Temático - Loja online;
  - Nota informativa – Ivaucher;
  - Nota informativa - Programa ADAPTAR TURISMO;
  - Ficha Negócio – Franchising;
  - Nota informativa – CAE (Classificação da Atividade Económica);
  - Ficha Negócio - Cultivo de Cânhamo Fins Industriais.
- 
- **Promoção da Empregabilidade – Centros de Formação/ALPE/Bizfeira** - No sentido de promover uma crescente adequação de procura de recursos humanos e da oferta existente no mercado, manteve-se à semelhança dos anos anteriores, a articulação de trabalho em rede entre as diversas entidades intervenientes no processo de recrutamento, tais como a ALPE, IEFP, Centros de Formação, e as empresas de forma a tornar o processo mais ágil e mais eficaz.
  - **Reforço da cooperação interinstitucional** - tendo como objetivo último, responder de forma célere, rigorosa e, sobretudo, integrada, tem vindo a ser promovido o reforço da proximidade com as diversas entidades, públicas e privadas, que intervêm nos processos acompanhados pelo gabinete, através de encontros e reuniões com os vários serviços do Município, entidades públicas regionais e nacionais, centros tecnológicos e de formação, entre outros.
  - **Participação em sessões de formação/esclarecimentos** - dotar a equipa de mais competências e conhecimentos para que esteja mais preparada para dar resposta às solicitações apresentadas pelas empresas.

## Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Internacionais

A valorização da comunicação nas sociedades contemporâneas é cada vez mais crescente. O município assume a importância de comunicar a abrangência da sua intervenção, perspetivando o estreitar das relações de proximidade com a população e potenciando a sua visibilidade no concelho e fora dele, no país e no estrangeiro. A comunicação autárquica é, pois, um processo contínuo de aprendizagem e transformação e o GCRPI tem sabido acompanhar a evolução comunicacional. Apostando na interligação das suas diferentes

áreas de atuação – Assessoria de Imprensa, Relações Públicas, Gestão de Meios e Comunicação Digital, Design, Multimédia e Relações Internacionais – desenvolveu, em 2021, as estratégias necessárias para ampliar a visibilidade da Câmara Municipal e toda a sua ação, fortalecendo a confiança e a relação entre a organização e os seus públicos-alvo. A assessoria de imprensa pauta a sua atividade pelo acompanhamento, aos mais diferentes níveis, de toda a atividade municipal, redigindo conteúdos, divulgando iniciativas, apoiando técnicos e executivo e acompanhando todos os órgãos de comunicação que acorrem ao concelho de Santa Maria da Feira.



O desafio principal, em 2021, com a pandemia COVID-19 ainda na ordem do dia, foi comunicar o início do processo de vacinação contra a COVID-19, informando e esclarecendo sobre um processo novo e desconhecido para todos. A vacinação foi assumida pelo GCRPI como um novo desafio de comunicação, envolvendo diferentes áreas, como assessoria, comunicação digital, design, multimédia e relações públicas, tendo contribuído para a construção da imagem de um dos melhores centros de vacinação do país.

“Inovar sempre” pode ser considerada a linha orientadora do GCRPI, não descurando nunca a comunicação direta, próxima, transparente e apelativa. Na área da assessoria, destacam-se três projetos – Campanha de Promoção da Regueifa Doce, Reabertura das Termas S. Jorge e Vai-me à Loja – cuja forma de comunicar foi diferenciadora.

Na campanha de promoção da Regueifa Doce, foi a pesquisa de histórias na comunidade em torno do “Pão Doce” que rapidamente despertaram a atenção da imprensa nacional,

resultando em múltiplas reportagens (TV, Imprensa e Rádio) de promoção deste produto gastronómico, além do enorme impacto gerado nas redes sociais. Esta campanha mereceu ainda elogios por parte de diversos produtores de Regueifa Doce, que sentiram um apoio reforçado num ano ainda condicionado pelos efeitos da pandemia.

Chamado a reforçar as ações de divulgação das Termas de S. Jorge aquando da reabertura pós-pandemia, o GCRPI propôs dar início a uma estratégia complementar de comunicação, centrada na proximidade com a comunidade, dando rosto e voz a histórias de termalistas que mereciam ser partilhadas. A rubrica “Termas com História(s)”, alojada no portal municipal, alcançou novos públicos/potenciais clientes através das redes sociais, proporcionando uma maior visibilidade e humanização dos serviços prestados pelo balneário termal.

Responsável pelo lançamento da campanha de divulgação do programa de apoio ao comércio local “Vai-me à Loja”, o GCRPI apostou na criação de conteúdos diferenciadores em jeito de storytelling, criando curtas histórias em torno de lojas de diferentes freguesias do concelho, para dar a conhecer casos de sucesso e exemplos de resiliência. Estas publicações potenciaram uma relevante interação nas redes sociais, afirmando-se como uma linha de comunicação eficaz, por ser promotora do comércio local e, simultaneamente, conciliadora.



Desafiante para o GCRPI foi a comunicação da 20ª edição do Imaginarius que se realizou em formato misto: em maio, digital e, em setembro, ainda que com algumas restrições no espaço público. Foi com uma estratégia bem definida entre a assessoria de imprensa, redes sociais, design e multimédia, que o Imaginarius somou mais um êxito nesta sua 20ª edição.



Sem dúvida que as ferramentas digitais continuaram, em 2021, a assumir uma maior relevância na difusão e promoção da dinâmica organizacional. Se, por um lado, no caso do portal municipal, a gestão dos conteúdos foi e continua a ser realizada à medida de cada serviço, projeto ou evento, consoante as necessidades e exigências impostas, por outro, no caso do site do Imaginarius, este serviu de palco para a transmissão integral de espetáculos numa edição maioritariamente digital (maio).

As redes sociais têm assumido um papel cada vez mais relevante na comunicação do município. As páginas do Município de Santa Maria da Feira, Cineteatro António Lamoso, Visitfeira, Imaginarius e Festa das Fogaceiras acompanharam a evolução das diferentes plataformas e potenciaram as novas ferramentas disponibilizadas, traduzindo-se num aumento significativo de stories (formato adequado e link personalizado), de live streamings e de publicações baseadas em storytelling. O resultado foi uma comunicação mais eficaz e direta com o munícipe/visitante. Este tipo de conteúdo digital no facebook e instagram aumentou cerca de 50% em relação a 2020.

Em complemento às ferramentas digitais, o GCRPI reforçou a utilização da plataforma E-go – plataforma de envio de newsletters – na promoção de eventos municipais, projetos e serviços, tendo-se inclusivamente apostado num upgrade dado o volume de contactos das



diferentes bases de dados municipais, conseguindo alcançar, desta forma uma maior abrangência de públicos.

Relativamente às Relações Internacionais, destaca-se o envolvimento do GCRPI no Active Citizens – URBACT, um projeto que promove a democracia participativa no território, com iniciativas colaborativas na área do planeamento urbano, que se materializaram em encontros online e experimentações presenciais no território. Santa Maria da Feira acolheu o 5º Encontro Transnacional da rede Active Citizens (TNM) em dezembro de 2021, tendo sido definidas ações de democracia participativa a implementar no concelho a partir de 2022.

No âmbito do Erasmus+, “O Mundo é um Palco” iniciou a formação dos jovens selecionados em artes performativas no Primário (de 15 de maio de 2021 até 5 de fevereiro de 2022), tendo estado a técnica de Relações Internacionais envolvida nos vários encontros online de preparação das mobilidades. Ainda no âmbito do Erasmus+, o GCRPI esteve envolvido na preparação, execução e acompanhamento das seguintes iniciativas: 1ª mobilidade do Erasmus+ Local food production and cooking, similarities and differences - a way to new job opportunities and sustainability (outubro 2021, em Alingsas); O Erasmus+ Young people responses to Monuments and Statues; 2ª mobilidade do Erasmus + L’esprit en valeurs, decorreu em Loches, França, em outubro de 2021 e deu a oportunidade a 4 jovens feirenses de participarem num intercâmbio com cerca de 50 jovens europeus oriundos de França, Polónia, Roménia e Portugal; Erasmus+ ‘Mito e Realidade’ com Joué-Lès-Tours reuniões de readaptação face à prorrogação do prazo.

Santa Maria da Feira recebeu, da UNESCO, a chancela de Cidade Criativa da Gastronomia, uma candidatura que resultou do envolvimento, durante todo o ano de 2021, do GCRPI, com especial destaque para o contributo da técnica de relações internacionais na redação da referida candidatura.

O design continua a ser um elemento estratégico da comunicação no Município de Santa Maria da Feira e, em 2021, manteve a sua linha própria, com imagens simples, mas eficazes, capazes de transmitir a mensagem pretendida, em cada momento deste ano marcado pelo retomar, ainda que com vários avanços e retrocessos, da normalidade possível perante a pandemia COVID-19. A ação das Relações Públicas pautou-se pelo reforço da imagem do Município dentro e fora de portas, com tónica na valorização de todas as relações institucionais.

Todas as ações de comunicação concertadas pelo GCRPI contribuíram, em 2021, para aproximar os munícipes dos órgãos autárquicos, elevar o conhecimento, facilitar a participação da comunidade e aumentar o sentimento de pertença ao Município, elevando também a imagem do Município, não só no concelho e na região, mas também no país e estrangeiro.



## Gabinete de Qualidade e Auditoria

O ano 2021, tal como o ano anterior, ficou marcado pelo surto pandémico Covid 19 que exibiu uma nova realidade ao mundo, assinalada pela incerteza, sobretudo pelo facto de poder influenciar ou afetar, positiva ou negativamente, a vida das pessoas, e pelas mudanças nas questões internas e externas do contexto das organizações (públicas e privadas) com impacto no seu propósito e orientação estratégica.

Perante a conjuntura evidente, o Gabinete de Qualidade e Auditoria (GQA), no decurso do ano 2021, foi se adaptando às vicissitudes provenientes, focalizando-se na política da qualidade, na sua missão e na concretização das suas competências e nos objetivos previamente determinados, ajustando e reformulando, sempre que necessário, a metodologia de trabalho, o planeamento de ações, os processos e procedimentos internos, com o desígnio de contribuir para uma gestão cada vez mais eficaz e eficiente e proporcionar um serviço de qualidade aos nossos stakeholders.

Neste sentido, no âmbito das suas competências, o GQA desenvolveu um conjunto de atividades, relacionadas com as suas grandes áreas de atuação, designadamente:

### Qualidade

- Gestão e manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado nos serviços integrados no âmbito de certificação (nomeadamente, administração e finanças, sistemas de informação, Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC), urbanismo, museus, turismo e ação cultural), através do cumprimento dos requisitos da ISO 9001 e outros aplicáveis;
- Integração do Sistema de Gestão da Qualidade do Urbanismo no processo de certificação E2017.137, numa ótica de otimização de recursos, promovendo a padronização da documentação inerente ao SGQ (incluindo, política da qualidade, processos, procedimentos, instruções, impressos e demais documentos/práticas) e permitindo melhorar a eficácia do sistema e aumentar a satisfação do cliente/munícipe;
- Cooperação na implementação do SGQ nas áreas da Educação, Juventude e Desporto, contribuindo para a execução do objetivo estratégico determinado sobre o alargamento/extensão do âmbito do SGQ a outras unidades orgânicas;
- Gestão de reclamações, garantindo o cumprimento do procedimento interno e os prazos legais: procedeu-se ao registo, tratamento e acompanhamento de oito reclamações, relativas aos serviços contemplados no âmbito de certificação;



- Participação no mapeamento dos processos do Balcão de Atendimento Municipal;
- Gestão da ferramenta de suporte à gestão “HappyOrNot”, que tem como objetivo a recolha de dados que permitam medir o nível de satisfação dos clientes/municípios com o serviço prestado e melhorar de forma contínua e sustentada, através da análise dos relatórios exportados da plataforma web, resultantes da recolha de feedbacks registados nos oito terminais (Smiley Terminal), disponibilizados nos postos de atendimento (edifício central, edifício do urbanismo, equipamentos culturais, Loja Interativa do Turismo e CIAC).
- Apoio diversificado concedido aos serviços, independentemente da sua inclusão no âmbito de certificação, relacionado, sobretudo, com a adoção de novas boas práticas de gestão.

### **Auditoria**

- Programação, preparação e acompanhamento de auditorias ao SGQ: identificamos a auditoria como um instrumento eficaz e fiável de suporte às políticas e aos controlos de gestão que utiliza uma abordagem baseada em evidências, a fim de avaliar a conformidade do SGQ face aos requisitos aplicáveis. Neste contexto, realizaram-se quatro auditorias (duas internas executadas, no formato presencial, por uma equipa auditora externa e duas externas realizadas, no formato híbrido, por uma equipa auditora designada pelo organismo certificador), ficando assegurado, com sucesso, a manutenção do Certificado de Qualidade/Conformidade até ao final do ano 2022. Acresce, ainda, a participação, por videoconferência, na auditoria externa ao SGQ da Biblioteca Municipal, apesar de estar fora do programa de auditorias do processo gerido pelo GQA;
- Acompanhamento da implementação das ações descritas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), com a colaboração das unidades orgânicas, e elaboração do relatório anual de execução, integrado no relatório de gestão da Câmara Municipal. No final do ano, foi promovida uma auditoria ao PPRCIC, tendo como propósito avaliar o grau de implementação das ações definidas para os riscos identificados.

Em resumo, salienta-se que, apesar da conjuntura, foram atingidos com sucesso todos os objetivos que nos propusemos a concretizar no ano 2021, assim como, todos os outros que surgiram na sequência de mudanças inesperadas, embora superáveis.

A adaptação à nova realidade foi um desafio exigente, mas, com a colaboração de todos, tudo se tornou mais fácil e profícuo, na medida em que todos trabalhamos para um objetivo,



aumentar a satisfação do nosso munícipe/cliente, reforçando, desta forma, o valor da nossa organização.

## **Acompanhamento do processo de descentralização**

O presente relatório sumaria a evolução do processo de descentralização durante o ano 2021, no âmbito da execução da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, e respetivos diplomas setoriais.

As competências a descentralizar para as autarquias locais abarcam domínios, tais como:

a) educação, ensino e formação profissional; b) ação social; c) saúde; d) proteção civil; e) cultura; f) património; g) habitação; h) áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária; i) vias de comunicação; j) estruturas de atendimento ao cidadão; l) policiamento de proximidade; m) proteção e saúde animal; n) arborização e rearborização; o) segurança contra incêndios; p) segurança alimentar; q) estacionamento público; r) jogos de fortuna e azar; s) praias; t) informação cadastral e gestão florestal; u) bombeiros; v) freguesias.

No ano de 2021, encontram-se transferidas as competências de todos os domínios previstos na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com exceção das áreas da Saúde, da Educação e da Ação Social, em conformidade com o estabelecido, respetivamente, nos Decretos-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, e n.º 55/2020, de 12 de agosto.

Com efeito, na sequência da publicação e da entrada em vigor da citada Lei-Quadro, foram publicados, até à presente data, 24 diplomas principais, em diferentes domínios, que deveriam ter sido publicados em 2018, o que não sucedeu, aguardando-se, ainda hoje, toda uma série de regulamentação suplementar, atos, operações, sistemas e mecanismos de transição, incluindo a definição das fontes de financiamento, o que impede o exercício efetivo de algumas das novas competências.

Com exceção dos diplomas que operam a transferência de competências de aplicabilidade direta (*ope legis*), a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, admite que a transferência de competências se pode realizar de forma gradual, conferindo às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por decisão dos seus órgãos





deliberativos, o que aconteceu e foi feito em função do calendário do legislador em 2019 e 2020.

Apenas em 2021, foram publicadas as portarias regulamentadoras no domínio da Ação Social, nas seguintes áreas de intervenção: “Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social” (SAAS), “Contratos de Inserção dos Beneficiários de Rendimento Social de Inserção” (RSI), “Cartas Sociais Municipais” (CSM) e “Contratos Locais de Desenvolvimento Social” (CLDS). O Município, deliberou e comunicou à DGAL, não pretender exercer as novas competências no domínio da Ação Social no ano de 2021, em termos análogos ao decidido noutras áreas e acompanhando a posição tomada nas áreas da Saúde e Educação.

O trabalho e as ações concretas consistiram em:

- a) Articular com a Presidência as posições a tomar e a submeter aos órgãos municipais face ao calendário imposto pelo legislador e à sua aplicação gradual;
- b) Elaborar as respetivas propostas e assegurar as comunicações, atempadas, à Direção Geral das Autarquias Locais, nos prazos fixados;
- c) Transmitir as reivindicações do executivo, a nível institucional, nas áreas a transferir com destaque para as da Ação Social, Educação e Saúde e Cultura e respetivas fontes de financiamento;
- d) Contestar o projeto de mapa da Ação Social que continha os elementos financeiros, os recursos humanos e respetivos ratios, os acordos e protocolos vigentes, bem como o número de processos familiares em acompanhamento e outros dados relevantes.
- e) Preparar os instrumentos necessários para o exercício das competências no **domínio da Cultura** (regulamentos, delegação e subdelegação de competências, protocolos...), cuja formalização continua a depender do auto de transferência.
- f) Participar e divulgar aos responsáveis de cada uma das áreas os webinars temáticos:
  - a. transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das Praias e cobrança de Taxa de Recursos Hídricos;
  - b. transferência de competências para os órgãos municipais no âmbito do estacionamento público;
  - c. transferência de competências para os órgãos municipais no âmbito da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo.
- g) Sugerir e pugnar, junto dos responsáveis das diferentes áreas a transferir, pela adoção de mecanismos de gestão e governança, incluindo os de caráter estratégico (Estratégia Municipal de Saúde, Cartas Sociais Municipais, Conselhos Municipais...)



- h) Apontar a necessidade de constituição de Comissões de análise, de suporte e avaliação nas áreas onde tal se aplica;
- i) Divulgar e transmitir aos responsáveis as implicações e os fluxos financeiros face aos princípios orçamentais aplicáveis;
- j) Acompanhamento e preparação de uma das maiores transferências: Educação.
- k) Acompanhamento e preparação do processo e transição na área da Saúde.
- l) Acompanhar os trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, atentando quer no grau de execução do processo quer nos constrangimentos transversais;
- m) Acompanhar a transição de todos os processos e operações, através da transmissão da informação com vista ao esclarecimento das dúvidas e questões suscitadas, designadamente:
  - i. Enquadramento legislativo, aspetos em causa e horizonte temporal para a efetivação da transferência de competências
  - ii. Reuniões de constituição e participação nas Comissões de Acompanhamento;
  - iii. Clarificação dos procedimentos, meios e recursos que garantam o financiamento ao nível das competências com envelope financeiro associado (Educação, Cultura, Saúde, Ação Social ...) junto das respetivas áreas governativas;
  - i. Gestão e acompanhamento do processo de descentralização, de forma a garantir a otimização de procedimentos e a incorporação natural de todas as novas competências, incluindo das freguesias.

# **OBRAS MUNICIPAIS**





## **OBRAS MUNICIPAIS**

### **Departamento de Obras Municipais**

O Departamento de Obras Municipais (DOM) dirigiu e apoiou as unidades orgânicas integradas no departamento, assegurando a adequada gestão dos recursos humanos e materiais que lhe estão afetos e prosseguiu, durante o ano de 2021, com as atividades afetas ao serviço de coordenação no âmbito das empreitadas de obras públicas, com maior ênfase no acompanhamento dos procedimentos conducentes ao planeamento e execução financeira, assegurando a adequada gestão dos contratos.

Para o efeito foram elaboradas, em 2021, cento e trinta e uma (131) informações, em contexto de gestão de contratos de empreitadas, em curso, no ano anterior. Foram ainda elaborados, no âmbito da gestão de contratos, vinte e dois (22) relatórios finais de empreitadas, com indicadores de execução financeira, níveis de qualidade técnica e níveis de execução financeira.

### **Divisão de Fiscalização de Empreitadas**

A Divisão de Fiscalização de Empreitadas (DFE) prosseguiu, durante o ano de 2021, com as atividades afetas ao serviço, materializadas na fiscalização de empreitadas de obras públicas, objeto de procedimento de contratação, à luz do previsto no Código de Contratação Pública e legislação conexas, desde a assinatura do contrato até à entrega em definitivo dessas empreitadas ao Município. Continua a desenvolver a atividade de coordenação de segurança em obra dessas mesmas empreitadas, assegurando que as entidades executantes cumprem com os requisitos da legislação em vigor em matéria de segurança e saúde no trabalho.

### **Obras rececionadas definitivamente**

Foram efetuadas as vistorias necessárias à realização de trinta (30) receções definitivas de empreitadas, cujo prazo de garantia terminou no ano de 2021.

### **Obras rececionadas provisoriamente**

Foram rececionadas provisoriamente, ao longo de 2021, cinquenta e uma (51) empreitadas:



- Ampliação da Zona Industrial de Arrifana;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do Concelho | 6.ª Fase (Santa Maria da Feira);
- Requalificação da Rua da Igreja (São Paio de Oleiros);
- Remodelação da escola Coelho e Castro (Fiães);
- Reabilitação de Empreendimentos de habitação Social (Paços de Brandão);
- Execução de infraestruturas e pavimentação na Travessa das Valas (Rio Meão);
- Requalificação Urbana da área central de Fiães (Fase 4);
- Drenagem de águas pluviais na Rua dos Canteiros/Rua das Corgas (Santa Maria da Feira);
- Redimensionamento das passagens hidráulicas na Travessa dos Pardais (Lourosa);
- HMC SPORTS | Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira – Remodelação de Gabinetes Terapêuticos;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos | 8ª Fase (freguesias de Santa Maria de Lamas e Rio Meão);
- Pavimentação Zona Centro do concelho (Santa Maria da Feira – Lote 1);
- Pavimentação Zona Centro do concelho (Santa Maria da Feira – Lote 2);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos | 8ª Fase (freguesias de São Paio de Oleiros e Nogueira da Regedoura);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos | 8ª Fase (freguesias de Sanguedo, Fiães e Romariz);
- Pavimentação da Rua Prof. Domingos Henrique Ferreira, Rua do Barreira e Travessa da Estrada Nova (Sanguedo);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos | 8ª Fase (freguesias de Souto, Mosteirô e Fornos);
- Construção das redes de abastecimento de água e de águas residuais na Rua da Tapada Velha (Romariz);
- Ampliação da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e execução da rede pluvial na Rua Entre Campos (Lobão);
- Ciclovia Av. Doutor Francisco Sá Carneiro (São João de Ver);
- Reabilitação da Avenida do Corgo (Arrifana);
- Pavimentação em betão betuminoso, de arruamentos | 8ª Fase (freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares);
- Requalificação da Praceta Rosa Amorim (Santa Maria de Lamas);
- Requalificação de Arruamentos em Paços de Brandão;
- Requalificação separador N1 | Rua Terras de Santa Maria (Arrifana);
- Pavimentação na Zona Sul do concelho (Santa Maria da Feira – Lote 1);
- Pavimentação na Zona Sul do concelho (Santa Maria da Feira – Lote 2);
- Pavimentação na Zona Sul do concelho (Santa Maria da Feira – Lote 3);
- Pavimentação em betão betuminoso nas freguesias de Paços de Brandão e Mozelos;
- Infraestruturas de Alimentação de Eletricidade da Quinta do Castelo (Santa Maria da Feira);
- Arranjo Paisagístico da Rotunda do Hospital (Santa Maria da Feira);
- Construção da rede de abastecimento de água na Rua das Ribeiras, e das redes de drenagem de águas residuais na rua das Ribeiras e Rua de S. Pedro (Lobão);
- Marcação Rodoviária de pavimentos na Rede Viária Municipal II;



- Execução de passeio, muro de vedação e tanque | Rua da Cerejeira, nº 106 (Fiães);
- Pavimentação em betão betuminoso na União de Freguesias de Lobão, Gião, Guisande e Louredo (8ª Fase);
- Construção da rede de drenagem de águas residuais na Rua Parque Desportivo (Vila Maior);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos na União de Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos na freguesia de Argoncilhe;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos na União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (8.ª Fase);
- Pavimentação do Recreio da Escola Coelho e Castro (Fiães);
- Requalificação do Polidesportivo da Vergada – Ordonhe (Argoncilhe);
- Requalificação dos Polidesportivos Dr. Feiteira Maia (Mozelos);
- Requalificação da Rua de Goim (Romariz);
- Valorização económica e territorial dos Caminhos de Fátima – Troço de Santa Maria da Feira;
- Eficiência Energética nas Escolas EB2 e JI da Feira;
- Fornecimento e instalação de sistema de controlo de acessos ao Centro Histórico de Santa Maria da Feira;
- Requalificação de rotundas da Rua da Ribeirinha (Santa Maria de Lamas);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de Sanguedo e Fiães);
- Requalificação Urbana da Rua do Mourão (Rio Meão);
- Requalificação do Polidesportivo da Auditório (Santa Maria de Lamas);
- Requalificação do Polidesportivo Cooperativa de Habitação de Manhóce (Arrifana).

### **Obras em execução à data de 31/12/2021**

No final do ano de 2021 encontravam-se em fase de execução ou em fase de receção provisória sessenta e duas (62) empreitadas.

### **Obras em fase de receção provisória**

- Requalificação da EM. 520, entre a rua dos Camalhões e a rua Marco da Poça em Argoncilhe/Olival (Santa Maria da Feira/Vila Nova de Gaia);
- Substituição de cobertura do pavilhão da Casa do Povo de Fiães;
- Construção de rede de drenagem pluvial no Lugar dos Camalhões (Argoncilhe – Santa Maria da Feira);
- Requalificação da Alameda Alfredo Henriques (Mozelos);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de Arrifana e Milheirós de Poiares)

### **Obras em execução**



- Demolição de Edifício de habitação e anexos –Rua do Pinhal (Escapães);
- Requalificação da Rua Dr. Carlos Alberto Almeida (Vila Maior);
- Reparação da rede de drenagem pluvial e saneamento na Av. de Lourosa e envolvente ao edifício Lagoa;
- Via de acesso ao PEC (reparação da caixa nº 20);
- Demolição de pavilhão, anexos e alpendres – Rua do Comércio (Lourosa);
- Construção do Centro Veterinário Municipal (São João de Ver);
- Reabilitação de Empreendimento de Habitação Social (Fiães – Souto);
- Reabilitação e ampliação do edifício destinado a Arquivo Municipal (Santa Maria da Feira);
- Reabilitação de empreendimentos de Habitação Social (Fiães – Ferradal);
- Requalificação ambiental das margens do Rio Uíma | 3ª fase | Troço entre a Rua do Rio Uíma (Lobão) e as Termas das Caldas de São Jorge;
- Requalificação de rotundas A 32 – Saída Gião (r1), EM 327 Acaíl – Souto (r2) Rua Cruz de Malta – Rio Meão (r3);
- HMC SPORTS | Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira – Requalificação de instalações sanitárias (apoio a eventos) e zonas de duche M e H (Santa Maria da Feira);
- Alargamento do cruzamento da Rua Comendador Sá Couto / Rua Dr. Francisco Valle Guimarães (São Paio de Oleiros);
- Remodelação das instalações sanitárias e acessibilidades da Escola Básica do Outeiro (Rio Meão);
- Construção das redes de drenagem de águas residuais do Estaleiro e do Centro Veterinário Municipais – Zona Industrial da Corujeira (São João de Ver);
- EEIP Fase 4 | Eficiência Energética na Iluminação Pública (Santa Maria da Feira);
- Rua de ligação entre a Rua Dr. Vaz Ferreira e a Rua das Fogaceiras (Santa Maria da Feira);
- Rotunda na EN109-4 ao km 14+550 (Fornos);
- Requalificação da Envolvente às Termas das Caldas de S. Jorge;
- Requalificação do Centro Escolar de Nogueira de Regedoura – 2ª fase;
- Obras de adaptação para Centro de Proteção Civil;
- Construção da rede de drenagem pluvial da rua da Alegria - São João de Ver;
- Retificação do telhado e instalação de Equipamentos de Climatização no Imaginarius Centro de Criação;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de Santa Maria de Lamas e Rio Meão);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior);
- Repavimentação e manutenção do Cemitério Municipal (Santa Maria da Feira);
- Requalificação Urbana do Arraial de Lourosa;
- Requalificação das ruas do Brejo e da Salgueirinha (Santa Maria de Lamas);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de Lourosa e São João de Ver);
- Ampliação da Unidade de Saúde Familiar (USF) de Rio Meão;
- Requalificação da Rua da Mata (Rio Meão, Paços de Brandão e Santa Maria de Lamas);
- Ciclovia Espargo – Paços de Brandão
- Ciclovia da Feira | Percurso Urbano do Cáster;
- Pavimentação em betão betuminoso de Arruamentos – 9ª Fase (Caldas São Jorge, Pigeiros e Escapães);





- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteirô);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (União de Freguesia de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo);
- Requalificação dos Pavimentos da Quinta do Areeiro (São João de Ver);
- Reabilitação e alteração das Oficinas e Armazéns Municipais (São João de Ver);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de S. Paio de Oleiros e Nogueira de Regedoura);
- Piscina Municipal de Canedo;
- Reparação da rede de drenagem de águas pluviais na envolvente à rua de Cedofeita (Vila Maior);
- Construção de um muro de suporte de terras no logradouro da EB1 do Mirante (Canedo);
- Requalificação da Rua Coelho e Castro (Fiães);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesia de Argoncilhe e Lugar de Paçô – Canedo);
- Cobertos/entrada das EB1 de Aldeia Nova, Casalmeão e Pousadela;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 9ª Fase (freguesias de Mozelos e Romariz);
- Reconstrução de um troço de coletor de drenagem de águas pluviais – Rua do Bolhão (Fiães);
- Requalificação da Zona Industrial do Casalinho;
- Reabilitação do Complexo do Europarque – arranjos exteriores (Santa Maria da Feira);
- Adução e monitorização das captações das Termas de Caldas de São Jorge (instalação de condutas);
- Beneficiação da EB 2/3 de Paços de Brandão;
- Reparações no sistema de climatização da EB 2/3 de Paços de Brandão;
- Requalificação da Rua Cruz da Lavoura (Romariz);
- Requalificação do balneário masculino – Piscina Municipal (Santa Maria da Feira);
- Requalificação de circuito – Tramo A e B (Mozelos);
- Reabilitação do Complexo do Europarque – iluminação exterior (Santa Maria da Feira).



### **Perito agregado a júris de procedimento de contratação pública**

A DFE assegura ainda a assessoria técnica ao júri na análise de propostas dos vários tipos de procedimentos para contratação de serviços e empreitadas, procedendo à análise e ordenação das propostas conforme critérios definidos no procedimento.

Quando necessário, efetua a análise das reclamações dos concorrentes e procede à emissão do respetivo parecer, na qualidade de perito agregado ao júri.

Neste âmbito, foram emitidos setenta e oito (78 pareceres), divididos da seguinte forma: cinquenta e quatro (54) pareceres de procedimentos de concurso público, onze (11) pareceres de procedimentos de consulta prévia, cinco (5) pareceres de procedimentos de ajuste direto, e oito (8) pareceres relativos a reclamações de concorrentes.

### **Volume de faturação das obras fiscalizadas**

Registou-se, no final do ano de 2021, um valor de faturação acumulado de 16.663.240,24 Euros.

### **Divisão de Estudos e Projetos**

Na Divisão de Estudos e Projetos (DEP), o ano de 2021 foi essencialmente focado na continuidade da execução dos projetos que se encontravam em avançada fase de execução, tendo a maioria permitido a organização de processos de concurso para a contratação de empreitadas de obras públicas no valor aproximado de 18 milhões de euros, consolidando a evolução do aumento do lançamento de concursos que esta Divisão tem vindo a produzir nos últimos anos.

Além da execução de projetos e das respetivas tarefas nos procedimentos concursais, a Divisão também prestou acompanhamento técnico às obras em execução e deu início a outros projetos para desenvolvimento em 2022.

Dos principais processos preparados por esta Divisão em 2021, evidenciamos os seguintes:

#### **Edifícios Desporto**

- Requalificação do Polidesportivo do Auditório de Santa Maria de Lamas;
- Requalificação do Polidesportivo Cooperativa de Habitação de Manhôce – Arrifana;



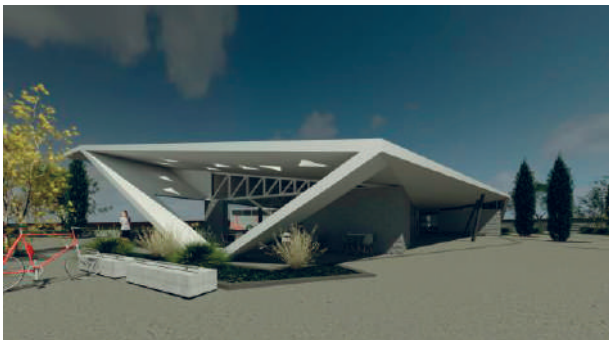
- Requalificação do balneário masculino – Piscina Municipal de Santa Maria da Feira;
- Requalificação do Polidesportivo de Louredo;
- Requalificação do Polidesportivo de Arcozelo - Caldas de São Jorge;
- Requalificação do Polidesportivo na Zona de Lazer do Outeiro - Milheirós de Poiares;
- Remodelação interior do Pavilhão da Casa do Povo de Fiães.

### **Edifícios de Educação**

- Construção de muro de suporte de terras no logradouro da EB1 do Mirante – Canedo;
- Cobertos de entrada das EB1 de Aldeia Nova, Casalmeão e Pousadela – Lourosa e Mozelos;
- Reabilitação do Jardim de Infância de São Domingos - Argoncilhe;
- Substituição da cobertura da EB1 N1 Feira;
- Beneficiação da EB 2.3 de Paços de Brandão;
- Reparações no sistema de ventilação da EB 2.3 de Paços de Brandão;
- Recuperação do teto falso e da rede principal de aquecimento central do Centro Escolar da Igreja – Lourosa;
- Requalificação da Biblioteca Escolar Básica de Santo António – Rio Meão;
- Reabilitação do Centro Escolar do Arraial - Sanguedo.

## Edifícios Municipais

- Interface de Transportes – Lourosa - Fiães;



- Requalificação do Mercado Municipal de Santa Maria da Feira;
- Reabilitação e remodelação do edifício da Biblioteca Municipal – Santa Maria da Feira.

## Edifícios Culturais

- Consolidação estrutural e reabilitação da Muralha e Ruína do Paço do Castelo de Santa Maria da Feira;

## Edifícios de Saúde

- Unidade de Saúde Familiar de Canedo.

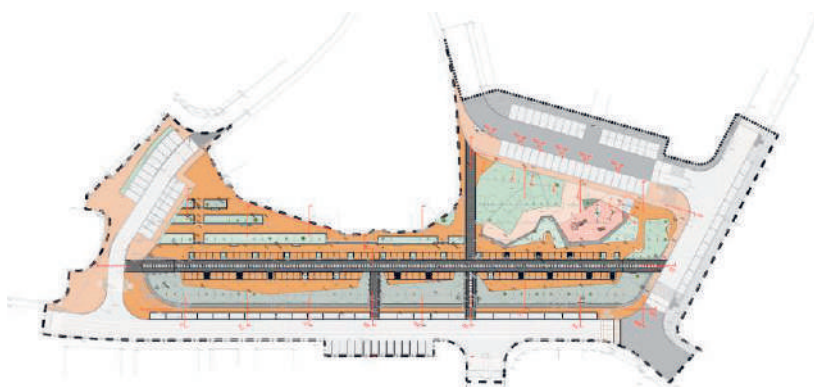


## Infraestruturas

- Reparação da rede de drenagem de águas pluviais na envolvente à Rua de Cedofeita – Vale;
- Construção de redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais em vários arruamentos do concelho de Santa Maria da Feira.

## Requalificação Urbana

- Requalificação Urbana do Largo Manuel José Pereira - Arrifana;





- Requalificação dos pavimentos da Quinta do Arieiro – São João de Ver;
- Ciclovia da Feira – Percorso Urbano do Cáster;
- Rotunda Broquista – Santa Maria de Lamas;
- Reabilitação do Cais do Porto Carvoeiro – Porto Carvoeiro;
- Requalificação do cruzamento dos Quatro Caminhos - Sanguedo;
- Requalificação do Largo da Corga de Lobão - Lobão;
- Requalificação da Rua das Cavadas – Milheirós de Poiães;
- Parque de Lazer – Argoncilhe;
- Requalificação dos pavimentos da Zona Industrial de Mosteirô;
- Requalificação da Zona Industrial do Casalinho - Lourosa.

### **Eficiência Energética**

Reabilitação do complexo Europarque (iluminação exterior).

### **Processos de urbanismo:**

- Elevação de chaminé;
- Demolição de edificação e muro de vedação.

### **Requalificação Viária:**

- Requalificação da Rua Cruz da Lavoura – Romariz;
- Pavimentação da Rua 4 da Urbanização das Penas – Paços de Brandão;
- Rua de ligação entre a Rua Carreira da Missa e a Rua Grupo Musical de Argoncilhe;
- Prolongamento da Travessa de São Tiago - Lobão;
- Requalificação da Rua Casimiro José Milheiro – Pigeiros;
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 10ª Fase (freguesia de Arrifana);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 10ª Fase (freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior);



- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 10ª Fase (freguesia de São João de Ver);
- Pavimentação em betão betuminoso de arruamentos – 10ª Fase (freguesias de Argoncilhe e Santa Maria de Lamas).

## **Departamento de Equipamentos Infraestruturas e Gestão de Frota**

Este Departamento sucedeu ao de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos, pelo que, com exceção da parte do ambiente (desenvolvida nas páginas dedicadas ao Pelouro do Ambiente) os próximos parágrafos referem-se a este antigo Departamento porque se cuida aqui do ano de 2021.

### **Divisão de Rede Viária e Trânsito**

No ano de 2021, esta Divisão tinha à sua responsabilidade a matéria da mobilidade. Assim sendo, será aqui que essa matéria ficará desenvolvida.

### **Tratamento de assuntos diversos**

- Propostas de aquisição de materiais de construção de consumo corrente;
- Estudo e informação técnica sobre sinalização de trânsito, quer vertical quer marcação rodoviária de pavimento, na rede viária municipal, bem como de situações existentes e de emissão de respetivas certidões;
- Revisão e planificação das posturas de trânsito existentes e aprovação de novos planos de sinalização vertical e horizontal para as freguesias de Canedo, Vale, Vila Maior, Lobão, Gião, Louredo e Guisande;
- Informações, comunicações internas, propostas, no âmbito da resposta ao expediente da Rede Viária Municipal e da Circulação e Trânsito na Via Pública, bem como da gestão quotidiana destas atribuições do Município:
  - Elaboração de informações internas, de análise e emissão de parecer técnico sobre os mais diversos assuntos, designadamente de resposta a requerimentos, reclamações, exposições de munícipes, de empresas, entre outros;



- Elaboração de informações internas sobre pedidos das Juntas de Freguesia, no âmbito de diversas obras que se propõem executar no domínio das vias de comunicação e equipamentos desportivos, designadamente de pavimentação de arruamentos a betuminoso, de construção de muros, passeios pedonais públicos, entre outros.

- Apoio a outras unidades orgânicas dos serviços Municipais.

### **Publicidade e ocupação do espaço público**

Análise e apreciação técnica de processos de licenciamento e autorização de pedidos de ocupação do espaço público e de inscrição ou afixação de mensagens publicitárias e seus suportes.

### **Acidentes de viação ocorridos na rede viária municipal**

Análise e informação dos pedidos de indemnização reclamados pelos intervenientes em acidentes de viação ocorridos na Rede Viária Municipal, alegadamente motivados por deficiências de conservação, de manutenção ou de construção.

### **Acompanhamento da execução de contratos de prestação de serviços**

- Assistência técnica, manutenção, reparações e atualização dos automatismos, da Sinalização Luminosa Automática de Trânsito (“Semáforos”), instalados nas diversas intercessões da rede viária municipal, prestadas pelas empresas da especialidade contratadas;

- Estudo e definição da localização, elenco de características técnicas, acompanhamento, verificação e validação do fornecimento e montagem de abrigos de paragem de transporte coletivo;

- Limpeza e desobstrução mecânica, com recurso a camião-cisterna de alta pressão e sucção, dos coletores públicos de drenagem de águas pluviais em diversos pontos da rede viária municipal.

### **Acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de reposição de pavimentos em intervenções na via pública para execução de infraestruturas de operadores de serviço público**





- Análise de pedidos de autorização de intervenção e acompanhamento e fiscalização de execução das Redes Públicas de Drenagem de Águas Residuais e das Redes Públicas de Distribuição de Água, a cargo da empresa INDÁQUA Feira, Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., no âmbito da concessão da construção, exploração e gestão do sistema municipal de distribuição de água e saneamento:

- Extensões de rede de abastecimento de água domiciliário;
- Extensões de rede de drenagem de águas residuais.

- Análise de pedidos de autorização de intervenções e acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos na execução de ramais domiciliários e extensões de rede de distribuição de gás natural, realizados pela “Galp Energia”, nas várias freguesias do Concelho;

- Análise de pedidos de autorização de intervenção e acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos na execução de redes subterrâneas de transporte de energia elétrica em baixa e média tensão, e de remodelação ou extensão da rede de iluminação pública, realizados pela entidade gestora de energia elétrica;

- Análise de pedidos de autorização de intervenção e acompanhamento e fiscalização da reposição de pavimentos na instalação de fibra ótica, por meio aéreo e subterrâneo, na via pública, realizados pelas empresas de telecomunicações, nomeadamente “Altice/MEO”, “NOWO”, “Vodafone” e “NOS”);

- Análise de pedidos de autorização de intervenção, e acompanhamento e fiscalização de reposição de pavimentos, na execução da rede pública de distribuição de água em alta, realizados pelas “Águas do Douro e Paiva, S.A.” e “Águas do Norte, S.A.”.

### **Obras executadas por administração direta**

- Estudo, preparação, orçamentação, programação e execução das diversas intervenções de reparação e conservação da rede de drenagem de águas pluviais, e de reparação, conservação e manutenção da rede viária municipal (pavimentos betuminosos, muros de suporte e vedação, caçadas e passeios públicos, caixas de visita, sistema de sinalização do trânsito, entre outros);

- Implementação de medidas de acalmia de tráfego, com intuito na redução da sinistralidade rodoviária, destacando-se a implementação da marcação rodoviária M11 (passagem de peões), complementada com uma pintura de características visuais de

alerta e auxílio à travagem, caso necessário. Ilustra-se abaixo a medida descrita, cujo local é junto à Escola Básica de Valrico, na Rua 13 de Agosto, da freguesia de S. Miguel de Souto. Situações análogas foram implementadas pelo concelho, nomeadamente junto à EB23 Fernando Pessoa, em Santa Maria da Feira, na EB de S. João de Ver e na Rua Nossa Senhora de Fátima, na freguesia de Mozelos.



Foto 1 - Implementação de medida de Acalmia de Tráfego

- Execução de obras de reparação, conservação e manutenção da rede viária, pontualmente com construção nova, incluindo sistema de sinalização do trânsito, muros de suporte e vedação da via pública, pavimentações a massa betuminosa a quente, tapamento de covas a massa betuminosa a frio e sistema público de drenagem de águas pluviais – trabalhos realizados pelo setor operacional da Rede Viária e Trânsito (Brigadas Operacionais), incluindo toda a gestão, acompanhamento e controlo das atividades realizadas:

- Correção e execução de novas redes públicas de drenagem de águas pluviais, em troços de extensão significativa, tais como na Rua do Inatel (freguesia de Santa Maria da Feira), Rua dos Malmequeres (freguesia de Lourosa), construção de passagem hidráulica na Rua do Lourido (freguesia de Espargo) e Rua dos Valinhos (freguesia de Mosteirô);



- Pavimentação a mistura betuminosa a quente, em troços de ruas de alguma complexidade, como a Rua Regatos de Baixo, Rua do Viaduto, Travessa da Fonte dos Casais Baixo 1, 2 e 3, Rua dos Lagos, Rua de Cardielos, Rua da Barroca, Rua Centro de Dia, Rua das Alminhas, Rua da Quinta, Travessa da Quinta, Rua da Tapadinha e Rua Padre Américo (freguesia de Rio Meão); Rua Principal (freguesia de Canedo); Rua de Argoncilhe, Rua Ribeira da Venda, Rua Vale da Azenha e Rua Alves Ribeiro (freguesia de Argoncilhe); Rua do Inatel (freguesia de Santa Maria da Feira), Travessa do Monte, Travessa do Chafariz, Rua das Cerejeirinhas (freguesia de Caldas de S. Jorge); Travessa Fonte Casal do Monte, Travessa Chousa de Cima e Travessa Ulfilanis (freguesia de Fiães); Travessa e Rua da Amizade (freguesia de Gião); Rua da Gândara e Rua do Rio (freguesia de Pigeiros); Travessa do Sobral e Travessa Outeiro do Moinho (freguesia de Mozelos);

- Construção de muros de suporte da via pública, tais como na Rua de Vilas (freguesia de Mozelos), Rua Carlos Peixoto (freguesia de Santa Maria de Lamas), Rua Padre Américo (freguesia de Rio Meão), e Rua da Inha (freguesia de Canedo);

- Implementação de Sistema Automático de Controlo de Acessos ao Centro Histórico de Santa Maria da Feira.

De evidenciar que, relativamente à operacionalização por administração direta, comparativamente com o ano de 2020, verificou-se uma continuidade de produtividade e rendimento nos trabalhos desenvolvidos, nomeadamente nas pavimentações a mistura betuminosa a quente, na pintura rodoviária e sinalização vertical de trânsito. Os bons resultados obtidos devem-se às propostas de melhoria implementadas em 2020, nomeadamente na aquisição de equipamentos pesados de apoio à execução deste tipo de trabalhos, assim como no reforço de meios humanos, contratados em meados de 2021. De salientar ainda a continuidade da implementação do horário laboral de jornada contínua, que tem contribuído para uma maior motivação dos Assistentes Operacionais, que se traduz numa maior produtividade e rendimento nos trabalhos desenvolvidos pela administração direta (AD).

## **Mobilidade e transportes**

O ano de 2021 assinala o início de um projeto piloto na área da Mobilidade Elétrica. Pela primeira vez, o Município de Santa Maria da Feira elabora uma estratégia para a implementação, em rede, de Postos de Carregamento de Veículos Elétricos. Para a sua



concretização, fez-se um procedimento de atribuição de licença de ocupação de espaço público, para a instalação de 44 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, finalizado em 2021 com a adjudicação do concurso.

A estratégia base para a implementação da Rede de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos foi a cobertura total do território por uma rede franca e acessível ao utente, em todo e qualquer ponto do concelho.

No desenvolvimento de uma política de mobilidade estratégica, o Município propôs-se desenvolver e iniciar o processo de ampliação da Rede de Percursos de Mobilidade Ativa, ligando os diferentes núcleos urbanos e rurais, equipamentos principais, espaços de lazer e desporto, entre outros. Foram sendo elaborados trabalhos na ótica do planeamento da mobilidade, tal como criação de ciclovias, com o objetivo de que esta estratégia se consubstancie na implementação efetiva no território.

Quanto à política de transportes, apesar das competências de transporte público de passageiros ter sido delegada na Área Metropolitana do Porto (AMP), o Município passou a constituir-se, por via da entrada em vigor do Regime Jurídico do Serviço de Transporte Público de Passageiros, como uma Autoridade de Transportes e a ter responsabilidades na regulação do sistema, com particulares exigências ao nível de funcionamento, monitorização e fiscalização.

Paralelamente, na temática dos transportes e a par de todos os trabalhos elaborados na gestão da atividade diária para que o serviço de transportes “Transfeira” mantenha a seu serviço normalizado, destaca-se, em particular, o trabalho na elaboração de um “novo” contrato que correspondesse às competências do Município como Autoridade de Transportes. Neste âmbito, destaca-se toda a preparação de um concurso baseado em novas regras, reformuladas por forma a dar cumprimento às novas exigências legislativas e às competências do Município como Autoridade de Transportes. Desta forma, a consequência foi a elaboração de um Contrato de Transportes, conforme as exigências do Regime Jurídico dos Transportes, e uma readaptação deste à submissão de pedido de Parecer Vinculativo à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT). Até então, este trabalho não era elaborado na formação de contratos, nem era exigido ao Município.



O novo contrato de serviço público incorporou novas cláusulas, previstas no RJSPTP, através do artigo 23.º, que foram formuladas de forma expressa, detalhada, com “elementos específicos, objetivos e quantificáveis”, dentre as quais a incorporação de um conjunto de condições técnicas, tais como as obrigações de serviço público (OSP), sanções contratuais e o racional de apuramento do preço base procedimental, adaptadas à exigências de um serviço público de transporte mais transparente, de acordo com as atuais regras de mercado concorrenciais.

Ainda na temática dos transportes e como consequência do Município se constituir como Autoridade de Transportes, foram elaborados, no decorrer de 2021, os relatórios obrigatórios de informação sobre o sistema de transportes no Município, advindos de exigências europeias e nacionais. Esses relatórios constituem uma avaliação prevista nos Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, Regulamento (CE) 1370/2007 e nos de deveres de informação e comunicação do Regulamento n.º 430/2019, de 11 de abril, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. De destacar que estes deveres de informação que o Município elabora constituem uma importante fonte de informação para o estado da arte dos transportes e mobilidade, submetida através de uma plataforma on-line, de nível nacional – Balcão Único da AMT.

Invariavelmente, o direito ao território desenvolve-se pelo respetivo planeamento e gestão. As políticas territoriais foram chamadas a responder aos desafios da crescente importância dos efeitos da globalização, sendo premente que os municípios estejam preparados para responder a uma política proativa no âmbito dos transportes e mobilidade. Cada vez mais, e à luz de novos paradigmas incrementados fortemente pelo registo de uma pandemia Covid-19, os transportes e a mobilidade não conseguirão sobreviver sendo vistos/tratados de forma isolada, mas sim como resposta e garante do acesso pleno às funções presentes no território, capazes de um equilíbrio com um espaço público inclusivo, acessível, funcional e atrativo.

Para responder a estes novos paradigmas na área da mobilidade e dos transportes, associados às preocupações na intervenção do espaço público, em 2021 aprovou-se a elaboração do Plano de Promoção da Acessibilidade de Santa Maria da Feira – PPA, na constituição de um território mais inclusivo, livre de obstáculos, através da implementação das ações e medidas previstas no Plano, na eliminação de barreiras arquitetónicas e na readaptação dos transportes, permitindo deslocações mais seguras e espaços públicos mais confortáveis.



O Município desenvolve as ações ao nível das obras públicas e, como entidade gestora de operações urbanísticas, da autoria do Departamento de Urbanismo, nas obras particulares. Nas obras públicas, os intervenientes identificam-se essencialmente pela administração direta, da autoria da DMRVT, e pelo cumprimento de procedimentos contratuais, da autoria da Divisão de Fiscalização e Empreitadas, com o objetivo comum, associado às boas práticas de correção e melhoria de condições de acessibilidade, ao nível das travessias de peões, acessos pedonais e a estabelecimentos de serviços, a equipamentos e edifícios públicos, a lugares de estacionamento, espaços de lazer e lúdicos, entre outros.

Seguindo esta linha, todos os anos é elaborado um Relatório de Cumprimento das Normas Técnicas de Acessibilidades, obrigatório pelo estabelecido no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto. Este documento tem por objetivo fazer um diagnóstico da situação existente, referente ao ano de 2021, tendo por base os elementos recolhidos nas respetivas ações de fiscalização.

## **Divisão de Gestão de Edifícios**

### **Obras realizadas pelas brigadas da DGE**

- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários estabelecimentos de ensino do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a destacar:
  - Substituição parcial de pavimento em soalho e tratamento do restante, em salas de aula, hall e escadaria, na EB de Outeiro (freguesia de Arrifana);
  - Execução de cobertura metálica nas traseiras da EB de Soutelo e tratamento dos paramentos exteriores (freguesia de Fiães);
  - Substituição dos elementos de revestimento do coberto entre edifícios, na EB de Igreja (freguesia de Lobão);
  - Substituição de caixilharia em três salas de aula, adaptação de uma sala para refeitório e execução de novas instalações sanitárias, na EB do Candal (freguesia de Lobão – processo ainda a decorrer);
  - Pintura dos paramentos exteriores da EB de Casalmeão (freguesia de Lourosa);
  - Execução de extensão de coberto exterior na EB de Igreja, com substituição do revestimento do existente (freguesia de Romariz);
  - Remodelação das instalações sanitárias e hall de entrada da EB de Lamas Nº 1 (freguesia de Santa Maria de Lamas);

- Substituição do revestimento da cobertura do JI de Macieira (freguesia de Travanca);
- Execução de muros de suportes e arranjos exteriores na EB de Póvoa (freguesia do Vale).



Fotografia 1 – Escola Básica de Outeiro



Fotografia 2 – Jardim-de-infância de Macieira

\_ Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos edifícios do património municipal ou a cargo do Município, manutenção e conservação do mercado municipal e cemitério, bem como de equipamentos destinados a realizações de interesse público ao nível elétrico, de pichelaria, pintura, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, destacando-se:

- Reconstrução de muro de suporte no interior do Parque Ornitológico de Lourosa;

- Remodelação e adaptação do edifício aos novos espaços da Divisão de Conservação de Edifícios e Divisão de Rede Viária e Trânsito (freguesia da Feira);
  - Execução de trabalhos de adaptação de espaços no piso 3 e 4 do edifício onde está localizado o Pelouro de Urbanismo (freguesia da Feira).
  
- Execução de reparações diversas e de manutenção corrente nos vários fogos do parque habitacional social do concelho, ao nível elétrico, de pichelaria, pintura e outras pequenas reparações;
  
- Execução de manutenção e conservação de espaços e parques de lazer ao nível da pintura, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras, a destacar:
  - Substituição do pavimento em saibro em vários tramos dos passadiços, bem como manutenção de madeiras ao longo de toda a extensão deste, no Parque Ribeiras do Uíma (freguesias de Fiães e Lobão);
  - Colocação de guarda de segurança ao longo da albufeira e reparação de muros laterais em gabião, na Praia Fluvial da Mamoá (freguesia de Milheirós de Poiares);



Fotografia 3 – Passadiços Parque Ribeiras do Uíma





Fotografia 4 – Albufeira da Praia Fluvial da Mamoá

- Execução de trabalhos de manutenção e conservação de fontanários e espelhos de água públicos, bem como infraestruturas públicas a cargo do Município, ao nível de trabalhos correntes de pintura, serralharia, carpintaria, redes elétricas e de pichelaria, eventuais prestações de serviço específicas de mão-de-obra e outras reparações ligeiras.

- Apoio a vários eventos efetuados ao longo do ano, do Pelouro de Cultura, Turismo, Biblioteca e Museus e Pelouro de Educação, Desporto e Juventude.



**ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E  
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**





## ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O ano de 2021 ficou ainda marcado pela pandemia COVID-19, que deixou Portugal, em contexto macroeconómico ainda difícil. Esta conjuntura obrigou a manter, em 2021, um controlo acrescido e uma atitude de atenção e empenho aproveitando todos os meios disponíveis e afetando-os em prol do desenvolvimento do território, da economia local e da população Feirense, criando melhores condições de vida para todos os munícipes e potenciando a fixação de população no concelho.

Ao nível da gestão financeira, 2021, caracterizou-se pela estabilização dos procedimentos associados à implementação do novo sistema contabilístico (SNC-AP) que veio reformular premissas contabilísticas estabelecidas no anterior sistema POCAL e continuou a exigir dos serviços financeiros um esforço suplementar e extraordinário de adaptação dos procedimentos e de tarefas a realizar.

O Município de Santa Maria da Feira reforçou o seu processo de consolidação das finanças públicas, garantindo uma estrutura financeira equilibrada e o cumprimento dos objetivos Municipais delineados, sem colocar a entidade em risco financeiro, seja numa perspetiva de curto ou de longo prazo. A prossecução desta política veio permitir que o Município de Santa Maria da Feira fosse considerado, no anuário financeiro dos Municípios portugueses apresentado em 13 de dezembro de 2021 (com o ano de referência de 2020), como o Município com melhor eficiência financeira comparativa no Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhores classificados a nível nacional.

Na área da modernização administrativa e com base numa visão estratégica da gestão de informação, onde a gestão documental e gestão de arquivo se unificam num quadro com objetivos comuns, iniciou-se e desenvolveu-se, em conjunto com outras áreas dos serviços Municipais, o projeto de Sistema Integrado de Gestão de Informação Municipal, que culminará na gestão da informação desmaterializada entre serviços, de forma normalizada, desde o atendimento até ao seu arquivo.



## **Captação de fundos comunitários e nacionais**

O apoio da União Europeia tem sido preponderante no desenvolvimento estrutural de Portugal e, em vários domínios, o País evoluiu qualitativamente. De Facto, os fundos comunitários são essenciais enquanto oportunidade única para maximizar o investimento autárquico, realizando projetos e obras direcionadas para a satisfação das necessidades básicas das populações e o desenvolvimento do seu território, que de outra forma, não são passíveis de concretização.

O ano de 2021, está associado ao início do Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027 – Portugal2030, que sucederá ao Portugal2020. O Portugal 2030 materializará o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia, fixando os grandes objetivos estratégicos para aplicação do montante global de 24.182 M€. O ano de 2021 foi marcado pelas negociações entre Portugal e a Comissão Europeia para a definição do referido Acordo de Parceria.

Em paralelo o ano de 2021 é também marcado pelo início da implementação do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. O PRR é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.

Para preparar a implementação destes 2 programas de apoio, a AMP criou um grupo de trabalho, denominado Grupo Apoio ao Planeamento Estratégico AMP2030, para o desenvolvimento de um Plano Estratégico para a região, através do qual consensualizará uma síntese estratégica e linhas de atuação futura que permitam dotar o subespaço regional de um documento referencial capaz de orientar as opções a tomar ao longo do processo de negociação e de programação.

O Município de Santa Maria da Feira, como território integrante da AMP, faz obviamente parte deste grupo de trabalho, e durante 2021, procedeu ao levantamento das necessidades/Intenções de investimento a executar para o desenvolvimento do concelho até 2027, tentando o seu enquadramento tanto no Portugal2030 como no PRR.



No que se refere ao atual Quadro Comunitário de Apoio Portugal2020, o Município de Santa Maria da Feira manteve-se com uma atitude de atenção e empenho, aproveitando os meios financeiros colocados à disposição, para fazer face às necessidades do território e aos novos desafios causados pela COVID-19.

No que se refere ao PDCT – Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial, em 2021, encontravam-se aprovados e em execução os projetos inscritos em PDCT, nomeadamente:

- Autarquia Digital com um investimento elegível estimado de 463.525,28€ e uma comparticipação FEDER de 393.996,49€ - em encerramento administrativo da operação;
- Requalificação da Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, Fiães, Sta. M<sup>a</sup> da Feira, face à reprogramação do Quadro Comunitário foi possível reforçar o investimento elegível para 3.131.469,27€ e a consequente comparticipação FEDER para 2.618.000,00€. Assim, não obstante esta operação se encontrar realizada, em 2021, procedemos á concretização dos procedimentos administrativos relacionados com esta reprogramação;
- Construção da Escola Básica de Fornos, face à reprogramação do Quadro Comunitário foi possível reforçar o investimento elegível para 1.496.878,27€ e a consequente comparticipação FEDER para 942.244,90 €. Assim, não obstante esta operação se encontrar realizada, em 2021, procedemos á concretização dos procedimentos administrativos relacionados com esta reprogramação
- EDUFEIRA - Inovamos para o Sucesso, com um investimento elegível estimado de 887.836,71€ e uma comparticipação FSE de 754.661,20€;
- EEIP Fase II e III - Eficiência Energética na Iluminação Pública, com um investimento elegível estimado de 1.098.286,14 € e uma comparticipação FEDER de 1.043.371,83 €, na modalidade de reembolsável na totalidade - em encerramento administrativo da operação;
- INCukturar-te: Incluir pela Cultura - Projeto TransformArte, com um investimento elegível estimado de 149.868,32 € e uma comparticipação FSE de 127.388,07€;

Relativamente ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, em 2021 encontram-se aprovados e em execução todas as operações aprovadas, nomeadamente:



- Reabilitação da Quinta do Castelo - 2.º parte, com um investimento elegível estimado de 876.285,65 € e uma comparticipação FEDER de 744.819,85 €; - operação concluída a aguardar a validação do Relatório Final;
- Reabilitação de Empreendimentos de Habitação Social, com um investimento elegível estimado de 2.049.882,35€ e uma comparticipação FEDER de 1.742.400,00€;
- Reabilitação do Edifício do Centro Histórico de SMFeira - Arquivo Municipal, com um investimento elegível estimado de 3.318.100,50€ e uma comparticipação FEDER de 2.820.385,43€;
- Construção de Interface de Transportes de Lourosa, com um investimento elegível estimado de 1.642.549,10 € uma comparticipação FEDER de 1.396.166,74 €;
- Reabilitação do Porto Carvoeiro, com um investimento elegível estimado de 2.022.571,00 € uma comparticipação FEDER de 1.719.185,35 €;
- Rede de Ciclovias e Circuitos de Modos Suaves da Cidade de S.M. Feira, com um investimento elegível estimado de 1.292.441,81 € e uma comparticipação FEDER de 1.098.575,54 €;
- Requalificação Urbana do Largo da Igreja de Lourosa e sua Envolvente – Santa Maria da Feira, com um investimento elegível estimado de 633.119,33 € e uma comparticipação FEDER de 538.151,42 €.

Para além destas, estão executadas e em fase de relatório final quatro operações inscritas em PEDU mas submetidas aos avisos referentes à Mitigação, nomeadamente:

- Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães I / II / III Fase, com um investimento elegível estimado de 321.951,37 € e uma comparticipação FEDER de 273.658,66 €;
- Redefinição da hierarquia viária no Centro da Cidade de Fiães - Fase 4, com um investimento elegível estimado de 238.475,13 € e uma comparticipação FEDER de 202.703,86 €;
- Reabilitação da Quinta do Castelo - 1.º parte, com um investimento elegível estimado de 1.080.438,73 € e uma comparticipação FEDER de 918.372,92 €;
- Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social de Milheirós de Poiães e Paços de Brandão, com um investimento elegível estimado de 330.295,74 € e uma comparticipação FEDER de 280.751,37 €.





Paralelamente e no que se refere a outras temáticas/prioridades de Investimento não incluídas no PDCT e no PEDU, o Município de Santa Maria da Feira mantém-se atento a todas as possibilidades de financiamento, tendo já submetido diversas candidaturas no âmbito do Portugal 2020, nomeadamente:

- M.I.D.A.S. - Mudança para a inclusão e desenvolvimento artístico-social no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, e, parceira com a Cooperativa Casa dos Choupos e a IPSS CASTIIS, com um investimento elegível estimado de 280.203,80 € e comparticipação FSE de 238.173,23 €;
- Valorização dos caminhos de Fátima, no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, em parceria com a Associação dos Caminhos de Fátima, o Município de V.N. de Gaia, Município de S.J. da Madeira e Município de O. de Azeméis, com um investimento elegível estimado para Santa Maria da Feira de 149.544,64 € e uma comparticipação FEDER de 127.112,94 €;
- Formação AL – AMP, submetido ao NORTE2020, com um investimento elegível de 124.775,91€ e uma comparticipação FEDER de 106 059.52 €;
- PEPAL 2019, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 169.768,80 € e uma comparticipação FSE de 144 303,48 € - candidatura executada e a aguardar validação do Relatório Final;
- Construção de Unidade de Saúde Nogueira da Regedoura / S. Paio de Oleiros, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 1.578.827,00 € e uma comparticipação FEDER de 1.342.003,00 €;
- Construção de Unidade de Saúde de Milheirós de Poiares, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 700.000,00 € e uma comparticipação FEDER de 595.000,00 €;
- Construção de Unidade de Saúde Canedo, submetida ao NORTE2020, com um investimento elegível de 700.000,00 € e uma comparticipação FEDER de 595.000,00 €;
- BUPI - Capacitação Administração Pública (FSE) – SMF, no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, com um investimento elegível estimado de 100.049,42 € e comparticipação FSE de 84.660,00 €;
- Castelo da Feira: Consolidação e Reabilitação da Muralha e Ruína do Paço no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, com um investimento elegível estimado de 588 235,30 € e comparticipação FEDER de 500 000,00 €;
- Santa Maria da Feira - Lugar do Tempo no âmbito do Programa Operacional Regional do NORTE, com um investimento elegível estimado de 75.000,00 € e comparticipação FEDER de 75.000,00 €;



- Gabinete de Igualdade e não Discriminação do Município de Santa Maria da Feira, submetida ao POISE, com um investimento elegível de 34.987,40 € e uma comparticipação FSE de 29.739,29 €;
- Recolha Seletiva Porta a Porta de Biorresíduos no concelho de Santa Maria da Feira no âmbito do POSEUR, com um investimento elegível estimado de 666.666,67 € e comparticipação Fundo de Coesão de 500.000,00 €;
- Combate à pandemia COVID-19 – Santa Maria da Feira, no âmbito do POAT, com um investimento elegível de 558.963,23 € e uma comparticipação do FSUE de 460.600,51 €.

Fora do Portugal 2020, o Município viu aprovadas e em execução as seguintes operações:

- Acessibilidades para a Rede Municipal de Museus – SMF, submetida ao Turismo de Portugal, com um investimento elegível de 79.088,442 € e uma comparticipação de 71.179,58 € - candidatura finalizada em fevereiro de 2021;
- Museu Convento dos Lóios - Mapa Interativo do Concelho, submetida ao programa ProMuseus 20109, da DGPCultural, com um investimento elegível de 15.959,25 € e uma comparticipação de 9.575,55 €- candidatura finalizada em fevereiro de 2021;
- Museu do Papel - Roteiro Interactivo da História do Papel, submetida ao programa ProMuseus 20109, da DGPCultural, com um investimento elegível de 15.959,25 € e uma comparticipação de 9.575,55 €- candidatura finalizada em fevereiro de 2021;
- Centros de Recolha Oficial (CRO) de Animais de Companhia, submetida à CCDRN/DGAL, com um investimento elegível de 185.257,34 € e uma comparticipação de 50.000,00 €;
- Campanha de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia-2021, submetida á ICNF, com uma comparticipação de 11.135€;
- Campanha de apoio à identificação eletrónica e registo de animais de companhia – 2021, submetido ao ICNF, com uma comparticipação de 220€;
- Mobilidade Elétrica na Administração Pública – 3.º fase, submetida ao Fundo Ambiental, com uma comparticipação de 28.000,00€;
- Mobilidade Elétrica na Administração Pública (2ª parte) – 3.º fase, submetida ao Fundo Ambiental, com uma comparticipação de 28.000,00€;
- Incentivo Veículos de Baixas Emissões, submetida ao Fundo Ambiental, com um investimento elegível de 39.882,75 € e uma comparticipação de 6.000€;



- Valorizar o Rio Uíma, Património Natural e Ecossistemas, submetida ao Fundo Ambiental, com um investimento elegível de 63.345,00 € e com uma participação aprovada de 30.000€.

A 31 de Dezembro de 2021, encontram-se ainda submetidas e aguardar aprovação, as seguintes operações:

- Requalificação Ambiental do Rio Uima, submetida ao COMPETE2020, á medida REACT, com um investimento elegível estimado de 1.626.669,06€;
- Ampliação do Centros de Recolha Oficial (CRO) de Animais de Companhia, submetida ao ICNF/CCDRN, com um investimento elegível de 87.426,73 € e uma participação de 20.000,00 €.

Por fim, destacamos ainda a participação do Município de Santa Maria da Feira em diversos projetos financiados pelo Eixo Atlântico, do qual fazemos parte, nomeadamente na área do ambiente e cultura, turismo.

Destacamos ainda os projetos financiados diretamente pela UE e que pressupõem, na sua maioria, parcerias de carater Europeu, dos quais destacamos:

- Nô Cirbe nô Povo - Capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e Social, submetida à Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, em parceria com a Fundação Fé e Cooperação – FEC e o Governo da Região de GABU, com um investimento elegível para Santa Maria da Feira de 26.210,46 € e uma participação de 11.755,00 €;
- Active Citizens, submetida ao programa URBACT, em parceria com as cidades de Agen (França), Hradec Králové (Rep. Checa); Tartu (Estonia); Bistrita (Roménia); Saint-Quentin (França); Cento (Itália); Dislaken (Alemanha), com um investimento elegível para Santa Maria da Feira de 75.500,20 € e uma participação de 64.175,17 €;
- WiFi4EU, submetida à Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA), com uma participação aprovada de 15.000€;
- O Mundo é um palco, um projeto ERASMUS +, em parceria com LONDON BOROUGH OF LEWISHAM, Inglaterra e ARCIRAGAZZI PORTICI "Utopia Attanasio", Itália, com um investimento elegível de 28.595,00 €, e uma participação da União Europeia de 28.595,00 €.



## Sistemas de Informação

Em 2021, os desafios colocados obrigaram a uma capacidade de resposta e dedicação reforçadas de todos, e os elementos da DSI não foram exceção. No contexto de pandemia persistiu a necessidade de manter uma estratégia de funcionamento disperso dos serviços. O contínuo surgir de solicitações colocaram à prova a nossa capacidade de resposta.

Durante os diferentes períodos de confinamento procedeu-se à disponibilização de equipamentos para que os funcionários pudessem aceder por ligação externa segura às suas estações de trabalho. Note-se que se trata de equipamentos adicionais e não à transferência dos equipamentos de trabalho habituais para o ambiente residencial.

A nossa participação no apoio às várias iniciativas do município na batalha ao Covid tornou necessário avançar com tarefas em várias frentes, nomeadamente:

- Educação – foram disponibilizados equipamentos para distribuição pelas escolas – parte resultado de ofertas da sociedade, parte resultado de complicados processos de aquisição – envolvendo todo o trabalho de preparação de máquinas e apoio na entrega e inicialização;
- Centros de testes Covid – Foi dado apoio à instalação de infraestruturas para o efeito e posteriormente às necessidades de manutenção;
- Centros de vacinação Covid - Foi dado apoio à instalação de infraestruturas para o efeito e posteriormente às necessidades de manutenção;
- Centros de apoio à população - Foi dado apoio à instalação de infraestruturas para o efeito e posteriormente às necessidades de manutenção.

Em 2021, foi necessário intervir para alterar a localização de equipamentos e acessos à infraestrutura de rede com a revisão dos layouts dos espaços de trabalho no município, de forma a permitir a existência de um misto entre trabalho remoto e presencial.

Em termos de infraestrutura e equipamentos, encetou-se um esforço de reforço da capacidade instalada e consolidação dos sistemas de suporte. Foi dada continuidade à renovação do parque de estações de trabalho, de acordo com a política há muito estabelecida e cumpre informar que Município dispõe de um parque informático bastante homogéneo e adequado às necessidades.



No data center foi revista a capacidade de processamento e armazenamento do mesmo, preparando-o para dar resposta às exigências que se adivinha crescentes no futuro próximo, com os projetos de Atendimento Municipal, Arquivo e novo sistema informático do Urbanismo.

A integração do serviço de informática do domínio Urbanfeira.pt na divisão de sistemas de informação está praticamente concluída mantendo-se apenas alguns sistemas antigos em modo “legacy” cuja substituição já está prevista no âmbito do projeto de modernização e desenvolvimento do novo sistema em curso.

Também os contratos de suporte e manutenção às infraestruturas foram renovados com crescentes focos nos sistemas de monitorização remota. Pretende-se tornar as tarefas de manutenção e as respostas às avarias mais automáticas e céleres. Mantém-se o controlo interno de todas as ações, mas aumenta-se a capacidade de intervenção.

Procedemos à expansão da cobertura de acesso à via wifi do centro histórico e extensão deste tipo de serviço através do projeto Wifi4EU a quatro novas localizações, Santa Maria de Lamas, Parque de Lourosa, Fiães e São Paio de Oleiros.

Nos equipamentos escolares sob nossa responsabilidade procedemos à instalação de acessos de fibra e alguns acessos wifi garantindo deste modo acesso à internet com qualidade numa altura em que este recurso se tornou crítico. Foram disponibilizados acessos hotspot e portáteis para garantir que todos tinham condições de participar em aulas na modalidade de ensino à distância.

Em 2021, iniciamos a implementação do projeto sala do futuro que está a dotar as escolas de equipamentos e tecnologias de informação emergentes.

Na área do desenvolvimento aplicacional foi dada continuidade à disponibilização de serviços via intranet com novas aplicações de negócio nomeadamente, gestão de atos eleitorais, módulo social, helpdesk educação, gestão de controlo de acessos (utilizado pela empresa de segurança), módulo de veterinário e software de gestão de multas (psp). Existiu igualmente reformulação/criação de alguns sites nomeadamente, website do Cineteatro, VisitFeira e Museus dos loios e do papel.

## **Gestão Financeira e Patrimonial**

Apesar do novo referencial contabilístico (SNC-AP) ter sido implementado em 01 de janeiro de 2020, as exigências deste normativo são extremamente extensas e de grande



complexidade técnica, e assim estendem-se a 2021, obrigando ainda a ajustamentos. Estes ajustamentos não colocam em cauda a imagem verdadeira do desempenho financeiro do Município.

No âmbito das atividades desenvolvidas por esta Divisão, destacam-se as seguintes:

- Elaboração do relatório da Prestação de Contas, individual e consolidada, referente ao ano de 2020, os quais incluem os anexos as demonstrações financeiras, conforme NCP1, nomeadamente uma análise aos fluxos financeiros, ao equilíbrio do orçamento e sua execução, quer a uma análise às demonstrações.
- Elaboração do orçamento e das GOPs de 2022, tendo por base quer o contributo dos serviços municipais, quer os estudos técnicos realizados à receita e despesas, conforme as obrigações assumidas para os anos seguintes e os históricos de cada rubrica.
- Envio de informação económica e financeira, às diversas entidades externas de acompanhamento e controlo, como Tribunal de Contas e DGAL;
- Envio de informação financeira e patrimonial, recolhida junto das entidades participadas e do setor empresarial local, à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), ao Instituto de Gestão Financeira (IGF) e ao Tribunal de Contas;
- Desmaterialização da faturação. A transição da fatura em papel para o XML com ligação ao ERP, apesar de aparentar algo de fácil implementação, tem sido um grande desafio, exigido um redobrar de esforços, com uma constante monitorização dos fornecedores que enviam, para garantir um registo imediato e eficaz da fatura.
- Controlo e registo das medidas tomadas pela pandemia COVID 19, nomeadamente as de isenção de pagamento de rendas e taxas de ocupação de espaço público no âmbito de medidas de apoio às empresas que ocupam espaços municipais para fins não habitacionais;
- Monitorização do desempenho estratégico do município e o controlo de gestão, designadamente, nas suas vertentes económica e financeira, quer pela execução da receita, das despesas e das GOP

No âmbito do Gabinete de Gestão Patrimonial, das atividades desenvolvidas, destacam-se:

- O assegurar do registo do inventario e cadastro de todos os bens moveis e imóveis, do domínio publico e privado do Município, bem como assegurar o abate/alienação dos bens tendo por base o cumprimento dos requisitos legais;



- Acompanhamento dos negócios jurídicos de aquisição e alienação dos bens imóveis;
- O assegurar da devida valorização do cadastro dos bens móveis e imóveis do Município e a sua reconciliação com os registos contabilísticos de forma a atestar a imagem verdadeira das demonstrações financeiras;
- Procedeu-se ao cálculo e validação das amortizações e registo dos financiamentos das obras em causa.

## **Contratação Pública**

Em 2021, foram incrementados os trabalhos de implementação da fase final da digitalização de todos os processos e procedimentos associados à contratação pública do Município.

Esta última fase é constituída pela modelação final dos processos e incrementação destes, no software de gestão documental do Município, assim como pela implementação junto dos serviços requisitantes da utilização de meios, integralmente digitais, a quando da apresentação de necessidades de aquisição, e ainda da formação dos colaboradores que integram os serviços Municipais.

A fase da modelação de processos e procedimentos foi concluída na íntegra no decorrer do ano.

Foi iniciada a fase de incrementação junto dos serviços requisitantes não tendo, no entanto, sido terminada pois os serviços ainda carecem da massificação da utilização das assinaturas digitais, através do cartão do cidadão, que apesar de terem sido já solicitadas ainda não foram totalmente implementadas.

Um outro objetivo da DCPGF, em 2021, foi a implementação de um novo instrumento de gestão de aquisições apelidado de “Plano de Aprovisionamento”, que tem como objetivo principal a obtenção de informação previsional compilada e detalhada, contendo as intenções de contratação mais relevantes dos diversos pelouros, organizada cronologicamente no decorrer do ano, de forma a possibilitar o planeamento das aquisições do Município e serem atempadamente alocados os recursos necessários, garantido o suprimento das necessidades com a qualidade e no prazo pretendido pelos serviços requisitantes.



Por fim, as atividades associadas à gestão e organização corrente da Divisão de Contratação Pública mantiveram, em 2021, como diretivas principais a manutenção do nível de eficiência e eficácia, alcançado nos anos anteriores, designadamente na tramitação dos processos de contratação.

Continuaram assim a serem incrementadas as medidas implementadas em 2014, e nos anos seguintes, nomeadamente a prática da abordagem aos mercados, por regra a múltiplas empresas, com o objetivo de aumentar a base de dados de entidades, fornecedoras e parceiras do Município, e de forma a potenciar o acesso a melhores condições comerciais, de qualidade e preço, nas múltiplas aquisições realizadas para suprir as necessidades do Município de Santa Maria da Feira.

As atividades principais, associadas aos procedimentos de gestão dos armazéns Municipais, em 2021, foram a continuidade da monitorização e correção das medidas implementadas nos anos anteriores, baseadas na gestão de existências, pelo método “just in time”, que consiste num sistema, cuja utilização é exigível em qualquer organização, e que é caracterizado pela manutenção de níveis mínimos de existências, em armazém, sendo a reposição de existências efetuada no limite da necessidade.

O método utilizado veio permitir uma diminuição do custo de armazenamento das existências, transferindo esse custo para as entidades fornecedoras. É ainda de salientar, que este sistema é muito importante para auxiliar na redução do stock e dos custos dos processos.

## **Gabinete de Gestão de Frota e Equipamentos**

Foi dada continuidade à consolidação da utilização do software de monitorização por GPS, da frota do Município, tendo sido melhorada a utilização do sistema de forma a ser formatada e retirada informação de gestão com vista a possibilitar uma gestão mais eficiente dos veículos da frota dos Município descentralizando a informação a todas as chefias com viaturas atribuídas.

Foi consolidado o processo de incrementação da norma de certificação de qualidade ISO 9001 no gabinete o que permitiu a integração total do gabinete no processo de qualidade do Pelouro de Administração e Finanças.





Foi gerido pelo gabinete o processo de continuidade da renovação da frota de veículos Municipais que se encontravam em fim de vida tendo sido renovadas 10 viaturas ligeiras.

Foram efetuadas 248 intervenções nas nossas oficinas e estação de serviço e 539 em oficinas exteriores, correspondentes aos seguintes serviços:

Reparações mecânicas e serralharia mecânica	139
Eletricidade auto, bombas injetoras e aferição de tacógrafos	60
Chapeiro, pintura e estofador	70
Inspeções de viaturas	64
Alinhamento de direções e equilibragem de rodas e conserto de furos	43
Lavagem interior e higienização de viatura	161
Reboques	2
Total	539

Foram efetuados 4432 pedidos de viatura com motorista realizados por 5 funcionários e 1480 serviços em regime de autocondução dando resposta a todas as solicitações da Câmara Municipal.

## Administração Geral

A área administrativa tem por missão a elaboração de todos os contratos do município a formalizar no âmbito da contratação pública (empreitada de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis, aquisição de serviços), analisar, recolher e tratar toda a documentação necessária à sua elaboração. Prestar as informações necessárias dos contratos celebrados e posterior tramitação para os diversos serviços. Organização e remessa de processos, sujeitos a visto/fiscalização, para o Tribunal de Contas, assegurar e executar os procedimentos e formalidades respeitantes a todos processos eleitorais. No setor



administrativo assistimos a um aumento dos processos tramitados muito devido ao início da recuperação do período crítico da pandemia.

No ano em questão, fruto da pandemia e das fortes restrições, impostas para combate à propagação da doença, a atividade económica ressentiu-se. Os longos períodos de encerramento dos estabelecimentos, a proibição da realização dos eventos, festas populares, provas desportivas e condicionamentos de trânsito veio reduzir drasticamente o número de licenciamentos de festas e afins, e das atividades que implicam ocupações de espaço público. Este facto associado às isenções concedidas no âmbito das medidas de apoio económico causou uma queda acentuada na receita arrecadada.

No atendimento, estimamos um número de atendimentos médio diário entre 15 a 20 munícipes. Nessa média foram ponderados os diversos atendimentos telefónicos realizados, como apoio ao atendimento presencial condicionado pela pandemia.

Por fim foram efetuados todos os procedimentos associados às eleições presidenciais e eleições autárquicas que, por força da pandemia, obrigaram a grandes alterações na sua tramitação, implicando a necessidade de maior número de recursos humanos e grande dispêndio de tempo.

## **Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional**

A Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional (DRHDO), tem por missão desenvolver e gerir uma política de recursos humanos orientada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, envolvimento e corresponsabilização, promovendo a partilha de conhecimentos e desenvolvimento de competências sociais, profissionais e organizacionais, visando a adequação do capital humano às necessidades do Município.

Assim, tendo sempre bem presente uma perspetiva de melhoria continua e de respeito pelos preceitos legais em vigor, em 2021 a DRHDO desenvolveu as seguintes ações/projetos:

Despesas com pessoal

Em fevereiro de 2021, com a publicação do Decreto Lei n.º 10/2021, é atualizada a base remuneratória da administração pública relativamente ao montante pecuniário



correspondente aos níveis 5, 6 e 7 da tabela remuneratória única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

Nessa conformidade a DRHDO, procedeu à atualização dos vencimentos com efeitos retroativos a janeiro de 2021, bem como os vencimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 109-A/2020 de 31 de dezembro, que fixou o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2021 em 665€.

A LOE de 2021, no seu artigo 24.º, veio prever a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira que respeita, nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde. A atribuição desse suplemento foi efetivada.

#### Avaliação do desempenho

Em 2021, procedeu-se à avaliação do biénio 2019/2020 no âmbito do SIADAP 3, tendo sido objeto de avaliação de desempenho 703 trabalhadores, 234 dos quais pertencentes à secção autónoma (trabalhadores que exercem funções nos Agrupamentos de Escolas do Concelho).

#### Formação Profissional

A formação tem sido o “veículo” através do qual temos procurado intervir de forma positiva, na gestão de carreiras dos nossos colaboradores, dando-lhes a oportunidade, de através da atualização de conhecimentos ou de aquisição de novas competências, potenciar o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Na sequência do Projeto Emoções+ iniciado em 2018, com a atividade “A Mochila das Emoções+”, em 2020 iniciamos a atividade intitulada por “O lado b de nós”. Esta atividade consistiu na realização de entrevistas a 49 colaboradores, escolhidos em cadeia, por cada um dos entrevistados, tendo por objetivo abordar os temas relacionados com a vivência do fenómeno Pandemia Covid-19, tais como o isolamento, o medo e a solidão, a saudade, a perceção do valor da “normalidade” e também as questões relacionadas com o teletrabalho, a conciliação da vida pessoal e profissional ou as diferenças de género nestas vivências, tudo com o objetivo de conhecer um pouco



do Lado B de nós... Estas entrevistas foram gravadas em 2020 e emitidas ao longo do ano de 2021.

Paralelamente, e apesar dos constrangimentos anteriormente referidos, durante o ano de 2021 foram desenvolvidas outras ações de formação (internas e externas). A maioria destas ações foram não presenciais, apesar das limitações que este formato apresenta, nomeadamente da partilha de informação entre formador e formandos e entre os formandos.

#### Contratação de Pessoal

Ultrapassada a fase de total constrangimento à admissão de novos colaboradores na Administração Pública, a DRHDO tem procedido à abertura dos procedimentos concursais, com vista à ocupação dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal e de acordo com as prioridades definidas superiormente, resultando em 2021 num total de 30 procedimentos concursais, dos quais 14 conseguimos iniciar e terminar em 2021.

Promovemos também Mobilidade Intercarreiras, com o intuito de colmatar as necessidades dos serviços e promover o aumento dos níveis motivacionais dos colaboradores, resultando em 8 processos de mobilidade intercarreiras durante o ano de 2021, os quais poderão vir a consolidar em 2022.

Ao abrigo do programa PEPAL, o Município teve possibilidade de solicitar a realização de 26 estágios. Destes 26 estágios profissionais, e após a conclusão dos referidos procedimentos concursais, foram admitidos 17 estagiários, cujos estágios iniciaram em 2020 e terminaram em 2021.

#### Segurança e Saúde no Trabalho

A atividade da DRHDO, passa também por proporcionar a todos os colaboradores boas condições de Saúde, Higiene e Segurança no respetivo posto de trabalho, de forma a minimizar os riscos associados e, conseqüentemente diminuir a ocorrência de acidentes.

Através do Serviço de Medicina, Saúde e Segurança do trabalho (SMSST), pretendemos promover novos hábitos e comportamentos mais seguros, numa perspetiva de prevenção do aparecimento de doenças, bem como da ocorrência de acidentes de trabalho.

Em 2021, a pandemia continuou a surpreender-nos e neste contexto a DRHDO, assumiu-a como uma das prioridades em matéria de Higiene e Segurança.



Por conseguinte, no ano de 2021 grande parte da atividade do SMSST, focou-se no desenvolvimento de ações com vista ao combate à COVID-19, bem como na revisão periódica dos documentos como o “Plano de Contingência dos serviços municipais” e as “Regras de Segurança a adotar”, que foram sendo sucessivamente atualizados, tendo em conta a publicação e a revogação de vários diplomas legais no âmbito desta temática.

Face ao exposto, em matéria de combate à pandemia, destacam-se as seguintes intervenções:

Acompanhamento de colaboradores suspeitos, infetados e em apoio familiar: durante o ano de 2021 foram comunicados à DRHDO 64 casos positivos, representando 8% do total de trabalhadores do Município.

Paralelamente, todos os isolamentos profiláticos (135 dos trabalhadores ou de familiares diretos, filhos, cônjuges e ou ascendentes) resultantes de contexto não laboral que vieram a conhecimento do SMSST, foram também acompanhados por este serviço, dando-lhes todo o tipo de apoio que necessitavam.

Agendamento de testes SARS-COV2: de forma a reduzir o risco de cadeias de contágio do SARS-COV2 entre os trabalhadores, no sentido de se evitar eventuais surtos, o SMSST agendou aproximadamente 221 testes ao SARS-COV2. Esta tarefa tornou-se de particular importância e dificuldade, nas alturas em que o número de casos no concelho o colocou no grupo de municípios de risco extremo.

Paralelamente às atividades anteriormente referidas, em 2021 o SMSST continuou a desenvolver as suas atividades habituais no âmbito da melhoria das condições de segurança dos colaboradores do Município, bem como da promoção, da prevenção e do controlo da sinistralidade laboral, nomeadamente: Exames médicos; Auditorias a Locais de trabalho; Ações de sensibilização; Consulta aos trabalhadores no âmbito do questionário da Autoridade para as Condições de Trabalho, ACT; Acidentes de trabalho; Doenças Profissionais; Trabalhadores com necessidades específicas; Fardamento.

#### Responsabilidade Social do Município

O contexto de pandemia continuou a limitar a intervenção do Município em matéria de acolhimento de projetos de Contrato de Emprego e Inserção e de estagiários no âmbito de realização de estágios curriculares. Mesmo assim, a DRHDO procurou dar continuidade à estratégia dos últimos anos neste âmbito nomeadamente, com a admissão de colaboradores no âmbito dos Contratos de Emprego e Inserção – CEI, assim como através da atribuição de estágios curriculares.



## Julgado de Paz

Os Julgados de Paz são tribunais com características de funcionamento e organização próprias, distintas das dos tribunais comuns, na medida em que a sua atuação é vocacionada para permitir uma participação cívica dos interessados e para estimular a justa composição dos litígios mediante acordo das partes.

Os procedimentos nos Julgados de Paz estão concebidos e são orientados por princípios de simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual, o que também os distingue dos tribunais judiciais.

Trata-se, assim, de um meio alternativo de resolução de litígios, assente na proximidade com as partes e entre as partes, daí que, nos Julgados de Paz, os litígios podem terminar por via de mediação, que consiste numa das formas de resolução de litígios através da qual as partes, assistidas por um Mediador, procuram voluntariamente alcançar uma solução que a ambas satisfaça.

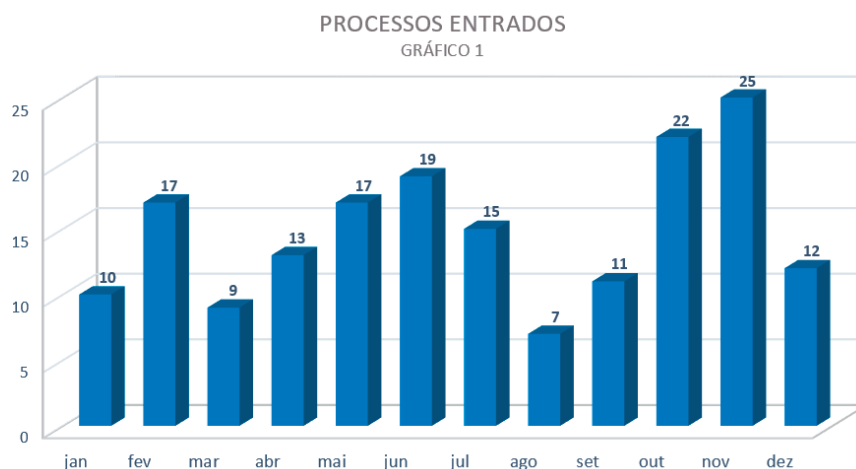
Apesar de se afastarem dos cânones de formalismo e de distanciamento físico que caracterizam os tribunais comuns, não abandonam a sua identidade inquestionável de órgão de soberania e a sua tarefa de dirimir conflitos de natureza privada, recebendo, da Constituição da República Portuguesa (artigo 209.º, n.º 2), a categoria de Tribunais. Os Julgados de Paz apresentam, assim, um cariz pacificador e são fortemente marcados pelo primordial objetivo de sanar o conflito de forma amigável, através da obtenção de uma solução por acordo, realçando-se a importância da mediação e da conciliação: os litígios podem ser resolvidos através de acordo obtido em mediação (com a intervenção de um Mediador) ou em conciliação (a qual é realizada pelo Juiz de Paz logo no início da audiência de julgamento), sendo ambos os acordos sujeitos a homologação pelo Juiz de Paz, ou, ainda, e frustrando-se tais tentativas de obtenção de uma solução consensual, mediante sentença do Juiz de Paz, após a realização do julgamento (com produção de prova).

A instalação do Julgado de Paz de Santa Maria da Feira resulta de um protocolo, celebrado no dia 05 de janeiro de 2005, entre o Município de Santa Maria da Feira e o Ministério da Justiça, tendo entrado em funcionamento em 28 de novembro de 2006.

Segundo as estatísticas publicadas pelo Conselho dos Julgados de Paz, desde a data da sua instalação até 31 de dezembro de 2021, entraram, neste Julgado de Paz, 4218 processos e findaram 4118 processos. Em termos percentuais, encontram-se findos cerca de 98% dos processos entrados.

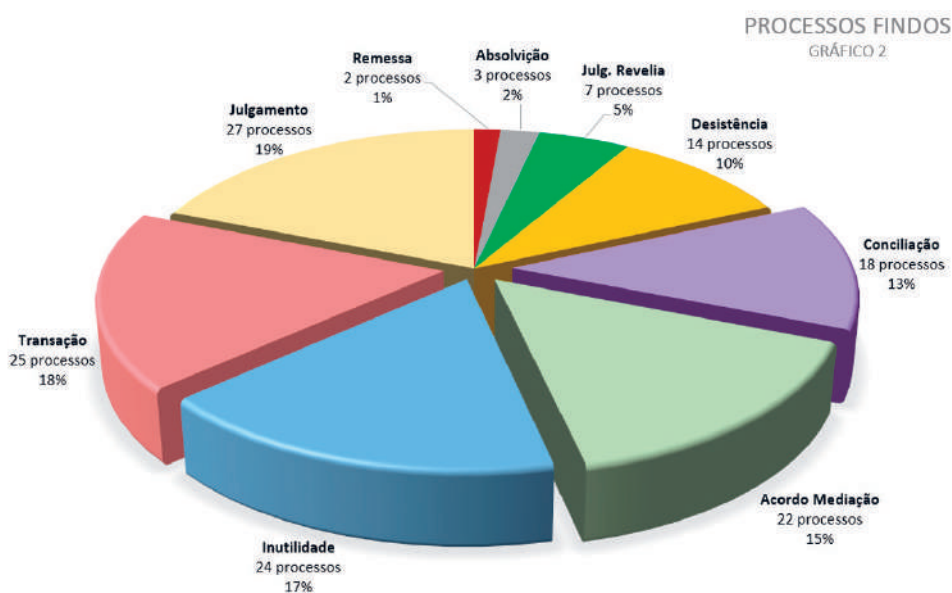
No exercício do ano 2021, deram entrada, no Julgado de Paz de Santa Maria da Feira, 177 processos, distribuídos conforme gráfico infra.

Destacam-se, positivamente, os meses de outubro e novembro, com a entrada de 22 e 25 processos, respetivamente.



### Processos Findos

Durante o mesmo exercício, findaram 142 processos, conforme gráfico seguinte, sendo que 89 dos mesmos, findaram por entendimento entre as partes, ou seja, cerca de 63% dos processos findaram por acordo em conciliação, acordo em mediação, transação e inutilidade (esta maioritariamente derivada da satisfação voluntária, na pendência do processo, da pretensão em causa, pela parte demandada), o que evidencia a vertente conciliatória e pacificadora dos Julgados de Paz.



Como consequência da pandemia, durante o ano 2021, não ocorreram ações de divulgação.



O Julgado de Paz tem vindo a cumprir a sua missão de tornar a Justiça mais acessível, dando aos munícipes a possibilidade de sindicarem os seus direitos, a custos reduzidos (por cada processo tramitado é devida uma taxa única de € 70,00) e de forma célere, o que contribui para a pacificação social.

É de salientar, ainda, a procura recorrente deste tribunal por cidadãos de concelhos fronteiros, designadamente, São João da Madeira, Ovar, Espinho, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca, que, em virtude da circunscrição territorial deste Julgado de Paz (restrita ao território concelhio), foram reencaminhados para os tribunais territorialmente competentes.

### **CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor**

O CIAC tem por objetivo o apoio e informação aos consumidores residentes em Santa Maria da Feira bem como a promoção da educação para o consumo nas camadas mais e menos jovens da população. Os consumidores estão, hoje, mais expostos a técnicas de marketing e publicidade muito apelativas e, cada vez mais, fazem as suas compras através da internet, pelo que o CIAC, nesta área, tem como objetivo sensibilizar e induzir comportamentos de forma a que os consumidores façam escolhas assertivas, estejam mais atentos nas compras à distância, designadamente, aos métodos de pagamento. Neste contexto, o CIAC divulgou informação e vários alertas, nas várias plataformas digitais que o Município disponibiliza, relativamente ao uso da internet durante o estado pandémico, com o objetivo de prevenir e acautelar os consumidores na sua utilização.

No decorrer do ano de 2021, mediante análise estatística, verificou-se, conforme os anos anteriores, que se mantém uma elevada procura deste serviço para a resolução de conflitos no setor das telecomunicações, serviços públicos essenciais (eletricidade, água e gás), comércio eletrónico, cancelamento de voos e viagens e ainda no cancelamento de diversos eventos sociais e culturais.

No que diz respeito ao Apoio ao Sobre-endividamento, no âmbito da parceria com Gabinete de Proteção Financeira da Deco, foi disponibilizada informação e aconselhamento personalizado através de marcações prévias e videochamadas com os consumidores que necessitaram deste apoio. De referir que a maioria dos pedidos de ajuda continuou a ser de trabalhadores por conta de outrem, tendo-se registado 1084 atendimentos, durante o ano transato.





Relativamente aos processos de reclamação foram registados 68 processos, dos quais 46 correspondem a mediação conseguida, 1 outras situações, 1 sem fundamento, 18 respeitam a processos enviados para outras entidades e 2 ainda se encontra em mediação.

A média, em dias seguidos, a resolução dos mesmos foi de 38 dias, com uma taxa de sucesso de 98%.

Também durante o ano de 2021, não conseguimos desenvolver as habituais atividades devido às circunstâncias que a pandemia impôs, que nos impediu de realizar e desenvolver todas as atividades programadas. Contudo, foi ainda possível realizar uma sessão de esclarecimentos junto do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro em Fiães sobre o tema da “Sustentabilidade”. E ainda realizamos um Workshop dirigido à rede de ação social sobre “Soluções para Combater a Pobreza Energética”.



**CULTURA, EDUCAÇÃO,  
JUVENTUDE E TURISMO**





*Inteligência é a capacidade de se adaptar à mudança.*

Stephen Hawking

O binómico concomitante Cultura – Educação, que tanto se entrecruza enquanto coexiste em propósito, nunca fez tanto sentido como nos tempos que vivemos, particularmente no contexto pandémico, pela esperança que ambas dimensões da existência humana conferem à sociedade.

Do exercício de 2021 podemos destacar a grande capacidade das equipas municipais que gerem os processos relacionados com a promoção e extensão cultural, educação e turismo, num exercício permanente de flexibilidade e resiliência, necessário à adaptação dos diferentes equipamentos, serviços e projetos a um novo contexto ou a uma “nova normalidade” potenciando os recursos digitais e criando novos serviços de proximidade. Em suma um desafiante processo de adaptação à necessária mudança.

Realizar o Imaginarius, um festival de dimensão internacional, mobilizando 338 artistas de 7 países, alcançando 5256 pessoas que assistiram às atividades de programação presencial ao longo de 4 dias, foi um desafio memorável. Não obstante, dentro do grande desiderato de não parar a Cultura, devemos destacar ainda o papel do Município no mitigar das fragilidades dos agentes culturais locais, nomeadamente através dos apoios concedidos através do Programa de Apoio à Cultura assim como da retoma total das atividades na Biblioteca Municipal, que realizou mais de 98 mil empréstimos, nos Museus Municipais, que recuperaram e cresceram 42% no número de visitantes face a 2020, e no Cineteatro Municipal concretizou 31 atividades de programação própria.

Outros factos relevantes do exercício foram a acreditação do Cineteatro António Lamoso na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e a designação de Santa Maria da Feira como Cidade Criativa Unesco na área da Gastronomia.

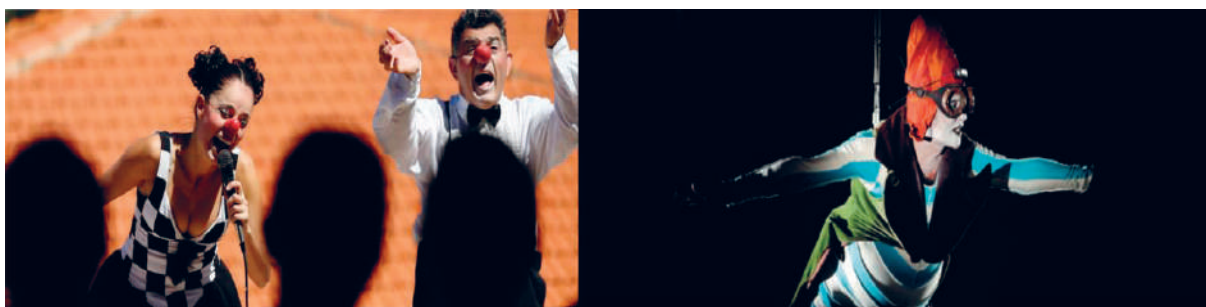
Foi em 2021 que concluímos o projeto de monitorização das políticas educativas locais e demos início à construção do Plano Estratégico Educativo Municipal 2022/30. Destacar ainda, no campo da administração e gestão escolar, o aumento de utilizadores da plataforma SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem, que mais do que duplicou face ao ano anterior, alcançando o número de 9224 candidaturas on-line com recurso a este ERP. No que concerne à estrutura de gestão e apoio aos recursos e infraestruturas escolares releva a taxa de sucesso de 70% na resolução dos pedidos de suporte ou manutenção, num universo de 1773 pedidos na plataforma Helpdesk-Educação.



O Município foi reconhecido, pelo 2º ano consecutivo, com o Prémio Inclusivo E+, atribuído pela Agência Nacional Erasmus+, pelo trabalho desenvolvido em prol da Inclusão e Equidade. Destacar neste campo as 32 mobilidades internacionais promovidas a partir dos programas Erasmus+.

No campo da Juventude destacar, entre outros, o Jovem Autarca, o SMF Youth Days ou o Desafia-TE como projetos de enfoque no desenvolvimento de competências transversais relevantes para o desenvolvimento pessoal, integração social e construção do projeto de vida dos jovens.

Concluo sublinhando particularmente o papel do setor da Educação pelo facto de, paralelamente ao exercício da sua missão e competências, ter fornecido os recursos necessários ao apoio à linha de vigilância ativa dos casos em isolamento por Covid-19 e à linha geral de apoio psicológico durante 9 meses, assim como ao Centro de Vacinação de Santa Maria da Feira no Europarque durante 6 meses.



## PROMOÇÃO CULTURAL

O ano de 2021 pautou-se por um lento recuperar do setor cultural, derivado de todas as condicionantes e limitações provocadas pela pandemia da Covid-19.

O Município, através do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, cumpriu com a sua missão de promover o acesso e fruição cultural de todos os seus munícipes, bem como da criação de condições para a criação artística de todos os agentes culturais do território, de acordo com as possibilidades de cada momento e seguindo sempre as orientações da DGS – Direção Geral de Saúde.

Em termos de Promoção Cultural, desde janeiro, com a Festa das Fogaceiras, até dezembro, com o Ciclo de Órgão de Tubos, os munícipes feirenses puderam fruir de uma oferta cultural permanente, que, de forma resiliente, procurou ultrapassar as contrariedades sentidas em tempo de pandemia.

### Festa das Fogaceiras

Nunca, nos tempos modernos, o cumprimento do voto ao mártir São Sebastião fez tanto sentido para as gentes de Santa Maria da Feira. As circunstâncias de uma pandemia de nível mundial impeliram uma nova demanda de proteção, desta feita contra a “peste” da Covid-19. Respeitando esse voto, agora renovado, procedeu-se à realização da tradicional Festa das Fogaceiras celebrando no dia 20 de janeiro o Feriado Municipal de Santa Maria da Feira, desta vez, dadas as limitações da ocasião, com um programa mais restrito, centrado essencialmente nas celebrações religiosas da Missa Solene e da Bênção das Fogaças.



### Ação Cultural e Apoio à Cultura

24	atividades de programação <small>janeiro a dezembro 2021</small>
38	projetos pacp 2020 <small>em concretização em 2021/2022</small>
144.986,46€	total de apoio <small>pacp 2020</small>
13	projetos pac 2021 <small>Medidas 1, 2, 3</small>
148.104,00€	total de apoio <small>pacp 2021</small>





Manteve-se, assim, a concretização de uma tradição de cinco séculos, com um programa adaptado e reajustado à realidade dos novos tempos imposta pela pandemia. Na Missa Solene e Bênção das Fogaças, participaram apenas 31 meninas fogaceiras, em representação de cada uma das freguesias do concelho, o presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal. Estas cerimónias religiosas foram transmitidas em direto a partir da página oficial do Município de Santa Maria da Feira, no Facebook.

Em 2021, seguindo-se as indicações e orientações da Direção-Geral da Saúde, que não permitia a aglomeração de público, não foi possível realizar a tradicional Procissão das Fogaceiras e houve, também, a necessidade de suspender, cancelar, e/ou reagendar diversas atividades de extensão cultural, que integravam a programação oficial da Festa das Fogaceiras de 2021. Da programação cultural prevista só se puderam realizar as seguintes atividades



Festa das Fogaceiras 2021			
Data	Hora	Local	Atividade
03.jan.	11h00	Europarque	Concerto de Ano Novo   Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira
09.jan.	10h00	CTAL	Workshop - Grau Zero da Companhia: Desenho de Som   BCN – Ballet Contemporâneo do Norte / Pedro Augusto
13.jan.	21h00	CTAL	À4HÁ   Amaura
20.jan.	11h00	Igreja Matriz Santa Maria da Feira	Missa Solene e Bênção das Fogaças





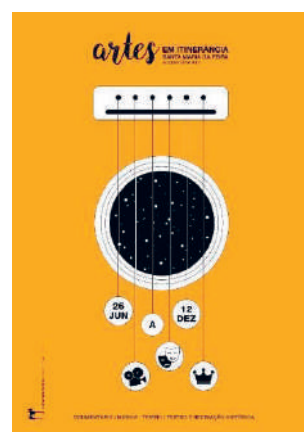
## Artes em Itinerância

Contrariando as circunstâncias do momento, o Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, como prova de resiliência e de promoção da descentralização e acesso à Cultura, realizou a terceira edição do projeto Artes em Itinerância, que, entre junho e dezembro percorreu 17 freguesias do concelho de Santa Maria da Feira, proporcionando uma oferta cultural diversificada, integrando propostas artísticas na área da música, do teatro, do cinema e do documentário histórico (online).

Na presente edição as freguesias visitadas foram: Lourosa, Santa Maria da Feira, Fiães, Rio Meão, Paços de Brandão, S. Paio de Oleiros, Sanfins, Vila Maior, Guisande, Fornos, Caldas de S. Jorge, Romariz, Sanguedo, Nogueira da Regedoura, Santa Maria de Lamas, Mosteirô e Pigeiros.

O Artes em Itinerância de 2021 contou com o apoio financeiro do Norte 2020, em cerca de 75.000,00€, no contexto de uma candidatura submetida pelo Município, com a designação Santa Maria da Feira – O Lugar do Tempo, visando a promoção de atividades culturais e do património cultural do território.

No âmbito da Promoção Cultural do Município e no contexto desta candidatura, foram promovidos os seguintes blocos de programação:



### Festim – Festival de Músicas do Mundo | D’Orfeu

Data	Hora	Local	Atividade
28.jun.	21h30	Parque da Cidade Lourosa	[BG] Skiller (beatvox e worldmusic)



### Atividades de Parceria Cultural

Data	Hora	Local	Atividade
17.jul	11h00	Biblioteca Municipal SM Feira	Concerto 500 Anos da Circum-Navegação, Quinteto de Sopros da BM Vale [PT] (clássica/erudita)



06.ago.	20h30	Parque Manuel Pinto Fornos	Cine-Caravana – Variações, de João Maia (cinema ao ar livre)
---------	-------	----------------------------	--

04.set.	21h00	Mercado Municipal Santa Maria da Feira	Sons do Património – AMP, por Cristina Clara (fado)
---------	-------	--	---





17 e 18.set.	21h00 às 23h00	Termas Municipais Caldas de S. Jorge	Trilhos Culturais   <i>Sonho de Uma Noite de Verão / Shakespeare no Bosque, por [PT] Teatro Em Caixa / Sótão do Vizinho (teatro)</i>
--------------	----------------	--------------------------------------	--

**Fora dos Eixos – Festival de Marionetas**

Data	Hora	Local	Atividade
30.jul.	18h30	Museu do Papel	Exposição – <i>Manipulações Ilustradas Trovas &amp; Sombras – A Lenda do Monte das Corujeiras, por [PT] Marionetas Rui Sousa</i>
	21h00	Paços de Brandão	
31.jul.	18h00	Largo da Igreja	<i>Banana Split, por [PT] Cia Maribondo</i>
	18h30	S. Paio de Oleiros	<i>O Caçador, por [PT] MãoZorra</i>
	21h15	Coreto Sanfins	<i>O dia em que a morte sambou, por [BR] Habib &amp; Valéria</i>
01.ago.	11h00	Largo da Igreja Vila Maior	<i>A Farsa do Sapateiro, por [PT] Icónica Cia S.A. Marionetas</i>
	16h30	Coreto Monte do Viso	<i>Alguma coisa, por [BR] Fabio Superbi</i>
	17h00	Anfiteatro do Monte do Viso Guisande	<i>Fios Mágicos, por [PT] Rui Sousa</i>

**SM Feira – O Lugar do Tempo**

Data	Hora	Local	Atividade
3, 4 e 7.jul.	09h30 às 11h00	Caldas S. Jorge / Pigeiros	Caminho dos Moínhos   <i>Next Future – O Nosso Ambiente, pela Cia Persona (visitas encenadas/teatro)</i>
18, 24 e 25.jul.	09h30 às 11h00	Fiães	Parque das Ribeiras   <i>Next Future – O Nosso Ambiente, pela Cia Persona (visitas encenadas/teatro)</i>
25.jul.	16h30 e 19h00	Igreja Românica Rio Meão	<i>Serão Musical – Pelos Caminhos de Santiago, por Iberian Ensemble (clássica e erudita)</i>
07.ago.	17h30	Quinta do Engenho Novo / Campo Ténis Paços de Brandão	<i>Concerto Promenade – Banda Musical do Souto &amp; Banda de Música de S. Tiago de Lobão (bandas filarmónicas);</i>
13, 14, 20 e 21.ago.	21h15	Castelo Santa Maria da Feira	<i>O Tempo da História – Joana Forjaz Pereira, pela Décadas de Sonhos (recriação histórica)</i>



18 e 19.set.	15h00 às 18h00	Castro de Romariz Romariz	<i>As origens da civilidade, pela Décadas de Sonhos</i> (visitas encenadas)
01.dez.	16h00	Arrifana (online)	<i>O Massacre de Arrifana</i> , documentário sobre as <i>Invasões Francesas em Arrifana</i> , por <i>Carlos Reis</i> (recreação histórica / apresentação on line)

### III Ciclo de Órgão de Tubos de SM Feira

Data	Hora	Local	Atividade
07.nov.	16h00	Igreja Paroquial Sanguedo	<i>Rui Soares</i> - organista, <i>Fabiana Magalhães</i> - soprano (clássica / erudita)
14.nov.	16h00	Igreja Paroquial de Nogueira da Regedoura	[AT] <i>Stefan Donner</i> (clássica / erudita)
21.nov.	16h00	Igreja Paroquial Santa Maria de Lamas	[PL] <i>Karol Hilla</i> (clássica / erudita)
28.nov.	16h00	Convento dos Lóios Santa Maria da Feira	[ES] <i>Pablo Caraballo</i> (clássica / erudita)
05.dez.	16h00	Igreja da Misericórdia Santa Maria da Feira	[FR] <i>David Cassan</i> (clássica / erudita)
12.dez.	16h00	Igreja Paroquial Mosteirô	<i>António Pedrosa e Marco Maia</i> (clássica / erudita)



### Apoio à Cultura e aos Agentes Culturais

Em termos de estratégia de política para a cultura, em 2021, continuou-se a priorizar o estabelecimento de condições facilitadoras de uma maior democracia cultural no território, capaz de expandir o acesso à cultura, fomentar oportunidades para novos projetos culturais e criar conexões entre criativos, artistas e cidadãos comuns.

Para o efeito foram mantidos os programas de apoio a projetos e atividades culturais promovidas pelos agentes culturais e criativos do território, nomeadamente:

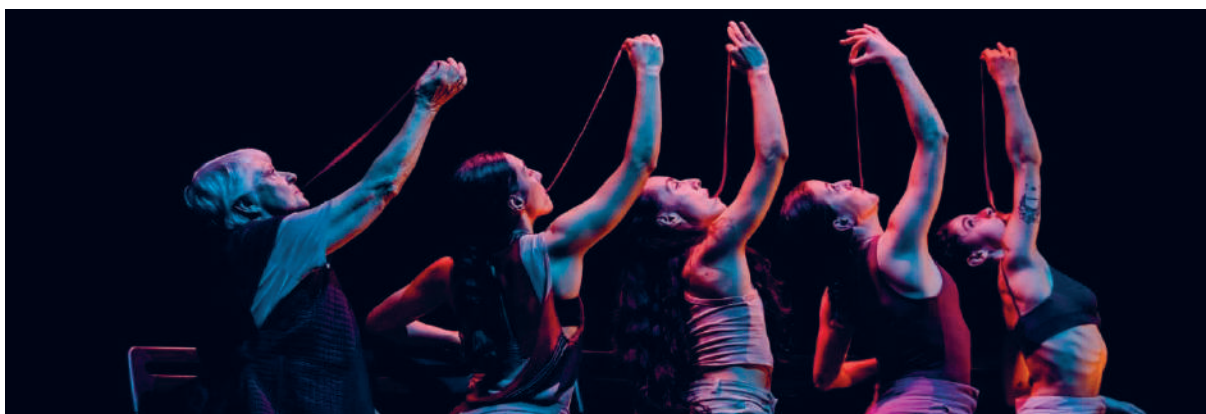
- PAPC 2020 – Programa de Apoio a Projetos Culturais, apoio na concretização e/ou reagendamento dos projetos apoiados na última edição do programa em 2020;



- PAC – Programa de Apoio à Cultura, abertura de, praticamente, todas as medidas de apoio enquadradas no programa: Medida 1 Criação Local, Subprograma 1.1. –Pessoas Coletivas Sem Fins Lucrativos e Subprograma 1.2. – Pessoas Singulares; Medida 2 – Parcerias de Programação, Subprograma 2.2. – Anuais; Medida 3 – Apoio a Atividades de Caráter Pontual – Procedimento Simplificado;
- Protocolos de Parceria Cultural plurianuais com: Basqueiro AC / Basqueiral, BCN – Ballet Contemporâneo do Norte / Dança Contemporânea, Casa da Gaia / Danças do Mundo, Cineclubes da Feira / Festival de Cinema Luso-Brasileiro e CiRAC – Paços de Brandão / FIMUV.

Estes programas, a par com outros mecanismos de apoio à criação artística, proporcionados a partir do Imaginarius e ICC – Imaginarius Centro de Criação, tornaram possível o apoio ao ecossistema cultural concelhio e vincaram a resiliência do território e dos seus agentes culturais e criativos, que, face a todas as adversidades, ainda assim, encararam a Cultura como um pilar fundamental para a retoma da “nova normalidade”.





## CINETEATRO ANTÓNIO LAMOSO

O Cineteatro António Lamoso, CTAL, experienciou um ano vincadamente marcado pela permanente adaptação de formatos de apresentação, de resposta técnica, agenda e logística de operações.

No que concerne à programação geral, o Cineteatro manteve os segmentos habituais, os grandes formatos em auditório às sextas e sábados, os novos talentos em café-concerto, às quartas-feiras à noite, sobretudo em contexto de experiência em palco, e a dimensão de formação, curadoria Ballet Contemporâneo do Norte, aos sábados de manhã. A escolha de conteúdos procurou espelhar as temáticas prementes na sociedade, o isolamento (forçado/escolhido, do indivíduo) e a saúde mental.

A linha orientadora programática, adotou um sistema misto, adaptando alguns conteúdos para digital e realizando outros em formato presencial.

No que respeita as disciplinas artísticas, o Cineteatro, além da música e do teatro, em articulação com o projeto Imaginarius, iniciou um ciclo de programação de Circo Contemporâneo que, teve expressão no segundo semestre, com a apresentação da cia Zen Del Zur e da artista plástica e intérprete Vinka Delgado.

Exemplo de transição digital é parte do segmento À4HÁ, os concertos de quartas-feiras, que passaram a ser transmitidos em live streaming, a partir da Black Box do ICC (fevereiro e março) e alguns conteúdos formativos do Ballet Contemporâneo do Norte. Dentro dos concertos, devemos referir o primeiro concerto do novo projeto dos Meera e o concerto de Valter Lobo, momento que reuniu, online, mais de uma centena de pessoas.

CINETEATRO  
ANTÓNIO  
LAMOSO  
**31**  
atividades  
programação  
própria

**7**  
conteúdos  
online  
**+ 500**  
visualizações

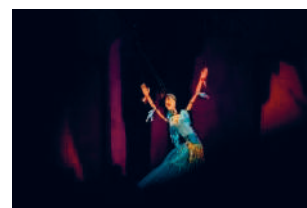
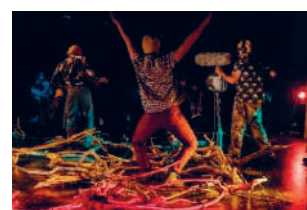
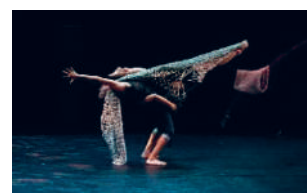
**3 562**  
público



No contexto presencial, devemos mencionar a adesão do público à retoma dos concertos comentados para famílias, Sinfoníonicos, o concerto de João Pedro Pais e Sofá de Pau, peça de comédia original, uma estreia de João Faquire e Mário Moreira.

Esta coexistência, presencial e digital, permitiu que, à exceção de três propostas, fosse apresentada toda a programação inicialmente prevista.

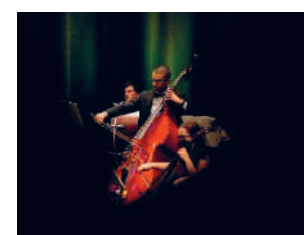
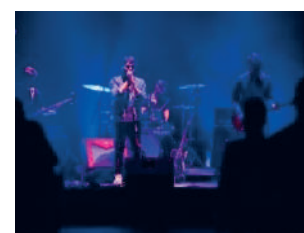
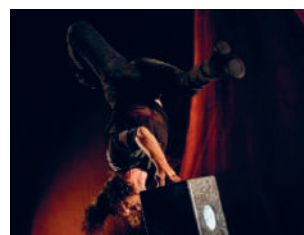
Concluimos que as adversidades promoveram o envolvimento da equipa na formulação de respostas, no pensar e fazer diferente, permitindo o cumprimento de metas no que concerne aos processos de programação e produção deste equipamento cultural.

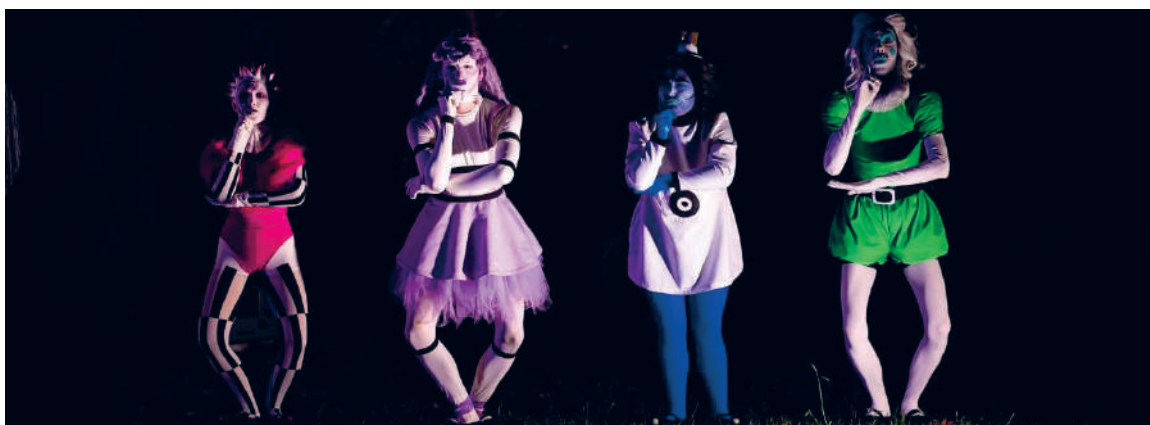


programação CTAL 2021			
data	hora	artista / espetáculo	Espaço
09.jan.2021	10:00 - 12:30	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> Grau Zero da Companhia - BCN   Desenho de Som - Pedro Augusto   Workshop BCN	Sala de oficinas
13.jan.2021	22:00	<b>À4HÁ:</b> Amaura	CTAL - Experiência em palco
17.jan.2021	11:00	<b>Festa das Fogaceiras:</b> Era uma vez as Fogaceiras   Ponto Produções	Online: site Cineteatro
14.fev.2021	11:30	<b>Sinfoníonicos:</b> Orquestra Jovens SM Feira	CTAL - Auditório
20.fev.2021	22:00	<b>Programação CTAL:</b> Dois.Pois - Outonalidades   D'Orfeu	CTAL - Auditório
24.fev.2021	22:00	<b>À4HÁ:</b> Labaq - Outonalidades   D'Orfeu	À4HÁ - EP
27.fev.2021	10:00 - 12:00	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> Desenho de Figurinos, com Jordann Santos   Grau Zero da Companhia   BCN	sala de oficinas
10.mar.2021	22:00	<b>À4HÁ:</b> Meera - Outonalidades   D'Orfeu	À4HÁ - EP
17.mar.2021 21.mar.2021	vários	<b>Exos IV:</b> Ciclo de Teatro de Marionetas	CTAL / Parque Pedreira das Penas
18.mar.2021	22:00	<b>Programação CTAL:</b> Órbita	CTAL - Auditório
24.mar.2021	22:00	<b>À4HÁ:</b> Valter Lobo - Outonalidades   D'Orfeu	À4HÁ - EP
27.mar.2021	10h - 12h30	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> Gestão e Produção, com Vânia Rodrigues   Grau Zero da Companhia - BCN   Workshop	CTAL - Sala de Oficinas
14.abr.2021	21:30	<b>À4HÁ:</b> Alexandre Soares + Angelica Salvi + Krake   Curadoria Basqueiro	À4HÁ - live streaming EP
17.abr.2021	10:00 - 12:30	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> Desenho de Luz (Parte II), com Daniel Oliveira   Grau Zero da Companhia - BCN   Workshop	CTAL - Palco/regie
25.abr.2021	11:00	<b>Sinfoníonicos:</b> Celebrar a Liberdade   Orquestra de Jovens de SM Feira	CTAL - Auditório
28.abr.2021	21:00	<b>À4HÁ:</b> Stand Up Comedy - Sofá de Pau, com João Faquire e Mário Moreira	À4HÁ - EP
05.mai.2021	21:00	<b>À4HÁ:</b> Tape Junk - Outonalidades   D'Orfeu	À4HÁ - EP



07.mai.2021	19:00	<b>Programação CTAL:</b> João Pedro Pais	CTAL - Auditório
14.mai.2021	21:00	<b>Programação Associações:</b>	CTAL - Auditório
15.mai.2021	21:00	com.finados   CCROF	
19.mai.2021	21:00	<b>À4HÁ:</b> Stereoboy   Curadoria Basqueiro	À4HÁ - EP
27.mai.2021	21:00	<b>Imaginarium 2021   Programação</b>	
a	18:30	<b>Principal:</b> Súbtil Prelúdio à Humanidade	CTAL - Auditório
30.mai.2021		/ Salto International Circus School [Pt] Criação Imaginarium	
01.jun.2021	18:00	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> O melhor	CTAL - EP
	19:30	do Mundo - BCN	
02.jun.2021	18:00	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> O melhor	CTAL - EP
	19:30	do Mundo - BCN	
11.set.2021	17:30	<b>Imaginarium 2021   Mediações:</b> Oficina de Fotografia / Miguel Refresco   BCN [Pt] Criações IMG [Oficina de Fotografia]	CTAL - Oficinas
12.set.2021	19:00	<b>Imaginarium 2021   Ligações: Ópera</b> <b>Orfeo &amp; Majnun</b> [Pt   Pl   Fr   BE   AT] <i>Criação Colectiva</i>	CTAL - Auditório
18.set.2021	22:00	<b>Programação CTAL:</b> Órbita	CTAL - Auditório
19.set.2021	10:00	<b>Programação CTAL:</b> Workshop Flamen	CTAL - Sala de Oficinas
22.out.2021	22:00	<b>Programação CTAL:</b> Firgun	CTAL - EP
02.out.2021	22:00	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> Iniciação - Estreia BCN	CTAL - Auditório
06.out.2021	22:00	<b>À4HÁ:</b> Mema	CTAL - EP
09.out.2021	22:00	<b>Programação Associações:</b> Será que está morto?   GEDE	CTAL - Auditório
16.out.2021	22:00	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> FIMUV - Drumming   Cirac - Paços de Brandão	CTAL - Auditório
23.out.2021	22:00	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> FIMUV - Badi Asad   Cirac - Paços de Brandão	CTAL - Auditório
23.out.2021	10:00 - 12:30	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> O Veú da Cultura Visual, Coletivo FACA   Grau Zero da Companhia   BCN	CTAL - Sala de Oficinas
29.out.2021	21:00 - 22:00	<b>Programação CTAL:</b> Hip Hop Sessions I DOTE / COLETIVO 258	CTAL - Auditório
30.out.2021	21:00 - 22:00	<b>Programação CTAL:</b> Hip Hop Sessions - SHOW CASE EDITORA 2º PISO   MUNDO SEGUNDO	CTAL - Auditório
06.nov.2021	22:00	<b>Programação CTAL:</b> La identidad de Vesania   La Víspera	CTAL - Auditório
14.nov.2021	11:00	<b>Sinfoniónicos:</b> Orquestra Jovens SM Feira - o Gato das botas	CTAL - Auditório
27.nov.2021	10:00 - 12:30	<b>Protocolo Parceria MSMF:</b> Coreografia e Interpretação, com Jorge Gonçalves   Grau Zero da Companhia   BCN	CTAL - Sala de Oficinas
27.nov.2021	22:00	<b>Programação CTAL:</b> Saint Dominic's Gospel Choir, com participação de Rita Tavares	CTAL - Auditório
02.dez.2021	22:00	<b>Programação Associações:</b> Tertúlia Poética   Biblioteca Pública SP Oleiros	CTAL - Auditório
05.dez.2021	22:00	<b>Programação CTAL:</b> Coro Metropolitano Cor(p)o	CTAL - Auditório





### IMAGINARIUS CENTRO DE CRIAÇÃO - ICC

Em 2021 o Imaginarius Centro de Criação - ICC, apesar do contexto da pandemia, recuperou gradualmente a sua atividade, inicialmente como equipamento de apoio às atividades de outras iniciativas da promoção cultural e, num segundo momento, no acolhimento de atividades relacionadas com o Festival.

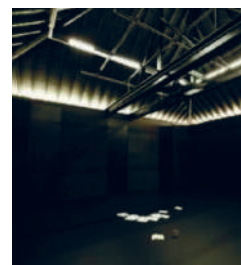
Enquanto equipamento de apoio e diálogo à programação do Cineteatro António Lamoso, foi fundamental na transição digital de diversos conteúdos musicais, contribuindo para a manutenção dos objetivos deste equipamento. A blackbox, reunindo condições técnicas para a execução de live streaming, simulou a caixa de palco do CTAL, acolhendo projetos como “dois.pois” e “Labaq”. Este foi, além de um passo na digitalização de conteúdos, um momento de formação da própria equipa, que, focada na concretização do desafio, desenvolveu novas competências.

No que concerne à sua relação com o Festival Imaginarius, retomou, a partir de abril, a realização de residências artísticas, acolhendo os projetos da associação Mercador de Fábulas, da artista Jeanneth Vieira e do coletivo Rina Marques e Sara Ferreira. No decurso destas residências, o ICC promoveu algumas ações de mediação de conteúdos, das quais se destacam um workshop de fotografia plástica e um workshop de construção de máscaras para famílias. No Festival devemos mencionar o acolhimento em formato misto, presencial e com transmissão live streamig, da sessão de Pitching das criações Imaginarius, num total de 9 apresentações, seguida de uma sessão digital de Q&A, e de uma conversa sobre criação artística comunitária em tempos de pandemia.

**imaginarius**  
centro de criação . creation centre  
arte e espaço público . art and public space



- 12 atividades
- 5 residências
- 2 workshops
- 2 ensaios abertos
- 1 imprensa
- 2 profissionais







Por fim, o ICC serviu ainda de apoio ao projeto Festa das Fogaceiras e acolheu iniciativas de cooperação com outros departamentos municipais, cumprindo, também, a sua missão de servir o tecido artístico concelhio na produção, profissionalização e promoção da sua arte.



## IMAGINARIUS – FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE RUA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Considerando a “nova normalidade” imposta pela realidade pandémica em que vivemos, a programação aconteceu em dois momentos únicos e distintos. O primeiro aconteceu entre 27 e 30 de maio, em formato híbrido, com programação alternada entre dois espaços públicos: a internet e os jardins e equipamentos culturais do território. O segundo momento, que ocorreu entre 9 e 12 de setembro, privilegiou o regresso ao espaço público físico.

Na primeira fase, as circunstâncias ditaram a transposição das ruas e palcos privilegiados do centro Histórico de Santa Maria da Feira para o digital, enquanto novo espaço público de partilha e debate. Nesse sentido, com a cooperação da Gerador – Associação Cultural, foi criado um mapa digital icónico, com a representação dos principais pontos turísticos do território e de todos os palcos do festival. Simulando uma visita ao espaço físico, no horário de cada espetáculo, o público pôde “dirigir-se ao local” e assistir ao espetáculo escolhido. Nesta etapa, o festival acolheu a estreia de subtil Prelúdio à Humanidade, da Salto International Circus School, os cinco projetos em competição do Mais Imaginarius, com criações pensadas para o digital e que teve como vencedora a espanhola Cia Elelei, com À Ciegas.

formato digital

27 , 30  
maio

interações  
199 335

no espaço público

09 , 12  
setembro

público  
5 256

Dentro da secção “Mundo Imaginarius”, foi possível aceder às aulas de Yoga e Mindfulness, bem como, em cooperação com a restauração, produtores e artesãos locais, encomendar, em home delivery, artesanato, menus Imaginarius, fogaças e cervejas artesanais, com o rótulo alusivo à 20ª edição.

No espaço físico, o festival promoveu a elaboração do mural comemorativo do centenário dos Bombeiros da Feira e, na quinta do castelo, as instalações interativas Despojos da Torre de Babel e O Cubo.

As duas instalações interativas exploraram o tema desta edição do Imaginarius – O Mito e a Marca, uma trilogia iniciada, em 2019, com o tema da Memória. Despojos da Torre de Babel, de Alexandra Couto e Paulo Pimenta, abordou o Mito, através da origem das diferentes línguas do mundo para dar a conhecer a comunidade migrante de Santa Maria da Feira; e O Cubo, da autoria de Elisabete Sousa e Diogo Martins, exaltou a Marca Imaginarius, para despertar no público as memórias visuais e sonoras que o festival foi deixando ao longo dos seus 20 anos.

Em setembro, o festival, com quatro dias de programação, regressou ao espaço público físico, ocupando, com as limitações necessárias, os Jardins da Biblioteca, o espaço da Casa do Moinho, a Quinta do Castelo, a Alameda do Tribunal e a Praça Gaspar Moreira, com uma programação com os segmentos habituais: Principal, Infantil, Criações e o PRO.

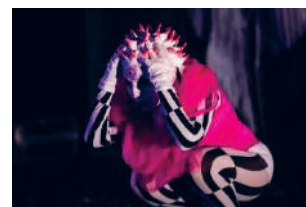
Destacamos, na programação principal, Rasto, da Erva Daninha, com Daniel Seabra e O Nome da Rosa, da companhia Artelier; nas Criações, Universo Reverso, da associação Mercador de Fábulas e Nova Refutação do Tempo, da Rina Marques e Sara Ferreira.

No infantil, destacamos uma estreia absoluta e criação Imaginarius protagonizada pela companhia Baileia, que apresentou o espetáculo Será Sereia? e duas estreias nacionais: As Bailias da Guerreira Rani e A Eurídice e Eu, pela Companhia Terpsichore.

Envolvido no ecossistema de produção cultural internacional, o Imaginarius integra alguns projetos de cooperação em rede. Nesta edição, o Festival acolheu e promoveu o projeto Orfeo & Majnun, que encerrou, em contexto indoor, no Cineteatro António Lamoso, com a apresentação da ópera. Ainda no que diz respeito à criação



4	dias programação
338	artistas
7	países
18	companhias/artistas
20	espetáculos/intervenções
3	instalações/exposições
5	ações mediação
1	workshops
4	reposições maio
9	criações imaginarius
9	estreias absolutas
7	estreias nacionais
83	apresentações intervenções artísticas
118	horas conteúdos programação





e ao apoio à mobilidade, o festival apresentou, em maio, Get Ready, da companhia Two Much, fruto de um processo de mentoria e criação em residência, desenvolvido no âmbito do projeto Roundabout Europe.

Dado que a gastronomia também é arte, o Festival voltou a desafiar a restauração local para uma encruzilhada de sabores, privilegiando menus Imaginarius com base em produtos endógenos e sazonais que revelaram criatividade na confeção e empratamento. Adegas Monhé, Lago, Taberna do Xisto e Terra Mãe foram os quatro restaurantes oficiais Sabores Imaginarius que, entre 9 e 12 de setembro, se transformaram em embaixadores da gastronomia criativa, urbana e de autor pensada especificamente para o Festival.

No âmbito da secção PRO, secção do Festival Imaginarius que promove o contacto entre os profissionais do setor das Artes de Rua, realizou-se, a 9 de setembro, a sessão Pitch, onde foram apresentados os projetos desta edição.

ORFEO  MAJNUN



SABORES  
IMAGINARIUS





## BIBLIOTECA MUNICIPAL

O ano passado, foi cheio de inesperadas surpresas e nem sabemos como classificar a nossa história; tragédia, aventura, às vezes ficção científica e, felizmente, algum humor.

A história, do ano passado, da nossa biblioteca começou e acabou numa pandemia global. Felizmente, o cenário não é a única coisa que conta uma estória. São os figurantes e o enredo que nos movem. A equipa da biblioteca escreveu uma verdadeira estória de sucesso pois nenhuma circunstância a impediu de, trabalhando criativa e arduamente, responder às necessidades dos nossos leitores. Claro que muitas das vezes, a nossa ajuda limitava-se ao empréstimo em delivery, de um simples livro mas era algo que deixava alguém feliz o que nos permite referir que num tempo de desafios, não há pequenas coisas.

Às vezes, temos a sensação que realizámos um conto épico em apenas um ano, mas a verdade é que é, somente, um capítulo da biblioteca e dos seus serviços.

Chegados ao final de 2021, verificámos que a biblioteca se superou quantitativa e qualitativamente, cumprindo a sua missão.

Com elevada restrição de utilização, realizámos exposições de arte contemporânea e permitimos a sua visita física e digital; projetámos cinema para adultos e famílias, contámos estórias a crianças, jovens e a idosos, cara a cara e através de um computador; fizemos oficinas várias; realizámos os nossos clubes de leitura, de tricô, de artes decorativas, de culinária, de estratégia e de jogos de tabuleiro. Promovemos, com 16 jovens adultos, sob a direção de Telmo Ferreira, do pintor Paulo Moreira e com a participação especial de Pedro Piaf, o projeto Youssef, à volta de uma lenda do castelo,

 **96,80%**  
taxa **satisfação**  
com serviços

**37 328**

santamarianos  
têm

**cartão  
de leitor**



**748**

novos  
leitores



**58 284**

visitantes  
presenciais

**163**

sessões para  
séniores



**1 312**

participantes

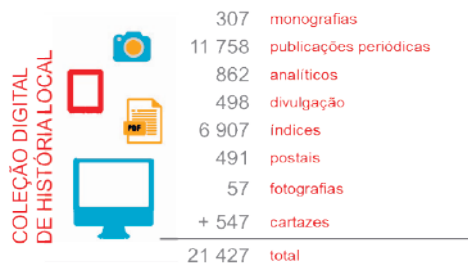
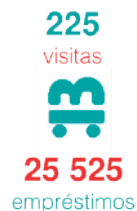


materializado numa média metragem e apresentado no Imaginarius.

Com a Vera Alvelos, descobrimos a belíssima história de Pandora, extremamente atual, em que cada aspeto se relaciona com a natureza da humanidade e de como temos construído a nossa civilização.

E aumentámos a nossa rede: com a relação cooperativa com a rede de bibliotecas escolares, com o acolhimento de múltiplas atividades oriundas da nossa comunidade e com os nossos serviços de itinerância Bibliobus e Leitura em Linhas, este último, por se prestar em unidades fabris, inovador, único no país e que mereceu, da comunicação social, a melhor atenção.

E, chegados ao final desta retrospectiva do ano 2021, aumentámos a nossa convicção de que a estória tem de continuar.



**dados chave bm**

- 98 238** empréstimos
- 314 643** visitas (presenciais e online)
- 235** dias/ano de abertura ao público
- 259 109** documentos
- 151 733** documentos disponíveis para empréstimo
- 21 427** documentos digitais
- 5 976** aquisições / doações
- 7 908** utilização serviços TIC
- 748** novos leitores
- 37 328** leitores inscritos



## ARQUIVO MUNICIPAL

Valorizando administrativamente a memória organizacional como uma ferramenta capaz de aumentar a competitividade da organização a nossa intervenção incidu, em grande parte, sobre a organização e descrição do acervo documental do arquivo municipal a ser transferido para o novo edifício.

Durante este ano, no que concerne a instrumentos de acesso e recuperação de informação foram descritos:

- 484 novos documentos correspondendo aos acervos da Administração do Concelho (321), Repartição de Finanças (131) e Tribunal Judicial da Comarca (7), Câmara Municipal (25);
- 46 livros de atas das reuniões da Câmara Municipal (2003-2008) e criados 7538 índices de pesquisa ao conteúdo de 162 atas de reunião;
- 46 livros de notas para escrituras diversas (1991-2009) e criados índices de pesquisa ao conteúdo de 1892 escrituras.

Foram transferidos para o arquivo geral, a pedido dos respetivos serviços:

- 333 U.I. (2005-2019) de obras nas redes de água e saneamento (Serviços Urbanos);
- 32 U.I. (2004-2017) de reclamações relacionadas com animais (Médico Veterinário);
- 172 U.I. (2019) de correspondência recebida e expedida (Expediente Geral).

Foram submetidas a tratamento por anóxia cerca de 30.000 unidades de instalação da massa documental acumulada e inventariadas e avaliadas:

- 13.272 peças desenhada pertencentes ao Fundo Geral;

 arquivo  
municipal  
santa maria da feira

**78** pedidos internos

**30** pedidos externos

**99** serviço eletrónico

**9** serviço presencial

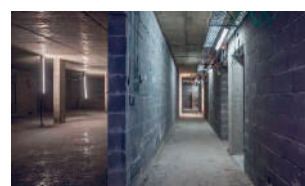
**84** pesquisas  
apoiadas

**24** pesquisas  
autónomas

**302** documentos  
consultados

**1 931** páginas  
digitalizadas

**1 dia** tempo de resposta





- 122 unidades de instalação do acervo do Comissariado do Desemprego;
- 119 unidades de instalação do serviço de Gestão Patrimonial;
- 2.706 processos do urbanismo, ano de 2006;
- 2.802 unidades de instalação de documentação de Recursos Humanos.



## REDE MUNICIPAL DE MUSEUS

O ano 2021 iniciou com um novo período de confinamento e os museus encerraram a 12 de janeiro, implicando a recalendarização e o cancelamento de várias atividades e projetos.

Neste período, manteve-se o contacto com o público através do **digital** e das **redes sociais**, promovendo-se atividades online sobre o património concelhio e foram partilhados tutoriais, no Facebook, alusivos ao Carnaval e à Páscoa.

No dia 5 de abril, os museus reabriram com visitas livres e orientadas bem como promoveram atividades, sujeitas a marcação prévia obrigatória. Os **sistemas de audioguias, smartphones e os quiosques multimédia** permitiram ao visitante uma maior interação com os conteúdos expositivos, enriquecendo a sua experiência e valorizando o seu conhecimento.

De um modo geral, comparativamente a 2020, verificou-se um **aumento** na **procura das atividades educativas** e no **n.º de visitantes ocasionais**, originando um **aumento significativo** no total de visitantes.





## MUSEU CONVENTO DOS LÓIOS

O público-família teve uma **forte participação** nas atividades educativas, não só no “**Domingo da Família**”, mas também em iniciativas como o Dia Internacional dos Museus e as Jornadas Europeias da Arqueologia.

Destaca-se, ainda, apesar dos constrangimentos decorrentes da limitação de ocupação de espaços, a adesão dos ATL às “**Férias de Verão no Museu**”.

Em setembro, foi concluído o projeto “**Zelina & Muley**” iniciado em 2020, e que culminou com a apresentação da curta metragem realizada pelos alunos da Escola Coelho e Castro, de Fiães. Salienta-se ainda a adesão das escolas concelhias aos **projetos educativos “Descobrir Artes e Ofícios” e “Clube dos Arqueólogos”**, destinados ao 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. No contexto das exposições temporárias sublinhamos a exposição “**Por conta própria – artistas autodidatas feirenses**”, realizada em parceria com a Biblioteca Municipal, em que participaram 17 artistas, com 34 obras de pintura e escultura e, no final do ano, a exposição solidária “**ApoiacomArte**”, promovida com uma associação do concelho.

## MUSEU DO PAPEL DE TERRAS DE SANTA MARIA

Adaptando-se a uma nova realidade, o Museu, promoveu atividades online das quais destacamos o “Museu na sala de aula”, o passatempo do dia do pai e os tutoriais “a construção de um coelho especial” e a construção de uma máscara de carnaval.

Reabrindo ao público em abril, o Museu saiu fora de portas com a “**Maleta Pedagógica**” levando, às escolas, as oficinas Reciclagem do Papel e O Engenho da Lourença.

Em maio, na Noite Europeia dos Museus, lançámos um desafio aos visitantes com a atividade “**Conhece o Museu do Papel, mesmo de olhos fechados?**”

No que respeita às exposições temporárias, o museu promoveu as exposições “**Aos Papéis – exposição de livros de artista**”, em parceria com a Escola Árvore; “**Presépios Ecológicos**”, em parceria com a EB 2,3 de Paços de Brandão e a exposição “**Manipulações Ilustradas 2004-2020**” de Rui Sousa, inserida na

  
museu convento dos lóios  
santa maria da feira  
94 atividades  
1 803 participantes



2 exposições temporárias      exposição longa duração  
1 530 visitantes      2 040 visitantes

  
museu do papel  
terras de santa maria  
79 atividades  
1 105 participantes







programação “Fora dos Eixos”, no contexto da qual acolheu o espetáculo “**Trovas e Sombras**”.

Tendo completado 20 anos de existência, em outubro, na **Semana Aberta** foram realizadas oficinas de cartuchos e papel reciclado, com um público família muito participativo, o mesmo acontecendo com a oficina **Um Natal de Papel**.



## CASTRO DE ROMARIZ

O Castro de Romariz também esteve encerrado ao público entre 12 de janeiro e 5 de abril, mas com a diminuição das restrições e sendo um espaço ao ar livre, foi possível efetuar visitas que registaram um aumento considerável no número de visitantes.

De forma a preservar e salvaguardar o património arqueológico, foram realizadas ações de limpeza e manutenção no povoado.

Sublinha-se, ainda, que, no âmbito do Artes em Itinerância, o Castro de Romariz foi palco de 8 Visitas Encenadas, da Companhia Décadas de Sonho, com cerca de 30 participantes por sessão que se constituíram como uma experiência única, num lugar com história.



587  
visitantes

## TURISMO

O ano de 2021 viu regressar a Santa Maria da Feira dois dos seus grandes eventos: Festival de Teatro de Rua - Imaginarius e Perlim, que contribuíram para uma **ligeira recuperação** e um **aumento da procura turística** no concelho, comparativamente a 2020, em todas as variáveis analisadas: **53%** no número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros referenciados, **45%** no número de **visitantes aos equipamentos culturais e turísticos** e **86%** nos **atendimentos da Loja Interativa de Turismo**.

No que respeita ao **Turismo Gastronómico** sublinha-se a apresentação da candidatura de Santa Maria da Feira à **Rede de Cidades Criativas da Unesco**, cuja designação Santa Maria da Feira: **Cidade Criativa da Gastronomia – UNESCO** foi atribuída a 8 de novembro de 2021.

Realçamos ainda a apresentação do relatório do **Projeto de Desenvolvimento do Turismo Gastronómico**, o levantamento da

85 321  
dormidas



48% nacionais  
52% estrangeiras



**Nova Gastronomia Criativa**, a participação de Santa Maria da Feira no **Guia**

**das Maravilhas da Gastronomia de Portugal**, a promoção da **Rota da Fogaça da Feira** e da **Rota da Regueifa Doce** e, ainda os **Sabores Imaginarius**, realizado em formato digital, durante o festival.

Focada na dinamização dos estabelecimentos de restauração e bebidas e do comércio local, foi promovida a campanha “**Compre Aqui**”.

No **Turismo de Natureza**, salienta-se a divulgação da Praia da Mamoa no **Guia das Praias Fluviais**.

No âmbito do **Turismo Religioso**, destaque para a identificação do itinerário complementar no concelho: o **Caminho Medieval de Santiago**.

No âmbito dos **percursos turísticos** foi concretizada a sinalização dos principais espaços do centro histórico da cidade, inserida na rota pedestre “**Percorso com História**”.

O Concelho foi integrado no aplicativo nacional “**Portugal por Dentro**” que visa a divulgação de um percurso circular por 10 equipamentos culturais e turísticos concelhios.

Através de um acordo de cooperação celebrado entre a Rosto Solidário e o Município, iniciou-se a implementação do projeto “**GYMKANA 5.0 Jogo Educativo**”, que contempla uma APP pensada para divulgar o património cultural de cinco cidades europeias, incluindo Santa Maria da Feira.

Ainda a nível digital, reforçou-se a aposta de promoção turística e institucional no portal turístico [www.visitfeira.travel](http://www.visitfeira.travel), e nas redes sociais, potenciando, nacional e internacionalmente, os recursos culturais, patrimoniais e naturais com potencial de atração turística.

No **Turismo Industrial** destaca-se a comunicação no webinar: **Turismo Industrial: património industrial para todos**, como exemplo de boas práticas de acessibilidade intelectual no Museu do Papel, assim como na área do **Turismo Acessível** com a apresentação das boas práticas nos dois maiores eventos do concelho, sendo uma referência no **Guia Prático: Acessibilidades nos Eventos**.



56 950  
visitantes



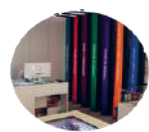
25 281  
visitantes



5 960  
visitantes



4 862  
visitantes



1 381  
visitantes



12 932  
seguidores

Num ano ainda complicado em toda a cadeia de valor da atividade turística, foi essencial o trabalho desenvolvido, de forma continuada, com os agentes locais e parceiros externos, de forma a se delinearem estratégias e parcerias para a retoma do turismo e o incremento da procura turística **no nosso território**.



58 202

acessos  
visitfeira.travel

### DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

No âmbito das competências da Divisão de Educação e do Gabinete da Juventude, ao longo do ano de 2021, foram desenvolvidos trabalhos orientados para a concretização das atividades de gestão do parque escolar e do sistema educativo nomeadamente na área da ação social escolar, na dinamização de projetos educativos bem como no apoio aos programas e ações em áreas de interesse juvenil. Destaca-se a conclusão do projeto de monitorização das políticas educativas locais e o início da elaboração do plano estratégico educativo municipal 2022/30, ambos desenvolvidos ao abrigo de uma parceria com a Universidade de Aveiro.

Salienta-se ainda que, atendendo ao contexto de pandemia sentido no exercício do ano 2021 e conscientes de que a pandemia e o confinamento agravaram desigualdades sociais, a Divisão de Educação, em parceria com uma equipa de investigadores da Universidade do Porto, procurou criar um programa de férias escolares que permitisse a elaboração de um plano de recuperação das aprendizagens e da promoção da saúde mental e que culminou num conjunto de recomendações.

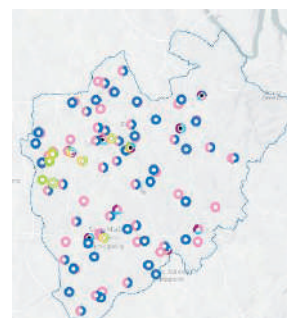


## 1. Gestão e administração escolar

### 1.1 Rede Escolar

Ao contrário dos últimos anos letivos anteriores, assistimos a um ligeiro aumento do nº de crianças na EPE e a uma pequena diminuição do nº de alunos nos restantes níveis de ensino:

Educação Pré-Escolar	2020/21	2021/22
Nº de JI	57	57
Nº de Turmas	92	94
Nº de crianças	1 872	1 952
1º CEB	2020/21	2021/22
Nº de EB1	50	50
Nº de turmas	206	211
Nº de alunos	4 015	3 902
2º CEB	2020/21	2021/22
Nº de EB2	11	11
Nº de alunos	2 193	2 040
3º CEB	2020/21	2021/22
Nº de EB3	11	11
Nº de alunos	3 475	3 182
Ensino Secundário	2020/21	2021/22
Nº de ES	5	5
Nº total de alunos	2 357	1 801
Nº de alunos cursos profissionais	870	529
Nº de alunos ensino regular	1 487	1 272



2020/21

**13 912**

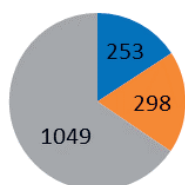
2021/22

**12 877**

### 1.2 Gestão administrativa da implementação e funcionamento das atividades de animação e apoio à família (AAAF)

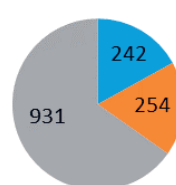
Nº Refeições Escolares EPE/escalão  
Ano letivo 2020/21

■ Escalão 1  
■ Escalão 2  
■ Restantes Escalões

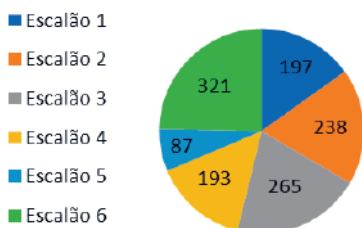


Nº Refeições Escolares EPE/escalão  
Ano letivo 2021/22

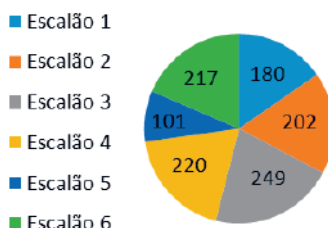
■ Escalão 1  
■ Escalão 2  
■ Restantes Escalões



Escalões Prolongamento de Horário  
Ano 2021/22



Escalões Prolongamento de Horário  
Ano 2021/2021



Ainda no âmbito desta gestão, foi realizado o acompanhamento dos protocolos de cooperação para a implementação das atividades de animação à família, nos Centros Sociais de Souto, Santo André (Mosteirô) e Caldas de S. Jorge.



### 1.3 Organização administrativa das medidas de aplicação da ação social

#### 1.3.1 Apoio alimentar na educação pré-escolar e no 1º CEB

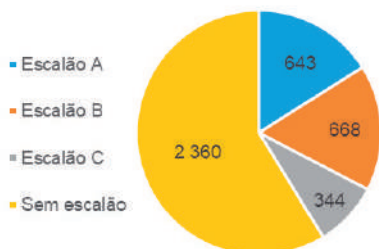
Ano letivo	EPE	1ºCEB	total
2020/21	1 427	2 905	4 332
2021/22	1 600	2 887	4 487

#### 1.3.2 Ação Social Escolar

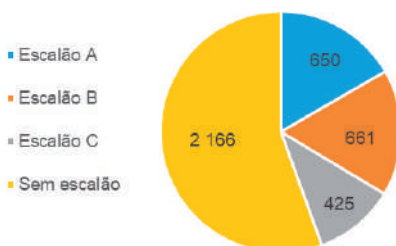
No ano letivo **2020/2021**, num universo de **4015 alunos do 1º CEB**, 643 integraram o escalão A, 668 o escalão B, 344 o escalão C e 2360 não tiveram escalão. No ano letivo **2021/2022**, num universo de **3902 alunos do 1º CEB**, 650 alunos integraram o escalão A, 661 alunos o escalão B, 425 alunos o escalão C e 2156 alunos não tiveram escalão.



Ação Social Escolar 1º CEB  
ano letivo 2020/21



Ação Social Escolar 1º CEB  
ano letivo 2021/22





### 1.3.3. Transportes Escolares

O Plano de Transportes Escolares foi elaborado tendo por base uma previsão do número de alunos a transportar no ano letivo seguinte, por escola, localidade e empresa de transporte. Periodicamente, foram realizadas monitorizações ao serviço de transportes no sentido de corrigir e prevenir anomalias e apresentar medidas corretivas. No ano letivo **2020/2021** foram transportados, diariamente, uma média de **2 703** alunos. No que se refere ao ano letivo **2021/2022** a previsão de alunos transportados diariamente é uma média de **3 523**, sendo que em março estavam a ser transportados 2599 alunos.



### 1.3.4. Bolsas de Estudo de ensino secundário e de ensino superior

No ano letivo 2020/2021 foram concedidas 244 bolsas de estudo:

	Nº de candidatos	Nº de bolseiros
Ensino Secundário	151	109
Ensino Superior	23	133
Ensino Superior *	2	2

\* Alunos portadores de deficiência.

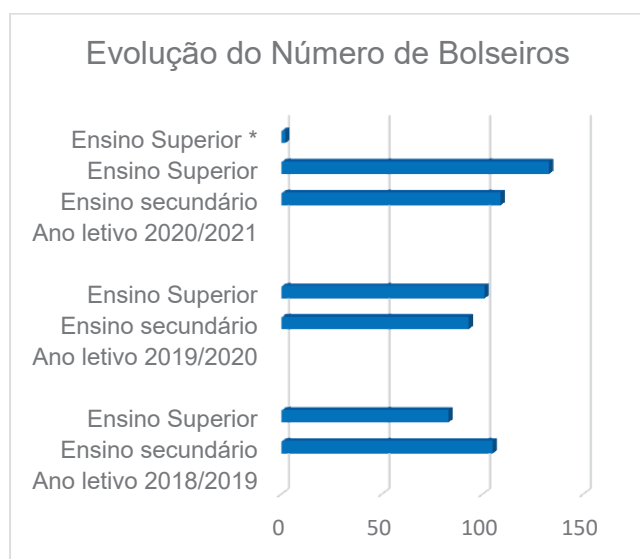
Em termos comparativos com os anos letivos anteriores, podemos concluir que, gradualmente, tem aumentado o número de bolseiros, tendência essa que se pretende manter:



ano letivo  
2020/21  
**244 bolsas**

ano letivo  
2019/20  
**194 bolsas**

ano letivo  
2018/19  
**188 bolsas**



## 2. Planeamento, gestão e manutenção do parque escolar

a) Carta Educativa de Santa Maria da Feira: em 2021 procedeu-se à inscrição das propostas de intervenção do documento da Revisão da Carta Educativa de 2019, na nova plataforma do IGEFE – SACE. Em 17 de dezembro de 2021 foi emitido parecer favorável deste organismo relativo ao documento de planeamento estratégico “Carta Educativa”.



b) Acompanhamento das obras de remodelação/ ampliação/ conservação/ construção de edifícios escolares, espaços de jogos e recreio, planos de segurança em articulação com o Pelouro das Obras Municipais:

Escola	Tipo de intervenção	Observações
EB Feira Centro	Requalificação	Elaboração da proposta de Programa Base para o Projeto de Requalificação e Modernização das Antigas Instalações da EB Fernando Pessoa

- 1 parque infantil
- 6 relvados sintéticos
- 1 sombreador de recreio
- 26 bancadas e armários de inox nos refeitórios
- 1 reparação do piso em madeira
- 1 substituição de caixilharia para alumínio
- 2 fechos de coberto com caixilharia e alumínio
- 10 colocação de piso vinílico
- 2 coberto em betão nos portões de entrada
- 1 substituição de telhado e colocação de teto falso em coberto fechado
- 5 pintura interior de todo o edifício
- 5 projetos de intervenção nos parques escolares

c) Dotação de 20 estabelecimentos de ensino do 1º CEB com infraestruturas e equipamentos tecnológicos (eCri@ - espaços de criação, robótica, inovação e aprendizagem), foram ainda adquiridos 100 computadores para as EB1 para o ensino à distância;

d) Aquisição de mobiliário para a biblioteca escolar da EB Igreja –Lobão;

e) Aquisição de 10 parques infantis;

f) Aquisição e distribuição de material didático e pedagógico para os JI e EB1;

g) Coordenação do apetrechamento, dotação, manutenção e conservação dos materiais e equipamentos dos edifícios escolares afetos à Autarquia;

h) Recolha e abate de material obsoleto, em articulação com o setor do património;

i) Celebração de contratos de manutenção de alarmes instalados em edifícios escolares;

j) Celebração de contratos de manutenção de equipamentos de aquecimento e de gás instalados em edifícios escolares;

k) Plataforma de serviços online, sendo que dos 1 773 pedidos de intervenção, 1 244 (70%) foram resolvidos com sucesso.



### 3. Serviços de ação educativa

#### 3.1. Gestão e supervisão das cantinas e dos refeitórios escolares

Ao longo do ano civil de 2021, realizaram-se 27 visitas a cantinas escolares e 148 a refeitórios escolares:



As refeições foram confeccionadas em cantinas escolares da autarquia (adjudicadas à Eurest), em EB2,3 e em IPSS do concelho. Nas cantinas escolares, foram confeccionadas, ao longo do ano letivo de 2020/21, 2 345 refeições/dia e em 2021/22 foram fornecidas 2 397 refeições/dia. Nas IPSS e EB2,3, ao longo de 2020/21 foram fornecidas 1987 refeições/dia e em 2021/22 foram confeccionadas 2090 refeições/dia.

**2021**  
**175 visitas**

	Programa de generalização fornecimento de refeições	
	2020/21	2021/22
EB2,3 e IPSS's	1 987	2 090
Eurest	2 345	2 397
<b>total</b>	<b>4 322</b>	<b>4 487</b>



Durante todo o ano civil, o Município norteou a sua ação centrada nas famílias, tendo em vista a supressão das dificuldades sentidas pelas mesmas, sobretudo em período de confinamento. Evidencia-se o fornecimento de 3 690 refeições (servidas de janeiro a março). Ao nível da gestão e dotação dos recursos humanos necessários para o normal funcionamento das cantinas e refeitórios escolares (recrutamento, afetação e colocação do pessoal não docente) foram afetadas as seguintes AO aos refeitórios escolares: 100 em 2020/21, 101 em 2021/22.

**Assistentes operacionais**  
**2020/21**  
**100**

Foram ainda realizadas as seguintes ações:

- Apoio na elaboração das ementas;





- Dinamização de 14 ações de formação para as 172 assistentes operacionais sobre “Práticas Seguras em Salas de Refeição”;
- Gestão e distribuição do equipamento de proteção individual adequado para o desempenho das funções das assistentes operacionais ao serviço das salas de refeição, (batas, toucas, máscaras, luvas, aventais, calçado, etc);
- Gestão e distribuição dos materiais de limpeza e desinfeção;
- Dinamização do passatempo com a temática “O meu lanche saudável e divertido”, que surgiu no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro);
- Dinamização de 2 sessões de educação alimentar, para alunos de Jardim de Infância (100 alunos) e do 1º Ciclo (20 alunos).

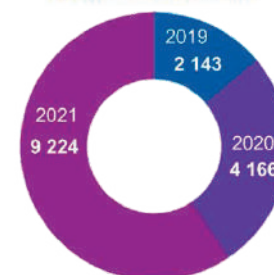


### 3.2. Plataforma SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem

Sendo a plataforma SIGA já utilizada em massa pelos Encarregados de Educação para a inscrição dos seus educandos nos serviços de AAAF e Refeições Escolares, no ano de 2021 foi implementado o mesmo sistema para a inscrição nos serviços de Transportes Escolares e CAF, produzindo um aumento acentuado de acessos à mesma, comprovado pelo número de candidaturas efetuadas.

#### Plataforma SIGA

CANDIDATURAS ONLINE



### 3.3. Auxílios económicos

Foram atribuídos auxílios económicos aos Agrupamentos de Escolas, para fazer face às despesas de comunicações telefónicas; e material didático e de desgaste para os alunos do 1º CEB, Jardins-de-Infância e para as Bibliotecas Escolares.

### 3.4. Regime da fruta escolar

No âmbito deste programa foram disponibilizados produtos, duas vezes por semana, à população escolar do 1.º CEB e dos jardins-de-infância:



	2020/21	2021/22
EPE	1 765	1 872
1º CEB	4 015	3 902
<b>total</b>	<b>5 780</b>	<b>5 774</b>

### 3.5. Componente de Apoio à Família

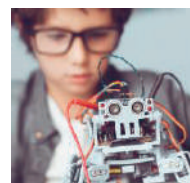
Procedeu-se ao acompanhamento e supervisão da implementação do contrato de prestação de serviços e dos protocolos para a promoção da componente de apoio à família, no 1º CEB:

	2020/21	2021/22
Nº de EB1	32	32
Nº de alunos	494	500

### 3.6. Monitorização e acompanhamento das atividades promovidas no âmbito das AAAF

Para além do acolhimento, almoço, prolongamento e interrupção letiva, cerca de 1301 crianças das AAAF usufruíram, entre as 15h30 e as 18h30, com a coordenação de instrutores, monitores e professores de atividade físico-desportiva, de expressão plástica, musical, das seguintes atividades

- **“Brincar com Movimento”**, foram realizadas, semanalmente, aulas de expressão físico-motora, num total de 42 aulas anuais em regime presencial;
- **“Brincar com os sons”**, foram realizadas, quinzenalmente, aulas de expressão musical, num total de 21 aulas em regime presencial;
- **“Brincar com as artes”**, foram realizadas, quinzenalmente, aulas de expressão plástica e artística, num total de 21 aulas anuais em regime presencial;
- **Kids & Bots**, atividade de robótica, realizada quinzenalmente, num total de 21 aulas anuais/17 turmas;
- **loga**, atividade realizada semanalmente, num total de 42 aulas anuais, contemplando 134 crianças//9 grupos;
- **Xadrez**, atividade realizada quinzenalmente, num total de 63 crianças/8 grupos.



## 4. Representações, grupos de trabalho e redes

### 4.1. Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira reuniu periodicamente, num total de 3 reuniões ordinárias, de acordo com o estipulado no diploma legal Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro.

### 4.2. Conselhos Gerais

Os conselhos gerais dos nove agrupamentos de escolas reuniram, periodicamente, de acordo com a legislação em vigor.



### 4.3. Rede de Oferta Formativa

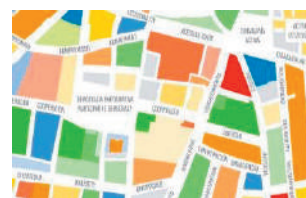
À semelhança de anos transatos, o Município de Santa Maria da Feira assumiu o papel de interlocutor e promotor de concertação da rede de oferta formativa, quer junto dos agentes educativos concelhios quer com parceiros a nível supramunicipal, nomeadamente, com a AMP e DGEstE, na persecução do objetivo de coordenar e planear, de forma mais integrada e coerente, a rede de cursos profissionais. Neste sentido, o Município lançou uma campanha de comunicação com vista à promoção dos Cursos Profissionais no concelho, “O sentido do futuro”, a que se seguiu um ciclo de webinars alusivos ao tema. Foram realizados 5 webinars – em 21/04, 27/04, 29/04, 4/05 e 13/05, sob os temas: “Cursos Profissionais – O Sentido do Futuro”, “Cursos Profissionais – Trabalhar com Máquinas / Tecnologia”, “Cursos Profissionais – Trabalhar em Bem-Estar”, “Cursos Profissionais – Trabalhar com Pessoas / Serviços” e “Cursos de Aprendizagem”, que incluíram intervenções de peritos, antigos alunos e atuais alunos.



### 4.4. Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras/Associação Internacional de Cidades Educadoras

No âmbito desta rede foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Participação na reunião geral da assembleia geral da AICE, realizada no dia 25 de março, através dos meios telemáticos;
- Apresentação de candidatura ao Prémio Cidade Educadora com o projeto “Rede de Cidades Criativas - UNESCO”;
- Participação nos grupos de trabalho “Cidades Inclusivas”, coordenado pelo Município de Almada e “Brincar na Cidade Educadora”, coordenado pelo Município de Torres Vedras;
- participação no Boletim trimestral da RTPCE, onde foram partilhadas as boas práticas “Correio da Amizade”, “Educação Criativa”, “Rede de Cidades Criativas - UNESCO” e “Grupo de Cuidadores de Crianças e Jovens com deficiência em idade escolar”.
- realização do Dia das Cidades Educadoras, assinalado a 30 de novembro com o lema "A Cidade Educadora não deixa ninguém para trás".



#### 4.5. Eixo Atlântico do Nordeste Peninsular

No âmbito desta rede, participamos numa reunião do grupo de trabalho Educação e Cultura, realizada, via Zoom, no dia 24 de maio.



#### 4.6. Monitorização da Política Educativa Municipal

Ao longo do ano de 2021, deu-se continuidade ao acompanhamento do trabalho desenvolvido pela equipa GETIN da Universidade de Aveiro, contratualizada para proceder ao estudo de monitorização das políticas educativas concelhias, materializado no documento “Projeto de Monitorização - Acompanhamento das políticas educativas locais no Município de Santa Maria da Feira” em abril 2021.



#### 4.7. Rede Nacional de Bibliotecas Escolares

Cooperação e apoio na implementação da Rede de Bibliotecas Escolares, num total de 23, em articulação com os Agrupamentos de Escolas e Biblioteca Municipal.



Em 2021 foram aprovadas as seguintes candidaturas: requalificação da biblioteca escolar da EB Santo António, Rio Meão e da EBS Coelho e Castro; Bibliotecas Digitais no AE de Argoncilhe. Foram ainda propostas as seguintes candidaturas: integração na Rede de Bibliotecas Escolares, EB de Valrico, Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa; requalificação para a EB de Avenida, Agrupamento de Escolas Coelho e Castro; e a candidatura Leituras com..., EB de Igreja Milheirós de Poiães, Agrupamento de Escolas de Arrifana.

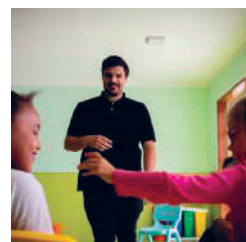
#### 4.8. EDUFEIRA - Inovamos para o sucesso - PIICE

4.8.1. Deu-se continuidade e concluiu-se a implementação das ações desta candidatura ao NORTE 2020 a 31 de dezembro 2021 Vive as Férias | 602 participantes | apoio da Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE-UP) na elaboração do Plano de recuperação de competências curriculares | 5 oficinas | Oficina das Ciências e Matemáticas – Semear, Crescer e Voar; Oficina da Atividade Física – Os Jogos Olímpicos; Oficina da Música – Músicas no e do Mundo; Oficina das Artes plásticas – manipular e Criar e Oficina da expressão Dramática – Sapatos de Sonhos. | 4 semanas

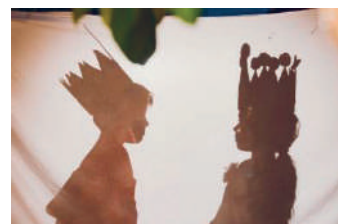




**4.8.2.** Observatório de monitorização e apoio ao sucesso escolar | atualização de dados | aplicação de questionários de satisfação.

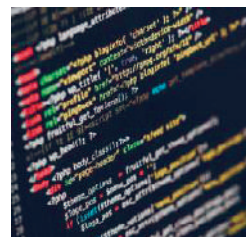


**4.8.3.** Educação 5.0 – plataforma EDUFEIRA | formação creditada, de 25h, para docentes, em formato E-Learning | 34 docentes | 2 webinários para Encarregados de Educação | 2ª edição das “Olimpíadas da Cidadania e do Património” | desafios quinzenais e de concursos nacionais.



**4.8.4.** Equipa multidisciplinar – intervenção psicossocial e psicoeducativa: foram dinamizadas um total de 23 sessões presenciais.

**4.8.5.** Hora de programar - foram realizadas sessões quinzenais, síncronas e assíncronas, em função da evolução pandémica, tendo abrangido um total de 317 alunos.



**4.8.6.** Hora de experimentar - foram realizadas sessões quinzenais, síncronas e assíncronas, em função da evolução pandémica, tendo abrangido um total de 411 alunos.

#### **4.9. Gabinete de Intervenção Psicopedagógica**

Em 2021, no âmbito do GIP, foram sinalizados pelos agrupamentos de escolas 55 alunos. Destes, foram acompanhados na valência de psicologia 32 alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do nosso concelho e ainda foram reencaminhados para as restantes valências terapêuticas 21 alunos (12 para terapia da fala; 6 para terapia ocupacional e 3 para intervenção precoce). Os dois restantes recusaram o apoio proposto.



Em parceria com a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foram acompanhadas 28 famílias com processos de mediação familiar; 5 crianças com processos de promoção e proteção e 3 adolescentes com processo de promoção e proteção.

## 5. Projetos Educativos

A Divisão de Educação deu continuidade a um conjunto de projetos inscritos no Plano Educativo Municipal 2020/21 e a implementar novas iniciativas de modo a atingir-se os objetivos delineados e, por conseguinte, dar um importante passo na elevação da qualidade da educação e formação. Nos quadros que se seguem, apresenta-se uma síntese dos projetos desenvolvidos, em formato digital e presencial:



32 projetos educativos  
36 419 participantes  
85 trabalhos  
46 escolas  
9 AE

Designação	Destinatários	Nº de participantes
Correio da Amizade	AAAF/CAF	31 participantes
O crescer do ler	Jl	756 crianças
O Crescer do Ser	Jl	679 crianças
Passaporte escolar	EB1	3 902 alunos
O Nosso presépio	1º CEB + EPE	12 Escolas
Visitas à EER	Comunidade geral	83 visitantes
Sábados em Família	Comunidade educativa	70 participantes
Prevenção Rodoviária para Todos	Comunidade educativa	457 Visitantes
Aprender sobre Rodas	Comunidade educativa	16 participantes
Eco-Escolas	Comunidade Educativa	3 EB23, 1 ES, 1 EP e 4 AE
Assembleia de Crianças	EB1	17 alunos
Tertúlia Poética Infantil	AAAF/CAF	135 participantes
Difusão da Festa das Fogaceiras	Jl/EB1	9 AE
Dia da Família	AAAF/CAF	201 participantes
Reinventar o Traje das Fogaceiras	Jl/EB1/IPSS's	2 040 alunos
Escola a Mexer	Jl/EB1	420 alunos
Vamos ao zoo	AAAF	180 alunos
Dia Mundial da Água	Jl/EBS	7 000 alunos
Bolsas de Estudo Inglês – Lancaster College	2º/3º CEB	20 Bolsas
Con(s)CienciArte	EB2,3	12 turmas
Festa de Natal pela Inclusão	Comunidade educativa	7 instituições
Arte Adaptada	EB	2 Escolas
Aproximar	EBS	4 Escolas
Transformers	3º CEB	1 turma
Germinar	ES	200 alunos
Primário – Educação Criativa	ES	134 atividades
First Play		14 formandos
“Got Talent” – Adritem	ES	3 escolas; 98 alunos
Dia Mundial para a Consciencialização do Autismo	Jl/EB	6 crianças
Ginja: o guru das emoções	Jl/EB1	46 participantes
Grupo de cuidadores de crianças e jovens com deficiência em idade escolar	Comunidade educativa	236 participantes



Apoio multimédia	64 trabalhos gráficos/21 coberturas fotográficas e de vídeo
------------------	---

## 6. Plano de Desenvolvimento Europeu

### 6.1.1. Erasmus+ Oportunidades Formativas: Feira+Europeia I 2019-1-PT01-KA102-060100

Foram realizadas 22 mobilidades de aprendentes, estágios profissionais, com duração média de 30 dias, que decorreram em Barcelona, Gijón e Málaga. Os aprendentes eram oriundos dos Cursos Profissionais dos AE Coelho e Castro e Santa Maria da Feira e foram acompanhados por 6 docentes.



### 6.1.2. Erasmus+ Europa sem Fronteiras I 2020-1-PT01-KA102-077711

Foram realizadas 7 mobilidades de aprendentes, estágios profissionais com duração média de 30 dias, que decorreram em Sevilha e Barcelona. Os aprendentes eram oriundos dos Cursos Profissionais dos AE Arrifana e da Escola Profissional de Paços de Brandão e foram acompanhados por 1 docente.



### 6.1.3. Erasmus+ Educação em Foco I 2018-1-PT01KA101-046830

O projeto viu o seu término com a concretização das últimas 3 mobilidades de docentes, que participaram no curso estruturado “Digital STEAM”, que decorreu em Tallinn, Estónia.



### 6.1.4. Erasmus+ Modelos Inspiradores I 2019-1-PT01-KA217-00010-1

Santa Maria da Feira recebeu pelo 2º ano consecutivo o Prémio Inclusivo E+, atribuído pela Agência Nacional Erasmus+, pelo seu trabalho desenvolvido em prol da Inclusão e Equidade.



11 ações presenciais e híbridas

## 7. Qualificação dos munícipes e elevação das suas competências básicas e dos níveis de formação

### 7.1. Jornadas de Educação “da escola que temos à escola que queremos”

As XV Jornadas de Educação aconteceram nos dias 17, 19 e 20 de novembro de 2021, no Auditório da Biblioteca Municipal, com transmissão na Plataforma ZOOM e contaram com 398 participantes.



## 7.2. Formação Práticas Pedagógicas no Autismo

A pedido do Agrupamento de Escolas António Alves Amorim foi dinamizado, a 24 de maio de 2021, a ação de formação Práticas Pedagógicas no Autismo. A formação foi dirigida por uma psicóloga, através da plataforma ZOOM e contou com 44 professores inscritos.



### GABINETE DA JUVENTUDE

#### 1. Jovem Autarca

Ao longo de 2021, a equipa da sétima edição do projeto, reuniu-se, semanalmente, via online e/ou presencialmente, em função da situação pandémica vivida ao longo do mandato, adaptando os seus projetos, concretizando medidas que consideraram fulcrais para os jovens feirenses. A oitava edição do projeto contou com a receção de 10 candidaturas.



#### 2. SMF Youth Days

Foram 6 dias, 32 atividades, mais de 80 horas de experiências de formação, capacitação e entretenimento e mais de 1 500 jovens envolvidos nos SMF Youth Days. O programa dos SMF Youth Days contou com o envolvimento de seis associações juvenis do concelho e também de players nacionais para a área da juventude, acrescentando valor e experiência à programação. A Fundação da Juventude, a Associação Portuguesa de Profissionais de Juventude e a FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis tiveram um papel determinante nas atividades de formação, capacitação e promoção da cidadania ativa nos jovens.



#### 3. SMF Youth Talks

Na 3ª edição das SMF Youth Talks, que decorreram nos dias 4, 11 e 18 de setembro, estiveram envolvidos 90 jovens. As temáticas escolhidas versaram sobre a saúde mental, jovens & cultura no sec.

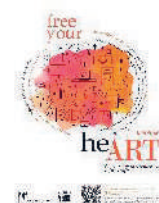




XXI e política no mundo, definidas em função de problemáticas sensíveis e atuais, procurando despertar a sensibilidade, reflexão e consciencialização crítica dos jovens.

#### 4. Free Your heART

A III Edição do concurso Free Your heART teve lugar no Europarque, no dia 23 de julho. Após a seleção das 30 melhores obras, foi realizada uma exposição em espaço público e que circulou igualmente pelos recintos escolares.



#### 5. Desafia-TE

Decorreu de janeiro a junho de 2021, tendo sido realizadas 22 atividades com os diferentes parceiros envolvidos no projeto e em diferentes locais do concelho e contou com a participação de 15 jovens provenientes de 6 EB/ES (Corga de Lobão, Paços de Brandão, Arrifana, Argoncilhe, EB Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Almeida e EBS de Santa Maria da Feira).



#### 6. Ciclo de Workshops – Jovens Criativos

##### 6.1. Workshops Grandes Férias 2021

O ciclo de workshops, foi dinamizado no período da interrupção letiva das férias de verão e integrou atividades tão diversas como Paddle, da teoria ao Upload, Aprender a ser DJ, Arvorismo e Picnicando. Esta edição contou com a participação de 40 jovens, 10 do género masculino e 30 do género feminino, com uma média de idades de 16 anos.



##### 6.2. Workshops Natal 2021

O ciclo de workshops, dinamizado no período da interrupção letiva das férias do Natal, integrou atividades tão diversas como Teatro Musical, Biodanza, Cake Design – Bolachas Decoradas de Natal e Produção. Esta edição contou com a participação de 37 jovens, 10 do género masculino e 27 do género feminino, com uma média de idades de 15 anos.



#### 7. Programa Nacional de Bolsas de Arquitetura para Jovens Arquitetos

A Bolsa foi atribuída à Jovem Vanessa Batista, que desenvolveu um trabalho direcionado ao concelho de Santa Maria da Feira, tendo sido apresentado no dia 28 de abril.





## 8. Imaginarius Participa

A 20ª edição do Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, que decorreu entre 9 e 12 de setembro, contou com 65 voluntários inseridos no programa de voluntariado Imaginarius Participa 2021.



## 9. Eurodesk Portugal

Em 2021 foram realizadas 7 atividades, dirigidas a 200 jovens do concelho que permitiram a promoção desta rede e das várias ferramentas de informação aos jovens sobre as oportunidades de mobilidade europeia. Devido à situação de pandemia e as dificuldades em contactar, presencialmente com os jovens, 4 das atividades planeadas foram realizadas em formato online. No âmbito da Semana Europeia da Juventude, foram realizadas 3 atividades.



## 10. Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem

Foram realizadas em 2021 duas iniciativas que envolveram alunos do 11.º e 12.º anos dos Cursos Profissionais Técnico de Juventude e Animação 2D3D, dos Agrupamentos de Escolas de Arrifana e Coelho e Castro, em Fiães. As iniciativas consistiram num workshop online “O que me Torna Único no Mercado de Trabalho” e num bootcamp (em formato presencial), “Da Ideia ao Negócio”. Cada uma destas atividades, teve a duração de 3 dias, nos meses de novembro e dezembro.



Construindo Ecossistemas Locais para a Empregabilidade Jovem

## 11. Outras valências do Gabinete da Juventude

Paralelamente às atividades e projetos organizados para e com os jovens, o Gabinete de Juventude mantém uma política de porta aberta, com: a representação Eurodesk; a Loja Europa Jovem em Santa Maria da Feira (serviço de informação europeia aos jovens para projetos de mobilidade); o Ponto Já (espaço de acesso à internet); o Balcão de apoio às candidaturas Porta 65 (arrendamento jovem), e o Espaço OK (espaço de acompanhamento psicoterapêutico a jovens com consumos problemáticos de substâncias).





## 12. Mobilidade juvenil e candidaturas europeias

Relativamente ao ano de 2021 importa destacar, no que ao tema mobilidade juvenil e candidaturas europeias diz respeito, a participação de Santa Maria da Feira nas seguintes ações:

- Beyond – Um mundo é um palco - Com início em maio de 2021, os 20 jovens participaram em sessões semanais de formação, que culminaram numa performance multidisciplinar, no dia 18 de dezembro de 2021;

- Intercâmbio Online “Be Active – Shape Europe | BASE Project”, cofinanciada pelo programa “Europa para os Cidadãos” da União Europeia. 26/02/2021 – 01/03/2021

- Candidatura “AGORA – Democratic Values & Culture in Europe”

- 9 e 10 setembro - Aphienou, Chipre
- 21 e 22 outubro – Smolyan, Bulgária

- Candidatura “Active Citizens”, do Programa Europeu “Urbact”

- Várias reuniões preparatórias online
- 21 e 22 setembro - Tratu, Estónia
- 3 e 4 novembro - Saint Tien, França
- 15 e 16 dezembro Santa Maria da Feira
- Small call actions (Santa Maria da Feira) – 20 julho, 16 setembro 16 outubro

- Intercâmbio Erasmus + - L’Esprit en Valeur, em Loches (23 Outubro – 2 Novembro)

- Submissão de uma candidatura Erasmus +, que não foi aprovada pela Agência Nacional Erasmus +.

## 13. Conselho Municipal de Juventude

Em 2021 foram realizadas três reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Juventude, nos dias 15 de março, 19 de julho e 15 de setembro. Destaca-se, ainda, a participação no 1º Encontro nacional de CMJ, realizados nos dias 23 e 24 de abril, promovidos pelas Câmaras Municipais de Braga e do Porto.





## ORQUESTRA E BANDA SINFÓNICA DE JOVENS DE SANTA MARIA DA FEIRA

Dando início aos trabalhos da Orquestra Sinfónica, a 3 de janeiro realizou-se o Grande Concerto de Ano Novo, com a Direção Musical de Paulo Martins no grande auditório do Europarque. O concerto teve de ser reajustado, quer em termos de músicos em palco, quer em termos de público, mediante as normas da DSG, por causa da pandemia Covid'19, com uma assistência de 352 pessoas.

O segundo estágio foi o Sinfoniónicos – Concertos comentados para as famílias: celebrar a Liberdade, no Cineteatro António Lamoso interpretado pela Banda Sinfónica, narrado e dirigido artisticamente pelo Professor Jorge Castro Ribeiro com a Direção Musical de Paulo Martins.

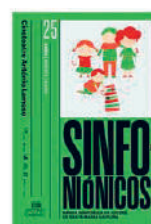
Foi realizada a Ação de Formação Management e Autogestão para Músicos e Artistas, e ministrada por Natália Pizzuto e Beatriz Ortega e teve como objetivo ajudar os músicos, particularmente aqueles que se encontram em formação nas escolas do ensino artístico especializado do concelho, a gerir profissionalmente os seus projetos.

O terceiro estágio foi realizado na Igreja de São João de Ver, a 25 de junho. Dirigido pelo maestro Paulo Martins, o espetáculo assinalou os 100 anos da morte do compositor francês Camile Saint-Saëns com a interpretação da obra “Organ Symphony” por 53 jovens músicos e contou com a presença de 140 pessoas.

O quarto estágio, inserido na Academia de Verão, foi realizado na Quinta do Castelo, a 24 de julho. Foi um concerto ímpar, protagonizado por 60 jovens, dirigidos por vários maestros que integraram a master classe de direção de banda, sob a orientação do maestro convidado Henrie Adams.



7 estágios  
134 bilhetes vendidos  
218 convites  
1 823 espetadores  
60 músicos  
1 ação formação  
10 participantes



253  
espetadores



368  
espetadores

Este concerto, que contou com a Direção Musical de Paulo Martins, possibilitou aos formandos a frequência em master classes de instrumento, ministradas por diferentes professores de referência nacional naturais do concelho de Santa Maria da Feira e teve 200 pessoas a assistir.

O quinto estágio “Gala dos 25 anos” foi realizado por ambas as formações Orquestra Sinfónica e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, no grande auditório do Europarque, a 18 de setembro.

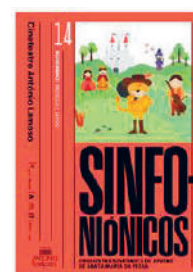
O sexto estágio, “Concerto comemorativo dia Mundial da Música” realizou-se no auditório da Tuna Musical Mozelense, a 1 de outubro.

A Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, que completou recentemente 25 anos de plena atividade em prol da música e da formação de jovens músicos, apresentou um concerto com um programa que se dividiu entre a música de compositores europeus – Philip Sparke e Joseph Horowitz –, privilegiando a tradição de melodias, e de compositores americanos – Eric Whitacre e David Gillingham – que exploram a parte rítmica e a diversidade de cores. “Equus”, de Eric Whitacre, abriu este concerto comemorativo do Dia Mundial da Música, com a Direção Musical de Paulo Martins, abordando um pouco o seu estilo minimalista, mas muito rítmico, seguindo-se a obra “Galactic Empires”, de David Gillingham que transporta o público para o fascínio que o compositor tem pelos mistérios do universo. Na segunda parte do concerto, interpretaram uma obra do grande repertório para banda, do célebre compositor inglês Philip Sparke, “Dance Movements”.

O sétimo e último estágio foi o Sinfoniónicos – Concertos comentados para as famílias: Celebrar a Liberdade, interpretado pela Banda Sinfónica, narrado e dirigido artisticamente pelo Professor Jorge Castro Ribeiro com a Direção Musical de Paulo Martins.



190  
espetadores



420  
espetadores



**AÇÃO SOCIAL, SAÚDE,  
PROTEÇÃO CIVIL E  
BEM-ESTAR ANIMAL**







## DIVISÃO AÇÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

A promoção da coesão social, da solidariedade e do desenvolvimento sustentável são valores essenciais para a melhoria do bem-estar social. Desta forma, em 2021, a estratégia de atuação da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida do Município, continuou a ser concertada com os diversos parceiros e agentes sociais, no sentido de potenciar e fortalecer a articulação do trabalho em rede, promovendo um ambiente colaborativo e de responsabilidade partilhada e permitindo uma resposta concertada à população.

A continuidade do contexto pandémico de COVID-19 obrigou-nos a prolongar a nossa intervenção nesta área, nomeadamente através da promoção e dinamização de medidas municipais de combate à pandemia direcionadas ao apoio social à população, por um lado, e às instituições, por outro. Destacam-se a continuidade do Projeto FAROL, de atenção à população mais velha e isolada, da Estrutura de Apoio de Retaguarda Vilamaiorense, dedicada a doentes COVID, com alta hospitalar, mas sem condições de realizarem o isolamento e convalescença no seu domicílio, e da distribuição de equipamento de proteção individual às IPSS's. Por outro lado, e também por ter tido um papel preponderante na atenuação de constrangimentos criados pela pandemia, ressaltamos o trabalho efetuado pela Bolsa Local de Voluntariado na integração e acompanhamento de voluntários em várias respostas criadas, nomeadamente no Centro de Vacinação.

Por outro lado, num esforço de reinvenção e de readaptação, evidenciam-se: o VII Mosaico Social, que assumiu um formato misto, presencial e online, mantendo, contudo, a sua essência de espaço de encontro, homenagem, debate, reflexão e partilha de boas práticas, envolvendo os parceiros da Rede Social concelhia. "Cuidar do presente a pensar no nosso futuro" foi o tema central escolhido, e que sustentou o programa da VII Edição, iniciada a 30 junho de 2021, que terá apenas o seu término a 18 junho de 2022; e as iniciativas enquadradas nos projetos na área da inclusão através da arte (Rede d'Arte Comunitária), nomeadamente as dirigidas à população portadora de deficiência e/ou com doença mental.

Aliada a esta necessidade de reinventar e criar novas respostas sociais de enfrentamento dos novos desafios, continuaram a ser dinamizados e monitorizados os Protocolos de Cooperação que o Município mantém com entidades parceiras da Rede Social (Associação Ser + Pessoa, Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do concelho de Santa Maria da Feira, Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião, Associação Melhor Viver, Cooperativa Casa dos Choupos, e outras IPSS's).



Na área da Habitação, deu-se continuidade ao acompanhamento e a intervenção social junto de indivíduos/agregados familiares residentes no parque habitacional do Município, com vista à sua inclusão e inserção social; ao realojamento de situações de emergência social e urgente, nomeadamente: situações de violência doméstica, processos de crianças e jovens em perigo, pessoas portadoras de deficiência; idosos em risco, entre outras. Ainda nesta área, e derivado das profundas alterações dos modos de vida e das condições socioeconómicas das populações, a combinação de carências conjunturais com necessidades de habitação, as mudanças de paradigma no acesso ao mercado de habitação, decorreu a elaboração da Estratégia Local de Habitação do Município, tendo sido assinado em 17.11.2021, o Acordo de Colaboração com o IHRU para a sua implementação.

Assim, e apesar de algumas das atividades inscritas no Plano de Atividades de 2021, terem visto a sua execução impedida, não cumprida na totalidade, ou readaptada, devido ao ainda contexto pandémico, a estratégia social encetada pelo Município, que teve como foco principal, a intervenção junto da população mais vulnerável, permitiu alcançar os objetivos inclusivos propostos, tendo para tal promovido uma intervenção integrada e multidimensional em diferentes frentes, trabalhados de modo cooperativo com os vários parceiros que integram a Rede Social concelhia.

## **HABITAÇÃO**

### **1. GESTÃO SOCIAL DO PARQUE HABITACIONAL DO MUNICÍPIO**

#### **1.1. Gabinetes de Proximidade Local (GAP's)**

No ano de 2021, para além da monitorização regular junto de agregados mais vulneráveis, efetuaram-se 88 visitas domiciliárias, 24 vistorias, e executadas respostas às seguintes solicitações: 2 autorizações; 1 transferência; 6 revogações e 6 aditamentos.

Em termos de gestão integrada, privilegiou-se no 1º semestre, a monitorização do incumprimento do pagamento de rendas, permitindo que os 95 inquilinos que se encontravam nesta situação, iniciassem o seu processo de regularização.

No respeitante ao atendimento e acompanhamento da comunidade, procedeu-se à abertura de 49 processos de ação social, acompanharam-se ainda mais 8 processos de anos anteriores, tendo-se apoiado 101 famílias através da medida A, 12 pelo Fundo de Emergência (sendo que destes, 4 foram para alojamento temporário), e 7 equipamentos domésticos. Acompanharam-se ainda 14 processos de entrega de imóvel/despejo habitacional, 9 situações de sem abrigo, e elaboraram-se ainda 55



informações/pareceres técnicos decorrentes de solicitações provenientes do Tribunal, Município, CPCJ, ACES/CHEDV, PSP e Segurança Social. No âmbito do trabalho desenvolvido junto dos munícipes, efetuaram-se ainda 190 visitas domiciliárias.

## **1.2. Projeto MIDAS I Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social**

O projeto deu continuidade às atividades inscritas em plano, nomeadamente:

- Registo fotográfico dos 7 participantes na atividade “Objetos com Histórias – Partilha de Fiães” e compilação das ilustrações dos 81 alunos do 3º e 4º ano do Agrupamento de Escolas Coelho e Castro;
- Levantamento das histórias dos primeiros elementos selecionados, tendo em vista a edição do livro da atividade “Objetos com Histórias – Partilha Lourosa”;
- Realização do V Encontro de Percussão, em parceria com o Projeto MIDAS e com a Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira, com a participação de 47 pessoas, tendo assistido ao espetáculo 60 pessoas;
- Aquisição de material informático para apetrechamento interior e exterior da Carrinha MIDAS Móvel, assim como a elaboração de *flyer's* de divulgação do serviço.

## **1.3. Programa Habitar**

Em 2021 manteve-se o trabalho junto da população realojada, no sentido de minimizar os efeitos da pandemia, com enfoque na população sénior e estudantil, assim como se manteve a relação estreita e concertada com os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), ALPE e GIP. No âmbito do Programa M.A.R.E.E.S. - Medida Apoio Reforço de Emergência - Equipamentos Sociais e Saúde (Covid-19), desenvolveu-se um projeto experimental de intervenção direta em contexto habitacional, que incluiu 5 agregados familiares, contemplando os domínios da gestão doméstica e financeira, competências psicossociais e de empregabilidade e apoio na execução das atividades diárias.

## **1.4. Procura Habitacional**

No âmbito da análise das necessidades habitacionais, a 31 de dezembro de 2021, e de acordo com a continuidade da operacionalização da Estratégia Local de Habitação,



foram apurados 625 processos ativos, sendo que 124 correspondiam a novos processos abertos em 2021, traduzindo-se num acréscimo de 13 processos face ao ano de 2020.

### **1.5. Programa de Realojamento**

No âmbito da atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado - regime excecional, o Município, em 2021, procedeu a 8 realojamentos. Destes, 2 foram em regime de comodato e decorrentes de solicitações de entidades parceiras (1 decorrente de uma solicitação do Ministério Público, correspondente a um Processo de Promoção e Proteção, e 1 em resposta a um pedido do Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro para acolhimento de requerentes de Proteção Jurídica Internacional/Refugiados).

### **1.6. Residências Partilhadas**

Em 2021, criou-se uma nova resposta protocolada com o Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo, a qual respondeu à necessidade de 1 agregado unipessoal masculino e garantiu-se, de forma concertada com a rede social local, a gestão das 3 residências partilhadas existentes (Lourosa, Fiães e Gião).

## **2. Gestão Patrimonial do Parque Habitacional**

### **2.1. Apoio e Acompanhamento jurídico**

Considerando a volatilidade do contexto de disseminação do COVID 19 em 2021, o Gabinete Jurídico e de Contencioso assegurou o acompanhamento técnico e apoio jurídico às iniciativas que, pela sua natureza concorrem para a missão da DASQV, desenvolvendo as seguintes atividades:

#### **a) Apoio técnico-jurídico na elaboração de respostas e esclarecimentos solicitados pelos cidadãos/ entidades**

- ✓ 16 solicitações/ informações prestadas ao Tribunal e Ministério Público;
- ✓ 30 respostas a munícipes/ entidades;
- ✓ 62 atendimentos presencias/ telefónicos e reuniões online com munícipes para orientação jurídica sobre processos de despejo, oposição arrendamento/ não transmissão de contrato, dívidas, penhoras/ vendas judiciais casa morada de família,



direitos/ devolução de prestações sociais, processos de interdição, violência doméstica, violência contra idosos, regulação de poder paternal, divórcio, partilhas, questões de foro laboral;

✓ 79 atendimentos presenciais, telefónicos e reuniões com entidades da rede social concelhia, para aconselhamento/ orientação e apoio técnico aos órgãos sociais, nomeadamente para questões de foro laboral, direito fiscal, reclamação de decisões de entidades administrativas;

✓ 31 propostas para deliberação superior / respostas/ informações solicitadas por serviços internos do Município;

**b) Apoio técnico nas relações contratuais a estabelecer ou já constituídas com entidades/instituições/municípios, na área de atuação da DASQV - Celebração de novos protocolos de colaboração**

✓ 3 Acordos de Cooperação: 1 com o CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguedo; 1 com o Centro Social Paroquial de Fornos e 1 com o Centro Social Vilamaiorense;

✓ Adenda ao acordo entre parceiros celebrado em 16.10.2020 com a Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL, e AMICIS – Associação de Amigos por uma Comunidade Inclusiva em Sanguedo para o desenvolvimento do projeto TransformArte – Rede d’Arte Comunitária, em 01.06.2021;

✓ 11 Protocolos de Cooperação, no âmbito do programa de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos (Centro Social de Gião, Centro Social de Lourosa, Centro Social de Souto, Centro Social Paroquial de Arrifana, Centro Social de S. Mamede de Guisande, Liga dos Amigos do Hospital de S. Sebastião, MACUR – Movimento de Assistência, Cultura, Urbanismo e Recreio, CASTIIS – Centro de Assistência à Terceira Idade e Infância de Sanguedo, Centro Social e Paroquial de Romariz, Pôr do Sol – Centro Social, Cultural e Desportivo de Mosteirô e Centro Social de Paços de Brandão);

**c) Gestão Contratual do Parque Habitacional do Município de Santa Maria da Feira**

✓ 4 novos contratos de arrendamento apoiado para habitação;

✓ 3 respostas ao nível habitacional, com carácter urgente e temporário, em regime de comodato;

✓ 1 Transferência habitacional de agregados familiares, a pedido dos arrendatários;



✓ 6 revogações por mútuo acordo de contrato de arrendamento de habitações e 2 declarações de entrega voluntária de habitação, livre de pessoas e bens;

✓ 6 modificações/ celebração de aditamentos aos contratos de arrendamento em vigor: 4 decorrentes de processos de separação e divórcio, e 2 por óbito.

#### **d) Resolução das situações de incumprimento contratual dos inquilinos do parque municipal de arrendamento apoiado para habitação:**

✓ 13 convocatórias/atendimentos a inquilinos para tratamento extrajudicial de situações de incumprimento contratual: utilização indevida da fração, falta de pagamento de rendas, elementos no locado não autorizados, conflitos vizinhança, não utilização da habitação em permanência;

✓ 5 acompanhamentos de processos judiciais em curso;

✓ 1 reunião de utilizadores/ gestão das partes comuns, com os respetivos representantes e moradores, nos empreendimentos habitacionais do Município.

## **2.2. Gestão Económica e Financeira**

- Durante o ano de 2021, face a um número significativo de agregados com um acréscimo de dificuldades ao nível do cumprimento das suas responsabilidades, o Município continuou a adotar medidas de apoio, nomeadamente a suspensão do processo de reavaliação e atualização de rendas (aprovado em RO de 28/12/2020);

- Em 2021, foram processadas 34 revisões do valor de rendas a pedido do arrendatário;

- Relativamente ao procedimento de cobrança mensal de rendas dos inquilinos, as receitas obtidas durante 2021 corresponderam a 308.946,60€, registando-se uma ligeira diminuição na taxa de incumprimento (de 6,97% para 6,34%);

- Quanto à variação do número de inquilinos com renda não paga, e respetiva flutuação dos valores mensais, resultantes dos mecanismos que permitem a recuperação de valores em débito, nomeadamente, através do pagamento acrescido da respetiva indemnização prevista no Código Civil, observou-se que, e através da adesão às modalidades de pagamento existentes e da proximidade existente aquando realizado o acompanhamento técnico por parte do Município, no ano de 2021, a variação tendeu a aproximar-se dos valores pré-pandemia;

- No âmbito da gestão das partes comuns das habitações e património municipal, o Município prestou apoio aos condomínios dos seus empreendimentos sociais, através da presença e representação em 21 Assembleias de Condóminos agendadas. Na qualidade de proprietário de frações, e de acordo com o orçamento anual do respetivo



condomínio e na proporção de cada fração, o Município suportou, em 2021, 7.746,09 € de quotas relativas às frações acima referidas e 7.845,29 € em obras de manutenção e conservação nas frações dos empreendimentos de Paços de Brandão e Mozelos.

### **2.3. Gestão da Manutenção e Conservação**

- Em 2021 procederam-se a ações de avaliação do estado de conservação de coberturas em 11 empreendimentos, consubstanciado com reparações pontuais, limpezas de coberturas planas, limpezas de caleiras e substituição de telhas; a ações de avaliação do escoamento nas redes de águas residuais prediais da totalidade dos prédios coletivos existentes em 20 empreendimentos propriedade do Município, resultando a execução de trabalhos de desobstruções das redes em 6 empreendimentos; e a ações de avaliação do estado de funcionamento das portas e portões nos empreendimentos, resultando a intervenções em 5 empreendimentos.

- Execução de obras para restabelecer a habitabilidade e/ou melhoria do estado de conservação no interior de 12 fogos vagos;

- Relativamente ao processo de reabilitação do parque resultante das duas candidaturas ao P.E.D.U. (iniciado em 2018), durante o ano de 2021 foi prestado o acompanhamento de forma articulada com a equipa de fiscalização das empreitadas dos empreendimentos de Paços de Brandão, Fiães-Ferradal e de Fiães-Souto. Foi também executado o acompanhamento dos processos de receção provisória de Paços de Brandão e de Fiães-Ferradal, tendo-se efetivada a receção do empreendimento de Paços de Brandão. Quanto à continuidade do processo de reabilitação nos restantes 13 empreendimentos do Parque Municipal, foi atualizado o estado de conservação deste edificado e elaborada uma estimativa orçamental, estabelecendo prioridades de intervenção. Foi determinada a prioridade para 8 empreendimentos de Lobão, São Paio de Oleiros, Mozelos, Sanguedo, Santa Maria de Lamas-Valada, Santa Maria da Feira-Balteiro, Rio Meão e Arrifana-Adoufe.

- Ao longo de 2021 foram registadas e analisadas 93 participações de deficiências, distribuídas por 24 empreendimentos, em que apenas 22 empreendimentos são propriedade plena do Município (ver gráfico seguinte).

- Foram registadas 66 ações de vistoria/fiscalização e 388 ações de manutenção e conservação.

### **2.4. Outras medidas de Apoio Habitacional**

#### **2.4.1. Programa Auto-Construção**



No âmbito do programa habitacional Autoconstrução foi prestado o apoio técnico a 1 processo de obras para requerer o pedido de emissão do alvará de licença de utilização. Registou-se o acompanhamento de 3 situações relacionadas com apoios anteriores ao ano de 1990, com vista à obtenção de peças desenhadas associadas ao respetivo processo de obra.

#### **2.4.2. Estratégia Local de Habitação do Município de Santa Maria da Feira**

Em 2021 procedeu-se à submissão da ELHMSMF na plataforma do Portal da Habitação. Após a aceitação da mesma por parte do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU, o Município celebrou em novembro, com esta entidade um acordo de colaboração, destinado ao financiamento de 215 soluções habitacionais a implementar pelo Município (com 201 soluções) e pelas Juntas de Freguesia (com 14 soluções) com conclusão programada até 2034. Os 252 fogos restantes enquadram-se no setor social com 96 fogos da Casa do Povo de Santa Maria de Lamas e das Fábricas da Igreja e 156 fogos de propriedade privada, considerados como beneficiários diretos.

### **AÇÃO SOCIAL**

#### **1. PROGRAMA RAÍZES DO AFETO – POPULAÇÃO SÉNIOR**

##### **1.1. Medida de Atividade Física e Desporto e Participação Ativa das Pessoas Idosas – Programa Movimento e Bem-Estar**

Até julho de 2021, as atividades do Programa Movimento e Bem-Estar funcionaram maioritariamente *online*, sendo retomadas, em regime presencial, de forma gradual. No mês de setembro todas as entidades protocoladas retomaram a ginástica de manutenção em regime presencial. O Ensino da Dança e o Walking Football iniciaram também a sua atividade no mesmo contexto. Todas as outras atividades físicas, lúdicas e desportivas que o programa dinamizava em anos anteriores, nomeadamente, hidroginástica, matinés dançantes e Jogos de Natal não se realizaram devido às restrições impostas pela pandemia. No final do ano 2021 o programa contava com cerca de 1100 seniores a participar nas atividades.

##### **1.2. Medida de Promoção Educativa e Acesso à Sociedade do Conhecimento – Programa e-mili@**

No 1º semestre de 2021, o programa continuou a acompanhar os 292 seniores inscritos através de contactos telefónicos, videochamadas e conversas com recurso a plataformas digitais, com periodicidade semanal. A partir de outubro desse ano, foram





retomadas as sessões presenciais nos 32 pontos educativos do concelho, envolvendo 288 seniores inscritos.

### **1.3. Medida de Criação de Respostas Especializadas - Projeto *Cuidar de Quem Cuida***

Em estreita articulação com os parceiros do projeto, o Município continuou em 2021 a apoiar o funcionamento/logística do Gabinete de Apoio ao Cuidador, que apoiou 6 cuidadores informais, e o desenvolvimento de 1 Programa Psicoeducativo presencial, em parceria com o ACES Feira/Arouca, envolvendo 8 cuidadores. O Grupo de Ajuda Mútua “Raio de Sol”, constituído por 23 elementos manteve a sua atividade de apoio aos cuidadores informais.

### **1.4. Medidas de Conservação do Património e da Memória Coletiva das Comunidades: *Passeios na Minha Terra***

Em 2021, dado o contexto pandémico, a iniciativa *Passeios Na Minha Terra* substituiu o seu modelo mais abrangente para um mais pautado pela tendência do *slow tourism*, destinados a diversos pontos turísticos do Concelho, tendo realizado 10 passeios que contaram com a participação de 205 pessoas.

### **1.5. Medidas de Formação e Educação em Cuidados Pessoais – Projeto “Abecedário da Saúde”**

Os instrumentos pedagógicos do projeto - jogos digital e de tabuleiro, vídeo - dirigidos à população sénior do Concelho, estiveram disponíveis para a sua disseminação e utilização por parte dos parceiros do projeto e entidades que integram a Rede Social concelhia, estando condicionadas, no entanto, pelas limitações impostas pelo contexto pandémico vivenciado.

### **1.6. Medida de Apoio na Luta Contra as Condições de Pobreza Crónica de Pessoas Idosas – Cartão Feira Sénior**

No ano de 2021, procedeu-se à divulgação do cartão *in loco* aquando do reinício das atividades dos programas Movimento e Bem Estar e e-mili@, assim como, junto dos participantes da iniciativa Passeios da Minha Terra, abrangendo todas as freguesias do concelho e cerca de 1000 seniores. No final de 2021 estavam ativos 39 cartões: 27 do escalão A e 12 do escalão B.

## **2. Desenvolvimento das Comunidades Locais**

### **2.1. Projetos Artísticos com a Comunidade**



### **2.1.1. Orquestra Criativa de Santa Maria da Feira**

Em Maio de 2021, integrado no Imaginarius - Festival Internacional de Teatro de Rua, o projeto *Sinfonia das Hortas* foi apresentado num formato digital (online), com três vídeos que procuraram unir a natureza, a sabedoria popular e a composição musical. Em setembro, a Sinfonia das Hortas, composta por cerca de 50 músicos de diferentes idades, apresentou-se ao público, em formato de concerto ao vivo, na Horta Comunitária da Casa dos Choupos.

O coletivo da Orquestra, composto por 7 grupos diversos, envolveu crianças, jovens, idosos e técnicos das instituições na cocriação musical, num total de 103 participantes.

### **2.1.2. Projeto LaB InDança**

A nova criação da atividade LaB InDança, o filme RETRATO, teve a sua estreia absoluta no *Imaginarius - Festival Internacional de Teatro de Rua*, em setembro de 2021, e em outubro foi exibido no Festival Internacional de Dança de Almada.

Em 2021, foram ainda dinamizadas, no âmbito da atividade *Voz dos Próprios*, 2 sessões intituladas: “Saúde Mental e Deficiência – Porque Importa”, na Cerci Lamas, e, “Consciência Corporal e do Movimento”, na Casa dos Choupos.

### **2.1.3. Projeto TransformArte – Rede d’Arte Comunitária**

Em 2021, no âmbito das suas 7 ações, o Projeto TransformArte dinamizou:

- 141 oficinas de arte adaptada para um público de 54 participantes, distribuídos por 6 grupos;
- 2 oficinas semanais de expressão dramática e corporal, num total de 52 oficinas, denominadas Poesia no Corpo. Corpo na Poesia;
- 10 oficinas de expressão musical, concretamente através do contacto direto com instrumentos de orquestra, ao mesmo tempo que se desenvolveram competências pessoais e sociais e se combateu a solidão;
- 120 oficinas no âmbito da atividade “Aproximar Teatro nas Escolas”, em 3 escolas do concelho;
- A apresentação pública do projeto e performance artística, integrada na reunião plenária do Conselho Local de Ação Social de 30 de junho;
- 2 Ciclos de Visitas (visita de estudo guiada à Viarco e atelier de artes plásticas; visita de estudo guiada ao Centro de Arte da Oliva, em São João da Madeira);
- 3 workshops partilhado, que promoveram a colaboração entre os grupos e também a experimentação de diferentes linguagens artísticas.



## **2.2. HOLOGRAMA da Casa**

Em 2021, teve início a preparação da operação no terreno, através de visitas técnicas aos locais de realização das 12 apresentações previstas, definição de calendário para realização de projeto e concertos e ainda a identificação de instituições/comunidades a envolver no projeto comunitário.

## **2.3. URBACT**

Em 2021 o Município participou em 5 reuniões locais do projeto, sendo o interlocutor para as áreas dos Fóruns Sociais de Freguesia e do Voluntariado, e colaborou na realização de 2 ações de pequena escala.

## **3. Programa Concelho Solidário**

### **3.1. Programa *Concelho Solidário* – Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos**

Em 2021 foram atribuídos um total de 144 apoios, correspondendo a 53 agregados familiares, que apresentaram um contexto de especial de vulnerabilidade socioeconómica. Foram ainda analisados 5 pedidos de isenção de pagamento de taxas de recolha de resíduos urbanos, água e saneamento. No âmbito da sinalização da INDAQUA, de famílias em eventual situação de carência económica para fazer face aos custos inerentes às obras necessárias para a ligação à rede pública de água e saneamento, procedeu-se à análise socioeconómica de 15 situações.

### **3.2. Rede Solidária de Restaurantes e Padarias**

Em 2021, 5 restaurantes e 3 Padarias Solidárias mantiveram o apoio na resposta de emergência alimentar a famílias em situação de vulnerabilidade económica e social.

### **3.3. Mercado da Solidariedade**

No decurso de 2021, o Mercado da Solidariedade registou um total de 237 pedidos de cabazes alimentares, tendo sido apoiadas 234 famílias. Neste período, esta iniciativa contou com o apoio e o envolvimento de 17 instituições na sinalização dos pedidos e distribuição dos cabazes alimentares. Foram ainda realizadas 3 campanhas de recolha de alimentos, que resultaram em cerca de 1.618 unidades de produtos alimentares angariados.

### **3.4. Banco Ajudas Técnicas**

Em 2021, e tendo por base o combate à pandemia COVID-19 e a necessidade de alocar recursos para as Estruturas de Retaguarda criadas, o Banco de Ajudas Técnicas foi



reforçado pela aquisição de material (camas articuladas, cadeiras de rodas, outro material de apoio), quer por parte do Município, quer pelas entidades parceiras.

### **3.5. Programa Responsabilidade Social: “FAZEMOS BEM - Pensar Sustentável & Agir Responsável”**

Em 2021, no âmbito do programa de responsabilidade social, das atividades previstas em plano, foram concretizadas a elaboração do portefólio digital, que integrou os projetos desenvolvidos no decorrer da Pós-Graduação Gestão das Organizações da Economia Social; e a dinamização de uma sessão preparatória do workshop “Como mobilizar empresas para projetos sociais”, em parceria com o Portugal Inovação Social.

### **3.6. Rendimento Social de Inserção – Núcleo Local de Inserção**

No ano de 2021, o Município continuou a sua participação de carácter obrigatório, na área da Habitação, no Núcleo Local de Inserção da medida Rendimento Social de Inserção, paralela à participação da Segurança Social, Emprego e Formação Profissional, Educação, Saúde. Nesta área, registou-se a assinatura de 122 programas de inserção, nomeadamente ao nível de realojamento, no âmbito do regime excecional de atribuição de habitação, tendo sido efetuado 1 realojamento no total de 2 efetuados pelo município no ano de 2021.

## **4. Migrações**

### **4.1. Rede Portuguesa das Cidades Interculturais**

Com base no curso online desenvolvido no Espaço Migrações, foi sugerido que os conteúdos deste curso fossem convertidos em produtos diferenciados dirigidos a técnicos, de forma a serem replicados.

No âmbito do projeto *NETIDEA*, que integra o Município de Braga e de Santa Maria da Feira, em 2021, foram encetados esforços para o desenvolvimento das seguintes atividades: reuniões regulares do *Steering Committee* do projeto (RPCI); diagnóstico local com a aplicação de questionários à comunidade e organizações locais, entrevistas; reunião de construção do referencial de formação; construção do currículo da formação em competências interculturais; Formação em competências interculturais; criação de uma comunidade de práticas transnacional; seminário Internacional em Erlangen; e Workshops locais para Organizações locais e ações de sensibilização locais em parceria.

### **4.2. Acolhimento de Refugiados**



Em 2021, o Município acolheu um casal de refugiados com 4 filhos menores, naturais do Quirguistão e com nacionalidade turca.

#### **4.3. Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes (GACE)**

Durante o ano de 2021, este Gabinete efetuou 721 atendimentos (com 253 processos novos). Em articulação com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial do Município e o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, o GACE promoveu respostas ao nível do Emprego, facilitando o recrutamento de pessoas para novos players económicos sediados no concelho. Participou ainda no Plano de Capacitação PNAID - Encontro Diáspora, e no Webinar - Sessão Programa Regressar.

#### **4.4. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)**

Em 2021, o CLAIM efetuou 200 atendimentos, com 73 processos novos, e encaminhou 8 cidadãos estrangeiros para o Curso Formal de Português Para Todos, em parceria com o IEFP. O CLAIM dinamizou ainda a 2ª edição do Curso de Português Para Todos, em parceria com o IEFP, e realizou a 2.ª Edição do Curso (não formal) “Cidadania, Cultura, Património e Desenvolvimento Económico”, com a participação de 11 cidadãos migrantes/sessão.

Em 2021, e na sequência do acordo de parceria estabelecido entre o Município de Santa Maria da Feira e o Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado, o CLAIM tem ainda apoiado 75 jovens, com idades entre os 16 e os 21 anos, oriundos de São Tomé e Príncipe, que frequentam cursos de aprendizagem.

#### **4.5. Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça**

Em 2021, foram emitidos 54 Certificados de Registo de Cidadãos de Países da União Europeia, do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça, de acordo com a Lei nº 37/2006, de 9 de agosto.

#### **4.6. Outras iniciativas**

##### **4.6.1. Operação consular da República Bolivariana da Venezuela no Europarque**

O Consulado Geral da República Bolivariana da Venezuela em Lisboa promoveu, com o apoio do Município, uma atividade consular no Europarque, que prestou apoio a 350 cidadãos venezuelanos, residentes no Norte e Centro do País, na resolução de procedimentos consulares e entrega de documentos diversos.

##### **4.6.2. Projeto-piloto “Integrar Valoriza”**



Em 2021, Santa Maria da Feira aderiu ao projeto-piloto “Integrar Valoriza”, assumindo o compromisso de trabalhar em rede, em colaboração com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), para implementar ou qualificar políticas de acolhimento e integração dos imigrantes em diferentes domínios, como a habitação, o emprego, a educação e a cultura.

## **5. Rede Social Concelhia**

### **5.1. Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesias**

Em 2021, os Fóruns Sociais de Freguesia e de União de Freguesia mantiveram a sua atividade ao nível da articulação interinstitucional e mobilização de respostas para as necessidades emergentes, encontrando-se a operacionalização da sua metodologia em fase de reestruturação. Foi ainda dada continuidade a algumas iniciativas, tais como: a dinamização de programas de radio mensais sobre a saúde mental, o voluntariado de proximidade (visitas a seniores); a angariação de fundos (almoço solidário); a realização de obras de melhoria em duas habitações; e ainda um encontro sobre a temática da violência doméstica (cine debate).

Durante o ano de 2021, no âmbito do definido no Plano de Desenvolvimento Social 2018-2021, foi dada continuidade à realização de iniciativas junto dos parceiros e entidades da Rede Social, tendo-se efetuado a monitorização do Plano de Ação 2020, assim como o acompanhamento das mesmas face aos novos desafios impostos pela pandemia.

### **5.2. Programa de Formação/Capacitação, Acompanhamento e Avaliação**

Contando com a participação de 35 alunos, provenientes de 23 entidades, a pós-graduação em Gestão das Organizações da Economia Social terminou a 30 de junho de 2021, sendo que em setembro de 2021, inserido nas atividades do VII Mosaico Social, decorreu a Apresentação Pública dos Projetos.

A Rede Social concelhia, em 2021, prestou ainda, no âmbito da capacitação, acompanhamento e avaliação, apoio técnico, e realização de candidaturas:

- Candidatura de adesão do Município à Rede das Autarquias que Cuidam dos Cuidadores Informais;
- Candidatura de adesão do Município de Santa Maria da Feira ao programa “Integrar Valoriza”;
- Candidatura ao Prémio Autárquico “Aristides de Sousa Mendes e outros salvadores portugueses – Holocausto, valores universais, humanismo e justiça” – 2021, com o projeto CADCOZ;



- Apoio técnico na candidatura de entidades parceiras da Rede Social ao programa “Mobilidade Verde”, inserida no Plano de Recuperação e Resiliência;
- Apoio Técnico na candidatura ao programa PROCOOP por parte do Centro Social Vilamaiorense;
- Candidatura ao Prémio Município do Ano 2021, com o projeto “Fóruns Sociais de Freguesia – Uma Comunidade em Movimento”, tendo o Município de Santa Maria da Feira recebido uma Menção Honrosa, entregue na cerimónia realizada na Madeira, em dezembro de 2021;
- Candidatura ao Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto - Candidatura do território de intervenção integrada AMP Sul, constituído pelos concelhos: Santa Maria da Feira, S.J.Madeira, O. Azeméis, Vale Cambra e Arouca à componente C3 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas.

### **5.3. Sistemas de Informação e Comunicação da Rede Social**

Durante o ano de 2021, a plataforma on-line da Rede Social continuou a permitir uma rápida e eficaz divulgação de notícias e eventos de interesse para as entidades parceiras da Rede Social concelhia, e a difundir as suas próprias atividades. De igual modo, a página de Facebook da Rede Social permitiu uma rápida comunicação e disseminação de informação relevante, com um número ilimitado de pessoas e de organizações.

### **5.4. VII Mosaico Social**

Adotando uma metodologia diferente e com atividades e iniciativas a decorrer ao longo do ano de 2021 e 2022, o VII Mosaico Social, sob o tema “Cuidar do Presente a Pensar no Nosso Futuro”, teve a sua sessão de abertura a 30 de junho de 2021, tendo, ao longo do ano, sido desenvolvidas várias atividades, entre as quais:

- 2 Ciclos de Webinars para Dirigentes das Organizações da Economia Social;
- Apresentação pública dos projetos desenvolvidos no âmbito da Pós-Graduação Gestão das Organizações da Economia Social;
- Visualização e debate do filme “O Pai”, lançando-se a discussão e o debate em torno do processo de envelhecimento e da sua humanização;
- Dinamização de 3 Mosaico Talks (1 sobre a temática do cuidar das pessoas mais velhas, 1 sobre a empregabilidade das pessoas portadoras de deficiência e 1 sobre o cuidar das pessoas com doença mental), com a participação de cerca de 70 pessoas;



- Visualização, no âmbito das Mosaico Talks, do vídeo realizado sobre a iniciativa “Abraços à Janela”, que atingiu cerca de 3.100 visualizações nas redes sociais.

### **5.5. Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do EDV, Conselho Metropolitano de Vereadores da Ação Social da Área Metropolitana do Porto e Associação de Municípios Terras de Santa Maria**

Em 2021, no âmbito da participação na Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do EDV, o Município esteve representado em 2 reuniões, onde foram discutidas as temáticas do Processo de Transferência de Competências na área da Ação Social (julho) e do Estatuto do Cuidador Informal (dezembro).

### **5.6. Protocolos de Parceria no âmbito do combate à pobreza e exclusão social**

No sentido de intervir no combate à pobreza e exclusão social, colocando em prática os princípios de parceria, subsidiariedade, otimização e gestão participada, o Município, em 2021, continuou a contratualizar os 5 Protocolos de Parceria, com as seguintes entidades: Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados; Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL; Fapfeira – Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião/ Casa Ozanam; e Associação Melhor Viver – Desporto, Cultura e Lazer.

### **5.7. Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos**

No decurso de 2021, o Município concedeu, com base no estabelecido pelo Regulamento do Programa de Apoio às Pessoas Coletivas de Direito Privado Sem Fins Lucrativos do Município de Santa Maria da Feira, apoio técnico e financeiro a 10 entidades, intervenientes no desenvolvimento social concelhio (7 apoios para aquisição de viaturas; 2 apoios para remodelação e adaptação, conservação e manutenção de edifícios de iniciativa exclusiva da própria entidade; e 1 apoio para iniciativas de carácter permanente e continuado na área social, de manifesto interesse municipal).

### **5.8. Outros Protocolos de Cooperação**

#### **5.8.1. Protocolo de Cooperação com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**

Ao abrigo do Protocolo de Cooperação, celebrado em 2019, entre a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e o Município, continuou-se a disponibilizar dois técnicos superiores (1 na área do Serviço Social e 1 na área do





Direito) para apoio à comissão restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira.

### **5.9. Mobilidade para Todos – Transporte Municipal Adaptado**

Em 2021 beneficiaram deste apoio no transporte 198 munícipes, sendo 146 no âmbito do processo de vacinação e 52 para deslocação a serviços de saúde, dentro e fora do concelho de Santa Maria da Feira.

### **5.10. Eixo Atlântico - Mapa Coesão Urbana**

Integrado no grupo de trabalho para colaborar com a Deusto Cities Lab, da Universidade de Deusto (Bilbao, Espanha), com vista à elaboração de um Mapa de Coesão Social num Sistema urbano transfronteiriço, o Município, em 2021, forneceu um conjunto de indicadores estatísticos que refletiam a realidade do território nos domínios da saúde, educação, mercado de trabalho, habitação, proteção social, segurança e condições de vida, e população.

### **5.11. Outras iniciativas**

#### **5.11.1. Reuniões Plenárias Ordinárias do Conselho Local de Ação Social e Reuniões do Núcleo Executivo**

No ano de 2021, o Conselho Local de Ação Social realizou 3 Reuniões Ordinárias, e o Núcleo Executivo, órgão operativo do CLAS, reuniu em 7 ocasiões.

#### **5.11.2. Emissão de pareceres e apoio a candidaturas**

O Conselho Local de Ação Social de Santa Maria da Feira, de acordo com o Decreto-Lei n.º 64/2007 de 14 de março, emitiu, em 2021, um total de 24 pareceres: 2 pareceres à Associação do Centro Social de Escapães para aumento de capacidade da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas de 27 para 30 utentes e aumento de capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário de 20 para 35 utentes; e 22 pareceres no âmbito de candidaturas ao Programa PARES 3.0.

## **6. Medidas de Apoio de Emergência criadas no âmbito da Pandemia COVID-19**

### **6.1. Projeto FAROL**

O Projeto Farol, desde o seu início e até julho de 2021, contabilizou um total de 19.108 chamadas realizadas e 2837 seniores efetivamente contactados, e continuou a promover atividades diferenciadas, levadas a cabo nos períodos de confinamento, por voluntários, nomeadamente:



- Identificação de necessidades de apoio social e/ou psicológico a população sénior;
- Monitorização de pessoas isoladas e/ou seniores beneficiárias de ação social, em Situação de maior vulnerabilidade Social;
- Visitas Domiciliárias a seniores isolados em situação de maior vulnerabilidade.

## **6.2. Estruturas de Apoio de Retaguarda (Centro Social Vilamaiorense e INATEL)**

A EAR instalada no Centro Social Vilamaiorense, criada em 2020 no âmbito do Despacho n.º 10942-A/2020 de 6 de novembro, com capacidade para 21 camas, esteve operacional até 16 de março de 2021 (data a partir da qual suspendeu a sua atividade). Durante o seu período de funcionamento acolheu um total de 86 utentes (72 no ano de 2021), com a média de idades de 78 anos sendo que o utente mais novo tinha 41 e o mais velho 97 anos.

A EAR instalada no INATEL, foi criada em parceria com a ARS Norte, o CHEDV – Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga e o Centro Distrital da Segurança Social, com capacidade para receber até 24 utentes em simultâneo que se encontrassem em situação de internamento social nos hospitais do Distrito e que tivessem testado negativo para a COVID-19, esteve em funcionamento até 31 de março de 2021.

## **6.3. Centro de Vacinação contra a Covid-19**

Em articulação com o ACES Entre Douro e Vouga I – Feira/Arouca, o Município disponibilizou espaços/instalações (Cineteatro António Lamoso, Europarque, Auditório de Santa Maria de Lamas) para decorrer o processo de vacinação e participou ativamente no apoio logístico e no funcionamento dos centros de vacinação contra a COVID-19, com a participação de técnicos e voluntários.

## **7. Intervenção na Violência Doméstica**

### **7.1. Espaço TREVO**

Em 2021, o Gabinete acompanhou 201 vítimas adultas, das quais 144 casos novos, tendo realizado um total de 908 acompanhamentos. Desde outubro de 2021, a RAP - Resposta de Apoio Psicológico e/ou psicoterapêutico para crianças e jovens vítimas de Violência Doméstica, que surge neste ano, acompanhou 15 crianças e jovens vítimas, e realizou 67 atendimentos. Acompanhou ainda, na extensão do GAIV, 47 vítimas. De salientar ainda a realização de: 3 reuniões Comissão Técnica de Acompanhamento do Protocolo de Territorialização RNAVVD Municípios de Terras de Santa Maria; 2 Reuniões de Protocolo de parceria GAIV; 2 ações de sensibilização para técnicos das entidades parceiras com foco na Violência contra a pessoa; e de 3 encontros de



parceiros. Foram também concedidas 3 entrevistas para os meios de comunicações locais de dois Municípios parceiros (jornais/rádio). É de reforçar a dinamização de 1 campanha intermunicipal com o lançamento da 1ª Edição do Jornal “Ó da Causa”.

## 7.2. Espaço Arruda

Em 2021, o Gabinete acompanhou cerca de 70 agressores/as, dos quais 46 casos novos. Foram realizados 449 atendimentos. De salientar ainda a realização de 1 webinar sobre violência doméstica e intervenção de agressores/as; 2 ações de formação para técnicos sobre intervenção na comunidade LGBTQI+. Foi também concedida 1 entrevista para um meio de comunicação social.

## 8. Bolsa Local de Voluntariado

Em 2021, a Bolsa Local de Voluntariado efetuou um total 50 atendimentos, nos quais disponibilizou informação e procedeu à inscrição e encaminhamento de voluntários. Este serviço procedeu ainda:

- Ao encaminhamento de 11 voluntários e realização de 3 reuniões com voluntário e técnicos no âmbito do Programa de Voluntariado FAROL;
- Ao encaminhamento de 27 voluntários no âmbito do Programa de Voluntariado Intergeracional ( 3 na edição Férias da Páscoa 2021, 19 voluntários na edição Verão 2021, e 5 na edição Natal 2021) e realização de 3 ações de sensibilização, nas quais participaram os 27 voluntários;
- À participação, no âmbito do Projeto VOAHR - Projeto Intermunicipal AMP, no Workshop Técnico sobre Metodologia CADEI – fase de impacto; na monitorização e medição de resultados do projeto VOAHR; nas oficinas de comunicação e marketing; no Workshop técnico sobre metodologia CADEI – partilha de resultados; na formação de Voluntariado Inclusivo; na Oficina do projeto de apoio a pessoas em situação de isolamento social; na Oficina técnica do VOAHR Município; na avaliação do impacto do projeto VOAHR; e no evento final do projeto;
- Ao encaminhamento de voluntários para o Processo de Vacinação contra a COVID-19, sendo que no 1º semestre de 2021 este processo contou com o apoio de 63 voluntários (44 voluntários da Bolsa local de Voluntariado e 19 voluntários da Liga dos Amigos do Hospital S. Sebastião) e no 2º semestre com o apoio de 80 voluntários/as, técnicos da Associação Ser + Pessoa, Casa dos Choupos e Câmara Municipal, bem como voluntários da Bolsa Local de Voluntariado e da Liga dos Amigos do Hospital;
- À comemoração do Dia Internacional do Voluntariado, com a realização de uma conversa na radio Sintonia Feirense, sobre o tema “Voluntariado em tempo de



pandemia” e com a realização de um vídeo com o envolvimento de voluntários, disseminado nas redes sociais e que contou com cerca de 2000 visualizações.

## **9. Plano Municipal de Prevenção das Dependências – Núcleo Prevenir**

### **9.1. Espaço OK: Consulta/Aconselhamento para Jovens com Comportamentos de Risco**

O Espaço Ok, em 2021, e derivado à interrupção das consultas por via da pandemia, efetuou apenas 12 consultas a jovens com idades entre os 12 e os 25 anos.

### **9.2. Serviços de Consultoria na Área da Prevenção Primária das Toxicodependências junto das Instituições do Concelho (Contexto familiar, escolar e espaços de lazer, recreativo e desportivos)**

Em parceria com a Ser + Pessoa – Associação de Alcoólicos Recuperados de Santa Maria, o Núcleo Prevenir dinamizou, em 2021, o projeto “Alcança Ser Cool”, que visou o treino de competências para a promoção de hábitos de vida e convivência saudável. Este projeto foi dinamizado em 3 Agrupamentos Escolares (10 escolas), alcançando cerca de 100 alunos.

### **9.3. Ponto P – Versão 2.0: Por ti. Para ti**

Perante as restrições impostas aos estabelecimentos de diversão noturna, nomeadamente o encerramento das suas atividades, em 2021, não foi possível a concretização das iniciativas do Ponto P, na medida em que as mesmas se direccionavam para públicos frequentadores dos espaços acima referidos.

## **10. GIP – Gabinete de Inserção Profissional**

Durante o ano de 2021, foram alcançados os seguintes resultados:

- Realização de 2 sessões coletivas de informação sobre as medidas ativas do emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou formação;
- Realização de 25 sessões de divulgação de ofertas e planos formativos;
- Realização de 2 sessões de técnicas de emprego, tendo sido atendidas 352 pessoas em tutorial na procura de emprego;
- Encaminhamento de 610 pessoas para ações de formação ou medidas de emprego;
- Registo de 159 postos de ofertas de emprego e realizadas 80 visitas a entidades;
- Apresentação de 691 desempregados em ofertas de emprego;



- Colocação de 14 desempregados em ofertas de emprego;
- Convocatória de 821 desempregados a ofertas de emprego;
- Realização de 989 atendimentos para apoio à utilização dos serviços *online* do IEFP, obtenção de documentos, declarações, atualizações de dados, entre outros.

## **11. Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 4ª Geração: Projeto Direitos & Desafios em Rede | Projeto Direitos & Desafios INOVA +**

### **11.1. Projeto Direitos & Desafios - Em Rede**

Este projeto concretizou, no ano de 2021, várias iniciativas previstas em plano, alcançando vários destinatários diretos, nomeadamente nas atividades:

- Em Carreira ALPE – Orientação Profissional e Gestão de Carreira (589 destinatários diretos);
  - Oficina de Mesteres – Produção de figurinos (8 destinatários diretos);
  - Oficina de Mesteres – Gastronomia de época (10 destinatários diretos);
  - Semente - Produção Biológica & Educação ambiental (60 destinatários diretos);
  - Oficina OLINDA – Oficina de Liteiros com Inovação e Design acrescentado (18 destinatários diretos);
- Vila Verde - Oficina de Produção Agrícola para pessoas com incapacidade ou deficiência (8 destinatários diretos);
  - Em Carreira ALPE – Qualificação (160 destinatários diretos);
  - Dia Aberto nas Empresas (27 destinatários diretos);
  - Em Carreira ALPE – Empreendedorismo (56 destinatários diretos);
  - Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e Procura de Trabalho // Incubação (35 entidades empregadoras, 50 ofertas de emprego registadas);
- Trampolim - Programa de Desenvolvimento de Competências para pessoas com deficiência e incapacidade (7 destinatários diretos);
  - Oficina de Mesteres - Reparação de Instrumentos Tradicionais Portugueses (6 destinatários diretos);

Globalmente, o Projeto Direitos & Desafios – Em Rede permitiu a colocação de 130 pessoas no mercado de trabalho, em resultado da gestão da BOPT e da divulgação de oportunidades de emprego e foram criados 5 negócios.

### **11.2. Projeto Direitos & Desafios - INOVA +**

Em 2021, este projeto concretizou as seguintes ações, alcançando vários destinatários diretos:

- Ponto de orientação profissional e Gestão de Carreira – Emprego (302 destinatários



diretos);

- Ponto de orientação profissional e Gestão de Carreira – Qualificação (129 destinatários diretos);

- Empresas Open Door (2 destinatários diretos);

- Ponto de orientação profissional e gestão de carreira – Autoemprego (43 destinatários diretos);

- Oficina “Dar forma às ideias” – Prototipagem e apoio ao empreendedorismo no setor dos artigos de moda (calçado, marroquinaria) (8 destinatários diretos);

- Emprego.Feir@ - Plataforma de Oferta e Procura de Trabalho // Incubação (82 entidades empregadoras, registando 108 ofertas de emprego);

- Oficina Ideias – Desenvolvimento de Competências e incubação de ideia (30 destinatários diretos);

- Academia de Capoeira (7 destinatários diretos);

- Cursos de Verão – Summer courses (4 destinatários diretos);

- Fábrica de ideias - programa de aceleração de ideias para resolução dos problemas de integração profissional dos jovens (4 destinatários diretos);

- Shoes (choose) Your Life (7 destinatários diretos);

- Estufa de Ideias - Laboratório de aceleração de ideias para resolução dos problemas de integração profissional, a partir dos Fóruns Sociais de Freguesia (33 destinatários diretos). Globalmente, o Projeto Direitos & Desafios – Inova + permitiu a colocação de 130 pessoas no mercado de trabalho, em resultado da gestão da BOPT e da divulgação de oportunidades de emprego, a integração de 3 pessoas em estágio e a criação de 11 negócios.

## 12. Plano Municipal para a Igualdade de Género

Em 2021, no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género, foi elaborado o Relatório de Diagnóstico em matéria de Igualdade e Não Discriminação do Município, a partir da definição de uma metodologia de recolha de informação e análise de dados estatísticos com base no género em diversos domínios.

Foram ainda dinamizadas as seguintes atividades:

- Dinamização de Focus Group com a participação de 7 entidades regionais representativas de pessoas discriminadas em função do sexo e outros fatores de discriminação;

- Dinamização de 2 workshop's “Palavras de Pessoas: Linguagem Inclusiva de Género”, com a participação total de 18 pessoas;



- Dinamização da edição do Programa Espaço Filhos – Férias de Verão 2021, contando com a participação de 5 crianças;
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher, com o lançamento da campanha digital “Ter direito a ter tempo e espaço”;
- Comemoração do Dia Internacional da Família, com o lançamento do jogo de tabuleiro “Caça aos Segredos”;
- Comemoração do Dia Nacional da Igualdade Salarial, com o lançamento da primeira edição do Jornal trimestral “Ó da Causa – Seja de que género for...”

### **13. Provedoria Municipal dos Cidadãos Portadores de Deficiência**

Em 2021, a Provedoria, continuando o seu processo de auscultação de necessidades e preocupações, participou nos “Encontros de Cuidadores de Crianças e Jovens com Deficiência em idade escolar”, promovidos pelo município para partilha de experiências e soluções entre cuidadores, e em diversas ações promovidas pela ALPE com vista à integração de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho; e promoveu a integração de pessoas portadoras de deficiência e incapacidade em vários programas municipais dirigidos a esta população (LabInDança, Orquestra Criativa, TransformArte, Desporto Plural, Linhas com Rosto).

Continuou também a acompanhar o projeto-piloto CAVI – Centro de Apoio à Vida Independente e a sua componente de investigação, tendo participado no debate sobre “Violência na deficiência: mitos e estereótipos.”

No âmbito do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a Provedoria, além de diversas ações em articulação com a Associação Salvador, participou na “Festa de Natal pela Inclusão”, que decorreu em formato *online*.

### **14. Gabinete da Qualidade**

No ano de 2021, este Gabinete procurou garantir a melhoria contínua dos processos definidos, atualizando e homogeneizando diversos procedimentos, tendo assegurado a manutenção da estrutura documental do Sistema de Gestão da Qualidade da DASQV; o tratamento e monitorização das exposições/reclamações dos munícipes no âmbito da atuação da DASQV; e a manutenção e atualização da base de dados respeitante às normas e regulamentos internos e demais legislações em vigor.

## **SERVIÇO MUNICIPAL PROTEÇÃO CIVIL**



Em 2021 continuamos a assumir como prioridade o programa de emergência de resposta e combate à pandemia COVID-19, focando na salvaguarda da saúde e segurança de toda a população do concelho e dos trabalhadores do Município, atitude essa que sinalizou positivamente Santa Maria da Feira, no contexto nacional e internacional.

Foi objetivo deste serviço, melhorar a capacidade de resposta municipal, valorizando a formação e treino dos recursos humanos e otimizando os meios operacionais, aperfeiçoar as capacidades de avaliação de risco, alerta e aviso, com vista a reforçar os níveis de prontidão e mobilização dos meios e recursos de proteção e socorro e a sensibilização e autoproteção dos cidadãos e reforçar os mecanismos de articulação e coordenação institucional para fazer face a situações de acidente grave ou catástrofe.

Num ano muito atípico, o SMPC desenvolveu um conjunto de ações de planeamento, nomeadamente a realização de 16 reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil e Subcomissão, assim como, deu continuidade ao grupo Municipal - Task Force SMF, constituído por vários intervenientes institucionais, que semanalmente reuniu para discutir assuntos sobre a gestão da pandemia no território de Santa Maria da Feira.

### **Medidas Municipais COVID-19**

O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Santa Maria da Feira – PMEPCSMF, foi ativado garantindo o reforço de recursos humanos de apoio, adequados à organização e às necessidades operacionais. No Centro Operacional Municipal - COM, a funcionar em permanência no espaço “Centro Empresarial do Europarque”, continuamos a centralizar e tratar toda a informação operacional relevante para a gestão e respostas a todas as solicitações dos diferentes agentes de proteção civil, serviços de saúde locais, bem como apoio de serviços essenciais à população em geral. Instalou-se um armazém de emergência COVID-19, onde se centralizou as aquisições de equipamentos de proteção individual - EPI, materiais e equipamentos tidos como vitais nas diferentes respostas à pandemia.

Foram entregues 1.164.448 EPI's e diversos materiais e equipamentos.

Foram realizadas 32 ações de desinfeção pelo SMPC e por uma equipa militar, através de um sistema de desinfeção/descontaminação UV/Ozono. Acautelou-se devidamente o apoio nas diferentes intervenções operacionais aos agentes de proteção civil, apoio alimentar e logístico, nomeadamente, transportes para realização de testes COVID-19 e para apoio a população.





Foram constituídas unidades de alojamento de emergência, nomeadamente de apoio a surtos em lares. O apoio da autarquia passou pelo reforço de recursos humanos, mas também pela cedência de espaços, equipamentos, materiais, equipamentos de proteção individual, transportes, entre outras necessidades de acordo com as solicitações.

Este serviço deu apoio logístico na montagem dos centros de vacinação que foram necessários organizar, pelo que foi necessário dotar o serviço com materiais e equipamentos, nomeadamente tendas de campanha, material elétrico, delimitadores de espaços, fitas de sinalização, sinais PVC, mantas térmicas, sistemas de iluminação, biombos, fardamento, grades/sinais, DAE, serviços de lavandaria e materiais diversos. Em 2021 para além dos planos de segurança foi necessário elaborar e implementar planos de contingência para os eventos municipais, pelo que foi dado apoio a 84 iniciativas municipais e respetivas ações de informação/formação.

Para dar apoio à população em geral, continuamos a realizar atendimento telefónico, através da linha 24h da proteção civil, com o registo de 1847 chamadas durante o ano de 2021.

O SMPC dinamiza anualmente o projeto educativo – A Proteção Civil e as Escolas, um Caminho em Comum. No ano de 2021 não foi possível realizar no formato normal, contudo realizaram-se várias sessões, tanto de informação no âmbito das atualizações dos planos de contingência como no âmbito do exercício nacional “A Terra Treme” em articulação com os agrupamentos de escolas.

O programa Aldeia Segura / Pessoas Seguras, tem como principal objetivo, criar nas freguesias a função do oficial de segurança, que tem como missão transmitir avisos à população, organizar a evacuação do aglomerado em caso de necessidade e fazer ações de sensibilização junto da população. Os programas pretendem ainda sinalizar caminhos de evacuação nos aglomerados populacionais, definir locais de refúgio nas aldeias. Em 2021 foi feita uma monotORIZAÇÃO/ atualização de dados em todas as aldeias com o programa implementado em conjunto com os oficiais de segurança de cada uma das aldeias seguras. Foi verificada a sinalética usada no projeto, e efetuadas ações de sensibilização junto da população, para os comportamentos a ter em caso de incêndio e como evitar comportamentos de risco.

## **Intervenções / Ocorrências**



Durante o ano de 2021, o SMPC participou em 985 ocorrências. 85 % relacionadas com a eliminação de ninhos de vespa asiática, 11 % com gelo, recolha de cães/gatos (1,6 %), derrames e sinalização de buracos na via (1,3 %), e 1,1% com outras situações, nomeadamente com a sinalização e delimitação de perigos no espaço público, sempre em articulação com os agentes de proteção civil municipais. Os meses com mais ocorrências foram setembro (13 %), outubro (12%) e janeiro com 11,5 % do total. Os meses com mais dias com intervenções deste serviço foram janeiro (22 dias), junho (21 dias) e agosto (21 dias). As freguesias com mais ocorrências foram Fiães com 70, Feira (67) e Argoncilhe com 64.

Os Recursos Humanos afetos às intervenções ocorridas durante o ano de 2021, foram 291 funcionários, com o total de 770 horas de trabalho. Os equipamentos e materiais mais utilizados foram os relacionados com os trabalhos de eliminação de ninhos de vespa asiática, ou seja, as viaturas ligeiras do SMPC, a viatura com plataforma hidráulica, fatos de apicultor, botijas de gás e maçarico.

## **GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**

### **1. Gestão da zona de caça municipal de Santa Maria da Feira (proc. nº 6646-ICNF)**

No último ano, os trabalhos envolveram atividades normais de gestão que passaram pela reposição da sinalização referente à delimitação da zona de caça e áreas de refúgio, o esclarecimento aos caçadores sobre as normas de funcionamento da zona de caça municipal, supervisão das atividades desenvolvidas pela Secção de Taxas e Licenças da Divisão Administrativa do Pelouro de Administração e Finanças respeitantes à receção de inscrições e emissão de autorizações de caça, e elaboração do Plano Anual de Exploração da época 2021-2022. No último ano foram emitidas 78 autorizações de caça das quais resultaram uma receita de 3.987,00 €.

Durante o ano de 2021 foi desenvolvido o processo de renovação da ZCM de Santa Maria da Feira, que culminou com a publicação do Despacho VPCD-PS/037/2022 de 12 de janeiro de 2022, renovando por mais 6 anos a transferência de gestão dos terrenos cinegéticos incluídos no processo nº 6646-ICF, para este Município, com efeitos a partir de 15 de maio de 2022.

### **2. Coordenação dos trabalhos de manutenção/recuperação da Mata das Guimbras**

À semelhança dos anos anteriores, os trabalhos desenvolvidos dizem respeito ao controlo da vegetação espontânea realizando 5 cortes por toda a mata; acompanhamento do desenvolvimento das árvores plantadas nos últimos anos



substituindo atilhos, tutores e realizando podas de formação; recolha regular de resíduos sólidos deixados nas Guimbras e despejo dos cestos de apoio ao parque de merendas ali existente; recolha e queima das folhas, ramos e casca das árvores caídas sempre que necessário; arranque manual da regeneração de austrálias, eucaliptos e outras espécies infestantes por toda a Mata e substituição das árvores mortas. Durante 2021 foram transplantadas 40 árvores entre carvalhos, aveleiras e sobreiros aproveitando a regeneração existente no local.

### **3. Prevenção de Incêndios Florestais**

Concluiu-se a atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de acordo com as normas diretivas da elaboração dos PMDFCI, nomeadamente, com a estrutura e conteúdos do Regulamento publicado no Despacho 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro, bem como com as diretivas e normas do Guia Metodológico para a Elaboração dos PMDFCI (do ICNF) e com a Nota Técnica do ICNF sobre a periodicidade de intervenções em faixas de gestão de combustível. Em sede de reunião da CMDF de Santa Maria da Feira, de 16 de fevereiro de 2021, foi aprovado o PMDFCI e publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 13789/2021 de 20 de julho, data a partir da qual entrou em vigor o PMDFCI de Santa Maria da Feira (2021-2030).

Procedeu-se à revisão do Plano Operacional Municipal (POM) de Defesa da Floresta de Santa Maria da Feira adaptando-o à estrutura definida no Despacho n.º 4345/2012 de 27 de março, e elaborando os mapas com a Cartografia de Apoio à Decisão para fornecer às Corporações de Bombeiros. O POM, depois de atualizado, foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta no dia 24 de maio de 2021.

Foi feito um trabalho, junto dos municípios, de esclarecimento, por telefone e/ou pessoalmente, sobre a problemática dos incêndios, legislação aplicável e medidas de prevenção a tomar, de fiscalização e notificação para o cumprimento do DL 124/2006 de 28 de junho, na sua versão mais atual, nomeadamente para a execução das faixas de gestão de combustível, fiscalização de viaturas, em aparente situação de abandono, no espaço público. Quando solicitado, prestou-se o apoio aos municípios no registo de queimas na plataforma criada pelo ICNF para o efeito, por telefone e/ou presencialmente. Promovemos a beneficiação de 22 km de caminhos florestais no âmbito do programa de melhoramento da rede viária que serve as principais áreas florestais do concelho. Produzimos pareceres relativos a projetos de arborização/rearborização no âmbito do RJAAR e sobre o enquadramento de projetos de edificação em meio rural.



#### **4. Programa de combate à bactéria *Xylella fastidiosa*.**

Foram realizadas 105 amostras em plantas de várias freguesias do concelho, no âmbito do programa de combate a esta bactéria, e eliminadas as plantas infetadas de 2 focos confirmados em espaços municipais.

### **SERVIÇO MÉDICO VETERINÁRIO MUNICIPAL**

#### **INTRODUÇÃO**

O presente relatório diz respeito apenas a algumas medidas e atividades realizadas ao longo de 2021, no âmbito das suas 4 vertentes na Saúde Pública e Saúde e Bem-Estar Animal, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio: **PREVENIR, ALOJAR/CUIDAR, SENSIBILIZAR e ATUAR.**

#### **A. PREVENIR**

##### **A-1. PVRAM - Plano de Vigilância de Resistência Antimicrobiana - Proteção dos Animais e Defesa do nosso Futuro!**

O médico veterinário municipal realizou uma ação de recolha de amostras aleatórias de carne em talhos de Santa Maria da Feira para análise pelo [INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária](#). Uma ação de colaboração do Município com a [DGAV - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária](#), integrada no Programa de Vigilância da Resistência Antimicrobiana em Agentes Zoonóticos (PVRAM), determinado pela União Europeia.

##### **A-2. SERVIÇO OFICIAL DE PROFILAXIA DE CÃES E GATOS (SOPCG)**

##### **Animais vacinados e identificados em 2021 e Campanha de vacinação antirrábica e de identificação eletrónica nas freguesias**

A campanha de vacinação antirrábica é anual e abrange dois períodos: o normal, entre 4 a 28 de maio de 2021, onde se promove concentrações pelas freguesias do Município de Santa Maria da Feira e o especial, durante os restantes meses do ano, no canil municipal. Foram vacinados de março a dezembro, 1012 cães, identificados 336 animais e emitidos 312 boletins sanitários. Em janeiro e fevereiro, por falta de despacho da DGAV, não decorreu campanha.



## **A-3 ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA**

### **A-3.1. Estatística de animais esterilizados em 2021**

De 2020 para 2021, houve um expressivo crescimento no número total de esterilizações efetuadas (De 294 para 515) fruto da aposta deste município, na esterilização como método de controlo da população animal, através do Serviço Médico Veterinário Municipal, dinamizador da campanha “Não ao Abandono, Sim à Esterilização”, do Programa CED Gatos de Rua e da esterilização de animais do canil municipal. Para dar resposta eficaz e eficiente, ao controlo da população animal, foi estipulado que as esterilizações fossem distribuídas pelos locais de esterilização protocolados, seguindo como critério, que o CIAMTSM realizasse as esterilizações do programa CED de gatos e a Termas Vet, prestadora de serviços realizasse as esterilizações de animais com titular. Procedemos à esterilização de um total de 515 animais (79 cães, 120 cadelas, 125 gatos e 191 gatas).

### **A-3.2. Campanha Municipal de Esterilização Gratuita de Animais de Companhia: “Não ao Abandono, Sim à Esterilização” – NASE 3ª edição 2021**

O Município de Santa Maria da Feira teve em vigor, durante os meses de agosto e setembro, a 3ª edição do programa municipal de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia, livre de custos para todos os munícipes com residência no concelho, detentores de cães ou gatos. Verificou-se uma adesão massiva de titulares de animais, batendo o recorde de candidaturas.

Em conclusão, a terceira edição deste programa de incentivo ao controlo da natalidade em cães e gatos, foi um sucesso e saldou-se num total de 446 animais candidatos elegíveis (70 cães, 122, cadelas, 64 gatos e 190 gatas).

### **A-3.3. Colónias de Gatos de Rua (CED – Captura, Esterilização e Devolução)**

O (CED) é um método humano e eficaz de controlo de colónias de gatos e de redução das populações felinas silvestres. O processo envolve a captura dos gatos de uma colónia, a sua esterilização, um pequeno corte na orelha esquerda para fins de identificação visual dos esterilizados, identificação eletrónica, desparasitação e, por fim, a devolução dos animais ao seu território de origem, onde são alimentados e protegidos por um cuidador.

O [programa](#) de apoio encontra-se disponível no Site da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Ao abrigo deste programa, desde setembro de 2020, recebemos 62



pedidos de apoio a esterilização de colónias de gatos de rua (20 em 2020, e 42 em 2021). Em 2021, das 515 esterilizações, 152 foram para gatos de rua e realizadas no CIAMTSM.

#### **A-4. Prevenção do abandono animal – Oferta de leitores de microchips às Forças de Segurança**

A entrega de leitores de microchips é uma de várias medidas que a Câmara Municipal, de forma individual ou em parceria com associações protetoras de animais, tem em curso no terreno, através do Serviço Médico Veterinário Municipal, visando promover o bem-estar animal, o controlo da reprodução e a redução do número de animais errantes.

### **B. ALOJAR/CUIDAR (CANIL MUNICIPAL DA FEIRA)**

#### **B-1. Estatística das solicitações de recolha de animais errantes/cadáveres – 2021**

Em 2021 tivemos um total de 249 solicitações de recolha de animais errantes/cadáveres. 49% das solicitações foram satisfeitas (122), 16% das recolhas foram efetuadas pelo SMPC (19), em horário Pós-laboral, fins-de-semana e feriados e 84% efetuadas pelo Serviço de recolha Animal (SRA) em horário de expediente (103).

### **C. SENSIBILIZAR**

#### **C-1. Dia do Animal - Donativos da Escola Eb1 Lamas 1 - 04/10/2021**

A Escola do Ensino Básico de Santa Maria de Lamas, n.º 1, promoveu uma campanha de donativos, para ajudar os nossos animais do Canil Municipal da Feira e do Canil Intermunicipal da AMTSM. A entrega dos donativos foi efetuada no dia 04/10/2021, dia mundial do animal e contou com a presença do Médico Veterinário Municipal, Rui Jardim e do Assistente Operacional José Alves, do Canil Municipal da Feira. Foi efetuado um convite para visitarem o nosso canil Intermunicipal (CIAMTSM) e mostrada a nossa disponibilidade para, num futuro breve, efetuarmos atividades na escola relacionadas com a atividade!



## **D- ATUAR**

### **D-1. Processos SMVM (Reclamações relacionadas com animais, insalubridades e maus tratos)**

Estes processos são centralizados no gabinete do médico veterinário municipal, no âmbito das suas competências na defesa da saúde pública e da sanidade animal. Articulam-se este tipo de denúncias com as Autoridades Policiais, Delegação de Saúde, Ministério Público, DGAV e Canil / CIAMTSM.

Os motivos geralmente deste tipo de processos passam pela insalubridade e/ou incomodidade causada pela presença de animais de companhia ou de produção (maus tratos e abandono a animais, ruído de vizinhança, maus cheiros e insalubridades.

Surgiram sobretudo nos anos de 2020 e 2021 (em plena pandemia e confinamento), um número exponencial de entrada de processos e atingido em 2021 o recorde de 319 processos, sendo a grande maioria (216) referente a situações relacionadas com canídeos e 91 relacionada com felinos.





**URBANISMO, PLANEAMENTO,  
TRANSPORTES E MOBILIDADE**





Tal como verificado em 2020, a análise do exercício de 2021 ficará indelevelmente marcada pelos inúmeros constrangimentos ditados pela situação pandémica que atravessámos e as múltiplas implicações e restrições verificadas nos domínios sociais, culturais, financeiros e económicos.

Não obstante os impressionantes esforços no sentido de mitigar todos esses efeitos, é insofismável que o contexto do COVID-19 teve (e tem ainda) repercussões na orgânica do modelo social e económico do concelho.

Ao nível local, ao longo do ano de 2021, houve necessidade de ser melhorada e aprimorada a estratégia de adequação e adaptação dos serviços a essa nova realidade, no sentido de continuar a promover o incentivo à implementação do modelo de desenvolvimento económico e social auspiciado pelo Município.

A monitorização da atividade dos serviços de urbanismo ao longo do ano de 2021 permite enfatizar que, apesar de todos os constrangimentos de contexto, verificou-se uma retoma e reforço da atividade urbanística no concelho. Este facto demonstra, por si só, a resiliência da economia local, bem como a evidente capacidade de atração de investimento externo.

Por outro lado, o início do processo da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal e as Operações de Reabilitação Urbana (ORU) absorveram o grosso da atividade da Divisão de Planeamento. A relevar, o período de participação pública da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal, durante o qual foram acolhidas as sugestões de todos os interessados, num processo acompanhado pelo atendimento presencial, no qual foram prestadas todas as informações a quem as solicitou.

## **Departamento de Urbanismo**

### **Divisão de Apoio Administrativo ao Urbanismo**

#### **Gabinete de Atendimento Urbano**

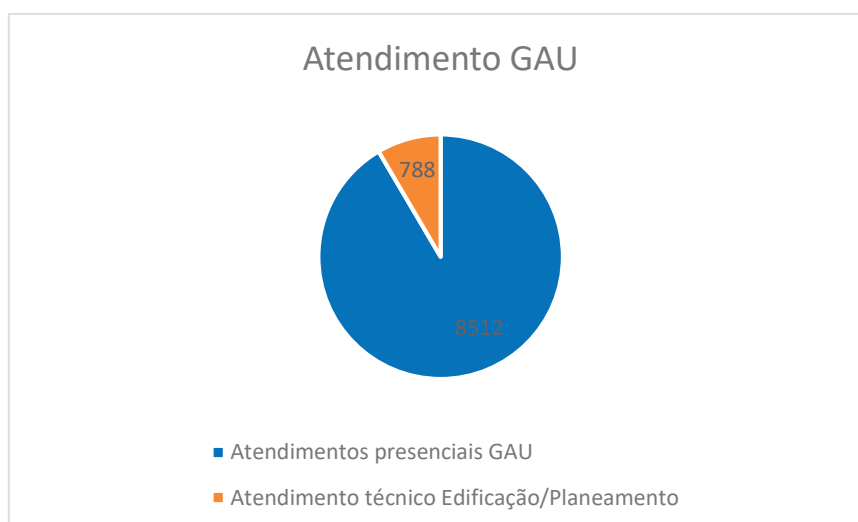
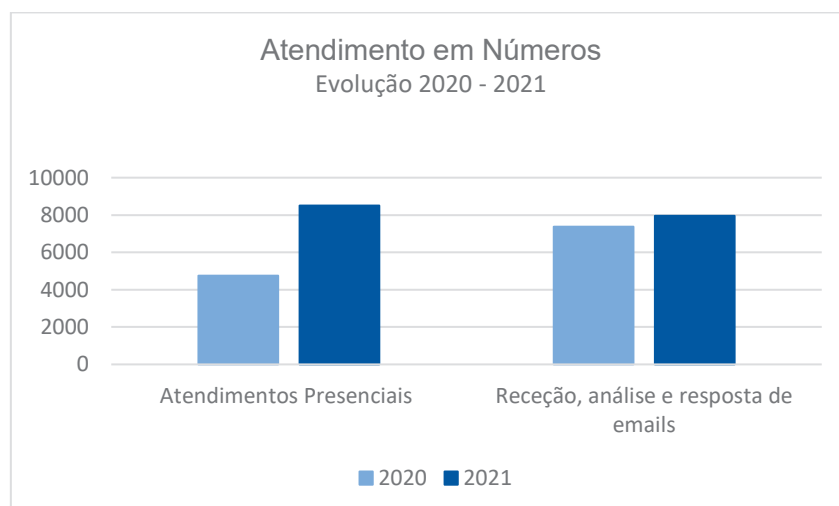
O modelo de funcionamento do Pelouro de Urbanismo assenta, desde há anos a esta parte, numa estrutura orgânica definida não só em função da exigência do “processo”, mas também, e sobretudo, numa preocupação centrada na resposta às necessidades e expetativas dos seus munícipes.

O estabelecimento de critérios e metodologias organizacionais e de trabalho sustentados num modelo empresarial (centra a atuação do Urbanismo no “processo” e no “município”, procurando uma permanente adequação do serviço às exigências externas.

Por força do dinamismo económico e social de Santa Maria da Feira, a atividade urbanística representa, no contexto da atuação dos serviços da Autarquia, uma grande quota parte das solicitações dirigidas. Assim, e no cumprimento das suas funções e atribuições, o Gabinete de Atendimento Urbano é verdadeira porta de entrada de técnicos e munícipes, assegurando, diariamente, dezenas de atendimentos presenciais.

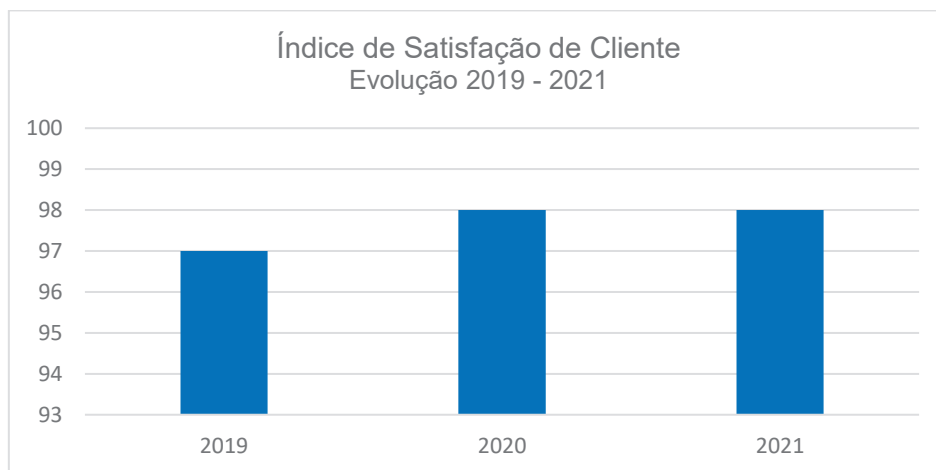
Estabelecendo uma análise comparativa do número de atendimentos efetuados nos anos de 2020 – total de 4.758 atendimentos, e de 2021 - total de 8.512, verifica-se um aumento de cerca de 78 por cento do volume de atendimentos presenciais.

A este propósito, convirá salientar a retoma do atendimento presencial por ordem de chegada (dispensando a obrigatoriedade de prévio agendamento), facto que concorreu para uma “normalização” do serviço de atendimento.

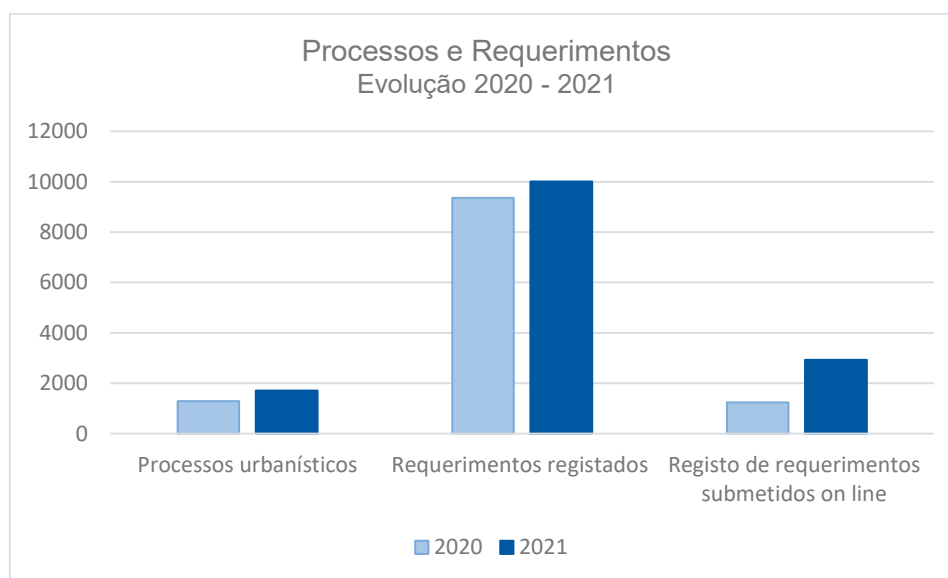


Não obstante, a adequação do serviço e a experiência adquirida em 2020 no que concerne ao atendimento “online”, concorreram para um aumento assinalável no indicador “Receção, análise e resposta de emails”, o que evidencia não só uma

preferência crescente por parte dos técnicos/municípes por estes meios de interação com o Município, mas também uma resposta positiva que os serviços de atendimento urbano protagonizaram ao longo de 2021, conforme demonstram os indicadores de satisfação do cliente, com índice de satisfação anual de 98.



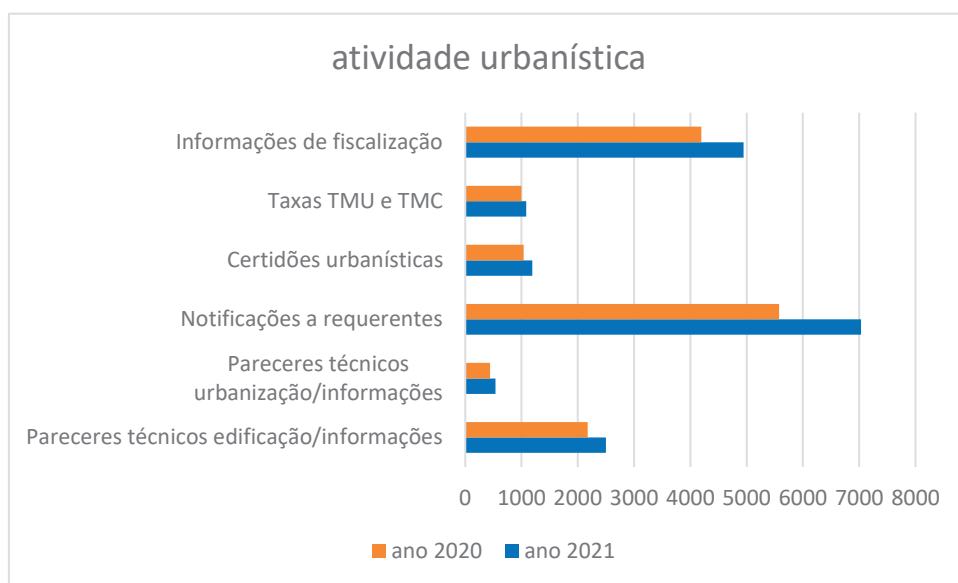
Após todas as vicissitudes vividas em 2020 com a situação pandémica do COVID-19, o ano de 2021 constituiu-se como um retorno a um contexto de quase normalidade, verificando-se uma forte tendência de crescimento da atividade urbanística e da indústria da construção civil.



Assim, atendendo à tendência demonstrada, é expectável que no futuro imediato esta “apetência” por outros modos de atendimento que não o tradicional atendimento presencial seja crescente, situação que reforça a necessidade quase imediata de adequação e modernização dos serviços de modo a ser garantida a qualidade do serviço prestado.

## Divisão de Gestão Urbanística

No ano de 2021, a atividade da Divisão e Gestão Urbanística, relacionada com os procedimentos urbanísticos, apresentou um acréscimo entre 15 a 20% do volume de trabalho e documentos produzidos resultantes das tarefas associadas às suas múltiplas funções.



Face às medidas da pandemia COVID-19, houve a um conjunto de alterações na organização e funcionamento dos serviços e instalações com o objetivo de proteger munícipes e colaboradores.

Os colaboradores adaptaram-se de forma notável e louvável a trabalhar de forma mais autónoma, no regime de teletrabalho ou por turnos, por força dos períodos de confinamento obrigatórios, assumiram mais responsabilidade pela gestão do seu trabalho, e geriram as suas próprias tarefas, promovendo um esforço coletivo, conjuntamente com chefias e executivo, para responder às exigências dos pedidos e manter o serviço aos munícipes.

Mantiveram-se os atendimentos técnicos de edificação e de urbanismo e urbanização, dinamizaram-se as alternativas de receção digital dos documentos e retomaram-se progressivamente os pré-agendamentos com os requerentes e/ou técnicos responsáveis – realizados regularmente às segundas-feiras todo o dia, quartas-feiras da parte da manhã e quintas-feiras de manhã (atendimento Sistema de Industria Responsável – informações e atendimento mediado), e ainda apoio pontual ao GAU em situações excecionais;

Foram realizados pareceres e informações de edificação nos procedimentos de aprovação dos projetos de arquitetura e comunicações prévias, dos licenciamentos e



projetos de especialidade, autorizações de utilização, de informação prévia de edificação, certidões de edificação e outras. Igualmente no referente a procedimentos de urbanização realizaram-se pareceres e informações técnicas dando resposta a alvarás de loteamento, licença de operações de loteamentos, certidões de destaque de parcela, certidões de compropriedade, certidões de prédio antigo, certidões urbanísticas, informações prévias, remodelações de terrenos, autos de receção de obras de urbanização e outras informações internas.

Toda a informação necessária à verificação documental instrutória dos processos foi acautelada. Foram realizadas notificações na pré-análise técnica, relativas aos procedimentos de aprovação dos projetos de loteamento, de alteração ao alvará de loteamento, de arquitetura de obras de edificação, dos licenciamentos e projetos de especialidade, autorizações de utilização, das certidões de propriedade horizontal, de informação prévia, certidões de edificação e urbanísticas, bem como outras informações genéricas.

Surgiram iniciativas por parte dos colaboradores que representaram uma proatividade face aos desafios e novas condições de acesso aos locais e se focaram na antecipação de problemas e implementação de medidas, sobretudo nos serviços de fiscalização e autos de vistoria. Representaram um acréscimo de 16% de informações/pareceres de vistorias, informação de medição e orçamento, bem como elaboração de convocatórias de vistorias técnicas.

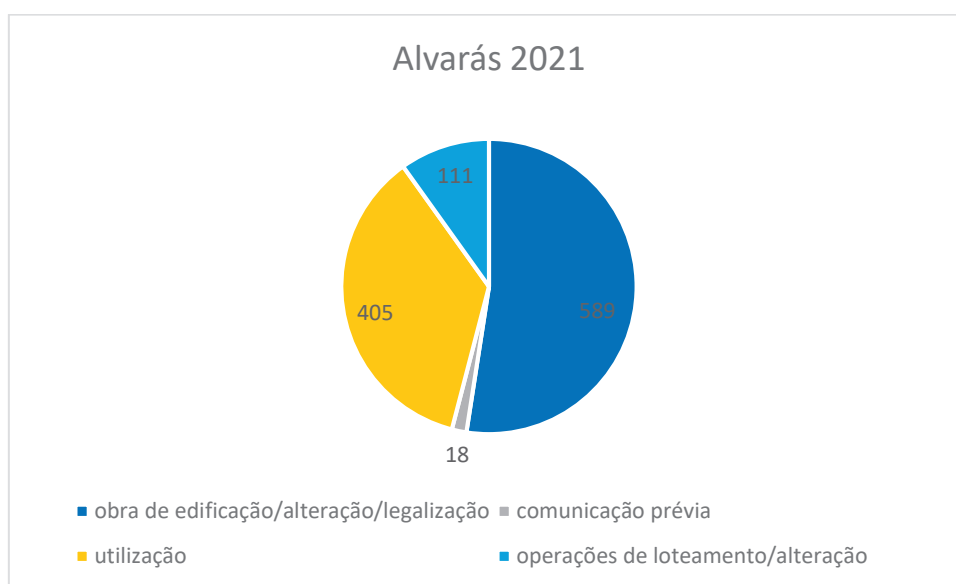
A pandemia condicionou a realização de eventos e ações sociais e culturais em espaço público pelo que neste aspeto, relativamente ao período 2019-2020, continuamos a ter menos pareceres higieno-sanitários e análises de processos para o Pelouro de Administração e Finanças, relativos a recintos improvisados, recintos itinerantes, recintos de diversão provisória e eventos promovidos pelo município (Imaginarius e Viagem Medieval). Relativamente ao evento Perlim, foi também realizado todo o acompanhamento e apoio técnico ao licenciamento dos estabelecimentos da área alimentar, incluindo a realização das vistorias prévias à instalação dos operadores bem como fiscalizações durante a realização daquele, acompanhando a autoridade de saúde concelhia.

A Divisão realizou ainda as demais tarefas necessárias à gestão urbanística e provimento de documentação afeta aos procedimentos instrutórios, segundo enquadramento das leis urbanísticas, nomeadamente:

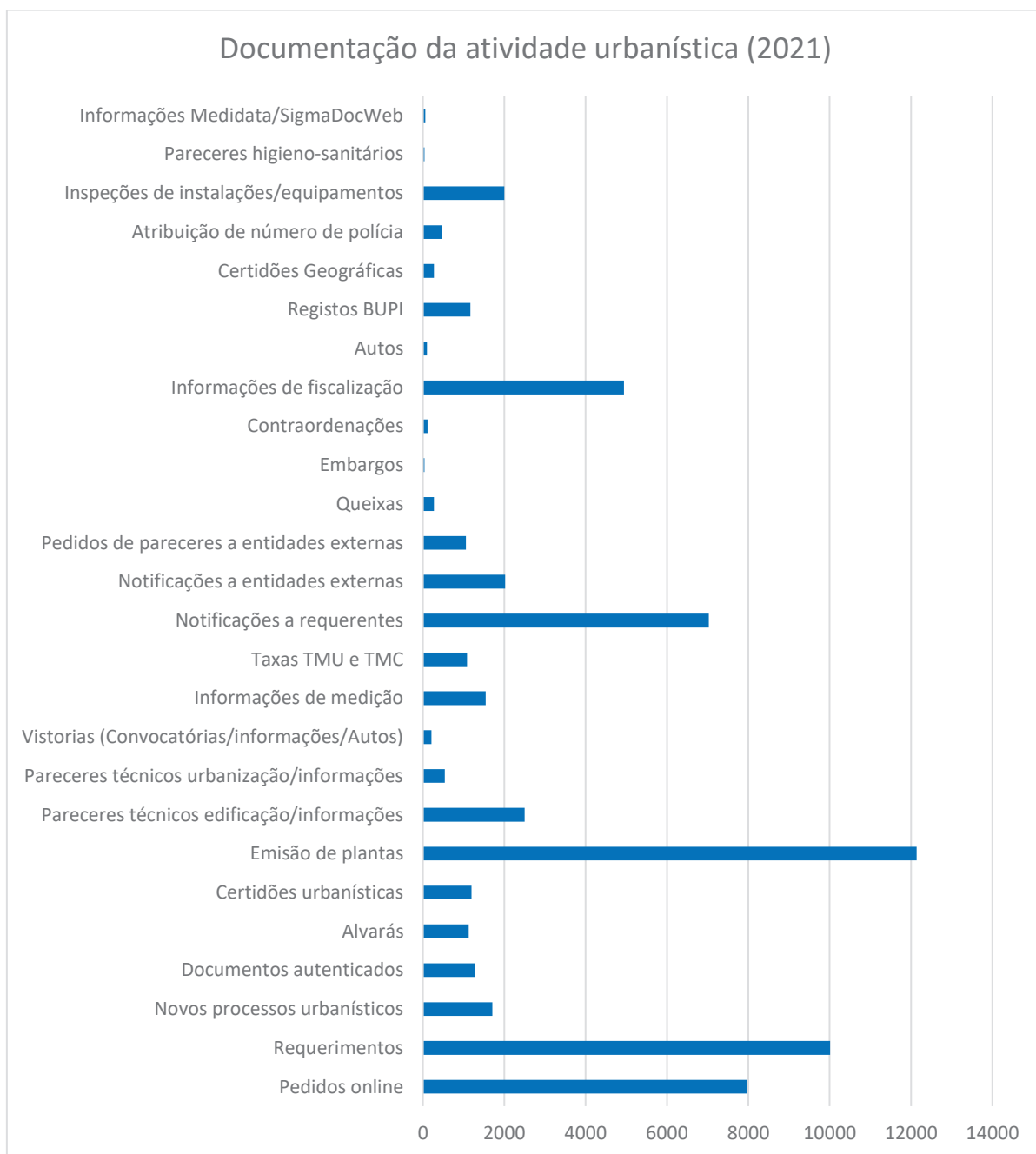


- certidões de edificação e urbanísticas, bem como certificação de propriedade horizontal, de prédio antigo, de compropriedade, de classificação de solo, entre outras diversas;
- medições das áreas de construção, implantação, número de fogos, número de estacionamento e outros, relativamente aos projetos de arquitetura;
- cálculos de taxas de urbanização/compensação e administrativas;
- pedidos de parecer a entidades externas ao município, no âmbito de procedimentos de licenciamento e de comunicação prévia, de edificação e de urbanização, entre outros;
- compilações de projetos de arquitetura licenciados e admitidos, bem como de certidões de PH com as respetivas peças escritas e desenhadas anexas, para fornecimento de cópias aos requentes/técnicos (incluindo gravação de CD a fornecer aos munícipes).
- informações sobre avaliação de prédios urbanos e outros pedidos de informação/parecer internos, em regime de colaboração com o Gabinete do Património do Pelouro de Administração e Finanças;
- participações na elaboração de protocolos, em colaboração com o Pelouro das Obras Municipais;
- Informações de fiscalização das obras de urbanização/edificação, bem como autos de notícia/fiscalização e autos de embargo;
- Num universo de mais de 2.000 instalações de elevadores ou ascensores/monta-cargas/escadas mecânicas, tapetes rolantes existentes no concelho de Santa Maria da Feira, procedeu-se no ano de 2021, à realização das inspeções periódicas, intimações, reinspecções e selagens desses equipamentos.





Em resumo e por tarefa realizada apenas no sistema de gestão de processos urbanísticos(Nortear):



## Divisão de Planeamento (DP)

### Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira

No decurso do ano de 2021, a atividade da Divisão de Planeamento centrou-se, fundamentalmente, na continuidade dos trabalhos da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Santa Maria da Feira. O procedimento teve início com a deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 25 de março de 2019, tendo sido aprovada, na reunião de 11 de janeiro de 2021, a prorrogação do prazo por 13 meses, como consequência das medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

O procedimento foi marcado por dois importantes momentos – a caducidade do próprio procedimento iniciado em 2019, a 31 de outubro de 2021, e o início de um novo procedimento, deliberado na reunião ordinária de 8 de novembro de 2021, aproveitando todos os atos até então praticados no âmbito da revisão. Dado o avançado estado dos trabalhos de revisão do PDM, entendeu-se que seria fundamental promover uma sessão de esclarecimento sobre a segunda revisão do PDM dirigida aos técnicos e à população em geral.

A sessão de esclarecimento ocorreu na Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, no dia 2 de dezembro. A Divisão de Planeamento participou ativamente na organização e na disponibilização de conteúdos para a sessão de esclarecimentos, para o *Infomail* que foi enviado para todas as residências do município, e para o vídeo disponibilizado no *site* do município.



*Sessão de Esclarecimento – Biblioteca Municipal, 02/12/2021*

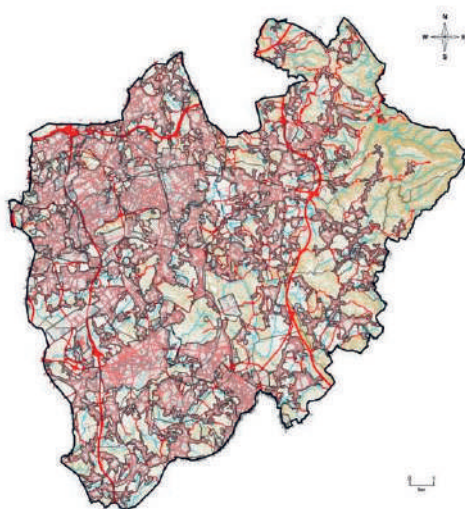
Na deliberação do início do procedimento da 2.ª revisão do PDM, foi também determinado um período de participação pública (de 29 de novembro a 30 de dezembro), para que todas as pessoas, singulares e coletivas, incluindo as associações representativas dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, tiveram o direito de participar com a apresentação de sugestões e pedidos de esclarecimento.

O Gabinete do PDM recebeu e tratou todas as sugestões, que entraram de diversas formas, presencialmente, por email e por carta, que posteriormente tiveram de ser

digitalizadas, georreferenciadas e analisada a sua pertinência no procedimento de revisão do PDM.

### **Redefinição dos Perímetros Urbanos**

No âmbito da 2.<sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira, a



*Perímetros Urbanos/Infraestruturas*

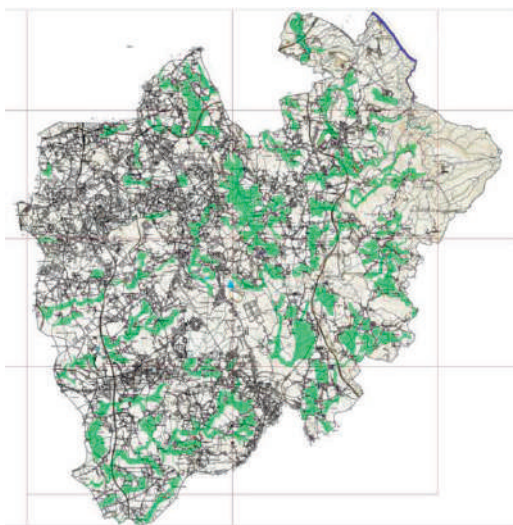
redefinição dos perímetros urbanos tem vindo a ser desenvolvida em estreita articulação com a CCDRN, que supervisiona o procedimento. Neste sentido, durante o ano de 2021, foram apresentadas à CCDRN as versões da delimitação dos perímetros, que reflete um esforço da equipa técnica na procura de uma solução equilibrada entre a necessidade de contenção dos perímetros urbanos face à realidade existente, as expectativas criadas pelo PDM em vigor e a auscultação das juntas de freguesia.

### **Reuniões de trabalho com todas as juntas de freguesia**

A Divisão de Planeamento colaborou ativamente na realização de reuniões de trabalho com todas as juntas de freguesia, com o sentido de dar a conhecer o resultado dos trabalhos de revisão do PDM, nas quais foram explicados os critérios de delimitação dos perímetros urbanos bem como as implicações no território. Por outro lado, foram discutidas algumas soluções e fornecidas plantas da proposta de ordenamento para que as juntas pudessem ponderar e apresentar as suas sugestões enquanto entidades que representam a comunidade local.

### **Reserva Agrícola Nacional**

No que se refere aos trabalhos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Divisão de Planeamento tinha procedido, durante o ano de 2020, à transposição das áreas afetadas no concelho de Santa Maria da Feira para a nova cartografia de base do PDM, que, à data, ainda não tinha sido homologada pela Direção Geral do Território.

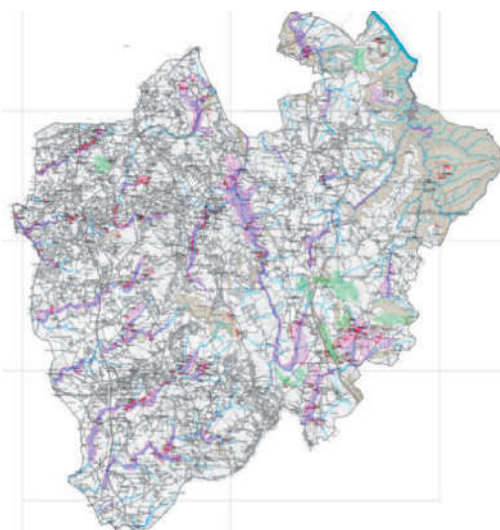
*Reserva Agrícola Nacional*

O procedimento foi validado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), em dezembro de 2020, com o acordo de, assim que o município tivesse a cartografia devidamente homologada, deveria produzir nova cartografia com referência ao processo de homologação. Dado que o processo de homologação da DGT data de 8 de novembro de 2021, a equipa do PDM iniciou ainda em 2021 a respetiva transposição.

### **Reserva Ecológica Nacional**

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra áreas com valor e sensibilidade ecológicos ou expostas e com suscetibilidade a riscos naturais. No seguimento dos trabalhos de revisão da REN, em 2021, a equipa do PDM desenvolveu a informação referente à segunda fase da transposição cartográfica das áreas de REN.

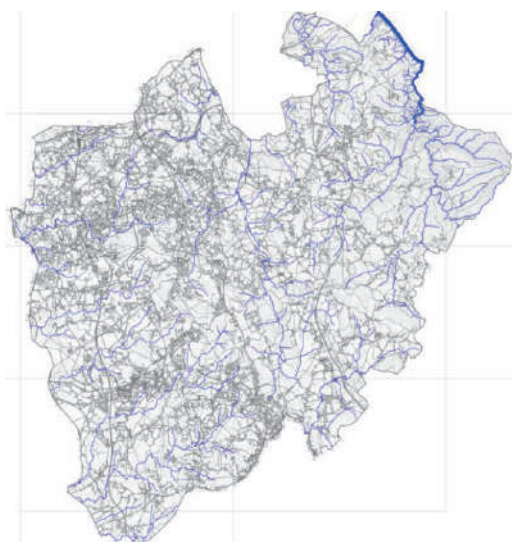
A informação foi enviada para a CCDRN em novembro de 2021, tendo ocorrido reuniões setoriais entre a equipa do PDM, a CCDRN e a APA/ARHN, enquanto entidades que acompanham os trabalhos de revisão da REN.

*Reserva Ecológica Nacional*

### **Recursos Hídricos**

Os recursos hídricos no município de Santa Maria da Feira, decorrente das suas características morfológicas (12 bacias hidrográficas, sendo uma delas referente ao rio Douro), têm grande representatividade.

Os trabalhos relacionados com os recursos hídricos têm sido desenvolvidos pela equipa da revisão do PDM, sob orientação da APA/ARHN, dizendo respeito à definição dos cursos de água que integram o Domínio Hídrico e a REN, bem como as respetivas margens. Prendem-se ainda com a albufeira de Crestuma-Lever e respetiva faixa de

*Recursos Hídricos*

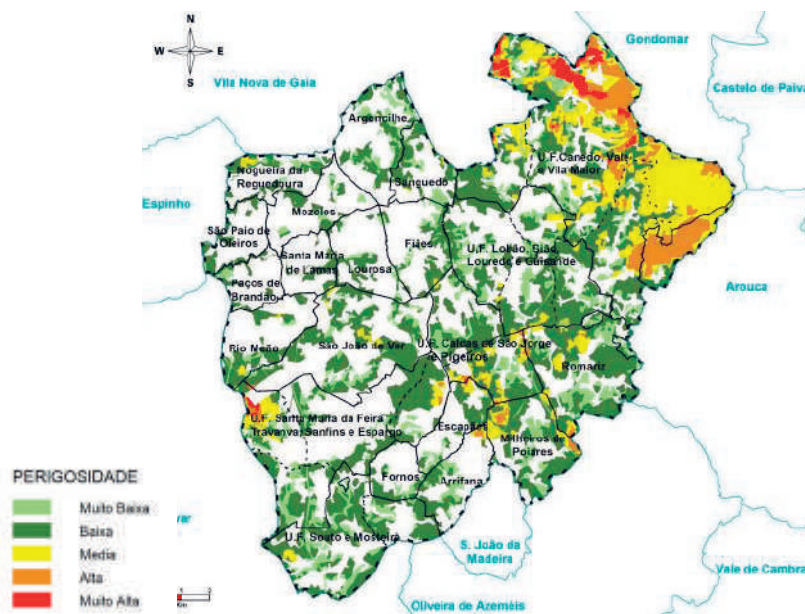
proteção e as zonas inundáveis e ameaçadas pelas cheias. O trabalho encontra-se em curso e tem vindo a ser acompanhado pela APA/ARHN.

### **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**

Durante o ano de 2021, a Divisão de Planeamento colaborou com o Gabinete Técnico Florestal e acompanhou a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), verificando a sua compatibilização com o PDM e com os

trabalhos da sua revisão, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal em 26 de junho de 2021.

A Divisão de Planeamento colaborou ainda na emissão de pareceres técnicos no âmbito do art.º 8.º do Regulamento do PDM - Defesa da Floresta Contra Incêndios.

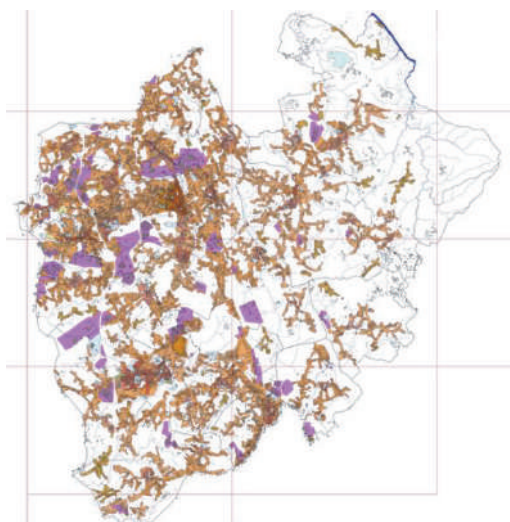
*Carta de Perigosidade de Incêndio - PMDFCI*

### **Estratégia Local de habitação para o Município de Santa Maria da Feira**

A Divisão acompanhou os trabalhos tendentes à consolidação da Estratégia Local de Habitação para o Município de Santa Maria da Feira, que consubstanciou uma candidatura ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. A 17 de

novembro de 2021 foi assinado o acordo de colaboração entre o Município e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito daquele programa.

### **Plano de intervenção nas zonas industriais**



*Espaços de Atividades Económicas*

Os espaços de atividades económicas desempenham funções vitais na economia, nas populações e no território. Nesse sentido, são espaços privilegiados e prioritários nas intervenções urbanísticas a realizar, tendo vindo a ser realizados levantamento genéricos de todas as zonas industriais com vista à identificação de eventuais necessidades de ampliação e/ou requalificação. Para além disso, foram realizados estudos que contribuem para a calendarização de projetos com vista à requalificação e dinamização das áreas de

atividades económicas. Procurou-se a devida articulação com o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial.

### **Estudos Urbanísticos**

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidos vários estudos urbanísticos, sendo que alguns transitaram de anos anteriores, tendo sido, por vezes, efetuadas alterações e propostas novas soluções em função das necessidades emergentes no território, designadamente:

- Estudo preliminar para ampliação da Zona Industrial do Roligo;
- Estudo preliminar para ampliação da Zona Industrial de Canedo/Vila Maior;
- Estudo preliminar da Zona Industrial de Arrifana;
- Estudo preliminar Ampliação Zona Industrial do Casalinho;
- Estudo preliminar do eixo ZI Fundão / ZI Sisto;
- Estudo preliminar ZI Corujeira.

### **Atividade contínua da Divisão de Planeamento**

Ao longo do ano de 2021 a Divisão de Planeamento desenvolveu um conjunto de tarefas de natureza contínua, como emissão de pareceres, informações técnicas, decorrentes

de solicitações externas e internas, para além de contributos prestados no âmbito de procedimentos de gestão urbanística efetuados pelo Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território.

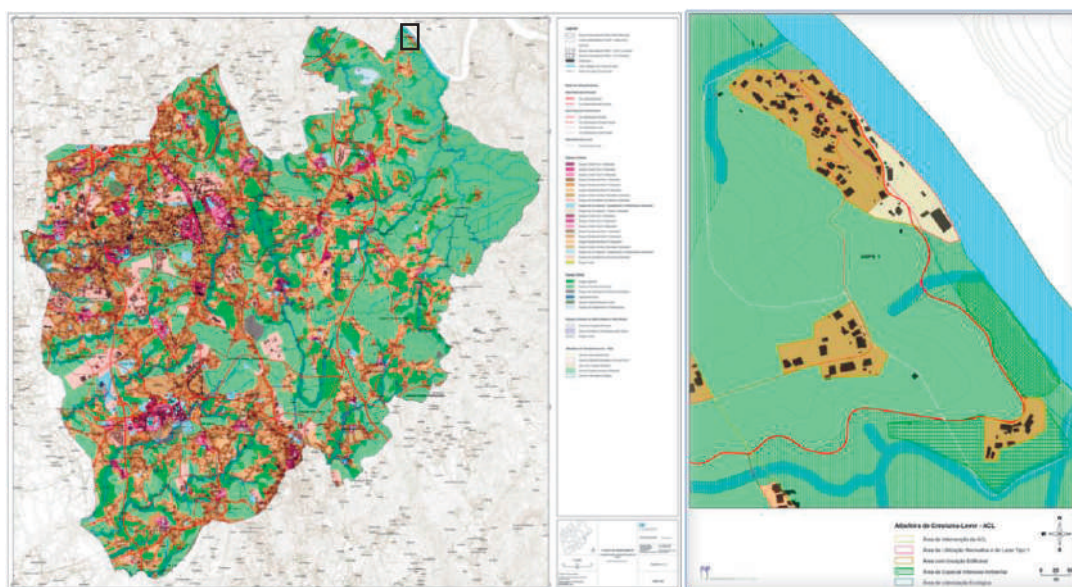
Foram emitidas certidões e informações técnicas de enquadramento em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) – duas informações em ARU e 12 certidões de enquadramento em ARU.

Foi ainda efetuado atendimento técnico do PDM no Gabinete de Atendimento Urbano e disponibilizada vária Informação sobre os instrumentos de gestão territorial.

### **Transposição das Normas do Plano da Albufeira de Crestuma Lever para o PDM**

Foi igualmente realizada a transposição das normas do Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (POACL) relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais e, simultaneamente, ao uso, ocupação e transformação do solo, diretamente vinculativas dos particulares.

As normas foram vertidas para o PDM de Santa Maria da Feira, sendo que o prazo inicialmente fixado foi prorrogado até ao dia 13 de julho de 2021. O procedimento foi acompanhado pela CCDRN, tendo sido enquadrado numa “alteração por adaptação”.



*Transposição das normas do POACL para o PDM*

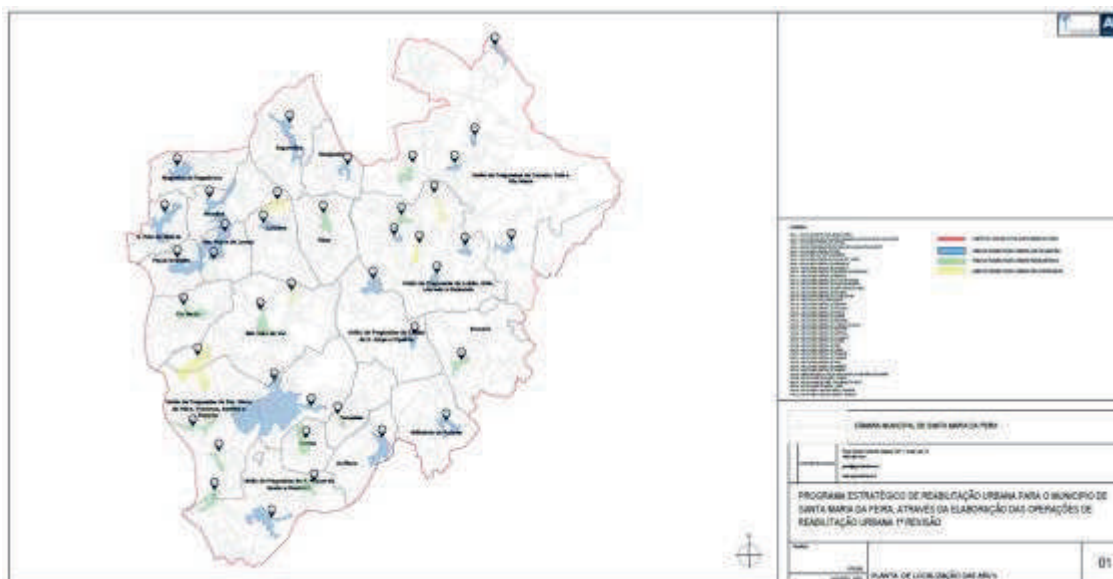
*(Extrato Ampliado)*

A transposição das normas do POACL para o PDM de Santa Maria da Feira resultou na incorporação das normas do regulamento do POACL com incidência no território de Santa Maria da Feira no regulamento do PDM e incorporação das designações relevantes da Albufeira de Crestuma-Lever (ACL) na Planta de Ordenamento.



## Áreas de Reabilitação Urbana – ARU e ORU

A Divisão de Planeamento desenvolveu no ano de 2021 a revisão da delimitação das áreas de reabilitação urbana (ARU) do município de Santa Maria da Feira, em colaboração com entidade externa contratada para o efeito, a “Agenda Urbana”. As ARU foram aprovadas pela Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na sua sessão ordinária de 11 de setembro de 2021.



Áreas de Reabilitação Urbana – ARU

No Município de Santa Maria da Feira foram delimitadas 35 ARU, tendo por objetivo a execução de 27 operações de reabilitação urbana (ORU) de natureza simples e oito de natureza sistemática.

Após a aprovação da delimitação das ARU foi apresentada, em outubro de 2021, uma nova fase do trabalho que diz respeito à execução de 27 operações de reabilitação urbana de natureza simples.

O ano de 2021 foi, ainda, dificultado pelo exigente contexto de pandemia de COVID-19, condicionando o “normal” funcionamento da Divisão de Planeamento. Assinala-se o esforço de toda a equipa da Divisão de Planeamento que, adaptando-se às circunstâncias, procurou assegurar de forma eficaz todas as tarefas que lhes foram delegadas.

## Divisão de Cartografia e Informação Geográfica

A informação geográfica desempenha um papel fundamental na construção de um território. Toda a informação espacial de que dispomos pode ser georreferenciada, isto



porque, para além dos dados capazes de serem representados cartograficamente, ainda conseguimos georreferenciar informação quantitativa e qualitativa, passível de ser analisada de diferentes formas, através da integração e visualização de diversos dados georreferenciados, numa única base de dados, a diversas escalas, trabalhando assim os diferentes fenómenos de âmbito territorial.

É essencial para o executivo do Município basear os processos de tomada de decisão em informação de qualidade, coerente e transparente, convertendo conhecimento num instrumento para explicar e compreender a realidade. Ao longo dos anos, o esforço tem sido contínuo e constante em criar dados geográficos em formato digital, tal como disponibilizar essa informação aos cidadãos.

Nesse sentido, a atividade da Divisão de Cartografia e Informação Geográfica continuou a criar e complementar informação e dados geográficos, elaborando diversas tarefas:

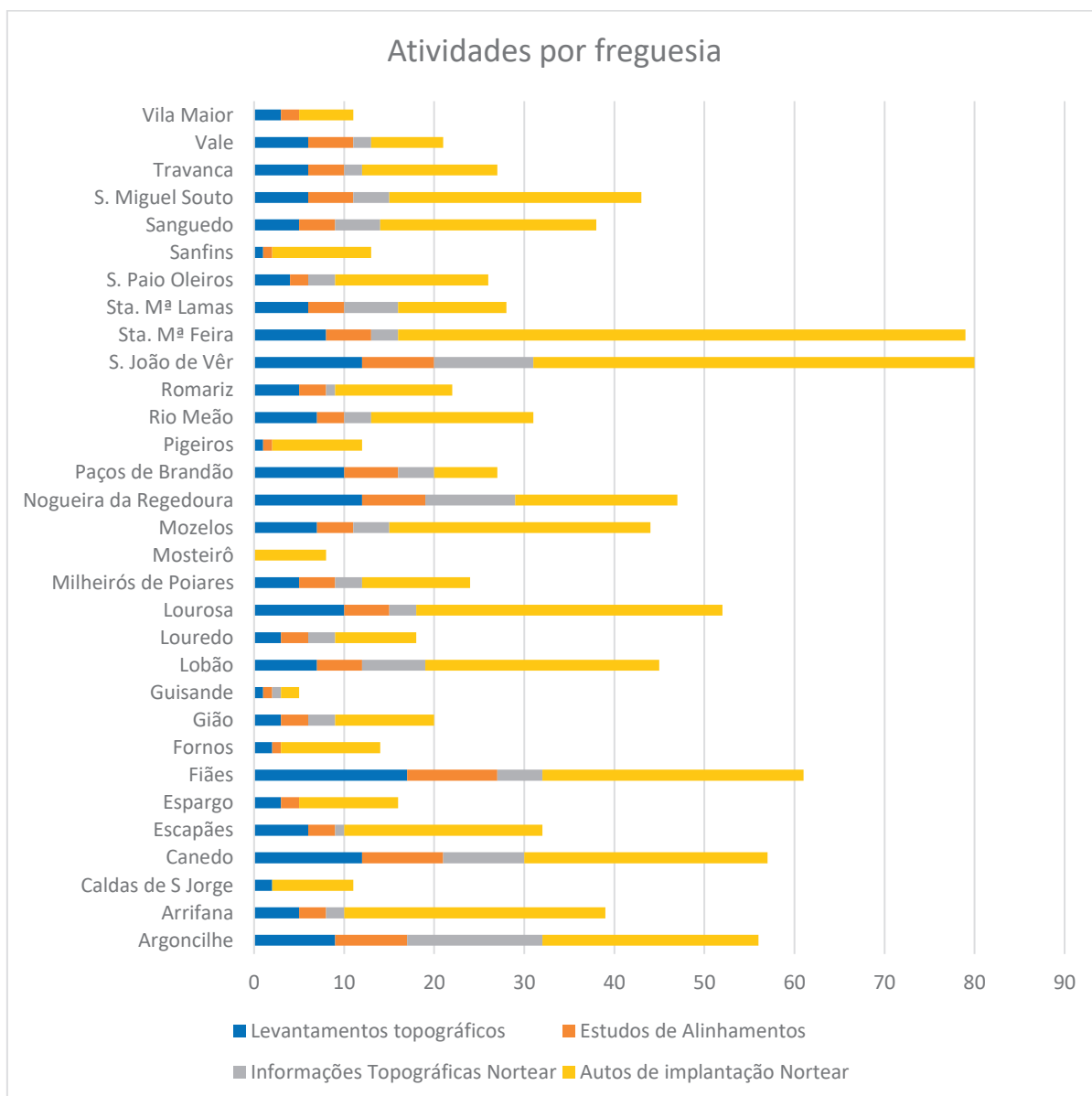
- Elaboração de levantamentos topográficos e cadastrais para os mais diversos fins: projetos internos, estudos de alinhamentos, atualização cartográfica, compra e venda de imóveis, registos nas Finanças e Conservatória, entre outros;
- Realização de estudos de alinhamento na rede viária, como resposta à necessária beneficiação e requalificação da malha urbana e de melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade, dando suporte à decisão no âmbito urbanístico. Estes estudos são realizados quer para dar resposta a um processo urbanístico na plataforma Nortear, quer para servir de suporte a uma requalificação da rede viária, fomentada pela realização de protocolos tripartidos (Município, juntas de freguesia e munícipes);
- Realização de implantações de obras municipais, no âmbito alinhamentos previstos nos protocolos celebrados entre as juntas de freguesia e o Município; realizaram-se tarefas de fiscalização topográfica e acompanhamento dos protocolos no local;
- Autos de implantação - Antes do início de uma obra é verificada a sua implantação em duas fases distintas: a primeira quando se verifica a implantação e a segunda fase quando se confirma a cota de soleira da obra.
- Realização de informações topográficas para a plataforma de gestão urbanística Nortear;
- Realização de plantas de cedência para protocolos;
- Plantas topográficas para avaliação de imóveis e respetivo termo técnico;
- Plantas para expropriações e negociações;



- Cadastro municipal: investigação de todo o percurso de um dado artigo, ao longo dos anos; inserção de cadastro na base de dados, plantas para registo...
- Fiscalização topográfica, acompanhamento de obras no local sempre que solicitado;

Dos trabalhos realizados destacam-se, pela sua dimensão, pormenor e relevância para o desenvolvimento do concelho, os seguintes:

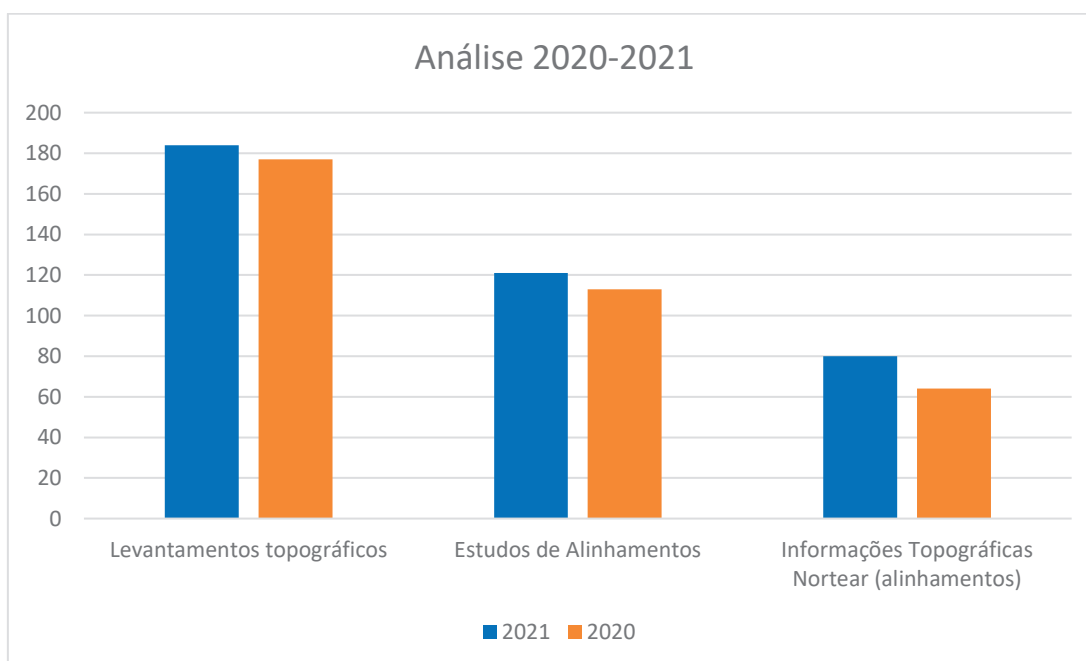
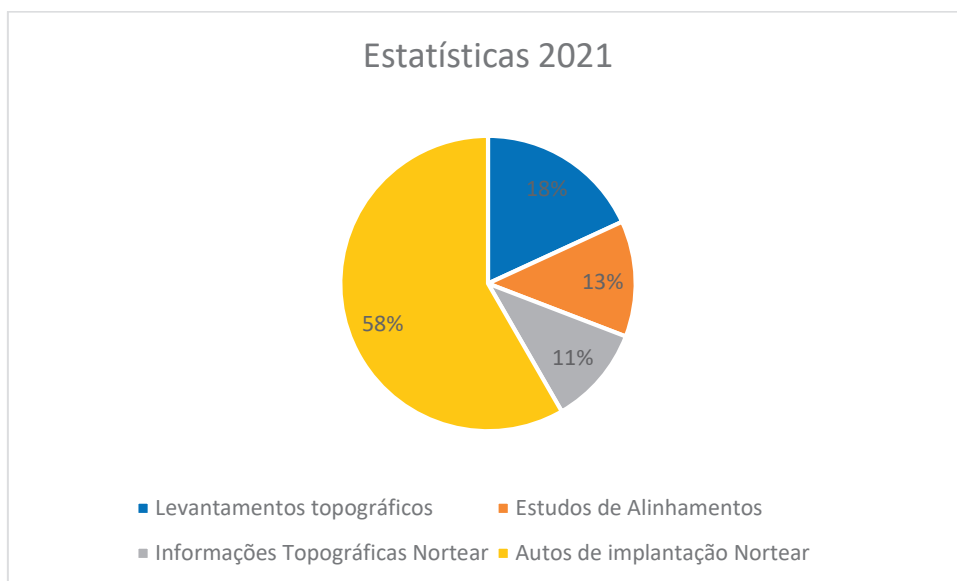
- Rua do Eleito Local – Gião;
- Implantação arruamentos no canil – Mosteirô;
- Rotunda dos Quatro Caminhos e arruamentos à volta – Sanguedo;
- Levantamentos para a rede saneamento na Rua das Fogaceiras – Santa Maria da Feira,
- Rua de S. Tiago – Lobão,
- Implantação de caminhos na Casa Ozanan – S. João de Ver



O ano de 2021, à semelhança do anterior, foi atípico devido à pandemia e aos casos da doença COVID-19 na equipa da topografia. Apesar das condições adversas, o serviço foi assegurado, realçando-se o sentido de orientação e de responsabilidade de toda a equipa para responder às exigências do serviço público.

A equipa desdobrou-se em esforços para cumprir os objetivos delineados pelo executivo municipal, quer em termos de trabalho efetuado, quer em termos de acompanhamento e fiscalização às obras em curso, mantendo um elevado nível de motivação.

De uma forma geral, verificou-se um acréscimo de produtividade nos trabalhos da divisão, de cerca de 10 por cento, no referente aos levantamentos topográficos, estudos de alinhamentos e informações topográficas no Nortear.



Cerca de 66 por cento dos levantamentos topográficos realizados tiveram como objetivo a elaboração de estudo de alinhamento;

Dos estudos de alinhamento realizados, foram elaboradas 80 informações topográficas no Nortear;

Dos estudos realizados cerca de 64 por cento foram com objetivo de celebrar protocolo e 36 por cento serviram de suporte à decisão urbanística.

### Gabinete de Informação Geográfica (GIG)



Com a evolução do pensamento “georreferenciado”, as áreas de atividade do SIG têm vindo cada vez mais a aumentar e a ser alargadas a todos os serviços que o município presta. O Sistema de Informação Geográfica (SIG) municipal tornou-se, então, uma ferramenta essencial, utilizada transversalmente por todos, que permite cruzar informação para a tomada de decisão. O GIG tem como função essencial a gestão da informação geográfica do município, das plataformas utilizadas nesse contexto e dos serviços geográficos prestados internamente e ao munícipe.

O GIG gere, então, a informação geográfica municipal imprescindível ao urbanismo, ao planeamento, ao património, à rede viária, às infraestruturas, entre outras. Além das tarefas que são efetuadas pelo GIG nos últimos anos, durante o ano de 2021, o GIG acrescentou às suas competências a gestão e o atendimento mediado do Balcão Único do Prédio (BUPi) municipal, permitindo a contribuição do nosso município para este projeto nacional de conhecimento dos proprietários de terrenos.

Ainda durante o ano de 2021 foi criada uma base geográfica de conhecimento da rede viária municipal, que incluiu, entre outra informação, as várias fases de projeto e obra das pavimentações e que permitiu melhorar a eficácia e eficiência dos serviços. Salienta-se, também, o trabalho de pesquisa e elaboração do documento com os “Critérios de atribuição de toponímia e números de polícia para o concelho de Santa Maria da Feira”, para apoio à comissão de toponímia, câmara municipal, juntas de freguesia e todos os interessados, aprovado em reunião de câmara.

Uma significativa parte do trabalho e volume de tarefas do GIG prendem-se com as tarefas de apoio ao urbanismo, realizadas na plataforma Nortear. Durante o ano de 2021 foram efetuadas as seguintes tarefas:

- Gestão de informação geográfica de pavimentações e rede viária

No que diz respeito à gestão de pavimentações, no decorrer de 2021, foram inseridas no MIRANTE as obras de pavimentação efetuadas por freguesia, em várias fases, com indicação do tipo de pavimentação, dos contratos respetivos, datas dos mesmos, adjudicações e valores. Neste processo e durante o ano de 2021 foram classificados 1.537 arruamentos e foram digitalizadas e classificadas 1.849.702 quilómetros quadrados de áreas de pavimentação.

- Atualização cartográfica e estudos de alinhamentos



Atividade	Nº de tarefas realizadas
Georreferenciação dos processos urbanísticos, queixas, contraordenações, embargos e outros;	114 notificações ao requerente/técnico
Pesquisa de relações geográficas entre processos urbanísticos, queixas, contraordenações, embargos e outros;	Processos georreferenciados, relacionados e cadastrados:
Cadastrar os proprietários, matrizes e descrições da conservatória dos processos mencionados;	45 processos de embargo
	117 processos de contraordenação
	267 processos de queixa
	2132 processos urbanísticos
Pareceres sobre a viabilidade dos destaques de parcela	49 pareceres de destaque de parcela
Atribuição de números de porta	753 novos números de porta atribuídos
	1328 números de porta verificados/retificados
Elaboração de certidões de toponímia e números de porta e de certidões de correspondência de morada;	310 pedidos de certidão geográfica-administrativa
Informações técnicas de toponímia, números de porta, instalação de farmácias e outras informações técnicas geográficas	132 pedidos de certidão geográfica
	285 pareceres geográficos emitidos
	139 notificações ao requerente/técnico
	198 certidões geográficas emitidas

Dentro desta atividade é feita a inserção no SIG dos estudos de alinhamentos aprovados, com a respetiva publicação na plataforma MIRANTE e disponibilização dessa informação no portal cm-feira.pt para consulta pelos interessados. Durante o ano de 2021, foram inseridos 99 estudos de alinhamentos na plataforma.

É também realizada a transformação e integração dos levantamentos topográficos na cartografia, atualizando sistematicamente a mesma e permitindo que a base cartográfica utilizada pelos serviços continue relativamente atualizada em algumas temáticas importantes, embora já seja de 2004.

- BUIPI – Balcão Único do Prédio

O Balcão Único do Prédio (BUIPI) foi inaugurado no município de Santa Maria da Feira a 12/07/2021 e funciona como um atendimento técnico de mediação, efetuado por uma equipa do GIG. Este balcão BUIPI foi alvo de uma candidatura ao programa NORTE 2020 – “Capacitação dos Serviços da administração pública para a implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado”. Durante o ano de 2021 foram realizados os seguintes atendimentos e registos georreferenciados (RGG):

RGG's	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Matrizes Privadas	44	206	82	104	121	99	656
Matrizes Município	9	59	11	1	12	8	100

- Portal de informação geográfica MIRANTE

O portal de informação geográfica MIRANTE teve como principais missões durante o ano de 2021:



- A manutenção e gestão das bases de dados do MIRANTE (SQL Server e Oracle) e respetiva gestão de permissões e utilizadores;
- A formação e apoio a todos os utilizadores da plataforma MIRANTE;
- Criação e/ou alteração de workflows internos para apoio às diversas áreas de atuação dos serviços;
- Criação de mapas no Mirante e/ou publicação de informação temática;
- Implementação de modelos de dados, nacionais e municipais, nas bases de dados.
- Inserção/atualização das novas condicionantes que afetam o território após PDM;
- Publicação de alterações ao PDM na plataforma MIRANTE, nas vertentes internet e intranet;
- Georreferenciação dos terrenos e edifícios do património municipal com associação da informação dos mesmos e disponibilização;
- Georreferenciação dos compromissos e transações sobre terrenos e edifícios assumidos pelo Município através de contratos, deliberações de câmara, protocolos com associação da informação desses processos;
- Inserção dos projetos de percursos pedestres e ciclovias, previstos ou existentes;
- Atualização sistemática da informação externa das redes de infraestruturas concessionadas: água, saneamento, gás, elétrica, gasoduto, ferroviária, telefónica, telecomunicações;
- Inserção e atualização da rede de águas pluviais, projetada e executada;
- Georreferenciação de zonas industriais, lotes ocupados e disponíveis, indústrias existentes;
- Criação e manutenção da informação dos subtemas Serviços Online – Informação Geográfica, BUPI – Balcão Único de Prédio e Indicadores Estatísticos existentes no tema Território no site [www.cm-feira.pt](http://www.cm-feira.pt).

### **Comissão de Toponímia**

Durante o ano de 2021 foi produzido o documento “Critérios de atribuição de toponímia e números de polícia para o concelho de Santa Maria da Feira”, que pretendeu disciplinar os procedimentos de atribuição e/ou alteração de topónimos e números de polícia, uniformizando os critérios a adotar e facilitando a compreensão dos mesmos por





todos os interessados. Este documento foi aprovado em reunião ordinária de câmara municipal de 14/06/2021.

No contexto da comissão de toponímia, é realizada no GIG toda a gestão dos procedimentos administrativos de atribuição de novos nomes de rua (topónimos) ou alteração de existentes. Estes procedimentos incluem o pedido de propostas de topónimos às juntas de freguesia, a análise de eventuais incompatibilidades nos topónimos propostos por aquelas, a compilação de informação para apresentação nas reuniões de comissão de toponímia e a realização de atas destas, para posterior envio à Câmara para aprovação.

No ano de 2021 foram aprovados/retificados os seguintes topónimos:

Topónimo	Freguesia/União de Freguesias
Vieira da Ponte da Póvoa	UF Canedo, vale e Vila Maior (Canedo)
Vieira de Nossa Senhora do Amparo	UF Canedo, vale e Vila Maior (Canedo)
Travessa da Relva	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua Padre Albano Paiva Alferes	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Travessa José Luis Bastos	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua do Túnel dos Passionistas	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua do Túnel de Picalhos	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua Bairro da Misericórdia	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Travessa das Justas	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Beco da Portela	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua Cova da Bicha	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua do Lambro	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua do Pederneiro	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)
Rua António de Sousa Pedrosa	S. João de Ver e Lourosa
Travessa do Eixo das Cortiças	S. João de Ver e Lourosa
Largo José Manuel Oliveira	Lourosa
Beco da Rua do Cantinho da Mata	Rio Meão e Santa Maria de Lamas
Beco da Rua Nova de Moure	Santa Maria de Lamas
Vieira da Relva da Mata	Santa Maria de Lamas
Rua Canto do Convento	UF Lobão, Gião, Louredo e Guisande (Louredo)
Retificação de Beco da Portela para Vieira da Portela	UF Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (Sta. Maria da Feira)

Além destas tarefas, é ainda feita a interligação com os CTT para atribuição de códigos postais e são dadas informações à Indaqua-Feira com verificação de números de polícia para celebração de novos contratos.



**AMBIENTE,  
JARDINS E ESPAÇOS VERDES,  
PAISAGEM URBANA E DESPORTO**

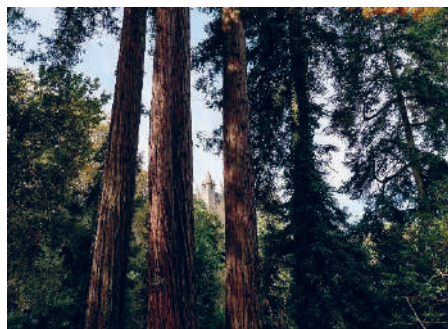


## Divisão de Jardins e Espaços Verdes

Durante o ano de 2021, realizamos trabalhos de manutenção dos espaços verdes da Cidade de Santa Maria da Feira, incluídos cortes de prados e relvados. Executou-se a restauração dos relvados, com recurso a escarificações e ressementeiras e adubações em todos os espaços verdes no início da Primavera (março/abril) e início de outubro, assim como a execução de canteiros floridos e floreiras localizadas em toda a cidade.

Foi realizado o restauro dos relvados da Quinta do Castelo e dos jardins da biblioteca e Rua Dr. Roberto Vaz. Fizemos a reposição dos canteiros de herbáceas nos espaços verdes da Quinta do Castelo, do antigo tribunal e Avenida Sá Carneiro e zonas envolventes.

Efetuamos podas de redução de copa em árvores localizadas em todos os arruamentos da cidade.



Substituímos árvores que apresentavam sintomas de envelhecimento progressivo e consequente risco de queda, por outras novas.

Foram realizados diversos trabalhos por todo o Concelho, dos quais destacamos:

- Na Praia Fluvial de Mamoá, manutenção e restauro dos espaços verdes, durante todo o ano, preparação da albufeira para época balneária com desassoreamento, limpeza e colocação de areia do rio;
- Gestão do projeto do concurso de aquisição de serviços “Realização de ações e trabalhos de controlo de vegetação e gestão de combustível”, onde foi realizado o corte de vegetação em 150 hectares de terrenos;
- Manutenção de todos os espaços verdes no Parque do Murado e Escola do Sobral, em Mozelos;
- Manutenção do Monumento ao Espírito Feirense e Urbanização do Areal em S.J.de Ver;
- Manutenção dos espaços verdes nos Empreendimentos de Habitação Social pertença do Município;



- Manutenção dos espaços verdes no empreendimento de Habitação Jovem em Fornos;
- Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante PEC (São João de Ver, Lourosa);
- Corte de vegetação e limpeza na Via Estruturante (Espargo/Paços de Brandão);
- Projeto e execução de duas rotundas, junto ao Hospital S. Sebastião (Santa Maria da Feira);
- Projeto e execução dos espaços verdes no empreendimento habitacional de Picalhos, numa área de cerca de 14.000 m<sup>2</sup>;
- Podas de árvores em diversas freguesias, nomeadamente, em arruamentos e arraiais;
- Realizamos podas de árvores em edifícios escolares;
- Elaboramos o caderno de encargos do concurso sobre o fornecimento de relva artificial (do qual, fomos nomeados gestores do contrato);
- Elaboramos o caderno de encargos do concurso internacional sobre a manutenção dos espaços verdes em toda a cidade-sede do concelho;
- Elaboramos o caderno de encargos para a aquisição de serviços “Limpeza, higiene e desinfeção nas instalações sanitárias municipais da cidade de Santa Maria da Feira”.
- Elaboramos o caderno de encargos para aquisição de diversos equipamentos para cortes de relvados;
- Efetuamos a limpeza manual do rio Caster e todas as áreas pertencentes ao Município;
- Apoio em várias intervenções efetuadas nos passadiços do Uíma;
- Efetuamos a limpeza de vários terrenos para levantamento topográfico (Divisão de Cartografia).
- Apoio á proteção civil, sempre que ocorreram situações de intempérie, em que ventos fortes deitaram árvores abaixo e desassoreamento de sarjeta;
- Assegurou-se o normal funcionamento do Cemitério Municipal, incluindo todas as inumações e transladações registadas e fizemos o acompanhamento de obras de emparadamento de sepulturas;
- Cuidamos dos Sanitários do Castelo e do Rossio, assegurando-se a sua limpeza, abertura e fecho;
- Efetuamos a recolha de monstros, duas vezes por mês, em todo o concelho;
- Efetuamos a limpeza e recolha a destino final de todas as montureiras existentes no concelho, sob orientação da Divisão de Serviços Urbanos;
- Serviço de recolha e transporte a destino final de pneus usados;

- Colaboração com o Gabinete do Canil Municipal (Veterinário) efetuamos a recolha e transporte para o Canil Intermunicipal de canídeos.



A Divisão projetou e executou novos espaços verdes, entre os quais se destacam:

- Separador de Arrifana;
- Rotunda junto ao cemitério de Arrifana;
- Rotunda do alto de Arrifana (EN 223);
- Rotundas em Lourosa;
- Rotundas junto ao Hospital;
- Rotunda em Mozelos;
- Rotunda Das Duas Igrejas, em Romariz;
- Rotunda do Chapa, em Romariz;
- Rotunda em Santa Maria de Lamas;
- Rotunda do Arcas, em Escapães.



Foi realizado diariamente (incluindo fins de semana) várias ordens de serviço para transporte, montagem e desmontagem de equipamentos escolares, desportivos, eventos culturais e outros materiais, para todos os eventos programados pelos diferentes pelouros e coletividades do Município.



## **Divisão de Serviços Urbanos**

À Divisão de Serviços Urbanos, compete promover, no âmbito das suas atribuições e em articulação com os restantes serviços municipais, a gestão eficaz, económica e eficiente dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Urbanos, no Concelho, de modo a assegurar a sustentabilidade e qualidade ambiental do território, essenciais para promover a saúde pública e a qualidade de vida da população.

As principais funções da DSU consistem em assegurar a adequada gestão dos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais, em articulação com as Concessionárias, Indaqua Feira, S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. e com a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM), através do acompanhamento dos correspondentes contratos, nas suas múltiplas abrangências, e a fiscalização do seu cumprimento, bem como garantir a salubridade dos espaços públicos do concelho, prestando serviços essenciais como a recolha dos resíduos e a limpeza urbana, para que cada um que cá habita, trabalha ou visita se sinta bem com o que vê e com o que sente.

Assim, ao nível do abastecimento de água, do saneamento e da recolha de resíduos urbanos, foi prestado todo o apoio aos munícipes, nomeadamente, no que se refere a pedidos e/ou necessidades de execução de extensões de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas, informação sobre questões relacionadas com os diferentes serviços, incluindo o tratamento e resposta a reclamações e atualização, no portal municipal, dos conteúdos informativos, na parte correspondente à área de atuação da Unidade Orgânica.

Além disso, constituiu um dos objetivos principais a deteção de problemas relacionados com o uso indevido da rede pluvial onde, através de ligações ilícitas, afluem águas residuais desviando-as assim do seu adequado encaminhamento.

No que se refere à gestão dos resíduos urbanos no concelho, competência do Município, deu-se, durante o ano 2021, continuidade a todo um conjunto de atividades correntes e que desempenham um papel de grande relevância na gestão municipal, no apoio às Juntas de Freguesia e na prestação de serviços aos munícipes, das quais se salientam:

Gestão do serviço de recolha, encaminhamento e tratamento de RU e limpeza urbana:



Contempla a gestão, acompanhamento, fiscalização e otimização do serviço de recolha de resíduos urbanos e limpeza de espaços públicos que abrange a recolha indiferenciada de resíduos urbanos (RU), realizada com recurso a contratação externa (SUMA, S.A.), a recolha seletiva de resíduos de embalagens (vidro, plástico, papel/cartão), através de ecopontos, ecocentros e recolha porta-a-porta, assegurada pela empresa Suldouro, S.A., a recolha de óleos alimentares usados, realizada pela empresa Portary, S.A., a recolha de objetos volumosos, executada pelo município e/ou pelas Juntas/União de Freguesia e, futuramente, a gestão de biorresíduos (em fase de implementação). Inclui, de igual modo, o acompanhamento dos contratos na vertente financeira.

Garantiu-se o acompanhamento dos serviços prestados pela empresa SUMA, S.A., ao nível da recolha indiferenciada de resíduos urbanos e da limpeza urbana na Cidade sede de concelho, correspondente a uma produção de resíduos indiferenciados no concelho, em 2021, de 45 532 toneladas, ou seja um valor médio de capitação de 333 Kg/hab/ano (0,91 Kg/hab/dia). Apesar de ter havido uma diminuição dos resíduos indiferenciados recolhidos, a capitação aumentou ligeiramente devido ao facto de o número de habitantes, no concelho, ter diminuído para 136 715 (dados provisórios censos 2021).

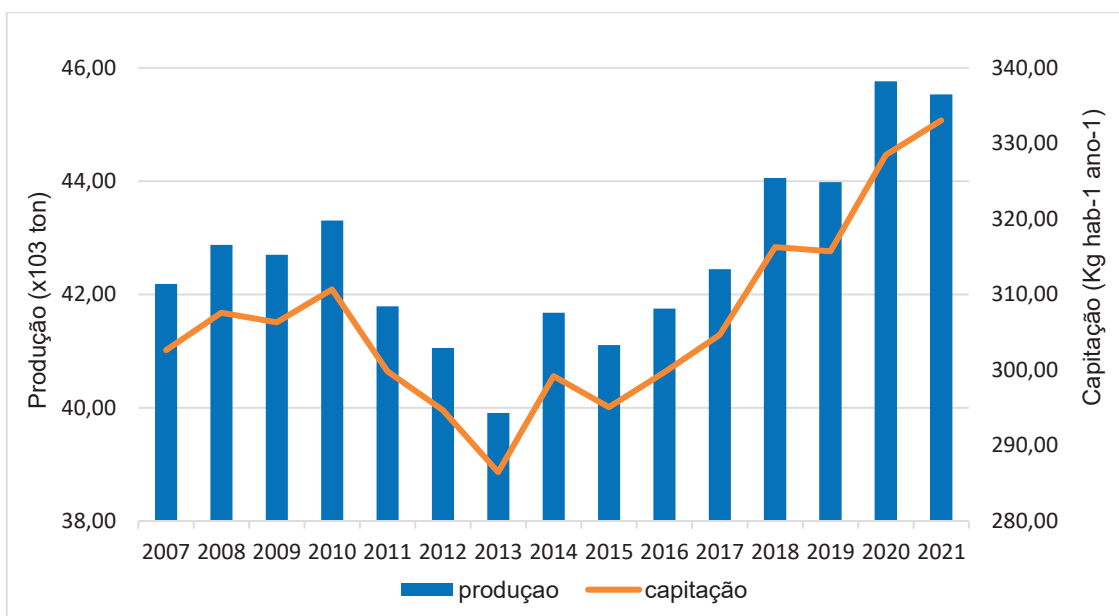


Gráfico 1: Evolução da produção e da capitação de RU indiferenciados no Concelho entre 2007 e 2021.

No âmbito do serviço de limpeza urbana, que contempla a varredura, manual e mecânica, a lavagem de arruamentos, a limpeza e corte da vegetação de bermas e

valetas e a lavagem manutenção e desinfeção de papeleiras, foi feito o acompanhamento regular e a fiscalização das obrigações a cargo da empresa contratada, SUMA, S.A.

Em particular, no que se refere à exterminação da vegetação daninha, verificou-se que apenas com a utilização de meios mecânicos, devido à recomendação para o “Abandono progressivo do uso de herbicida”, aprovada em Assembleia Municipal, em 23-05-2019 e, conseqüente, decisão, por parte do Município, de suspender a utilização de herbicidas, à base de glifosato - apesar de permitido pela DGAV, não é possível assegurar-se eficazmente o controlo da vegetação espontânea. Assim, em 2021, foi testada e aprovada uma nova solução, à base de substâncias naturais extraídas de plantas, para controlo de vegetação espontânea em áreas urbanas e vias de comunicação.

Similarmente, realizou-se o acompanhamento dos serviços assegurados pela Suldouro, S.A., enquanto responsável pela deposição em aterro e/ou tratamento mecânico-biológico dos resíduos indiferenciados, bem como pela recolha dos resíduos seletivos. A este nível, a quantidade de resíduos recicláveis trifluxe atingiu, em 2021, o valor de 9 194 toneladas, que corresponde a um valor médio per capita de 67 Kg/hab/ano, aproximadamente, mais 8% que no ano anterior.

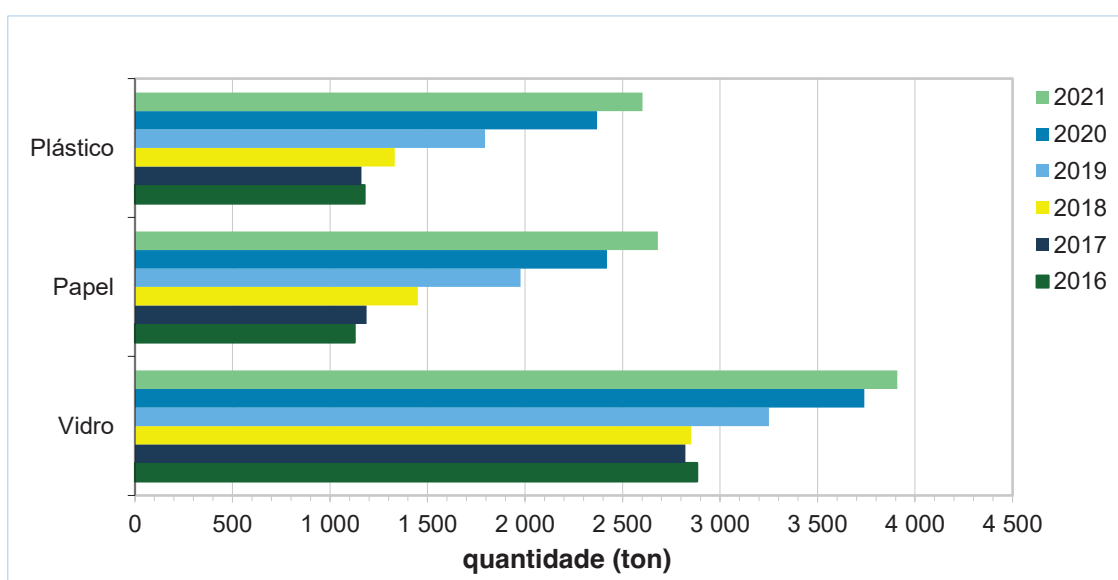


Gráfico 2: Evolução da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos por material.

Foram, ainda, em 2021, recolhidos seletivamente, nos ecocentros de Souto, Lobão e Gestal, 2 641 ton de materiais, havendo uma diminuição de 21% em relação ao ano

anterior, continuando a ser os de maior incidência os resíduos volumosos não metálicos, os de construção e demolição (RCD's) e os verdes.

Conjuntamente, no que se refere à recolha seletiva, foi assegurado o acompanhamento do serviço de recolha de óleos alimentares usados (OAU), iniciado em 2009 e com uma rede de 30 oleões disponibilizados na via pública para o efeito, operado pela empresa Portary, S.A..

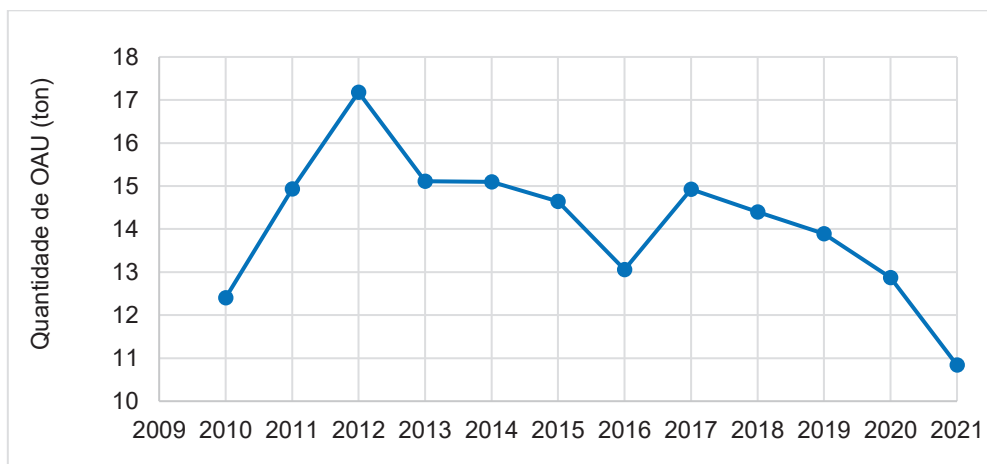


Gráfico 3: Quantidade de OAU recolhida desde 2010.

Quanto à recolha seletiva de biorresíduos que, no âmbito do novo Regime Geral da Gestão de Resíduos, será, a partir de 2023, obrigatória e de responsabilidade municipal, foi realizado o procedimento para aquisição de viaturas pesadas para a recolha de biorresíduos, relativo à operação POSEUR-03-1911-FC-000307 para “Recolha Seletiva Porta-a-Porta de Biorresíduos no concelho de Santa Maria da Feira”.

Foi, também, orientado o serviço de recolha de monstros (resíduos volumosos domésticos) efetuado pelos serviços do Município nas freguesias de Arrifana, Milheirós de Poiares, Romariz, União de freguesia de Caldas de S. Jorge e Pigeiros e, temporariamente, na freguesia de Mozelos. Apesar da redução da área de ação do Município, houve um aumento de pedidos, o que forçou os serviços a aumentar a frequência de recolha para duas vezes por mês (primeira e terceira quarta-feira).

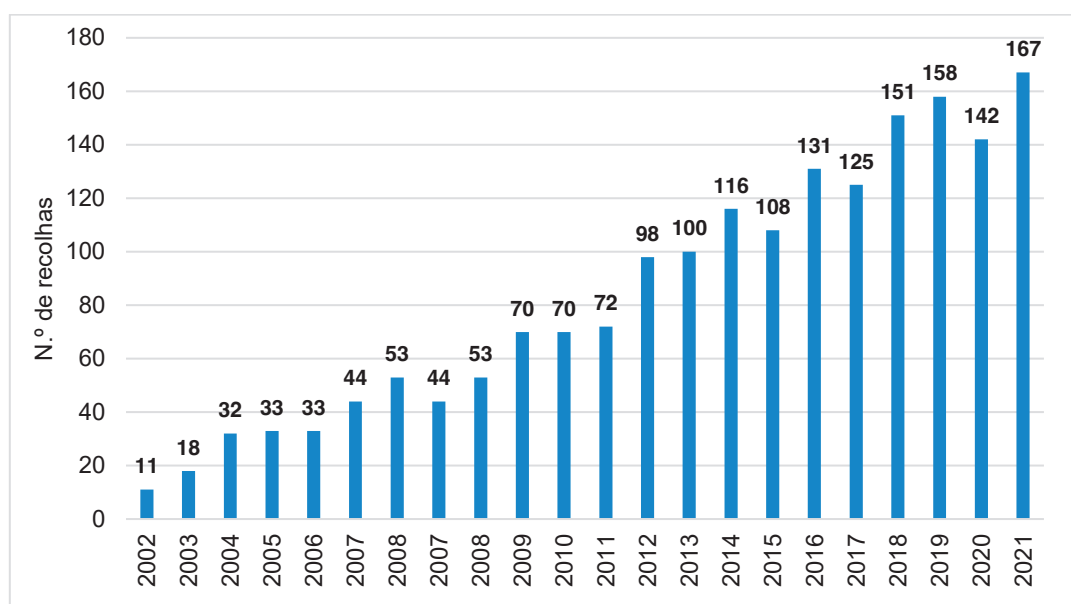


Gráfico 4: Número de pedidos de recolha de monstros atendidos pelo município, por ano.

De igual modo, supervisionou-se a gestão dos resíduos produzidos nos edifícios e nos vários serviços do município, nomeadamente, os provenientes da oficina, dos vários gabinetes (papel/cartão e embalagens de plástico e metal), resíduos hospitalares provenientes do gabinete médico e do veterinário, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e resíduos provenientes de limpeza de montureiras.

Em adição à recolha, já existente, de resíduos hospitalares provenientes dos edifícios municipais, o Município, em julho de 2021, iniciou um projeto de recolha de resíduos corto-perfurantes produzidos em autocuidados (injetáveis), na Farmácia Sousa, localizada na zona da Cruz, Cidade de Santa Maria da Feira. Esta recolha tem como objetivo promover e facilitar o encaminhamento deste tipo de resíduos por parte dos munícipes, disponibilizando pontos de recolha em locais acessíveis, nomeadamente nas farmácias.

### Educação e Sensibilização

No que concerne à Educação e Sensibilização, ligadas à temática dos resíduos, o Município desenvolveu no âmbito da prestação de serviços, a cargo da empresa SUMA, S.A., as campanhas “Ponta do Iceberg” e “Pedigree”.

A campanha de educação ambiental intitulada de “Ponta do Iceberg”, em 2021, comportou dois momentos de animação distintos, mas ambos com o objetivo de

sensibilizar o público alvo para a preferência do uso de objetos reutilizáveis em detrimento de suportes descartáveis. O primeiro momento, integrado na Semana Europeia da Prevenção de Resíduos, junto dos colaboradores da autarquia, consistiu na distribuição de cantis como apelo ao uso dos dispensadores de água espalhados pelos edifícios municipais. O segundo momento, dirigido à população em geral, contemplou a distribuição de sacos de compras reutilizáveis, em 6 feiras do concelho (Feira dos Quatro, em Arrifana, Feira Semanal de Lourosa, Feira Semanal de Santa Maria de Lamas, Feira Semanal de Paços de Brandão, Feira Semanal de Canedo e Feira dos 20 e do Mel, em Santa Maria da Feira).

A campanha “Pedigree” pretendeu alertar os donos de caninos para a sua implicação na limpeza dos espaços públicos através da adoção de procedimentos de remoção e acondicionamento dos dejetos do seu animal de estimação. Para o efeito, foram afixados 27 dispensadores de sacos junto a vários espaços verdes da cidade-sede e placas informativas. Contemplou, também, uma ação de distribuição massiva de folhetos informativos em vários pontos da cidade, animada por três mascotes – o “Fedor” (dejeito canino), o “Pumba” (cão) e o “Dono” – visando uma intervenção pedagógica dirigida aos transeuntes e a realização de um protesto pacífico junto dos donos dos animais de companhia.



### **Compostagem doméstica**

Deu-se continuidade à gestão do projeto de compostagem doméstica, que tem como principais objetivos a promoção da redução de matéria orgânica a enviar para aterro e o aumento da consciencialização ambiental da população, com grande adesão, mas que, devido à situação pandémica, impossibilitou a realização das necessárias ações de sensibilização, previamente à entrega de compostores, tendo sido realizadas apenas duas sessões, dirigidas a um total de 26 participantes.



## Registo, Tratamento e Reporte de Informação

Foi assegurada a avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, pelo município, enquanto entidade gestora dos serviços de gestão de resíduos urbanos, em baixa, através da recolha e compilação de toda a informação necessária ao reporte anual, em prazos estabelecidos, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), de um conjunto de dados internos relativos à própria entidade gestora e ao sistema que opera (indicadores de desempenho).

Deu-se cumprimento às obrigações legais do Município no que se refere à recolha de toda a informação necessária e cumprimento de prazos estabelecidos pela APA, com vista ao preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR).

Procedeu-se, também, ao registo, tratamento e resposta das reclamações e pedido de informações provenientes dos munícipes, Juntas/Uniãos de Freguesia e outras entidades.

## Fiscalização

No que concerne à fiscalização foram realizadas, no concelho, diversas ações inspetivas e elaborados os respetivos autos de notícia, sempre que denunciado pelas Juntas de Freguesias, pelos munícipes e/ou quando detetadas ocorrências no serviço.



Divisão do Ambiente

Gestão do Parque das Ribeiras do

Uíma

O Parque das Ribeiras do Uíma (PRU) é, desde 2014 um ponto de interesse paisagístico, ambiental e de lazer, situado nas freguesias de Fiães e Lobão, nas

margens do Rio Uíma. Em 2021 foi dada continuidade aos trabalhos de manutenção, destacando-se os seguintes aspetos:

- a) Manutenção da vegetação ribeirinha: corte seletivo de vegetação; manutenção de técnicas de engenharia natural; plantação de árvores e arbustos autóctones (105 unidades); remoção de resíduos do leito do rio; limpeza de vegetação das faixas de envolvente aos passadiços, parques de estacionamento, parque geriátrico e galeria ripícola;
- b) Controlo de espécies invasoras: foi desenvolvido um trabalho de contenção da dispersão de algumas espécies que têm tido um significativo impacto ecológico e visual negativo no parque, nomeadamente a erva-das-pampas (*Cortaderia selloana*), a trepadeira pepino-estrelado (*Sicyos angulatus*) e a erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*), sendo esta última, neste momento, a espécie invasora de maior dispersão no PRU. Com menor cobertura aparece a herbácea perene tintureira (*Phytolacca americana*) e a planta anual erva-rapa (*Bidens frondosa*). Em 2021 foram detetadas duas novas espécies exóticas, com focos pontuais, mas a necessitar de intervenção, azedas (*Oxalis pes-caprae*) e erva-dos-burros (*Oenothera glazioviana*).
- c) Monitorização e prospeção das comunidades florísticas: foram identificadas, na área do PRU, duas novas espécies de flora exótica, atrás mencionadas, *Oxalis pes-caprae* e *Oenothera glazioviana* e duas espécies de autóctones, entre as quais uma espécie rara flor-de-cuco (*Lychnis flos-cuculi*) e uma composta com elevada expansão (*Artium minus*).
- d) Monitorização da ictiofauna presente num troço do rio Uíma: em setembro de 2021 realizou-se a 2ª campanha de amostragem de pesca elétrica (a 1ª tinha sido realizada em setembro de 2019), por uma equipa especializada da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Nesta 2ª campanha (2021), os resultados foram consideravelmente melhores, do ponto de vista ecológico, uma vez que se verificou o aparecimento da Enguia (*Anguilla anguilla*), com estatuto de conservação Em Perigo (Livro Vermelho dos Vertebrados, 2006), o Ruivaco (*Achondrostoma oligolepis*) e a Truta-do-rio (*Salmo trutta*) com uma proporção de cerca de 60%. Surge também o Góbio (*Gobio lozanoi*), espécie invasora, que deixou de ser dominante (cerca de 15% da amostragem), comparativamente com a 1ª campanha.



## Gestão da Praia Fluvial da Mâmoa

A Praia Fluvial da Mâmoa, situada na bacia hidrográfica do Rio Úl, com uma área de cerca de dois hectares, foi designada como água balnear, pela primeira vez, no verão de 2013. Desde 2017 tem sido classificada, em termos de qualidade da água, como excelente.

Inserida no âmbito da reabilitação das zonas ribeirinhas e criação de espaços públicos de lazer em estreita ligação com a natureza, esta praia disponibiliza aos utilizadores todas as infraestruturas necessárias.

Em 2020 foi galardoada pela primeira vez com a Bandeira Azul, símbolo de qualidade que distingue a Praia Fluvial da Mâmoa pela obtenção dos padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, os serviços e a segurança, tornando possível a coexistência do desenvolvimento local com o respeito pelo ambiente.

Durante a época balnear, definida no período de 1 de julho a 31 de agosto, foram realizadas análises à água, de 15 em 15 dias, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Os resultados são disponibilizados através de informação afixada nos painéis informativos da praia, no site do Município e na aplicação da APA, Info Praia.

A época balnear de 2021, face ao contexto da pandemia Covid-19, manteve todas as regras da época anterior no que se refere à circulação nos acessos à praia, às instalações balneares e à ocupação da área de uso balnear, de forma a respeitar o distanciamento físico recomendado.

“Recuperação de Ecossistemas” foi o tema que o Programa Bandeira Azul escolheu para este ano, alinhado com a Assembleia Geral das Nações Unidas que declarou 2021 – 2030 como a “Década das Nações Unidas para a Recuperação dos Ecossistemas”. Neste âmbito foram desenvolvidas várias atividades, com o objetivo de sensibilizar para o valor da biodiversidade, reconhecendo a importância da recuperação de







ecossistemas e da preservação de espaços naturais. As atividades de educação ambiental realizadas na praia tiveram a parceria do Zoo de Lourosa.

De salientar ainda que o Programa Bandeira Azul efetuou 6 visitas à Praia Fluvial da Mâmoa, durante a época balnear, tendo verificado o “cumprimento generalizado dos critérios” em todas as visitas, não tendo havido reporte de nenhuma ocorrência.

### **Gestão da Mata do Castelo**

No âmbito da gestão da Mata do Castelo, foi dada continuidade ao trabalho de reflorestação e criação de floresta nativa, iniciado em 2016, com principal enfoque na manutenção e controlo de plantas invasoras nas parcelas já intervencionadas, bem como na preparação de uma nova parcela que será objeto de plantação em 2022.

### **Projeto Biodesafios**

A proteção da biodiversidade é cada vez mais um desafio e uma obrigação de todos e a responsabilidade acrescida da autarquia nesta área motivou o desenvolvimento deste projeto que tem como objetivo estimular a população para o exercício do olhar crítico e da atenção sobre a natureza, promovendo momentos de consciencialização da responsabilidade individual e coletiva, sobre as vulnerabilidades dos ecossistemas naturais, através de quatro pilares fundamentais - conhecer, refletir, agir, experienciar.

#### **a) Nós e a Biodiversidade**

No Dia Internacional da Biodiversidade, a Câmara de Santa Maria da Feira e a Fundação de Serralves lançaram o projeto ‘Nós e a Biodiversidade’, que convidou a sociedade para a reflexão e o diálogo sobre a importância da biodiversidade e a sua relação com a ação humana. Este projeto integrado, constituído por 5 momentos, 5 temáticas, 5 conversas, realizadas entre os meses de maio e novembro, procurou envolver os cidadãos na problemática da perda da biodiversidade e o seu impacto na saúde e qualidade de vida.

- Nós e as Árvores: centrado na importância das árvores no equilíbrio dos ecossistemas (25 de maio);
- Nós e a Água: teve como objetivo abordar a importância da água para a sobrevivência das espécies do Planeta (15 de junho);
- Nós e as Aromáticas: teve como objetivo abordar a importância das plantas aromáticas e medicinais na biodiversidade e saúde humana (14 de setembro);
- Nós e os Jardins: teve como objetivo abordar a importância dos jardins urbanos na biodiversidade e qualidade de vida (12 de outubro);



- Nós e os polinizadores: teve como principal objetivo abordar a importância dos polinizadores, um serviço de ecossistemas invisível, mas vital para a promoção da biodiversidade, saúde e bem-estar (16 de novembro).

#### **b) Guardiões do Castelo**

Percorrer os caminhos que rodeiam o Castelo da Feira e desfrutar da sua beleza é o desafio do percurso interpretativo “Guardiões do Castelo”. Esta experiência possibilita uma maior compreensão sobre as espécies arbóreas e arbustivas existentes na Mata das Guimbras e na Quinta do Castelo, dois espaços com características distintas, mas ambos sedutores do ponto de vista da diversidade da sua flora e do bem-estar que proporcionam. Este percurso interpretativo, de cerca de 3 km, foi criado recorrendo à instalação de 50 placas identificativas das espécies arbóreas e arbustivas, onde o acesso a informação mais completa pode ser acedida através de um código QR aí disponível.

Em 2021 foram realizadas 8 visitas guiadas às Guardiões do Castelo (4 na primavera e 4 no outono). Conhecer, observar e refletir, para sermos capazes de cuidar e respeitar, foi o mote deste desafio. Nestas visitas, os 200 participantes, 50 dos quais jovens e crianças, percorreram alguns dos caminhos das Guimbras e Quinta do Castelo, onde se encontraram com as árvores mais emblemáticas ali existentes.

#### **c) Hora do Planeta**

Em 2021 e pelo oitavo ano consecutivo, Santa Maria da Feira associou-se à Hora do Planeta, que teve como tema ‘Água e Alterações Climáticas’, apelando a todos para se ‘Ligarem ao Planeta’, mostrando o seu compromisso ao apagam as luzes durante uma hora, entre as 20h30 e as 21h30, do dia 27 de março. Nesta edição, a Câmara Municipal quis reforçar junto da população a urgência de refletir e agir em prol da sustentabilidade dos recursos naturais. Como reforço desta mensagem, a Autarquia repôs, ao longo da semana, nas redes sociais, os vídeos promocionais de embaixadores feirenses de edições anteriores. No dia 27 de março, o apelo à população de todo o concelho manteve-se: apagar as luzes durante uma hora, das 20h30 às 21h30, numa demonstração de compromisso para com o nosso planeta.

### **Gestão de linhas de água**

Ao nível da gestão das linhas de água do concelho, em 2021 foi dado seguimento ao trabalho, iniciado em 2019, de cooperação e ação concertada entre as várias entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos: Agência Portuguesa do Ambiente



(APA), GNR e Município. Assim, todas as reclamações recebidas, bem como as descargas ilegais de efluentes industriais para as linhas de água detetadas, foram de imediato comunicadas à GNR, que contou também com a colaboração das Juntas de Freguesia e Indáqua Feira, no sentido de identificar os prevaricadores, para posterior encaminhamento dos processos para a APA. Foram também realizadas vistorias conjuntas a unidades industriais onde existiam suspeitas de ocorrência de descargas ilegais de efluentes industriais para as linhas de água.

No âmbito da sensibilização e formação, foi implementado o projeto “Valorizar o rio Uíma, Património Natural e Ecossistemas”, resultado de uma candidatura ao Fundo Ambiental e que incluiu um conjunto de 17 ações com as seguintes tipologias: Participação ativa do público; Formação e capacitação; Sensibilização ambiental; Participação passiva do público.

### **Adaptação às Alterações Climáticas**

No âmbito da parceria de colaboração com a Energaia, começou a ser desenvolvido o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC), documento-chave em que o Município define as ações concretas para atingir a meta de redução de pelo menos 40% nas emissões de CO<sub>2</sub> até 2030, melhorar a resistência aos impactos das alterações climáticas e reforçar a cooperação com autoridades locais e regionais, para melhorar o acesso a energia segura, sustentável e acessível.

Após o envolvimento de uma equipa de trabalho multidisciplinar transversal a toda a câmara, foram definidas as linhas gerais de ação a integrar o futuro Plano de Ação.

### **Outras ações realizadas**

No âmbito da análise técnica de processos e fiscalização, destacam-se trabalhos realizados nas seguintes áreas: gestão de veículos em fim de vida; licença especial de ruído; descargas ilegais de efluentes industriais nas linhas de água.

A Divisão do Ambiente colaborou, ao longo do ano com diversos serviços internos e externos, desenvolvendo e enriquecendo as diversas iniciativas com os seus contributos técnicos, nomeadamente:

- Acompanhamento das reuniões e visitas técnicas, a unidades industriais, com o objetivo de averiguar o desempenho ambiental da instalação.



- Participação no projeto do CrePorto, “A natureza é a melhor sala de aula”, em colaboração com o Pelouro da Educação.
- Informação e esclarecimento de Juntas de Freguesia e munícipes relativamente às regras a adotar na limpeza de linhas de água.
- Participação no projeto Active Citizens, Urbact.
- Colaboração com a Divisão de Serviços Urbanos, prestando apoio técnico nas seguintes áreas: tratamento de dados para o preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR); preparação da informação técnica e reporte anual, à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de conjunto de dados (indicadores) para a avaliação do serviço de gestão de resíduos urbanos.
- Colaboração no projeto Emanguluko, com a partilha do projeto “Plantar o Futuro” (sessão realizada via zoom, em 08/04/2021).
- Colaboração com o Gabinete da Juventude na participação na Web Summit “SOS Planeta!” (15/04/2021), organizada pela turma do 9.º ano da Escola Básica e Secundária de Arrifana, Santa Maria da Feira, no âmbito da temática “Alterações Climáticas”.
- Colaboração na elaboração de candidaturas aos programas REACT e Fundo Ambiental.

## **Divisão de Desporto**

Tomando por base os Eixos de intervenção previstos no Plano de Atividades:

Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva

Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos

Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

Eixo IV – Apoio à Organização de Atividades Desportivas

E apesar do momento pandémico que continuou a assolar o país no ano de 2021, ainda assim foram diversas as concretizações (alguns eventos desportivos, requalificações de equipamentos, documentos e ações estratégicas) encetadas pelo Gabinete de Desporto no último ano.

### **Eixo I – Aumentar a Prática e a Cultura Desportiva**

#### **Desporto Fazemos Bem**



Por mais um ano, o Município colocou em prática todas as démarches (reunião com os clubes para definição do calendário anual, elaboração de material promocional, apresentação), para a realização dos programas: Runforfeira, Eventos de BTT, Cicloturismo, que pretendem relevar a importância do exercício físico e fomentar a prática do mesmo, seja ele de carácter formal ou informal.

No desenvolvimento destes programas deu-se continuidade às parcerias com as instituições locais: Juntas de Freguesia, Associações e Clubes, tendo a autarquia colocado à disposição a execução, o planeamento, a coordenação, bem como a comunicação, recursos humanos, e toda a logística inerente às provas/atividades. O objetivo primordial é o aumento da prática desportiva generalizada, pela população.

Por motivo da pandemia Covid'19, foram poucos os eventos que acabaram por ter lugar, em especial na janela de oportunidade após o verão.

## desporto fazemos bem

### **RunforFeira – Circuito de Trail Treinos Abertos**

Em 2021, por motivo da pandemia Covid'19, não se realizaram Treinos Abertos.

### **Runforfeira – Trail**

Em 2021, por motivo da pandemia Covid'19, não se realizaram Trails.

### **Runforfeira – Corridas**

Em 2021, por motivo da pandemia Covid'19, apenas se realizaram as seguintes provas:

- No dia 05 de Junho, o Europarque, em Santa Maria da Feira, recebeu o “Campeonato Regional de Estrada”, prova de competição para atletas federados na Associação de Atletismo de Aveiro. A zona norte do Europarque acolheu mais de 150 participantes.
- O Europarque, em Santa Maria da Feira, recebeu a corrida “Bio Run”, no dia 14 de Novembro, e proporcionou um contacto com uma paisagem maravilhosa a mais de 1000 participantes.
- No dia 04 de Dezembro, Santa Maria da Feira recebeu a “2ª S. Silvestre de Santa Maria da Feira”, uma parceria com o Clube Desportivo Feirense. A prova percorreu as ruas mais nobres da cidade e proporcionou momentos surpreendentes a mais de 1000 participantes.



- No dia 12 de Dezembro, a freguesia de Mozelos recebeu a “3ª S. Silvestre” organizada em parceria com a Juventude Atlético Mozelense. Os 9 km de prova foram percorridos por 300 participantes.

### Runforfeira – Andar a Pé

Em 2021, por motivo da pandemia Covid'19, apenas se realizaram as seguintes caminhadas:

- A “6ª Caminhada S. Martinho”, organizada em parceria com a Junta de Freguesia de Arrifana, decorreu a 14 de Novembro, e contou com cerca de 200 pessoas.

- A “Caminhada Solidária Estamos Juntos”, organizada em parceria com a Liga de Melhoramentos, decorreu em Argoncilhe no dia 05 de Dezembro, e contou com cerca de 250 pessoas.

- A “Caminhada Ambiental em Milheirós de Poiares”, organizada em parceria com a Junta de Freguesia no dia 12 de Dezembro, percorrendo os trilhos da margem do rio UI, contou com cerca de 100 pessoas.

- A “Caminhada Solidária de Natal”, organizada em parceria com a Roda Souto Team, decorreu no dia 12 de Dezembro, e contou com 100 participantes.

- A “Caminhada Solidária de Natal”, organizada em parceria com a UF Lobão, Louredo, Gião e Guisande, decorreu em Lobão no dia 19 de Dezembro, e contou com 103 participantes.



### Corridas Virtuais

2ª Corrida para a Vida – 16 de Maio

Em parceria com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Corrida para a Vida, já na segunda edição, é uma prova solidária multidisciplinar, numa vertente virtual, sendo a ideia-chave o apoio à luta contra o cancro.

Impedidas que estavam as organizações de estimular o ajuntamento de pessoas, as Corridas Virtuais acabaram





por ser a via alternativa para que algumas provas tivessem acontecido.

### **Cicloturismo**

No âmbito deste programa municipal, de planificação anual, as atividades realizadas ocorrem habitualmente maioritariamente nos meses de abril a outubro. Devido ao contexto de pandemia, durante o ano de 2021 não foram agendados passeios de bicicleta.

### **Eventos de BTT**

O BTT é uma das modalidades mais praticadas, a nível informal, no nosso concelho. Desta forma, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em parceria com várias associações do concelho, continua a promover e potenciar um conjunto de eventos organizados, uns de cariz competitivo, outros de lazer.

Devido aos constrangimentos causados pela pandemia apenas foram previamente programados 4 eventos, não tendo sido nenhum realizado.

### **Night Runners**

Trata-se de uma atividade desportiva informal realizada todas as quartas-feiras, dirigida à população em geral. Considerando a importância da realização e da oferta de atividade física informal para a população, o município tem como objetivo dar continuidade a projetos desta natureza. A cidade de Santa Maria da Feira acolhe uma média de 60 participantes todas as quartas-feiras, com concentração junto à Alameda do Tribunal.

Face à situação pandémica e às normas emanadas pela DGS, esta atividade, que havia sido suspensa em 2020, foi tendo alguns momentos de retoma, contudo não ainda plena.

Além das atividades calendarizadas e das atividades regulares/semanais para a população em geral, ao longo do ano a autarquia promoveu ainda diferentes atividades dirigidas especificamente a pessoas com deficiência, com o intuito de fomentar a integração deste público alvo. Destacam-se os projetos: Desporto com Vida, Desporto Plural e Desporto Plural nas Escolas.

### **Desporto com Vida**

A autarquia tinha planeado promover 2 atividades dirigidas para pessoas com deficiência. Com este projeto pretendia-se proporcionar novas e diferentes experiências à população alvo, bem como estimular a sua integração.

Devido aos constrangimentos causados pela pandemia, todas as atividades programadas acabaram por não se realizar.

### **Desporto Plural**

Projeto de inclusão pelo Desporto promovido pela Provedoria Municipal para os Cidadãos com Deficiência e o Gabinete de Desporto da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Futsal, ténis de mesa, boccia e natação são as modalidades que o projeto oferece aos seus participantes.



Durante o ano de 2021 o projeto esteve interrompido durante parte do ano pelas restrições impostas pelo governo e autoridades de saúde, derivadas da pandemia Covid'19.

Durante este período de interrupção do projeto foram realizados contactos permanentes com os elementos participantes no mesmo (atletas, treinadores, instituições) antevendo a sua retoma de forma adaptada e condicionada, assim o levantamento das restrições o permitisse.



Em setembro de 2021 e após diversas reuniões com todas as entidades participantes, deu-se a retoma ainda que condicionada do projeto, nas modalidades de futsal, boccia e ténis de mesa.

Nº de atletas ativos: 55

### **Desporto Plural nas Escolas**

O “Desporto Plural nas Escolas” possibilita à comunidade escolar a oportunidade de contactar com diferentes modalidades paraolímpicas e de experimentar os desafios inerentes à prática das mesmas, envolvendo-a ativamente na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Esta iniciativa decorre na semana final de cada período letivo do calendário escolar, de acordo com as inscrições realizadas pelas escolas.



De forma a adaptar o projeto às restrições impostas pela pandemia Covid'19, foi cedido o material das modalidades adaptadas aos professores/escolas interessados, para dinamização com os alunos.

## **Eixo II – Manter, Gerir, Remodelar e Construir Espaços Desportivos**

### **Pavilhões Municipais**

Ao Gabinete de Desporto cabe a gestão direta de 4 pavilhões municipais (Arrifana, Fiães, São João de Ver e Mozelos).

Estes espaços desportivos são utilizados por cerca de quatro dezenas de entidades no desenvolvimento das suas modalidades desportivas, com uma ocupação semanal plena em alguns períodos do dia (fim de tarde / noite).

Além de treinos e jogos, são ainda acolhidos diversos eventos.

Desde março de 2020 que, motivado pelo Covid'19, estes espaços foram encerrados para a prática desportiva e/ou limitados, cumprindo as diretivas nacionais, as quais foram sendo monitorizadas a cada momento, consoante existia (ou deixava de existir) autorização para a prática desportiva, atendendo aos níveis de risco de cada modalidade.



Todos os Planos de Contingência, baseados nos normativos da DGS – Direção Geral de Saúde foram sendo continuamente atualizados.

Noutra perspetiva, alguns dos pavilhões foram ajustados para dar resposta a outras necessidades no âmbito do Covid'19, dando-se como exemplo o Pavilhão Municipal de Fiães, onde foi mantido um Centro de Rastreio Covid'19.

Durante os períodos de pausa da prática desportiva foram realizadas intervenções de manutenção em todos os pavilhões.

### **Pista Municipal de Atletismo de Lourosa**

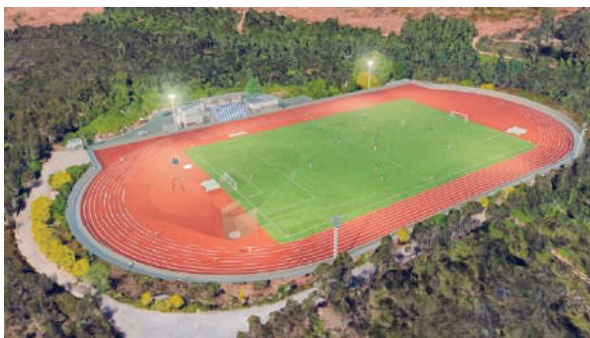
Tal como em relação aos pavilhões, foi necessário manter atualizado o plano de contingência para a Pista Municipal de Atletismo de Lourosa, elaborado em 2020, conforme os normativos da DGS – Direção Geral de Saúde.

Também aqui a monitorização técnica foi constante, sempre que se verificou a autorização de abertura por parte de Decreto do Conselho de Ministros e Normas da DGS (em alguns casos com restrições de horários, ou escalões), as Associações e Clubes tiveram a possibilidade de retomar a atividade desportiva de imediato.



### **Pista Municipal de Atletismo de Sanfins**

No âmbito da requalificação do Complexo Desportivo de Sanfins foram solicitadas à empresa que realizou o projeto de especialidades as alterações sugeridas pelo revisor do projeto, os quais se encontravam no último trimestre do ano no em fase final de execução.



### **Outros Equipamentos Desportivos**

Piscina Municipal de Canedo, Pavilhão da Casa do Povo – Fiães, Pavilhão de Lobão/Gião: equipamentos em fase de projeto e/ou de concurso, para construção e requalificação.

## Programa municipal de requalificação de polidesportivos em espaço público

Este programa teve o seu início em 2020, tendo no ano de 2021 sido totalmente requalificados 6 polidesportivos. Além destas, no final do ano mais 3 instalações desportivas encontravam-se em concurso público e 3 em fase de elaboração do procedimento de empreitada para abertura de concurso.



Todos os polidesportivos foram inseridos numa escala de requalificação dividida em 3 fases de intervenção, com critérios de priorização.

Polidesportivos requalificados:

Freguesia	Designação
Argoncilhe	Polidesportivo Liga de Melhoramentos da Vergada
Arrifana	Polidesportivo Cooperativa de Habitação de Manhouce
Mozelos	Polidesportivo Dr. Feiteira Maia
Mozelos	Polidesportivo Dr. Feiteira Maia
S. João de Ver	Polidesportivo das Caniças
Santa Maria de	Polidesportivo Auditório

Polidesportivos em concurso público:

Freguesia	Designação
Caldas S. Jorge	Polidesportivo de Arcozelo
Louredo	Polidesportivo Rua de Souto, Lugar S. Vicente
Milheirós Poiães	Polidesportivo do Parque de Lazer

Polidesportivos em fase de elaboração do procedimento de empreitada:



Freguesia	Designação
Fornos	Polidesportivo Empreendimento Jovem Encosta do Castelo
Mosteirô	Polidesportivo do Recanto
S. M. Feira	Polidesportivo Travessa S. Paulo da Cruz

### Requalificação dos parques infantis em espaço público

Durante o ano de 2021, dando continuidade ao plano de requalificação dos parques infantis em espaço público, que teve o seu início no ano de 2020, com o objetivo de garantir que estes espaços cumpram com a legislação e normas europeias em vigor, proporcionando as melhores condições para os seus utilizadores, foram requalificados diversos espaços de jogo e recreio, conforme a seguinte tabela resumo:

Dados gerais - Parques Infantis em espaço público	
Nº total de parques infantis em espaço público	48
Nº de parques infantis requalificados no ano de 2021	20
Nº de Parques infantis a concurso público para início da requalificação em 2022	2
Nº parque infantis desmantelados e/ou com indicação para desmantelar em 2021	1
Nº de parques infantis em fase de levantamento de necessidades para intervenção em 2022	15

No total foram requalificados 20 parques infantis, no valor aproximado de 392 mil euros, ao qual se acrescenta o lançamento a concurso público da requalificação do 2 parques infantis (Castelo, Santa Maria da Feira e Olivães, Nogueira da Regedoura) num investimento previsto superior a 140 mil euros.

Simultaneamente foram realizados os trabalhos de:

- Articulação com as juntas de freguesia das intervenções realizadas e a realizar nos espaços de jogo e recreio;
- Atualização dos livros de manutenção dos parques infantis de propriedade do município;
- Inspeções / manutenções periódicas e corretivas a diversos parques infantis em espaço público;

### Equipamentos de Fitness Outdoor

Durante o ano de 2021 foi identificada a necessidade da requalificação dos equipamentos de fitness outdoor em espaços públicos. Foi iniciado o levantamento dos equipamentos existentes no concelho e do seu estado geral de conservação, com o objetivo de durante o ano de 2022 se dar início a uma substituição gradual dos equipamentos identificados.

Foi ainda instalado um equipamento de “Street Workout” e 4 equipamentos de fitness outdoor, no valor total de 13 580 euros.



### Eixo III – Apoio ao Associativismo Desportivo

#### Plano de Apoio ao Desporto – PAD

##### Medida 1 - Apoio à inscrição de praticantes ou às arbitragens

Como forma de promover o aumento dos escalões de formação bem como a ampliação da oferta desportiva celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para compartilhar nos encargos com a filiação de praticantes desportivos através do pagamento das despesas efetuadas com inscrições, cartões, transferências, filiação do clube e seguro desportivo de todos os atletas masculinos dos escalões de formação e de todos os escalões femininos, bem como todas as despesas inerentes à inscrição e participação em torneios/campeonatos dos atletas com deficiência.

No caso da modalidade de basquetebol os encargos com as arbitragens, até ao escalão sénior, quando não aplicável o apoio às inscrições.



De acordo com o apoio extraordinário aprovado em Reunião Ordinária de Câmara de dia 28 de dezembro de 2020 (Medidas Extraordinárias de Apoio Sócio-Económico para fazer face à pandemia), todas as associações que apresentaram um valor menor na época de 2020/ 2021 do que o valor de atribuído referente à época 2019/ 2020, foi atribuído o valor garantido na época 2019/ 2020.

Candidaturas contempladas	41
---------------------------	----

#### Medida 2 - Apoio a programas, projetos, atividades regulares e pontuais

A medida enquadra promover o desenvolvimento de projetos ou atividades na área do desporto, designadamente: o fomento da prática desportiva nas vertentes de recreação e de rendimento, à formação de jovens atletas, ao incremento da oferta da diversidade de modalidades desportivas, bem como ao incentivo da dinâmica do movimento associativo no município na área do desporto. Apresentaram candidaturas, às atividades regulares, 15 entidades desportivas, com especial incidência nas seguintes modalidades: Basquetebol, Hóquei em Patins e Patinagem, Ciclismo, Andebol, Ténis, Voleibol, Futsal, Hóquei em campo, Artes marciais, Natação e Pólo Aquático, Ténis de Mesa e Atletismo.

Na vertente de apoio no âmbito das atividades pontuais concorreram 12 associações para realização de eventos desportivos: Treinos via-zoom – desafios diários, Torneio de Páscoa, Torneios Minivoleibol, Torneio início de época, Torneio Natal AVP – Minis A e B, femininos e masculinos e Atividade conjunto minivoleibol e Cerci-Lamas; Torneio Verão ADC Lobão; AJ Fiães – Open Days; 15º Passeio Road Book por Terras de Santa Maria; Encontros de formação de andebol; Torneio de Época; Torneio Cidade de Fiães, Torneio de Natal, Torneio Ano Novo, Torneio AVP, Dia do Mini Voleibol de Minis masculinos e femininos: A e B; Estágio com Mestre Internacional; Ação de formação/sensibilização: “Viver após Covid”; Rolamentos às Escolas; Demonstrações semanais em escolas, Torneios inter-escolas 1º e 2º ciclos, Torneio Desporto Adaptado, Torneio Desporto Adaptado não federado; Torneio Cidade de Lourosa em Atletismo; Evento “Desporto para todos”, Gala Malapeira, Palestra “a Escola e o Clube”, Palestra “Ética no Desporto”, Palestra sobre nutrição no desporto, Palestra sobre comportamento agentes desportivos e Torneio Inter-escolas de futsal.

Através da realização destes eventos foi possível aos atletas e participantes um ambiente de competição e divulgação do concelho. Pese embora a vontade expressada, a maior parte das atividades propostas não puderam ser realizadas, motivadas pelas



conjunturas sanitárias vivenciadas durante o ano de 2021, tendo por isso sido proteladas no tempo.

Candidaturas contempladas	27
---------------------------	----

#### Medida 5 - Cedência de espaços desportivos

Através desta medida visa-se a promoção da prática desportiva disponibilizando períodos de utilização das instalações desportivas municipais, escolares, associativas e particulares às entidades desportivas.

A autarquia, através da realização de contratos-programa e/ou contratos de cooperação com as entidades gestoras das instalações desportivas, cria uma bolsa de horários de utilização das instalações e disponibiliza-os às entidades interessadas para a prossecução das atividades físicas e desportivas. Disponibilizaram-se 300 horas semanais de utilização gratuita a 16 entidades desportivas.

Candidaturas contempladas	16
---------------------------	----

Medida 6 — Apoio a equipamentos desportivos / a) Aquisição de materiais não individuais, designadamente: balizas, redes, blocos de partida, ou similares

O apoio tem a natureza financeira e destinou-se a comparticipar despesas relacionadas com a aquisição de materiais não individuais. Como forma de promover melhores condições de atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que adquiriram esses equipamentos.

Candidaturas contempladas	11
---------------------------	----

Medida 6 - Apoio a equipamentos desportivos / b) Manutenção de campos de jogos de relva natural

Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a comparticipar os encargos com a manutenção se campos de jogos de relva natural. Como forma de promover e a dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas



de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem campos de jogo em relva natural.

Candidaturas contempladas	7
---------------------------	---

Medida 6 — Apoio a equipamentos desportivos / c) Manutenção de campos de jogos de relva sintética destinados à prática de futebol de 11

Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a manutenção se campos de jogos de relva sintética. Como forma de promover e a dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que possuem campos de jogo em relva natural.

Candidaturas contempladas	14
---------------------------	----

Medida 6 — Apoio a equipamentos desportivos / d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos

Este apoio tem natureza financeira e destinou-se a compartilhar os encargos com a manutenção de pavilhões gimnodesportivos. Como forma de promover e a dinamizar a prática da atividade física e desportiva, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas ou as juntas de freguesia proprietárias deste tipo de instalação desportiva ou que possuem um contrato de arrendamento e que sejam responsáveis pela sua gestão.

Candidaturas contempladas	4
---------------------------	---

Medida 7 - Apoio à construção, modernização e reabilitação de instalações desportivas b) Construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos desportivos e/ou de infraestruturas de apoio

Este apoio tem a natureza financeira e destinou-se a compartilhar nos encargos com construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos, desportivos e/ou de infraestruturas de apoio. Como forma de promover melhores condições de prática desportiva, assegurar as melhores condições de segurança para os utilizadores, fomentar a eficiência energética e promover instalações mais acessíveis, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo





para apoiar financeiramente as entidades desportivas que pretenderam realizar obras nas suas instalações desportivas.

Candidaturas contempladas	25
---------------------------	----

Medida 9 - Apoio ao apetrechamento de equipamentos de desfibrilhação automática externa e/ou de outros equipamentos médicos, fisioterapêuticos ou de socorro Apoio em espécie ou de natureza financeira e destinou-se à atribuição de um equipamento de desfibrilhação automática externa com a respetiva bolsa, sinalética, formação certificada e certidão inicial de PNDAE para as associações que ainda não possuíam este tipo de equipamento ou à atribuição de apoio financeiro às associações que já tinham adquirido este equipamento.

Como forma de promover melhores condições segurança, e assegurar as melhores condições socorro para os utilizadores, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente ou em espécie as entidades desportivas que efetuaram a sua candidatura a esta medida de apoio.

Candidaturas contempladas	17
---------------------------	----

Medida 10 - Apoio à participação em competições internacionais

Este apoio tem a natureza financeira e destinou-se a compartilhar nos encargos com a participação de associações desportivas em finais absolutas de competições internacionais ou a compartilhar nos encargos com as deslocações de atletas, residentes e filiados em associações concelhias, que estejam em representação da seleção nacional e as federações não suportem esses custos. Como forma de promover a participação das nossas associações em competições internacionais e de proporcionar melhores condições para os nossos atletas que representam as seleções nacionais, celebraram-se contratos programas de desenvolvimento desportivo para apoiar financeiramente as entidades desportivas que efetuaram a sua candidatura a esta medida de apoio.

Candidaturas contempladas	2
---------------------------	---

Apoios excepcionais

Durante o ano de 2021, concedeu-se um apoio para a manutenção do campo de jogos de relva natural para a prática de futebol de 11 ao Relâmpago União Futebol Clube



Nogueirense uma vez que o mesmo ficou concluído durante o ano de 2021, não podendo a entidade à data de conclusão das candidaturas à medida 6 b) Manutenção de campos de relva natural efetuar a devida candidatura pelo facto de as obras ainda não estarem concluídas.

Número de apoios contemplados	1
-------------------------------	---

Quadro Resumo dos Apoios Atribuídos, no ano 2021:

	Número de Candidaturas			Valor total
<b>Medida 1 _ PAD</b>	41			175 384,83 €
<b>Medida 2 _ PAD - Regulares</b>	15			134 999,75 €
<b>Medida 2 _ PAD Pontuais</b>	12			22 850,00 €
<b>Medida 5 _ PAD</b>	16	<b>Horas semanais</b>	<b>Total horas</b>	
			300	12000
	<b>Horas em equipamentos municipais</b>	196	3920	
	<b>Horas adquiridas</b>	104	4160	41 600,00 €
<b>Medida 6 _ a) Aquisição materiais não Individuais _ PAD</b>	11			10 716,41 €
<b>Medida 6 _ b) Manutenção de campos de jogos de relva natural _ PAD</b>	7			138 600,00€
<b>Medida 6 _ c) Manutenção de campos de jogos de relva sintética destinados à prática de futebol de 11 _ PAD</b>	14			40 000,00€
<b>Medida 6 _ d) Manutenção de pavilhões gimnodesportivos _ PAD</b>	4			24 000,00€
<b>Medida 7 _ b) Construção, modernização, reabilitação/requalificação de instalações e/ou equipamentos desportivos e/ou de infraestruturas de apoio _ PAD</b>	25			975 474,94€
<b>Medida 9 _ Apoio ao apetrechamento de equipamentos de desfibrilhação automática externa e/ou de outros</b>	17			Apoio Financeiro
				4 000,00€



A icónica “Volta ao Concelho” decorreu no dia 19 de Setembro, na Av. Francisco Sá Carneiro, em S. João de Ver. Tratou-se de uma prova para “Esperanças”, Juniores e Sub23. Cerca de 150 jovens promissores ciclistas percorreram as ruas do Concelho.

- 15º Passeio Road Book por Terras de Santa Maria;
- Fases Finais de Campeonatos Nacionais de Ténis de Mesa;
- Corta-Mato Escolar: dia 24 de Novembro, no Agrupamento Escolas Corga do Lobão, e dia 10 de Novembro, no Agrupamento Escolas de Lourosa.

### Outros Eixos de Intervenção:

#### Percursos Pedestres – Santa Maria da Feira

Num território como Santa Maria da Feira, com cerca de 216km<sup>2</sup>, a oferta natural é muita e diversificada e, por isso, a Câmara Municipal disponibiliza distintos percursos pedestres que a população pode experimentar.

Com este novo projeto, o município pretende desenvolver uma rede municipal de trilhos de natureza que no futuro venham a ser todos sinalizados e homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

Em Julho de 2021, a Câmara Municipal, em parceria com a UF Caldas de S. Jorge e Pigeiros e Junta de Freguesia de Escapães inaugurou oficialmente o percurso PR1 SMF – Rio Uíma.

Com uma distância de 4km, o percurso linear de pequena rota apresenta uma dificuldade baixa, ideal para uma caminhada em família nas margens do rio Uíma.

Desse Percurso foi realizado um desdobrável informativo, para fins promocionais.



## Eixo Atlântico



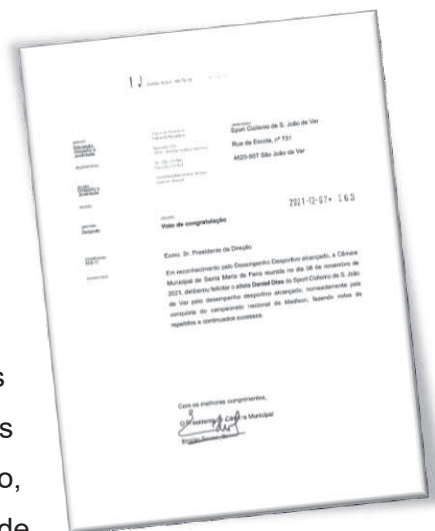
Enquanto membro do grupo de trabalho do desporto, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira participou em várias reuniões do Eixo Atlântico, das quais ficaram decididas a data e o concelho que irá organizar os Jogos do Eixo Atlântico em 2022, uma vez que no ano de 2021 não existiam condições para a realização dos torneios anuais nem a Corrida do Eixo Atlântico, bem como do seminário de

boas práticas de inclusão através do desporto, no qual estava inclusivamente prevista a apresentação do nosso projeto municipal Desporto Plural.

## Gala do Desporto

Por motivo da pandemia Covid'19, a cerimónia não pôde ser realizada, optando-se pela divulgação nas redes sociais do município de uma mensagem institucional de reconhecimento aos clubes e atletas por parte do Presidente da Câmara Municipal, a assinalar a data em que a mesma se realizaria.

Em contrapartida, ao longo do ano de 2021 foram recolhidos semanalmente e assinalados nas reuniões ordinárias de câmara, os principais méritos desportivos alcançados por atletas e clubes do Município, culminando posteriormente com o envio de um ofício de congratulação desportiva a cada um dos 164 congratulados durante o ano civil de 2021.



## Carta Desportiva

Nos termos do disposto no artigo 9.º da Lei n.º5/2007, de 16 de Janeiro, é prevista a elaboração da Carta Desportiva Nacional, documento esse que reúne um compêndio de dados descritores da conjuntura desportiva nacional, com referência a fatores como



as “instalações desportivas, os espaços naturais de recreio e desporto, associativismo desportivo, hábitos desportivos, condição física das pessoas; e o enquadramento humano, incluindo a identificação da participação em função do género”.

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira propõe-se a rever a sua Carta Desportiva Municipal, documento que compreenderá os dados referentes à prática desportiva no município, desde o levantamento de todas as instalações existentes, detalhando a sua propriedade, gestão, características e condições infraestruturais; o movimento associativo feirense, compendiando todas as associações, clubes e coletividades do município, as modalidades oferecidas e a descrição das faixas etárias e géneros que as praticam; bem como uma caracterização física e demográfica do concelho, de forma a enquadrar a informação.

Em 2021 foi construído o Estado da Arte do documento.

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

2ª EDIÇÃO  
ABRIL 2022  
Rt.PlnPPRC01

SANTA MARIA DA FEIRA



santa maria da feira câmara municipal





# ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
ÂMBITO	6
METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS	7
ANÁLISE À EXECUÇÃO DO PLANO	9
CONCLUSÕES	39
RECOMENDAÇÕES	40
LISTA DE ABREVIATURAS	41



## INTRODUÇÃO

Numa conjuntura cada vez mais marcada pela imprevisibilidade, revela-se fundamental para as organizações, independentemente do seu âmbito de atuação, gerir os riscos de uma forma consciente e sistematizada. No Sector Público Português, o interesse na implementação de metodologias que permitam a Gestão do Risco é já uma prática instituída, a qual se configura pela publicação de recomendações com carácter vinculativo e de aplicação obrigatória emitidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, doravante designado por CPC.

O CPC, criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, é uma “entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas e tem como fim desenvolver, nos termos da lei, uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas” (artigo 1º da Lei nº 54/2008).

O CPC determinou, através da Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho, publicada no DR, 2º série, n.º 140, de 22 de julho de 2009, que as entidades gestoras de dinheiros, valores e património públicos, independentemente da sua natureza, deveriam dispor de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, por forma a minimizar o risco de corrupção e infrações conexas a que se encontram expostas. Posteriormente, através da Recomendação n.º 3/2015, o CPC veio propor a identificação dos riscos de gestão, bem como as correspondentes medidas preventivas, associados a todas as unidades da estrutura orgânica das entidades, incluindo as funções e os dirigentes de topo.

Dando cumprimento ao disposto na Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira elaborou o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), aprovado pelo órgão executivo em 24 de agosto de 2020. A Recomendação, refere, também, que os organismos abrangidos deverão elaborar, anualmente, um Relatório de Execução do respetivo PPRCIC.

Neste sentido, o Gabinete de Qualidade e Auditoria (GQA), em articulação com os Dirigentes das UO, designados como responsáveis pela definição, execução e monitorização das ações/medidas estabelecidas, assegurou a monitorização do Plano e procedeu à elaboração do presente relatório.

Este documento é parte integrante do Relatório de Contas da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira do ano de 2021 e é aprovado em conjunto com o mesmo. Posteriormente, será enviado aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.

## ÂMBITO

Este relatório, relativo ao ano 2021, tem como desígnio dar cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, nomeadamente, a Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho, a qual impôs a elaboração de um plano de gestão de riscos e de um relatório anual sobre a execução do mesmo.

Neste contexto, este relatório integra e sistematiza a informação obtida no âmbito da execução do PPRCIC, com vista a:

- Apresentar os riscos identificados e as ações/medidas de mitigação definidas e implementadas pelas Unidades Orgânicas (UO);
- Avaliar o grau de execução das ações/medidas de mitigação dos riscos e sua eficácia;
- Identificar as ações/medidas adotadas e aquelas que ainda não foram iniciadas;
- Aferir a necessidade de revisão dos riscos e mecanismos de controlo para evitar a sua ocorrência;
- Verificar se o PPRCIC, de uma forma geral, se encontra a ser cumprido.

A gestão do risco consiste num processo dinâmico que impõe um acompanhamento constante e melhoria contínua de procedimentos, que permitam um controlo mais eficaz e eficiente das áreas mais sensíveis. Ao longo do processo, também importa identificar eventuais situações potenciadoras de riscos e refletir sobre a necessidade de revisão/atualização do Plano.

## METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS

A metodologia adotada na identificação e avaliação dos riscos encontra-se suportada no procedimento de gestão de risco, já implementado nos serviços integrados no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, com o propósito de identificar os riscos associados às atividades praticadas e tomar medidas para mitigar a sua ocorrência e possíveis efeitos indesejáveis.

No contexto da gestão do risco, este pode ser tratado considerando a probabilidade de algo acontecer e as consequências potenciais desse acontecimento. Neste sentido, a cada risco identificado foi atribuída uma graduação fundamentada na avaliação da probabilidade e de gravidade na ocorrência, classificada por tipos consoante as consequências sejam estratégicas ou operacionais, e determinada em função dos seguintes critérios:

**Gravidade (G) – medida dos danos causados na conformidade dos serviços e satisfação dos munícipes.**

1	Reduzida	Pode causar danos reduzidos
2	Moderada	Pode causar alguns danos
3	Considerável	Pode causar danos consideráveis

**Frequência/Probabilidade (F) - incidência de ocorrência de um risco (frequência da atividade realizada onde poderá ocorrer o risco).**

1	Rara	Acontece até 2 vezes ao ano
2	Ocasional	Acontece entre 3 a 5 vezes ao ano
3	Contínua	Acontece 6 vezes ao ano

Em função da avaliação da gravidade e da frequência/probabilidade foi determinado o Grau de Significância (GS), calculado através seguinte fórmula:

$$GS = G \times F$$

Os Riscos Significativos são os que obtêm um GS superior a 3. Para estes foram obrigatoriamente definidas ações de controlo do risco/medidas preventivas, de modo a integrar formas de realização do serviço que reduzam os efeitos indesejáveis. Porém, para alguns riscos, cujo grau de significância é igual e/ou inferior a 3, também foram determinadas ações de controlo, por decisão dos responsáveis das UO.

Assim sendo, com o intuito de elaborar o presente relatório de execução anual, foi solicitado aos responsáveis das áreas identificadas que procedessem à verificação do grau de execução de cada uma das ações/medidas de controlo do risco previstas, sob sua responsabilidade, descrevendo-o e classificando-o de acordo com o seguinte estado de execução:

●	<b>Ação Não Implementada</b> – Não foi possível identificar/ obter evidência da medida preventiva indicada no PPRCIC;
●	<b>Ação Parcialmente Implementada /em curso</b> – Não foi possível identificar/ obter evidência de que a medida preventiva indicada no PPRCIC se encontre totalmente implementada, nomeadamente por se encontrar incluída em projetos/ iniciativas que ainda se encontram em curso;
●	<b>Ação Implementada</b> – Foi possível identificar/ obter evidência de que a medida preventiva indicada no PPRCIC se encontra implementada;
<b>ND</b>	<b>Não Determinável</b> – Não foi possível, à data do presente relatório, determinar o grau de implementação da ação, nomeadamente porque a área/ atividade não foi ainda alvo de auditoria ou porque a atividade de referência não se realizou, não permitindo assim validar a implementação da medida preventiva.

É, neste contexto, que, no ponto seguinte, proceder-se-á à apresentação e evidência da execução das ações/medidas no âmbito da gestão de risco na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, considerando a estrutura organizacional vigente à data da identificação dos riscos referenciados.

## ANÁLISE À EXECUÇÃO DO PLANO

De acordo com a metodologia adotada, foram identificados um total de 105 riscos pelos dirigentes municipais, os quais se encontram cobertos, na sua maioria, por medidas de mitigação.

No mapa infra, apresentamos os riscos e ações por Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade e o acompanhamento realizado face ao ano 2021.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Executivo/--	Conflito de Interesses na realização de investimentos.	3	2	6	Garantir a segregação de funções (exemplo: o pelouro que, por determinado motivo, pretende realizar a aquisição de um imóvel não poderá negociar o respetivo investimento).	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que nos processos de aquisição foi garantida a segregação de funções.	●	O elemento do executivo propõe o investimento, não concretiza o processo de aquisição.	Manter o nível de risco e ação associada.
Executivo/--	Pressão sobre trabalhadores do Município para prática de atos indevidos/ ilícitos.	3	3	9	Aplicar o Código de Conduta.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Não foram registadas quaisquer não conformidades.	Manter o nível de risco e ação associada.
					Implementar práticas de auditoria interna.	1º semestre 2021	A ação foi implementada.	●	Procedeu-se à realização: da auditoria interna no âmbito do PPRIC; das auditorias realizadas pelos ROC na área financeira, RH, contratação pública; da auditoria no âmbito do SGQ, no sentido de se verificar o cumprimento dos procedimentos e requisitos aplicáveis (incluindo legais e normativos).	Manter o nível de risco e ação associada.
					Assegurar a existência de uma cadeia hierárquica de decisão.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi assegurada a existência de uma cadeia hierárquica de decisão.	●	Encontra-se garantida a delegação de competências. O processo de decisão cumpre a estrutura hierárquica instituída; a informação tramita via Sigmailow através dos circuitos parametrizados nas aplicações, de acordo com a delegação de competências atribuída a cada Pelouro (antes da tomada de decisão, a documentação tramita por vários intervenientes no processo).	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Executivo/--	Falta de controlo/enquadramento de alguns atos devido à desatualização da Norma de Controlo Interno (NCI).	2	3	6	Concluir a revisão da Norma de Controlo Interno.	1º semestre 2021	A ação foi parcialmente implementada, uma vez que, a revisão ainda se encontra em curso, conforme previsto.	●	A revisão da NCI está prevista realizar-se até ao final do 1º semestre 2022.	Transitar para 2022.
					Auditar o cumprimento da Norma de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada, de acordo com as Normas de Controlo Interno em vigor.	●	Foram realizadas auditorias pelos Revisores Oficiais de Contas, assim como, auditorias externas procedidas pela APCER no âmbito do SGQ e auditorias internas realizadas, por exemplo, na tesouraria.	Manter o nível de risco e ação associada.
GQA/--	Falta de Transparência/ falta de qualidade na informação transmitida ao Executivo.	3	2	6	Todas as Constatações documentadas nos relatórios de auditoria devem ser devidamente comprovadas/fundamentadas/ evidenciadas.	Permanente	A ação foi implementada, considerando que as constatações registadas no âmbito das auditorias programadas pelo GQA (ao SGQ e ao PPRCIC) foram documentadas e fundamentadas.	●	Foram realizadas auditorias no âmbito do SGQ e PPRCIC.	Manter o nível de risco e ação associada.
GQA/--	Falta de imparcialidade da Equipa Auditora.	3	2	6	Garantir a existência de declaração de imparcialidade/ não conflito de interesses.	Permanente	Ação foi implementada, na medida em que as auditorias foram realizadas por equipas externas que, aquando a prestação do serviço, garantem a inexistência de quaisquer conflitos de interesse .	●		Reavaliar ação.
DJ/--	Aconselhamento jurídico que poderá não ser o mais adequado à situação em concreto, podendo propiciar a tomada de decisão errada.	2	1	2	Revisão dos pareceres, peças processuais, peças procedimentais, análises jurídicas e minutas de contrato, envolvendo pelo menos um nível hierárquico.	Permanente	A ação foi implementada, sendo que não foram detetadas irregularidades. Todas as informações/pareceres são reanalisados pela DD, previamente à decisão.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DJ/--	Quebra de confidencialidade em informação submetida a sigilo ou classificada.	3	1	3	Definir/estabelecer procedimentos de transmissão de informação, a qual deverá cingir-se ao legalmente estabelecido.	Permanente	A ação foi implementada e não foram detetadas irregularidades/situações de transmissão de informação.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DJ/--	Perda de prazos processuais.	2	2	4	Revisão do software de gestão/tramitação documental que possibilitará o controlo de todo o tipo de prazos com vista a prevenir prescrições, caducidades e incumprimentos de prazos legais ou dos prazos definidos internamente na Unidade Orgânica.	Permanente	A ação não foi implementada.	●	A inexistência de software contribuir para a dificuldade no controlo dos prazos aplicáveis.	Reavaliar ação.



Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DJU--	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa o desempenho das funções e/ou os procedimentos.	2	2	4	Garantir a existência de declaração de imparcialidade/ não conflito de interesses.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	A aplicabilidade de critérios de imparcialidade / não conflito de interesses é condição decorrente do exercício das funções. Sempre que subsistam razões que o justifique, será / é invocada a prerrogativa de não pronunciamento por incompatibilidade.	Reavaliar ação.
DJU--	Acumulação de funções ou tarefas públicas/privadas por parte dos trabalhadores da unidade orgânica intervinientes nos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas.	3	1	3	Garantir a existência de declaração de imparcialidade/ não conflito de interesses.	Permanente	A ação não foi implementada.	●	A aplicação da declaração de imparcialidade/não conflito de interesses, para além de redundante em função do Código de Conduta, mostra-se inexequível. O procedimento é o inverso: sempre que subsistam razões de incompatibilidade deverá ser (como já o é) solicitada escusa de pronúncia / análise. Ponderar sobre a alteração da ação definida.	Reavaliar ação.
DJU--	Acumulação de funções ou tarefas públicas que (ainda que dentro da própria estrutura do Município) possam comprometer a isenção na abordagem dos processos.	3	1	3	Processos escrutinados por vários utilizadores e difundidos publicamente.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que a realização das tarefas de análise obedeceram a critérios de rotatividade e aleatoriedade.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DJU--	Acumulação de funções ou tarefas públicas que (ainda que dentro da própria estrutura do Município) possam comprometer a isenção na abordagem dos processos.	3	1	3	_____	_____	_____	_____	O acompanhamento e avaliação do risco é efetuado, mesmo não existindo ações definidas, decorrente do GS atribuído. Os trabalhadores envolvidos cumprem a obrigatoriedade de pedido de acumulação de funções e as suas regras, quando aplicável.	Manter o nível de risco e ação associada

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização				
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado	
DJ/	Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado trabalhador em processos da mesma natureza, processos instruídos pelo mesmo requerente, pelo mesmo autor de projetos ou processos instruídos por requerentes com algum tipo de proximidade, o que poderá propiciar o favorecimento ou desfavorecimento.	3	1	3						Não há ação definida. Contudo, a rotatividade na execução das tarefas pelos trabalhadores e a possibilidade de monitorização (interna e externa), constante e permanente das tarefas, minimiza a ocorrência do risco.	Manter o nível de risco e ação associada.
DJ/	Ausência de informação de procedimentos sistematizados de forma clara e disponível.	1	2	2						Existem procedimentos sistematizados (em função da Legislação e Regulamentação em vigor, Instruções de Serviço, Check-list documentais). Verificar a pertinência do risco.	Reavaliar a permanência do risco.
DJ/	Discriminação no atendimento.	2	2	4	Garantir a realização de formação no âmbito da qualidade no atendimento.	Permanente	A ação foi implementada.			Os critérios subjacentes ao desenvolvimento da atividade Atendimento Presencial minimizam / eliminam os riscos de discriminação no atendimento, em função das IS existentes, Check-list documentais, Legislação e Regulamentação em vigor, bem como a organização do atendimento (por ordem de chegada).	Manter o nível de risco e ação associada.
DJ/	Inexistência de segregação de funções (exemplo: na fase de análise e fiscalização).	2	1	2	Garantir o cumprimento da Norma de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que os processos são analisados por diferentes técnicos, mediante a sua tramitação no aplicativo – Norrear.				Reavaliar o risco e ação.
DJ/	Recebimento de subornos para beneficiar terceiros e/ou em benefício próprio.	3	3	9	Assegurar a rotatividade da equipa de fiscalização.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que é garantida a rotatividade nas tarefas de maior risco.				Manter o nível de risco e ação associada
					Formação sobre o Código de Conduta.	Permanente	A ação não foi implementada, devendo ser ponderada a sua pertinência face ao elevado sentido de responsabilidade da função.				Manter o nível de risco e ação associada

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DJU/-	Análise de processos - falta de rigor e isenção na análise e aprovação dos projetos, favorecendo requerentes e equipas projetistas, demonstrando o aligeiramento das exigências técnicas e dualidade de critérios.	3	1	3	Definir os critérios de análise e os elementos obrigatórios que devem constar nas informações técnicas.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que a existência de formulários de análise na aplicação minimizam a ocorrência do risco.	●		Manter o nível de risco e ação associada
					Assegurar a segregação de funções.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada
GDEE/-	Favorecimento, conflito de interesses na "Mediação" dos processos no âmbito da Hasta Pública – Terrenos nas Zonas Industriais	2	2	4	Publicitar a oportunidade de interessados na aquisição, o poderem fazer junto da CMSMF.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Publicado na plataforma bizfeira: (1) 6 lotes na Zona Industrial de Arrifana; (2) terreno zona da Fontanheira - Arrifana	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
					Publicitar o edital na Plataforma Bizfeira.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Publicado na plataforma bizfeira: (1) 6 lotes na Zona Industrial de Arrifana; (2) terreno zona da Fontanheira - Arrifana	Manter o nível de risco e ação associada
					Acompanhar prazos definidos na hasta pública em matéria de licenciamento.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DE/-	Possibilidade de ocorrência de tratamentos distintos para casos semelhantes por consequência de deficiências na organização e sistematização das atividades da unidade orgânica. Exemplos: no âmbito do processamento da ASE – da ação social escolar (inclusão/exclusão indevida de alunos), das bolsas de estudo, das ações de supervisão das AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família), do fornecimento de refeições escolares, da supervisão dos transportes escolares, da supervisão da CAF (Componente de Apoio à Família), ...	1	3	3	Assegurar a rotatividade nos serviços de supervisão.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi garantida a rotatividade na supervisão. As alterações efetuadas ao nível da ASE do 1º ciclo estão de acordo com a informação remetida pelos Agrupamentos Escolares. Está em vigor o novo Regulamento Municipal de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho de Santa Maria da Feira e alteração de Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo e Regulamento Municipal de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares.	●	Transversal a todos os serviços da DE: Candidaturas online para inscrição nos serviços. Possibilidade dos Encarregados de Educação (EE) solicitarem a revisão dos processos de atribuição de comparticipação familiar via e-mail ou preenchimento de formulário próprio e garantia, por parte dos serviços da DE, de registo dos mesmos no sistema informático de arquivo municipal. Reapreciação dos processos baseada em documentação apresentada pelos EE e, em casos necessários, em pareceres de Agrupamentos de Escolas e/ou Ação Social. AAAF: cumprimento de protocolo; Informação mensal das mensalidade em atraso. CAF: cumprimento de protocolos; Permissão de acesso de entidades dinamizadoras à plataforma online para gestão de candidaturas. Transportes Escolares: análise de candidaturas ao serviço baseadas na legislação em vigor e no Plano de Transportes do ano em análise. NOTA: 1º ano de candidaturas online para este serviço. Encontra-se em análise a elaboração de um regulamento. Refeições Escolares: realização de procedimento de aquisição de serviços por concurso público e cumprimento de protocolos.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DE/-	Possibilidade de ocorrência de conluios ou outras infrações conexas, entre a DE e os entes supervisionados e as impunidades dos infratores.	2	3	6	Assegurar a rotatividade nos serviços de supervisão.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi assegurada a rotatividade nas funções de supervisão e realização de todos os procedimentos de aquisição por concurso público.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DE/-	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de supervisão.	2	3	6	Promover formação no âmbito da atualização da legislação aplicável.	2021	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DE/-	Deficiente processamento de faturação das refeições escolares e das AAAF, permitindo situações de inconformidade.	1	3	3	Confrontar informação inserida, diariamente, na plataforma de gestão com os mapas de controlo do serviço remetidos pelos fornecedores contratados.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que, mensalmente, a pessoa eleita, representante de cada estabelecimento de ensino e educação, procedeu à sua validação dos registos de consumos, de forma a minimizar inconformidades, assim como à confrontação dos registos online com os mapas de controlo remetidos pelos fornecedores. Em situações de inconformidade, foram tomadas as devidas diligências para correção de situação.	●	Após detetada inconformidade em Auditoria, foi realizada uma reunião com todos os técnicos envolvidos no processo, como medida corretiva. Na mesma, foi reforçada a obrigatoriedade de cumprimento de procedimentos. Foram estabelecidos os circuitos de informação, assim como prazos para realização dos mesmos. Posteriormente foi remetido por email para cada um dos técnicos resumo da reunião com identificação das tarefas afetas a cada um.	Manter o nível de risco e ação associada
					Realizar auditorias, por amostragem, ao modo de proceder relativamente à atribuição de escalões e/ou possíveis isenções.	2021	A ação não foi implementada.	●	São efetuadas atualizações na plataforma, com base na informação enviada pelos agrupamentos. Mediante a apresentação de eventual inconformidade detetada pelos EE, a DE procede à comparação da informação fornecida pelo EE e respetivo agrupamento e à devida correção da situação, após validação superior.	Reavaliar ação.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DAIE/--	Utilização de meios/materiais públicos para fins privados.	2	3	6	Implementar controlo de equipamentos e materiais sobranes (relevantes).	Permanente	A ação encontra-se em curso de implementação, com a introdução de algumas melhorias face à metodologia adotada, nomeadamente, com a possível aplicação de um sistema de gestão de ocorrências.	●	Os materiais são requisitados de acordo com as necessidades de projeto, em aplicação própria (MEDIDATA). Em caso de sobre materiais os mesmos são, normalmente, recolhidos para incorporação noutras obras, dado que os mesmos não podem ser devolvidos ao armazém municipal por não aceitação destes. Os materiais de maior volume, são armazenados em local fechado, com acesso limitado. As viaturas municipais, apesar de uma grande parte possuir sistema de localização, ainda temos viaturas sem esse sistema, bem como, não foi devidamente clarificado quais as suas limitações de utilização e de que forma poderá ser efetuada a sua monitorização.	Manter o nível de risco e ação associada.
DAIE/--	Elaboração de cadernos de encargos que condicionem o concurso.	1	1	1	Análise de débitos de materiais às obras.	Permanente	A ação encontra-se em curso, com introdução de melhoria com um sistema de gestão de ocorrências.	●	Parte das quantificações dos materiais necessários à realização das obras e posterior requisição é efetuado pelo chefe da divisão/ colaborador da, pelo que parte do risco associado está controlado.	Manter o nível de risco e ação associada.
DAIE/--	Elaboração de cadernos de encargos que condicionem o concurso.	1	1	1	Criar regras para elaboração de caderno de encargos e garantir a realização de formação na área de qualidade de produtos (exemplo: marcação CE—Declaração de Desempenho).	Permanente	A ação não foi implementada.	●	Ação só aplicável quando se trata de empreitadas por ajuste direto.	Reavaliar ação.
DSI/--	Gestão dos acessos informáticos, particularmente quanto à garantia de confidencialidade de passwords e acessos a sistemas com informações com caráter reservado.	3	2	6	Políticas de segurança da informação.  Formação sobre práticas de segurança nos SI.	Permanente	A ação foi implementada, visto que existe a obrigatoriedade de atribuir passwords de acesso (com limitação de número e tipologia de caracteres).	●		Manter o nível de risco e ação associada.
						2021	A ação não foi implementada.	●	A formação não está planeada em sede de PAO.	Manter o nível de risco.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DSI/--	Acesso indevido a informação confidencial.	2	3	6	Funções de auditoria integradas no software aplicativo.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada, na medida em que se encontra numa fase de extensão a todos os serviços e de implementação de melhorias.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
					Concluir e divulgar o Código de Conduta.	2020			Código de conduta elaborado e divulgado em 2020.	—
					Promover formação sobre Código de Conduta.	2021	A ação não foi implementada.	●	A formação deverá ser promovida pela DRHDO.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DP/--	Contribuir para procedimento de alteração do uso do território de forma não ou deficientemente fundamentada e/ou a beneficiar/prejudicar terceiros.	2	2	4	Criação de mecanismos que levam a que a decisão seja tomada com base numa decisão coletiva.	Permanente	A ação foi implementada.	●	No sentido de defender as sugestões dos municípios, estas foram argumentadas em Reunião de Comissão Consultiva (16/03/2022), em que participaram a CCDRN e todas as entidades externas, lavradas em ata e sobre as quais as referidas entidades emitiram pareceres que fazem parte do processo da 2ª Revisão do PDM. Estão a ser elaboradas respostas por escrito às sugestões dos municípios.	Manter o nível de risco e ação associada.
					Concluir e divulgar o Código de Conduta.	2020			Código de conduta elaborado e divulgado em 2020.	—
					Promover formação sobre Código de Conduta.	Permanente	A ação não foi implementada, devendo ser ponderada a sua pertinência atendendo ao elevado sentido de responsabilidade profissional dos trabalhadores da UO.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DAG/--	Serviços de elaboração de contratos – antecipação ou adiamento da data de elaboração dos contratos, com o impacto na Gestão da CMSMF.	1	1	1	Verificar a existência de duplicidade de contratos para o mesmo fim.	Permanente	A ação foi implementada, sendo verificada pelo técnico responsável pela elaboração do contrato.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
					Pressão externa em benefício do próprio e/ou terceiros aquando a revisão do PDM.	2				
					Concluir e divulgar o Código de Conduta.	2020			Código de conduta elaborado e divulgado em 2020.	—

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DAG/--	Afetrir indevidamente instrumentos de medição e pesagem (Ex: balanças) instalados em estabelecimentos sedeados no Concelho com impacto na atividade económica e/ou nas receitas do município.	2	1	2	Completar a equipa com um segundo aferidor, atribuindo os serviços de forma aleatório ou de forma rotativa.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada por deficiência de recursos humanos.	●	Em 2022, a equipa vai ser reforçada, com um colaborador, ainda que sem a habilitação necessária para o exercício da função, mas que será colmatada.	Manter o nível de risco e ação associada.
DAG/--	Falta de rigor no apuramento/cálculo de taxas e licenças efetuado com benefício ou prejuízo para o município/requerente.	1	3	3	Periodicamente, realizar auditorias, por amostragem (Ex: Auditorias realizadas por ROC).	Permanente	A ação foi implementada, tendo sido promovida auditoria pela equipa de ROC e no âmbito do SGQ.	●	Há rotatividade na atribuição dos processos entre os trabalhadores, sendo a maioria dos processos anuais e a responsabilidade é partilhada por todos.	Manter o nível de risco e ação associada.
DAG/--	Possibilidade de ocorrência de tratamentos distintos para casos semelhantes por consequência de deficiências na organização e sistematização das ações de fiscalização.	1	1	1	Garantir a rotatividade dos fiscais do serviço.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Efetuada rotatividade na atribuição das freguesias e consequentemente dos processos.	Manter o nível de risco e ação associada.
DAG/--	Possibilidade de ocorrência de conluíus ou outras infrações conexas, entre estes e os entes fiscalizáveis e as impunidades dos infratores.	2	2	4	Cumprir com os procedimentos internos estabelecidos no âmbito do SGQ.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades no período em análise.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DAG/--	Possibilidade de ocorrência de conluíus ou outras infrações conexas, entre estes e os entes fiscalizáveis e as impunidades dos infratores.	2	2	4	Garantir a rotatividade dos fiscais do serviço.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que há rotatividade entre os fiscais.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DAG/--	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de fiscalização.	2	2	4	Cumprir os procedimentos internos estabelecidos no âmbito do SGQ.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades sobre esta matéria.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DAG/--	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de fiscalização.	2	2	4	Garantir a rotatividade dos fiscais do serviço.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi cumprida a rotatividade dos fiscais na atribuição das freguesias e processos.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DAG/--	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de fiscalização.	2	2	4	Cumprir os procedimentos internos estabelecidos no âmbito do SGQ.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades neste âmbito.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Deficiente controlo da cobrança e do registo de depósito de receita, permitindo situações de inconformidade.	1	3	3	Aplicar Normas de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Foram tomadas diligências (telefonemas/email), no sentido de garantir a cobrança da receita.	Manter o nível de risco e ação associada.



Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
					Cumprir com os procedimentos estabelecidos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que não foram registadas não conformidades durante o período em análise.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens.	2	3	6	Realizar a inventariação dos bens mediante comprovativo de despesa, confirmado pelo serviço responsável pela mesma. Bens doados após aprovação em reunião de câmara.	Permanente	A ação foi implementada, através da inventariação dos bens mediante comprovativo de despesa(fatura), confirmado pelo serviço responsável pela mesma.	●	Devido à implementação do novo normativo contabilístico, refere-se que existem situações ainda por validar.	Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Controlo do processo de realização de despesa – realização de despesas sem cabimento e compromisso.	1	3	3	Aplicar Normas de Controlo Interno e Procedimentos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que o processo da despesa é controlado pelo ERP (software de gestão).	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva dotação orçamental.	1	3	3	Aplicar Normas de Controlo Interno e Procedimentos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que o responsável, sempre que necessário, certifica se o orçamento tem verba para a assunção de despesas.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Gestão de bens móveis – Inventário desatualizado do património de bens móveis, com possível extravio.	3	2	6	Implementar metodologia de validação de folha de carga.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	Foi executada a metodologia da validação de folha de carga. Contudo, devido à falta de recursos humanos afetos, aliado aos constrangimentos causados pela pandemia, o processo está atrasado.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DFGP/--	Bens cedidos sem existir um documento formal.	3	2	6	Os processos de cedência devem ser iniciados com um pedido formal da entidade, devendo ser encaminhado para a Divisão Financeira e Gestão Patrimonial para instrução do processo.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foram registados todos os processos de cedências que deram entrada no Município.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Bens cedidos sem a prévia aprovação por parte da CM ou da AM.	3	2	6	A cedência dos bens imóveis deve de ser aprovada pela CM ou AM, consoante o valor dos bens cedidos. A cedência dos bens móveis deve ser de aprovada pela CM.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que os processos de cedências foram registados após aprovação para o efeito.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Cálculo deficiente do fundo disponível, afetando a aplicação da lei dos compromissos.	3	1	3	Proceder à aplicação por defeito das receitas previstas para o ano seguinte.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Deficiente controlo dos compromissos assumidos e das dotações orçamentais disponíveis.	3	1	3	Reforçar o controlo existente.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Foram validados todos os compromissos, aquando da sua assinatura pelo responsável da DFGP.	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DFGP/--	Despesas objeto de inadequada classificação económica/ patrimonial.	3	1	3	Proceder à análise da rubrica a imputar o custo caso a caso.	Permanente	A ação foi implementada.	●	A ação está implementada, na medida em que diariamente são validados todos os compromissos, aquando da sua assinatura pelo responsável da DFGP.	Manter o nível de risco e ação associada.
					Aplicar as Normas de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que o processo da despesa é controlado.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
					Auditoria realizada pelo ROC.	Permanente	A ação foi implementada.	●	O relatório apresentado pela equipa de ROC, referente ao 1º semestre de 2021, na RO 20/12/2021 e SO 28/12/2021, não apresenta distorções materialmente relevantes que afetem a conformidade face ao normativo contabilístico.	Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Ausência de balanços periódicos.	3	1	3	Realização de balanços periódicos, conforme Norma de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Balanços validados, aquando do reporte de informação às entidades.	Manter o nível de risco e ação associada.
DFGP/--	Prestar informação incorreta decorrente da transição para o novo SNC-AP.	2	1	2	Numa primeira fase análise total ao balancete. Posteriormente realizar fecho de mês para a estabilização dos dados evitando assim a prestação de informação incorreta.	2021	A ação foi implementada.	●	Os mapas são validados mensalmente, aquando do reporte de informação às entidades. De forma a garantir a integridade e a plenitude do processo de transição, aplicou-se de forma supletiva a International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DRHDO/--	Inexistência de valores associados ao desempenho das funções através de um Código de Conduta formal dos trabalhadores da CMSMF, regulador da sua atuação, em especial nas áreas chave da atividade municipal.	2	1	2	Elaborar e divulgar o Código de Conduta dos trabalhadores.	2020				

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DRHDO/--	Utilização de critérios de recrutamento com uma excessiva margem de discricionabilidade ou que, reportando-se ao uso de conceitos indeterminados, não permitam que o recrutamento do pessoal seja levado a cabo dentro de princípios de equidade.	2	1	2	Definir critérios de recrutamento com base em princípios de equidade.	Permanente	A ação foi implementada. Foram definidos critérios nos procedimentos concursais ocorridos no período em análise.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Utilização de critérios preferenciais pouco objetivos.	2	1	2	Assegurar a utilização de critérios objetivos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi assegurado a utilização de critérios objetivos.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Processo de remunerações – processamento indevido de remunerações e de outros suplementos remuneratórios.	1	2	2	Na ocorrência de erros, os mesmos serão retificados no processamento seguinte, existindo um controlo mensal no processamento.	Permanente	A ação foi implementada, sempre que aplicável.	●	Os erros ocorridos são registados e objeto de retificação no mês seguinte à sua deteção. No período em análise, não se verificou a ocorrência de erros.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Prestações Sociais – análise inadequada e pagamentos indevidos.	1	1	2	Controlar todos os documentos entregues, para este efeito. Na ocorrência de erros, os mesmos serão retificados no processamento seguinte.	Permanente	A ação foi implementada, sempre que aplicável.	●	Os erros ocorridos são registados e objeto de retificação no mês seguinte à sua deteção. No período em análise, não se verificou a ocorrência de erros.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Acumulação de funções – incompatibilidades e/ou conflito de interesses e falta de monitorização das situações autorizadas.	2	1	2	Submeter todos os pedidos de acumulação de funções a parecer do dirigente do respetivo serviço.	Permanente	A ação foi implementada, uma vez que foi divulgado a todos os trabalhadores, via e-mail, o procedimento a adotar.	●	Os pedidos efetuados foram submetidos a parecer do superior hierárquico em impresso próprio disponibilizado e controlado pela DRHDO.	Manter o nível de risco e ação associada.
					Monitorizar as situações autorizadas anualmente através de impresso próprio para o efeito.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Foi enviado, via e-mail, um aviso aos trabalhadores com acumulação de funções, com o objetivo de não ocorrer não conformidades	Manter o nível de risco e ação associada.
					Limitar a autorização de acumulação de funções no prazo máximo de um ano.	Permanente	A ação foi implementada.	●	O prazo da autorização é controlado pela DRHDO.	Manter o nível de risco. Clarificar ação.
DRHDO/--	Registo e verificação da assiduidade – falta de registo correto de tempo de trabalho e controlo de assiduidade inadequado.	2	2	4	Sensibilizar todos os intervenientes no processo, para a importância de procederem ao controlo de assiduidade através dos terminais biométricos, sempre que tal seja possível, informando-os das consequências de não o fazerem, para si e para os serviços.	Permanente	A ação foi implementada.	●	São enviados relatórios via e-mail, com periodicidade semanal, aos trabalhadores e mensalmente, às respetivas Chefias.	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
					Implementar "módulo web" (aplicação de gestão de assiduidade) que possibilitará um controlo permanente da assiduidade dos trabalhadores por parte dos Dirigentes, Chefias e Responsáveis do Serviço.	2020-2021	A ação foi implementada.	●	Contudo, no caso das brigadas, o sistema foi disponibilizado às Chefias e trabalhadores que dispõem de um PC no respetivo posto de trabalho. Os locais de trabalho onde não existe um terminal de registo facial de assiduidade (ex.: escolas, CREM, Escola Rodoviária e pavilhões municipais), o registo foi garantido através de impresso próprio para o efeito e controlado pela DRHDO.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Despesas comparticipadas pela ADSE – Análise inadequada e pagamentos indevidos.	1	2	2	Controlar todos os documentos entregues, para este efeito. Na ocorrência de erros, os mesmos serão retificados no processamento seguinte.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Sempre que se deteta erros são registados e retificados no mês seguinte à deteção.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Utilização de elenco subjetivo de critérios de avaliação, não permitindo que a fundamentação das decisões finais de avaliação sejam facilmente percetíveis e sindicáveis.	2	1	2	Garantir objetividade nos critérios de avaliação através da aplicação do SIADAP.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Os critérios são controlados pela DRHDO.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Ausência de mecanismos que obriguem à rotatividade dos elementos integrantes dos júris.	2	1	2	Realizar formação no Código de Conduta aos avaliadores.	Permanente	A ação não foi implementada.	●	Não foi agendada formação sobre o Código de Conduta, no período em análise.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação
DRHDO/--	Intervenção no procedimento de seleção ou no procedimento de avaliação do pessoal de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos ou com os avaliados.	2	1	2	Implementar mecanismos de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso.	Permanente	A ação foi implementada.	●	O júri é definido tendo em consideração à área funcional referenciada no procedimento concursal, sendo aconselhado a participação de um elemento com experiência na área de gestão de RH.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--					Criar regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores, dirigentes ou eleitos.	2021	A ação foi implementada, uma vez que sempre que se procede à composição de júri para determinado procedimento concursal é considerado o tipo de relação deste com o candidato/avaliado.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação
					Contemplar em todos os procedimentos a declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos elementos do júri.	Permanente	A ação foi implementada.	●	No período em análise, em relação à existência de conflito de interesses, houve apenas 1 elemento do júri que manifestou escusa (por conhecer a candidata).	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DRHDO/--	Ausência ou deficiente fundamentação dos atos de seleção de pessoal.	2	1	2	Sensibilizar os intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, de avaliação, ou outros atos de gestão de pessoal, para a necessidade de fundamentação das suas decisões.	Permanente	A ação foi implementada, tendo em conta que as decisões tomadas no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção são fundamentadas.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação.	1	1	1	Sensibilizar os intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, de avaliação, ou outros atos de gestão de pessoal, para a necessidade de fundamentação das suas decisões.	Permanente	A ação foi implementada, tendo em conta que as decisões tomadas no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção são fundamentadas.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Utilização excessiva do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços.	1	1	1	Na autorização de trabalho extraordinário, o mesmo tem de ser devidamente fundamentado e autorizado pela chefia.	Permanente	A ação foi implementada. Os pedidos de autorização de trabalho extraordinário são submetidos, em impresso próprio, ao superior hierárquico para aprovação, com a respetiva fundamentação.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Utilização da contratação a termo como mecanismo para satisfação de necessidades permanentes do serviço.	1	1	1	Mensalmente, elaborar o documento "Mapa de Horas", o qual permite comparar o valor gasto em trabalho extraordinário face ao período homólogo do ano anterior.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Foram elaborados os mapas e efetuada a devida comparação.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Utilização da contratação a termo como mecanismo para satisfação de necessidades permanentes do serviço.	1	1	1	Elaborar orientações no sentido da não utilização da contratação a termo resolutivo como meio de suprir necessidades permanentes dos serviços.	Permanente	A ação foi implementada. Todas as propostas de contratação foram implementadas, conforme legislação em vigor.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Validação de fatura/GR de forma indevida ou sem confirmação de que os fornecimentos ou a realização de serviços ou empreitadas foram efetivados e de acordo com as condições contratadas.	3	1	3	Segregação de funções.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Ação partilhada c/ a Divisão Financeira.	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Conferência de valores para pagamento efetuada por pelo menos dois trabalhadores diferentes.				Cumprimento da Norma de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada.	●	_____	Manter o nível de risco e ação associada.
DRHDO/--	Conferência de valores para pagamento efetuada por pelo menos dois trabalhadores diferentes.				Conferência de valores para pagamento efetuada por pelo menos dois trabalhadores diferentes.	Permanente	A ação foi implementada.	●	_____	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
					Implementar um esquema sequencial e hierarquizado de validação.	2020	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
					Todos os pagamentos devem ser efetuados após a apresentação dos comprovativos dos bens/serviços prestados, devidamente conferidos e aprovados, por parte dos órgãos competentes.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Ação partilhada c/ a Divisão Financeira.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
					Seleção de pessoas (previdencial ou aleatória).	Permanente	A ação não foi implementada, por insuficiência de pessoal.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
					Executar o Plano de auditorias periódicas e independentes.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Foram realizadas auditorias, internas e externas, ao Sistema de Gestão da Qualidade, pela equipa de ROC e no âmbito do PPRCIC.	Manter o nível de risco e ação associada.
					Controlar através de recurso a contratantes, subcontratados, fornecedores, adjudicação de contratos, após concurso público como regra, avaliação de propostas e aprovação da proposta de adjudicação por pelo menos 3 pessoas; segregação de funções; proteção da informação sensível constante de propostas a concursos; disponibilização de modelos de auxílio ao pessoal (como guias práticos, listas de proibições e permissões, cadeias de aprovação, fluxos de trabalho informatizados...).	2020		ND	Ação desadequada.	Excluir ação.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DCPGF/--	Deficiente estruturação do planeamento/avaliação de necessidades de contratação pública. Inexistência ou existência deficiente de um sistema estruturado de avaliação das necessidades.	2	2	4	Implementação de procedimentos que vinculem cada unidade orgânica a ações/necessidades, conjugando estas com a elaboração do Plano Anual de Aproximamento e Plano Plurianual Investimentos, Atividades e o Orçamento. Implementação de um sistema estruturado de avaliação das necessidades e encargos que inclua a identificação dos investimentos, pondere a calendarização da sua concretização e os procedimentos a adotar e que avalie não só os encargos financeiros com a concretização efetiva das ações, mas também os que possam resultar da sua concretização (por exemplo, a manutenção).	Permanente	A ação foi implementada.	●	Ação partilhada c/ a Divisão Financeira.	Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Tratamento deficiente das estimativas de custos/gastos e deficiente definição de preços base para as aquisições.	2	2	4	Registo de informação relevante sobre aquisições anteriores, com transmissão dessa informação aos serviços requisitantes.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	O registo é totalmente efetuado, mas a transmissão de informação aos serviços requisitantes é parcial.	Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Deficiente fundamentação ao recurso à contratação por ajuste direto ou consulta prévia.	2	2	4	Aprovação e implementação de "manual de procedimentos" vinculando os serviços requisitantes à rigorosa justificação das propostas do tipo de procedimento de contratação a adotar.	2021	A ação não foi implementada, pois não existe manual de procedimentos.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DCPGF/--	Possibilidade de confirmar fornecimentos ou a realização de serviços ou empreitadas através da validação da guias/faturas sem que as prestações estejam realizadas ou estejam realizadas apenas parcialmente.	2	2	4	Promover formação sobre Código de Conduta.	Permanente	A ação não foi implementada.	●	A ação deverá ser promovida pela DRHDO.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DCPGF/--	Recurso a procedimentos, por convite, seja o ajuste direto ou a consulta prévia, como regra na contratação.	2	2	4	Assunção do procedimento do concurso público como procedimento regra na contratação pública.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Responsabilidade partilhada com os serviços requisitantes e com os decisores políticos.	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização				
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado	
DCPGF/--	Fornecimento de bens e serviços e realização de empreitadas com data anterior à contratualização.	3	3	9	Os gestores de contrato e serviços requisitantes municipais devem informar, nomeadamente, os fornecedores da impossibilidade legal de serem solicitadas prestações de contrato antes da sua efetivação.	Permanente			ND	A ação encontra-se desadequada. Todavia, não há registo de qualquer ilícito.	Rever ação.
	Promover a realização de fornecimentos contínuos.				Promover a realização de fornecimentos contínuos.	Permanente		A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Peças de procedimento nomeadamente os cadernos de encargos, com desrespeito pelo princípio da livre concorrência, com cláusulas técnicas deficientes, pouco inclusivas ou muito vinculadas.	3	1	3	Formação no CCP e Código de Conduta.	Permanente		A ação não foi implementada.	●	A ação deverá ser promovida pela DRHDO.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
	Validação do cadernos de encargos através de um formato com segregação de funções entre o serviço que o elabora e quem o valida/aprova.				Validação do cadernos de encargos através de um formato com segregação de funções entre o serviço que o elabora e quem o valida/aprova.	Permanente		A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
	As especificações técnicas fixadas no caderno de encargos devem adequar-se à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar.				As especificações técnicas fixadas no caderno de encargos devem adequar-se à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar.	Permanente		A ação foi implementada.	●	Responsabilidade partilhada com os serviços requisitantes e com os decisores políticos.	Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Caráter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis.	3	1	3	Formação no CCP e Código de Conduta.	Permanente		A ação não foi implementada.	●	A ação deverá ser promovida pela DRHDO.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DCPGF/--	Conflito de interesses fase de análise e avaliação de propostas.	2	1	2	Declaração de inexistência de conflito de interesses.	Permanente		A ação foi implementada.	●	Responsabilidade partilhada com os decisores políticos.	Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis.	1	3	3	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento e seus possíveis incidentes.	2021		A ação não foi implementada.	●		Reavaliar ação.
	Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários.				Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários.	2021		A ação não foi implementada.	●		Reavaliar ação.



Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DCPGF/--	Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, nas diversas fases.	3	3	9	Definição prévia, através de sistema de controlo interno, das responsabilidades de cada um dos intervenientes, nos processos de aquisição de bens e serviços e nas empreitadas.	Permanente	A ação foi implementada.	●	A Norma de Controlo Interna esta a ser revista.	Rever o nível de risco. Reavaliar ação.
DCPGF/--	Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projetos.	3	2	6	Implementação de um sistema de controlo interno, que garanta a preferencialmente a realização de estudos prévios à elaboração de projetos.	2021	A ação não foi implementada.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DCPGF/--	Projetos – Falta de rigor no controlo dos projetos subcontratados e prazos de execução dos mesmos.	1	3	3	Declaração de inexistência de conflitos de interesses; Penalização por incumprimento dos prazos.	Permanente	A ação não foi implementada	●		Reavaliar o risco e ação associada.
DCPGF/--	Violação do limite trienal, por tipo de aquisição aplicável aos ajustes diretos, ao qual se refere o artigo 113º do CCP.	3	1	3	Informação atualizada da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Frota sobre as entidades que atingiram o limite trienal, em termos de adjudicações. Instrução individual em todos os procedimentos de aquisição não simplificado de declaração de não ter sido atingido o limite.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DCPGF/--	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais.	1	3	3	Implementar um sistema de controlo interno, que garanta que o procedimento escolhido se encontra em conformidade com os preceitos legais.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Admissão nos procedimentos de entidades com impedimentos.	3	1	3	Implementar um sistema de controlo interno que garanta que não são admitidos concorrentes impedidos de participar nos procedimentos.	Permanente	A ação foi implementada	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Existência de erros, ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado das peças de procedimento/ concurso.	2	2	4	Implementar um sistema de controlo interno que garanta a previsão e regulação com devido rigor o eventual suprimento de erros e omissões.	Permanente	A ação foi implementada	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DCPGF/--	Valor e quantidade física em stock diferente da existência na aplicação SIGMA ARM.	2	2	4	Realizar inventário anual com contagem física integral e realização de inventário semestral por amostra.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Realizaram-se dois inventários, por amostragem (início do ano e no final do 1º semestre).	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DCPGF/--	Utilização indevida das viaturas da frota Municipal.	3	2	6	Disponibilizar a informação, sobre a utilização de viaturas, recolhida no software de gestão de frota aos responsáveis.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
					Assegurar o cumprimento do regulamento.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que foi assegurado o cumprimento do regulamento.	●		Manter o nível de risco e ação associada.
DOM/--	Conflito de interesses nos procedimentos de Ajuste Direto e Consulta Prévia.	2	1	2	Possuir uma maior quantidade de candidaturas.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Comunicação interna 4-DP/2021, convidadas 4 empresas para Consulta Prévia.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DOM/--	Definição de "tipo" de produtos/equipamentos de forma a impedir livre concorrência.	2	1	2	Ampliar a escolha no Cadeano de Encargos de produtos/equipamentos que satisfaçam ou sempre que possível, evitar a sua designação no C.E.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Os mapas de quantidades referem marcas de alguns produtos sempre com a designação "do tipo ou equivalente", estando também descritas as características técnicas. Exemplo: processo para a empreitada da requalificação da rua Casimiro José Milheiro em Pigeiros.	Manter o nível de risco e ação associada.
DOM/--	Erros e Omissões do projeto, pode condicionar concorrentes.	2	1	2	Efetuar revisão de projeto incluindo A.D. e C.P.	Permanente	A ação foi implementada.	●	A revisão do projeto ocorreu em todos os processos de acordo com o n.º 2 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DOM/--	Imposição de prazos demasiado curtos.	1	1	1	Definir prazos adequados e "sensatos".	Permanente	A ação foi implementada.	●	Os prazos foram definidos com racionalidade e cumpridos.	Manter o nível de risco e ação associada
DOM/--	Aceitação de soluções alternativas sem critérios claros.	2	2	4	Consultar sempre o projetista e quando necessário, colheita de parecer jurídico com justificação da solução.	Permanente	A ação foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada
DOM/--	Crítérios de execução de obra não conformes com o C.E. pela fiscalização.	2	2	4	Exigência no cumprimento do estipulado no C.E. com reuniões, atas e acompanhamento mais efetivo.	Permanente	A ação foi implementada, na medida dos recursos/meios disponíveis para acompanhamento das obras.	●		Manter o nível de risco e ação associada
DOM/--	Gestão de contrato pouco rigorosa, permite não execução global das obrigações.	1	3	3	Definição de procedimentos de monitorização mensal pelos intervenientes no contrato.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Estão a ser elaborados relatórios com a periodicidade estipulada.	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
DOM/--	Fiscalização parcial, influenciada por recebimentos (almoços, prendas, lembranças,...) com impacto na qualidade da obra, cumprimento legal, etc.	1	1	1	Obrigat a comunicar os recebimentos (regra abrangente ao Município).	Permanente	A ação foi implementada.	●	Risco a excluir da DOM, uma vez que é transversal a toda a câmara. A ação está contemplada no Código de Conduta.	Reavaliar risco e ação.
DOM/--	Falta de independência na justificação de trabalhos complementares.	2	1	2	Declaração de ausência de conflito de interesses dos intervenientes municipais.	Permanente	A ação não foi implementada	●	Risco a excluir da DOM, considerando-se que existe suficiente escrutínio hierárquico na avaliação dos trabalhos complementares e a ação de declaração de inexistência de conflito de interesses encontra-se contemplada de forma diferente no Código de Conduta.	Reavaliar risco e ação
DOM/--	Possibilidade de cometer erros inadvertidamente por excesso de tarefas ou imposição de prazos muito curtos naquelas tarefas.	2	2	4	Planeamento atempado dos procedimentos permitindo atetar os meios necessários para o efeito.	Permanente	A ação foi implementada no DEP.	●	A ação no caso da DFE poderia ser corrigida no seguinte sentido: Informação atempada, para deliberação superior, sobre os meios necessários para assegurar o melhor desempenho das tarefas da DFE.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
DASQV/--	Discriminação/favorecimento na atribuição de apoios financeiros / sociais/técnicos no âmbito do Regulamento Municipal (Programas de apoio às pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos do Município de Santa Maria da Feira).	2	1	2	Cumprir com o Regulamento Municipal referente aos apoios.	Permanente	A ação foi implementada, tendo sido cumprido o regulamento municipal.	●	Foram estabelecidos 9 protocolos de cooperação para apoio financeiro a diferentes IPSS	Manter o nível de risco e ação associada.
	Existência de protocolos entre as partes envolvidas. O protocolo tem um período de vigência de 1 ano civil, automática e sucessivamente renovável por igual período, sendo que a respetiva renovação está condicionada a prévia análise da monitorização social e financeira das atividades do ano anterior, por forma a avaliar a necessidade da continuidade, consolidação e/ou criação das respostas sociais e a adequação dos recursos afetos, sendo deliberado em Reunião de Câmara anualmente o valor das respetivas transferências.					Permanente	A ação foi implementada.	●	Protocolos de cooperação em projetos de combate à pobreza e exclusão social. Em dezembro de 2020 houve reforço de verba para a Casa dos Choupos e em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovado em Reunião de Câmara, a transferência de novos valores para os protocolos de cooperação.	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização				
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado	
					Nos Protocolos de colaboração celebrados entre Município e entidades aderentes, anualmente o montante das transferências de verbas para as entidades protocoladas é deliberado em Reunião de Câmara. Competindo à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, deliberar no que refere à proposta de transferência para as Juntas de Freguesia e União de Freguesia.					Ação desadequada, pois já se encontra prevista na ação anterior.	Excluir ação em 2021
DASQV/--	Discriminação na atribuição de habitação do parque municipal.	2	1	2	Atribuída habitação aos processos que reúnem os requisitos do regime excecional previsto na Lei nº 81/2014 de 14 de dezembro na sua redação atual e que cumulativamente tenham sido sinalizados por entidades parceiras (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Ministério Público, Segurança Social, Unidades de Saúde e IPSS). Apresentar proposta para deliberação de Reunião de Câmara.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Reajustamento de 6 agregados familiares ao abrigo do regime excecional previsto na Lei 81/2014 de 14 de Dezembro.	Manter o nível de risco e ação associada.	
					Os processos de procura habitacional enquadrados no regime geral devem ser tratados através de procedimento concursal para atribuição de habitações.	Permanente	A ação não foi implementada.	●	De momento, procede-se ao alojamento so em situações de emergência. O procedimento de concurso ainda não foi lançado.	Manter o nível de risco e ação associada.	
Todos os serviços	Pressão superior para aceitação/aprovação de determinados aspetos de forma indevida.	1	1	1	Formação sobre o Código de Conduta.	Permanente	A ação não foi implementada.	●		Manter o nível de risco. Reavaliar ação.	

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
					Sensibilização para as responsabilidades no âmbito civil e criminal.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que os trabalhadores foram sensibilizados pelas chefias e foram cumpridos os requisitos normativos aplicáveis.	●	<p><b>Museus e Turismo:</b> apesar dos trabalhadores estarem sensibilizados, entende-se relevante haver ação de sensibilização; <b>DBA:</b> sensibilização realizada através das reuniões do grupo da qualidade;</p> <p><b>DAIE/DGE:</b> foi divulgado o Código de Conduta aos trabalhadores da Divisão, tendo sido afixada uma cópia em papel do mesmo nos locais onde estão os encarregados operacionais;</p> <p><b>DJ:</b> tendo em conta os conhecimentos técnicos dos trabalhadores/superior hierárquico que integram o DJ, há consciência e sensibilização para a matéria.</p>	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
Todos os serviços	Gestão de Contratos (conflito de interesses, falta ou deficiente controlo, pressão política).	2	1	2	Consciencialização dos intervenientes e formação dos gestores de contrato, incluindo direitos e deveres.	2021	A ação foi parcialmente implementada, na medida em que os gestores se encontram a monitorizar o cumprimento dos contratos.	●	Não houve formação no ano em análise, apesar da sua importância.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
Todos os serviços	Conflito de interesses nos pareceres/informações sobre solicitações/reclamações de municípios ou de outras entidades, no âmbito de ações técnicas e/ou de fiscalização.	1	1	1	Existir declarações de inexistência de conflito de interesses.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	<p><b>DRHDO e DCPGF:</b> é garantido o preenchimento da declaração pelos elementos do júri, no âmbito dos procedimentos concursais.</p> <p>As informações e pareceres são analisados e vistos por vários técnicos/dirigentes e executivo.</p> <p>A ação definida não está adequada, tendo a mesma sido contemplada de forma diferente no Código de Conduta.</p>	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
					Registo fotográfico da fiscalização efetuada.	Permanente	A ação foi implementada, nas unidades com competência para fiscalizar.	●	<b>DAIE/DRVT:</b> registo fotográfico acompanha os pareceres/ informações, de acordo com a ordem de entrada do registo, cumprido os prazos legais para o efeito; <b>DAG/DU:</b> a realização das tarefas de fiscalização prevê sempre o registo fotográfico de suporte à análise técnica.	Manter o nível de risco e ação associada.
					Assegurar o cumprimento dos regulamentos municipais.	Permanente	A ação foi implementada, tendo sido assegurado o cumprimento dos regulamentos municipais.	●	<b>DAIE/DRVT:</b> Pareceres/ Informações despachados, pela ordem de entrada ou de registo, dentro dos prazos legais, e de acordo com os regulamentos Municipais; <b>DU:</b> O Sistema de Gestão NORTEAR contempla prazo para execução de tarefas e de alertas de incumprimento. Os casos de incumprimento deverão ser justificados mediante "resposta-tipo" que apoiam na análise da organização; <b>DJ:</b> tendo em conta os conhecimentos técnicos dos trabalhadores/superior hierárquico que integram o DJ, estes já estão sensibilizados para a matéria. Acresce que há uma dupla análise de todas as informações, que diminui a probabilidade de ocorrência do risco.	Manter o nível de risco e ação associada.
Todos os serviços	Inexistência de controlo relativamente à execução do contrato de aquisições de bens, prestações de serviços e empreitadas, tendo-se em conta que o prazo de vigência acrescido de eventuais prorrogações não ultrapassa o limite legal estabelecido.	2	2	4	Garantir a realização de formação sobre as metodologias de gestão de contrato.	Permanente	A ação não foi implementada, por não ter havido oportunidade de realizar a formação no ano em análise.	●	Ação prevista no plano de formação.	Manter o nível de risco e ação associada

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Não verificação da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/ prestadores/ empreiteiros.	2	2	4	Garantir a realização de formação sobre as metodologias de gestão de contrato.	Permanente	A ação não foi implementada, por não ter havido oportunidade de realizar a formação no ano em análise.	●	Ação prevista no plano de formação.	Manter o nível de risco e ação associada
	Utilização indevida da informação.	3	3	9	Políticas de segurança da informação/dados.	Permanente	A ação foi implementada.	●	<b>DSI:</b> existe a obrigatoriedade de atribuir passwords de acesso (com limitação de número e tipologia de caracteres). <b>Museus e Turismos:</b> são cumpridas as regras do RGPD e as informações enviadas são validas pela chefia/ coordenação; <b>DBA:</b> existe uma política de proteção de dados, registada no SGQ. O acesso às bases de dados e intranet é executado por login de acesso; <b>DE:</b> todas as informações/comunicações têm salvaguardada a política de segurança de informação de dados e a garantia do dever de sigilo e confidencialidade dos fornecedores; <b>DJ:</b> cada técnico tem um login de acesso às plataformas de trabalho (NORTEAR, SIGMA, MIRANTE). Existem procedimentos de validação superior da informação a ser vinculada para o exterior.	Manter o nível de risco e ação associada
	Concluir e divulgar Código Conduta.					2020		—	Código de conduta elaborado e divulgado em 2020.	Excluir ação.
	Promover formação sobre Código de Conduta.					2021	A ação não foi implementada.	●		Manter o nível de risco e ação associada

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização				
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado	
Todos os serviços	Não cumprir o CCP, nomeadamente no que concerne à indicação de fornecedores.	1	1	1	Apenas deverão ser indicados os fornecedores de bens ou serviços no caso dos produtos serem exclusivos, deem continuidade a produtos existentes nos equipamentos sob a responsabilidade da divisão, serem excecionados pelo CCP (serviços que impliquem conceção), estejam associados a contratos de manutenção ou devidamente fundamentados.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que se procedeu conforme CCP e os procedimentos instituídos no que concerne à indicação de fornecedores de bens e/ou serviços.	●		Manter o nível de risco e ação associada	
Todos os serviços	Apropriação indevida de dinheiro público (Ex: dinheiro proveniente da venda de produtos, fotocópias, digitalizações, etc...).	3	1	3	Sensibilizar os trabalhadores de que os bens públicos não podem ser usados para fins particulares.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que todos os trabalhadores/ trabalhadores estão sensibilizados para o uso adequado dos bens públicos.	●		Manter o nível de risco e ação associada	
					Concluir e implementar o Código de Conduta.	2020			—	Código de conduta elaborado e divulgado em 2020.	Manter o nível de risco e reavaliar ação.
					Aplicar as Normas de Controlo Interno.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que são cumpridos os procedimentos definidos nas normas.	●		As Normas de Controlo Interno encontram-se em processo de revisão.	Manter o nível de risco e ação associada
					Registrar na aplicação Mediata - Faturação Diversa todos os movimentos.	Permanente	A ação foi implementada, na medida em que, onde aplicável, procedeu-se ao controlo e registo das vendas realizadas na aplicação (software de gestão), assim como a respetiva guia de receita.	●		<b>Museus e Turismo:</b> todas as vendas do município, relativas a bilhetes ou produtos de loja, são registadas na aplicação da Mediata - Faturação Diversa. É emitida a respetiva guia de receita individual ou coletiva.	Manter o nível de risco e ação associada.



Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Atrasos nos tempos de decisão das tarefas atribuídas podem propiciar o favorecimento ou desfavorecimento.	3	1	3	Aplicar instrumentos de controlo de prazos.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Existem prazos atribuídos às tarefas nos circuitos na aplicação que suporta a tramitação documental. No âmbito do SGQ são definidos indicadores, com vista a medir e monitorizar os prazos das tarefas. Em caso de desvio, são analisadas as causas e empreendidas ações. <b>Museus e Turismos:</b> são cumpridos os prazos relativos às tarefas recebidas pela aplicação Medidata. No SGQ implementado existem procedimentos no Processo Produção, onde se definem os prazos. Poderá haver atrasos no cumprimento dos prazos em situações pontuais, no caso de incumprimento por parte dos fornecedores; <b>DAIE/DRVT:</b> Decisão das tarefas efetuadas de acordo com a ordem de entrada de registo. <b>DJ:</b> ação em implementação com a prossecução dos procedimentos de reforço das equipas de Fiscalização Municipal e de Gestão Urbanística. <b>DJ:</b> a ação é de implementação contínua e está associada à definição de prazos de tarefas ou cumprimento de prazos legais/ regulamentares. Deve manter-se para dar continuidade numa ótica de melhoria contínua ao controlo deste risco.	Manter o nível de risco e ação associada.
	Programar e realizar auditorias.	Permanente	A ação foi implementada.	●	Foram realizadas auditorias, nomeadamente, no âmbito do SGQ e do PPRCIC, as quais permitiram aferir, por amostragem, o cumprimento dos prazos estabelecidos.	Manter o nível de risco e ação associada.				

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Discriminação no atendimento.	2	2	4	Garantir a realização de formação no âmbito da qualidade no atendimento.	2020-2021	A ação foi parcialmente implementada.	●	Alguns trabalhadores participaram na ação de formação promovida no contexto do atendimento. Todos os trabalhadores que fazem atendimento ao público estão sensibilizados para a importância de acolher o público com qualidade, profissionalismo e simpatia.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
					Elaborar Manual de Procedimentos.	2021	Ação não foi implementada.	●	Há serviços com procedimentos e normas instituídos no que concerne ao atendimento presencial e telefónico. O Manual de procedimentos será elaborado no âmbito do projeto "Balcão de Atendimento Municipal".	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.
Todos os serviços	Fornecimento de informação errada no atendimento.	2	2	4	Garantir a realização de formação no âmbito da formação técnica nas áreas de atendimento.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	<b>Museus:</b> alguns trabalhadores participaram na ação de formação sobre atendimento. Todos os trabalhadores que fazem atendimento ao público estão sensibilizados para esclarecer as dúvidas sobre os museus. <b>Turismo:</b> alguns trabalhadores participaram na ação de formação sobre atendimento, no âmbito da Academia Formativa do Turismo de Portugal. Todos os trabalhadores que fazem acolhimento ao público estão sensibilizados para esclarecer todas as dúvidas sobre o Turismo em SMF. <b>DU:</b> existência de check-lists documentais, instruções de serviço.	Manter o nível de risco e ação associada.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Identificação e Descrição do Risco	Gravidade	Frequência	Grau de Significância	Planeamento das Ações		Monitorização			
					Ação	Prazo para implementação	Resultado do Acompanhamento	Grau de Implementação	Evidências/Observações	Estado
Todos os serviços	Inexistência de critérios de participação em eventos, organizados pelos serviços da CM, pode originar discriminação no que diz respeito à possibilidade de determinada entidade participar no espaço de exposição disponível.	1	1	1	Definir regras/critérios para aceder ao evento/espaco expositivo, sendo que, um dos critérios preferenciais, poderá ser a ordem de inscrição.	Permanente	A ação foi parcialmente implementada.	●	Considerar a existência de um regulamento geral aplicável a todos os eventos. <b>Museus e Turismos</b> : esta ação deve ser ajustada aos museus, tendo em conta as suas características. Existem normas internas para a realização de eventos e cedências de espaços. <b>DBA</b> : foi cumprido o regulamento de espaços culturais.	Manter o nível de risco. Reavaliar ação.

Da análise efetuada aos dados alcançados relativamente à execução das medidas previstas, verificou-se que das 148 definidas, 108 (72,97%) foram implementadas na totalidade, 13 (8,78%) foram parcialmente implementadas, 25 (16,89%) não implementadas e 2 (1,35%) foram consideradas não determináveis, conforme demonstra a tabela e gráfico infra. O grau de execução global do PPRCIC foi de 72,97%.

Órgão de Gestão/ Unidade Orgânica/ Processo/Área de Atividade	Nº de Riscos	Nº de ações	Grau de implementação das ações			
			Não implementada	Parcialmente Implementada	Implementada	ND
Executivo	3	6	0	1	5	0
GQA	2	2	0	0	2	0
DJ	3	3	1	0	2	0
DU	9	9	2	1	6	0
GDEE	1	3	0	0	3	0
DE	4	5	1	0	4	0
DAIE	2	3	1	2	0	0
DSI	2	4	2	1	1	0
DP	2	2	1	0	1	0
DAG	6	9	0	1	8	0
DFGP	12	15	0	1	14	0
DRHDO	14	20	1	0	19	0
DCPGF	20	33	9	1	21	2
DOM	10	10	1	0	9	0
DASQV	2	4	1	0	3	0
Todos os Serviços	12	20	5	5	10	0
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>148</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>108</b>	<b>2</b>

Tabela 1: Grau de implementação das ações previstas no PPRCIC



Gráfico 1: Grau de execução do PPRCIC

## CONCLUSÕES

No final de 2021, decorrente da metodologia de monitorização ao próprio plano, procedeu-se, conforme recomendado no último relatório de execução, à realização de uma auditoria interna ao PPRCIC, com o objetivo de, por amostragem, avaliar o grau de implementação das ações definidas no respetivo plano. Os resultados e Oportunidades de Melhoria registados foram objeto de divulgação junto do Executivo e dos Dirigentes das Unidades Orgânicas.

Analisados e avaliados o acompanhamento efetuado ao Plano e o relatório decorrente da auditoria supramencionada, verifica-se que as Unidades Orgânicas, apesar da conjuntura e de todos os constrangimentos presenciados no decurso do ano 2021, desenvolveram esforços no sentido de garantirem a implementação das medidas/ações identificadas.

Conclui-se que, apesar do plano ter sido elaborado em 2020, com aprovação no 2º semestre, atingiu-se um grau de execução de 72,97%, traduzindo um número significativo de ações implementadas.

## RECOMENDAÇÕES

Relativamente às áreas analisadas, recomenda-se a implementação e acompanhamento das medidas, preventivas não implementadas ou parcialmente implementadas, mas também a reavaliação dos riscos identificados, do grau de significância e das ações associadas, sempre que aplicável.

Das ações não implementadas destacam-se a formação sobre o Código de Conduta e a implementação de declarações de inexistência de conflito de interesses na maior parte dos serviços. Tais ações passaram a ser requisito legal, publicado em final de 2021 e entrará em vigor em meados de 2022, como já foi referenciado no relatório da auditoria interna realizada.

Face à publicação de nova legislação e à nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, destaca-se a importância da revisão do plano em vigor, numa perspetiva da melhoria contínua e de cumprimento legal.

## LISTA DE ABREVIATURAS

Sigla	Descrição
A.D.	Ajuste Direto
AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado
AM	Assembleia Municipal
ASE	Ação Social Escolar
C.E.	Caderno de Encargos
C.P.	Consulta Prévia
CAF	Componente de Apoio à Família
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CCP	Código dos Contratos Públicos
CE	Comunidade Europeia
CM	Câmara Municipal
CMSMF	Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
CREM	Centro de Recursos Educativos Municipal
DAG	Divisão de Administração Geral
DAIE	Departamento do Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos
DASQV	Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida
DCPGF	Divisão de contratação Pública e Gestão de Frotas
DD	Diretor(a) de Departamento
DE	Divisão de Educação
DEP	Divisão de Estudos e Projetos
DFE	Divisão de Fiscalização de Empreitadas
DFGP	Divisão Financeira e Gestão Patrimonial
DJ	Departamento Jurídico

Sigla	Descrição
DOM	Departamento Obras Municipais
DP	Divisão de Planeamento
DRHDO	Divisão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
DSI	Divisão de Sistemas de Informação
DU	Departamento de Urbanismo
GDEE	Gabinete de Desenvolvimento Económico e Empresarial
GGFE	Gabinete de Gestão de Frota e Equipamentos
GQA	Gabinete de Qualidade e Auditoria
GR	Guia de Receita
GS	Grau de Significância
IPSAS	International Public Sector Accounting Standard
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
NCI	Norma de Controlo Interno
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PDM	Plano Diretor Municipal
PPRCIC	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
RH	Recursos Humanos
RO	Reunião Ordinária
ROC	Revisor Oficial de Contas
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SI	Sistemas de Informação
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para Administração Pública
SO	Sessão Ordinária





**CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DE CONTAS**





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Município de Santa Maria da Feira** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 367 863 807 euros e um total de património líquido de 348 509 631 euros, incluindo um resultado líquido de 13 436 962 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Município de Santa Maria da Feira** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme divulgado no Anexo e no Relatório de Gestão, dada a complexidade do processo de transição para o novo referencial contabilístico (SNC-AP), a Entidade entendeu adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado na FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de três anos para a referida transição, por forma a assegurar a plenitude da mesma, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Face ao contexto descrito, apesar de os elementos de prestação de contas referentes ao exercício de 2021 terem sido preparados e apresentados de acordo com o SNC-AP, os mesmos não cumprem ainda



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

de forma integral e rigorosa todos os requisitos previstos no novo normativo, estimando-se que o processo de transição fique totalmente concluído até ao final do exercício de 2022.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 123 734 351 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 73 486 445 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

### **Sobre o relatório de gestão**

Tendo em conta o enquadramento descrito na secção "Ênfase" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório de gestão poderá ser ainda melhorado, tendo em vista o cumprimento integral e rigoroso à NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular quanto ao previsto no parágrafo 34 da referida norma.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 19 de abril de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)



## RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### EXERCÍCIO DE 2021

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas do Município de Santa Maria da Feira** (o Município) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que vimos fazer nos termos seguintes:

#### 1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas individuais do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos intervenientes e responsáveis das diferentes áreas/processos do Município, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer quanto ao esclarecimento das questões que entendemos pertinentes, apesar dos constrangimentos e dificuldades decorrentes do processo de transição para SNC-AP em curso.

#### 2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos,

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município;
- c) à análise das demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas do Município, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

#### 3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as observações seguintes:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade e a situação patrimonial e financeira do Município no exercício em causa, nos termos da opinião que expressamos na certificação legal das contas emitida por nós na presente data;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) os mapas de controlo orçamental da receita e da despesa refletem o desempenho orçamental do Município, nos termos da opinião também incluída na nossa certificação legal das contas, em parágrafo próprio – sobre as demonstrações orçamentais;
- c) não detetamos factos que entendamos dever comunicar nos termos da alínea b) do n.º2 do art.º 77º. da Lei 73/2013;
- d) o Município cumpriu o estipulado no art.º 17.º da Lei 53/2014, quanto à contribuição para o capital do FAM (Fundo de Apoio Municipal);
- e) o Município deverá continuar com a política de melhoria contínua dos procedimentos de controlo interno já seguida em exercícios anteriores, procurando também desenvolver e aprimorar procedimentos de conferência e conciliação entre o reconhecimento contabilístico-financeiro, orçamental e patrimonial (e correspondentes divulgações), no âmbito do novo normativo contabilístico – aspetos que nos propomos continuar a acompanhar no desenvolvimento corrente dos trabalhos de auditoria.

#### 4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- a) O desempenho orçamental evidenciado nos mapas/demonstrações orçamentais apresentadas pelo Município merecem globalmente uma apreciação positiva, no contexto evidenciado na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data;
- b) As Contas anuais do Município e o respetivo Relatório de Gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da Certificação Legal das Contas e das notas anteriores, merecem também uma apreciação positiva;

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores aos diversos níveis.

Braga, 19 de abril de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)





DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO

ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO • EMPREGO • COMUNICAÇÃO PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO • FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL • URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE • AMBIENTE JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO EMPREGO • COMUNICAÇÃO • PROJETOS ESTRATÉGICOS • OBRAS MUNICIPAIS • ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS • MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA • CULTURA • EDUCAÇÃO • JUVENTUDE • TURISMO • AÇÃO SOCIAL • SAÚDE • PROTEÇÃO CIVIL • BEM-ESTAR ANIMAL URBANISMO • PLANEAMENTO • TRANSPORTES • MOBILIDADE AMBIENTE • JARDINS • ESPAÇOS VERDES • PAISAGEM URBANA • DESPORTO • DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



santa maria da feira câmara municipal